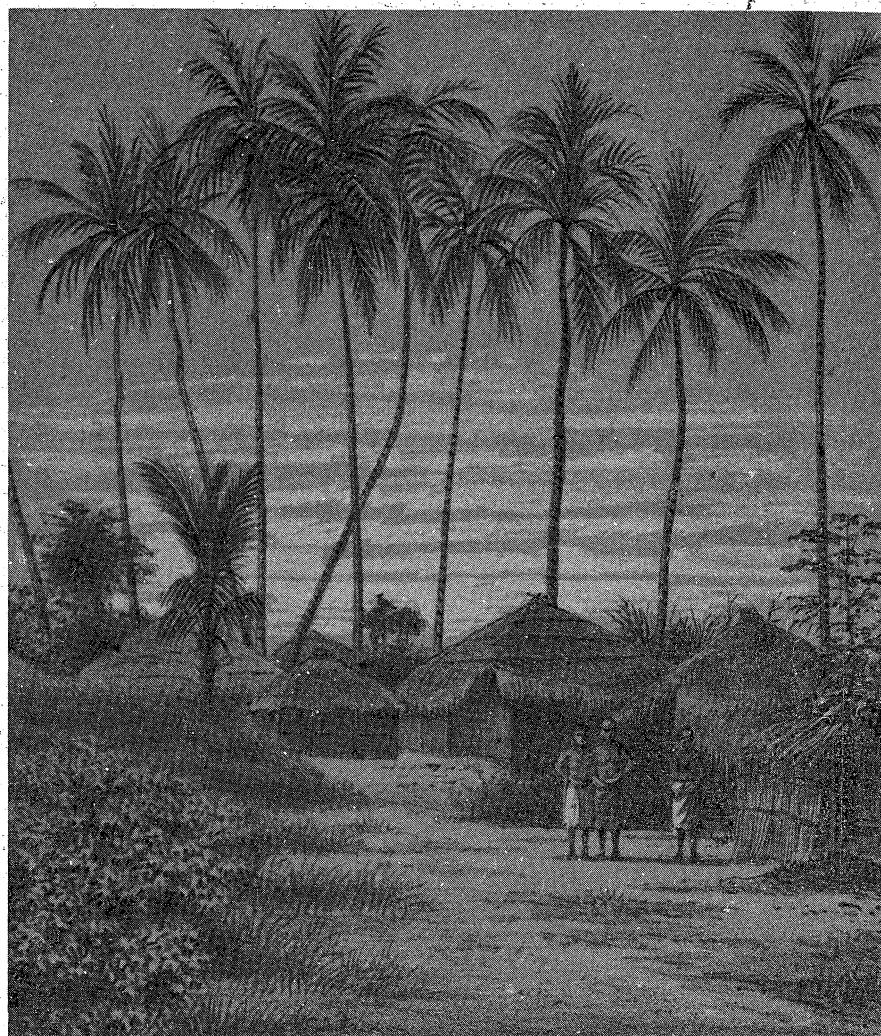


arquivo

Boletim do Arquivo Histórico de Mocambique



TETE

nº 10 ESPECIAL

OUTUBRO 1991

arquivo

Boletim Semestral do
Arquivo Histórico de Moçambique

SUMÁRIO

Apresentação	3
Os Prazeiros como Trans-Raianos: Um Estudo Sobre Transformação Social e Cultural <i>por Allen Isaacman e Barbara Isaacman</i>	5
José Fernandes Jr., ca.1872-1965: Testemunho do Período Mercantil e da Implantação do Imperia- lismo Colonial na Antiga Zona de Influência de Tete <i>por Gerhard Liesegang</i>	49
Tete e o Trabalho Migratório para a Rodésia do Sul, 1890-1913 <i>por Joel das Neves</i>	83
Tete, 1900-1926: O Estabelecimento de uma Reserva de Mão-de-Obra <i>por João Paulo Borges Coelho</i>	103
Entrevista com Celestino de Sousa: A Actividade da Frelimo em Tete, 1964-1967 <i>Edição e Notas de João Paulo Borges Coelho</i>	133
Formas de Cooperação e Ajuda-Mútua nas Comunidades Nyungwe de Tete <i>por Albano Basílio Eliseu e Eduardo Medeiros</i>	169
Guerra, Fome, Seca e Desenvolvimento: Lições de Changara, Moçambique <i>por Yussuf Adam</i>	185
Breve Apontamento Sobre a Situação Actual na Província de Tete <i>por A. Carvalho Neves</i>	209

Arquivo

Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique
Universidade Eduardo Mondlane

Director: Inês Nogueira da Costa
Editor: João Paulo Borges Coelho

47/INLD/PUB 87
Nº 10, Outubro de 1991

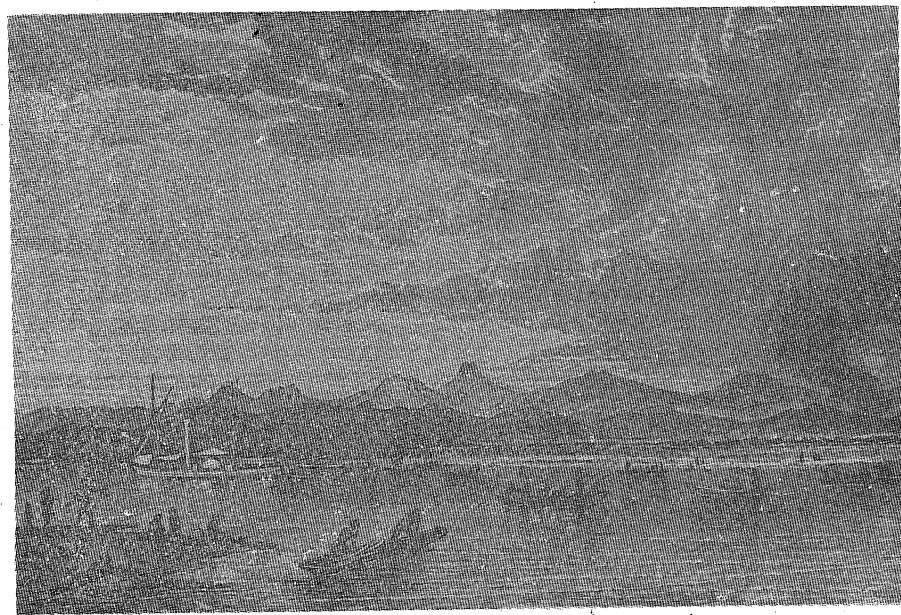
APRESENTAÇÃO

Com o presente número o Boletim ARQUIVO completa cinco anos de existência. Ele tem como tema a Província de Tete, da qual procurámos destacar alguns aspectos, na forma de artigos de estudo e uma entrevista, embora obviamente sem a preocupação de sermos exaustivos. Procuramos aqui revelar não só alguns aspectos ligados à sua história, muito rica e complexa, mas também referir, embora muito brevemente, outros ligados ao presente, no qual Tete, tal como outras províncias, se debate com inúmeros e terríveis problemas.

A cidade de Tete, capital da Província, surge de certa forma *desfavorecida*, na medida em que são poucas as referências que lhe são feitas. Embora a formação da povoação que lhe deu origem se perca no tempo, sabemos que em meados do século XVII foi elevada a Vila. De facto, o *Boletim do Governo da Província de Moçambique* No.26, de 1856, transcreve uma Carta Régia na qual o Rei de Portugal, dirigindo-se em 9 de Maio de 1761 a Calixto Rangel Pereira de Sá, Governador e Capitão General da Praça de Moçambique, Rios de Senna e Sofalla, a propósito da elevação da Ilha de Moçambique à categoria de vila, escreve que «*Nos portos e Povoações de Quilimane, Senna, Teite, Zumbo e Manica, Sofalla, Inhambane e Ilhas de Quirimba, vos concedo a mesma jurisdição para erigires em villas na sobredita forma todos aquelles logares, que achares, que tem Povoação bastante para a fundação d'uma villa*». Assim se manteve a vila durante quase dois séculos, até que em 21 de Março de 1959 (Boletim Oficial No.12, I Série), a Portaria do Governo Geral No.13:043 «*Eleva a vila de Tete, capital do distrito do mesmo nome, à categoria de cidade, com a denominação de 'Cidade de Tete'*».

Finalmente, lamentamos não ter podido incluir desta vez a habitual bibliografia temática, prometendo desde já fazê-lo em próxima oportunidade.

Inês Nogueira da Costa



OS PRAZEIROS COMO TRANS-RAIANOS*: UM ESTUDO SOBRE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E CULTURAL¹

Allen Isaacman e Barbara Isaacman

A expansão marítima do século XV precipitou uma troca de idéias e tecnologia sem precedentes entre a Europa e as sociedades indígenas de África, Ásia e América Latina². Mais interessados no impacto político e económico da exploração ultramarina no sentido lato, os académicos preocuparam-se menos com os padrões de interacção local e os processos concomitantes de mudança social. Recentemente, os cientistas sociais desenvolveram um certo número de modelos analíticos para interpretar o resultado do contacto cultural entre as comunidades ultramarinas europeias e as populações indígenas. Estas formas variam desde sociedades plurais, com as suas ideologias separatistas, até novas culturas híbridas. Embora reconhecendo a inter-aculturação como um fenómeno comum das fronteiras³, os académicos não tiveram em conta a possibilidade dos colonos europeus poderem ter sido absorvidos por culturas locais dominantes. Devido aos pressupostos generalizados sobre a superioridade da civilização ocidental e a uma perspectiva geográfica estreita, limitada ao lado europeu da fronteira, poucos historiadores examinaram com seriedade o processo de aculturação que teve lugar naquilo a que Paul Bohannan chama *o grande desconhecido*⁴. E todavia o processo de indigenização ocorreu com alguma frequência. Embora com diferenças de detalhe, os *coureurs de bois* do Canadá, os *lançados* da Costa da Guiné, os *sertanejos* de Angola, os

*Traduzido por João Paulo Borges Coelho. O título original do artigo é *The Prazeros as Transfrontiersmen: a Study in Social and Cultural Change*. O termo inglês *frontiersman* significa, segundo o Oxford Concise Dictionary (J.B.Sykes (ed.), 7a Edição, Oxford, 1982), "aquele que vive em ou para além dos limites ou fronteiras da civilização". Pondo de parte a tradução para *colono*, por não ser suficientemente precisa e se prestar a outras conotações, optámos, à falta de melhor, por traduzir *frontiersman* por *raiano* (poderia ser também *fronteiriço*). O termo *transfrontiersman*, que constitui, por assim dizer, a "chave conceptual" do argumento, foi assim traduzido por *trans-raiano* (N.do T.)

prazeiros de Moçambique e, talvez, os *sertanistas* da Amazónia viveram em circunstâncias semelhantes, passaram por processos comparáveis de mudança cultural, e evoluíram para um tipo social distinto que Philip Curtin designou de processo dos *trans-raianos*⁵.

No contexto da expansão marítima estas figuras são definidas como pessoas de ascendência europeia que se estabeleceram permanentemente para lá dos limites da sociedade ocidental. A definição inclui comerciantes, caçadores, mercenários, desertores e párias sociais. Devido ao seu número relativamente reduzido, à falta de mulheres metropolitanas em idade de procriar, e ao seu total isolamento relativamente a instituições europeias de sociabilidade, eles foram progressivamente absorvidos pela população dominante. A adopção, efectuada por eles, de elementos culturais indígenas estendeu-se para além da apropriação de artefactos, técnicas e línguas locais, que facilitavam a sua adaptação a um meio novo e difícil, para incluir a transformação de instituições e valores essenciais das suas respectivas culturas. Como tal, a aculturação foi mais substitutiva que aditiva, diferindo assim do processo de hibridização que caracterizou muitas sociedades de fronteira.

Este artigo procura examinar a origem e desenvolvimento histórico de uma dessas sociedades *trans-raianas*: Os *prazeiros* do Vale do Zambeze inferior, em Moçambique. Ele debruça-se simultaneamente sobre as condições fronteiriças que afectaram o processo de aculturação e sobre as culturas das sociedades indígenas com as quais a comunidade colona interagiu. A discussão limita-se ao período de 1675 a 1850, uma demarcação algo arbitrária visto que já havia comerciantes portugueses em 1675 e que descendentes de vários *prazeiros* proeminentes ainda hoje vivem na região. Todavia, a evidência sugere que neste período ocorreu uma profunda mudança na composição rácica e social da comunidade *prazeira*, intimamente relacionada com a sua subsequente transformação cultural.

O interesse dos portugueses pelo Vale do Zambeze surgiu logo em 1505, altura em que fundaram uma pequena estação de abastecimento e posto comercial em Sofala, localizada na costa do Oceano Índico (ver mapa 1). Nos vinte anos seguintes pequenos grupos de comerciantes e aventureiros viriam para o Vale do Zambeze à procura das bíblicas minas de ouro da rainha de Sabah, e na esperança de desalojar os mercadores árabes "infiéis" que controlavam o comércio interior e costeiro. Em meados do século XVI os portugueses tinham já estabelecido centros administrativos em Sena e Tete, assim como um certo número de feiras comerciais no interior, onde adquiriam ouro, marfim, cobre e produtos tropicais dos povos circundantes⁶. Embora nunca tivessem localizado as míticas minas, eles

eliminaram efectivamente os competidores árabes durante a segunda metade do século XVI, passando rapidamente a beneficiar do potencial mercantil do Vale do Zambeze. Consequentemente, ao longo de todo o século XVII prosseguiu uma pequena mas contínua migração de portugueses.

Acontecimentos políticos nas principais chefaturas zambesianas facilitaram a intrusão dos comerciantes portugueses. Durante o século XV e inícios do século XVI, invasores Korekore haviam conquistado os pequenos Estados Sena e Tonga, localizados ao longo das margens setentrionais do rio Zambeze, incorporando-os no famoso reino do Muenemutapa (ver mapa 2). As chefaturas do Sul do Zambeze eram consideradas marginais no interior deste grande império, e não houve tentativas sérias para as integrar efectivamente, no sentido político ou cultural. Consequentemente, os Sena e Tonga conseguiram explorar uma série de guerras civis e crises de sucessão para readquirir a sua independência, em meados do século XVI⁷. Um padrão semelhante de formação de Estado seguido de rápida descentralização, embora algo mais tardio, caracterizou as relações políticas no reino malawiano localizado logo a norte do rio Zambeze (ver mapa 2)⁸.

A instabilidade no seio destes dois grandes sistemas políticos impediu que eles exercessem efectivamente um controlo do Vale do Zambeze, que ambos os Estados consideravam uma zona fronteiriça de pouco significado. Foi neste vazio de poder que diversos comerciantes portugueses poderosos conseguiram estabelecer uma preeminência militar e política. Através da conquista ou da ameaça de acções punitivas, os portugueses conseguiram ser reconhecidos como chefes políticos de certas chefaturas Sena, Tonga e malawianas, situadas nas margens do rio Zambezi. Embora os *amambo*, ou chefes da terra locais, mantivessem responsabilidades religiosas e seculares pela saúde e bem-estar dos seus Estados, foram obrigados a pagar taxas e a prestar serviços aos seus novos senhores, tal como anteriormente haviam feito relativamente aos representantes locais, quer do Muenemutapa, quer do rei malawiano, o Kalonga⁹. Esta divisão de poderes entre o chefe da terra e o chefe político foi um fenómeno comum na África pré-colonial¹⁰.

Em meados do século XVII, Manoel Paes de Pinho, Sisnando Bayão, António Lobo da Silva e outros, tinham edificado impérios pessoais que incluíam a maioria dos Estados em torno de Sena e Tete, assim como as províncias mais remotas do reino do Bárue¹¹. O seu poder baseava-se no controlo de guerreiros-escravos, ou *achikunda*, por eles adquiridos através do comércio, dos raides esclavagistas ou da prática indígena da escravização voluntária¹². Alguns portugueses mais importantes possuíam e armavam

vários milhares de *achikunda*, e um colono foi referido como sendo capaz de mobilizar 15.000¹³.

Embora a preeminência portuguesa seja geralmente ligada à conquista, o envolvimento na política africana local era igualmente importante. Não era invulgar um *mambo* tentar proteger-se de ameaças à sua soberania procurando uma aliança com um português poderoso¹⁴. Combinando estes arranjos com uma utilização judiciosa da força, alguns colonos conseguiram, do século XVII em diante, conquistar a posição generalizada de chefia política. Para além de proteção, o senhor fornecia ao *mambo* panos, sal e bijuteria¹⁵. Tais oferendas faziam crescer o prestígio deste último e, através da sua redistribuição selectiva, ajudaram a assegurar a lealdade dos seus principais subordinados.

Em meados do século XVII, o governo português encarava a situação do Zambézia com alarme, dado que após quase um século de colonização a posição de Lisboa permanecia precária.

Nas [cidades do Zambeze] que eu vi, particularmente Quelimane, nada observei que pudesse representar uma capitania para além de uma palizada de madeira com quatro casas cobertas de palha, mas observei diversas espingardas de ferro deixadas na praia, cobertas de areia, provando-o o facto que uma espiga de milho crescia no ouvido de uma delas, revelando a grande fertilidade do solo e o cuidado com que é tida a propriedade do rei¹⁶.

Embora os primeiros colonos e comerciantes fossem geralmente leais, a ausência de uma burocracia administrativa bem preparada e a dependência do governo relativamente a uma força militar pequena e mal treinada, limitavam a medida em que esta região estagnada podia ser efectivamente integrada no império colonial. Tal política poucos benefícios trazia, uma vez que grande parte da energia da comunidade europeia dividida se dissipava em prolongados conflitos internos¹⁷. Um observador bem informado notava, em 1667, que "há cerca de trinta anos havia mais de sessenta portugueses casados, na sua maior parte ricos e poderosos, e surgiram muitos conflitos e mortes porque cada um queria ser chefe; hoje não há mais que trinta casas"¹⁸. Estes conflitos não só impediram a pacificação do Zambeze mas também permitiram que um certo número de *amambo* e o rei do Bárue reconquistassem a sua independência¹⁹.

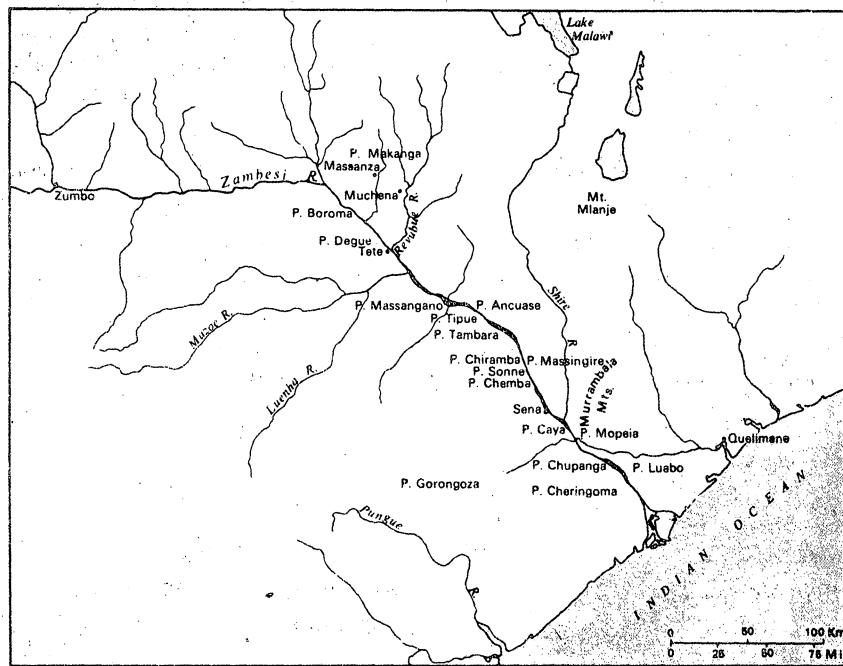
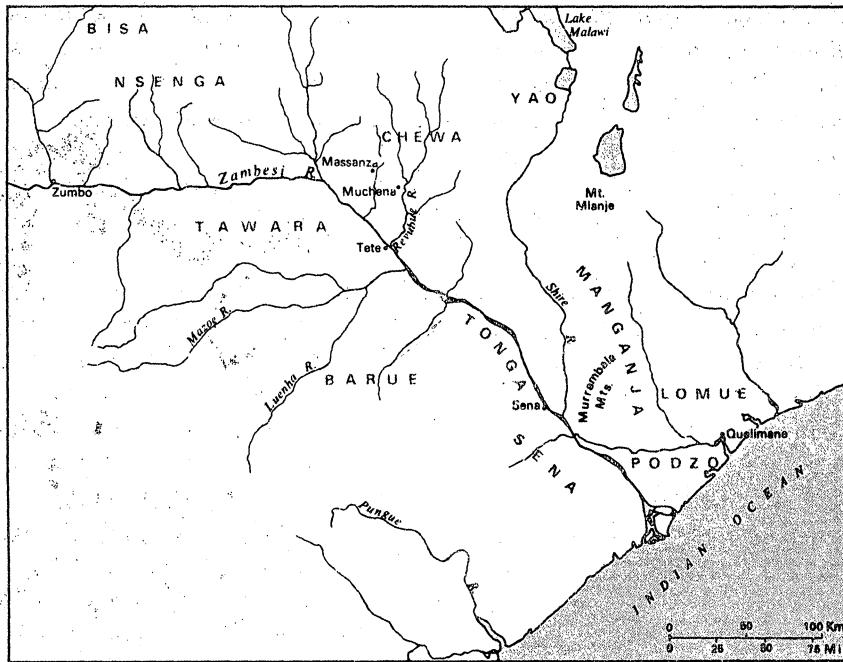
Numa medida destinada a estabelecer a base legal do seu controlo e a fortalecer a sua precária posição, Lisboa nacionalizou o Vale do Zambeze em meados do século XVII. Embora reconhecendo os direitos dos colonos à utilização das suas terras, o governo reclamou os direitos, em última instância, sobre essas propriedades, que viriam a ser legalmente conhecidas como *prazos da coroa*. Teoricamente, a reivindicação dos seus

direitos feudais, manifestada pela coroa, definia uma relação altamente estruturada na qual os colonos permaneciam totalmente subordinados ao governo. Os proprietários, ou *prazeiros*, deviam pagar uma taxa anual, fornecer serviços específicos e obedecer às leis promulgadas por Lisboa. O não acatamento destas estipulações significava a expulsão imediata das terras²⁰.

Na prática, Lisboa não tinha capacidade para fazer vigorar estes regulamentos e tinha que se basear no patriotismo dos colonos. Em troca de um título de propriedade, o governo procurava o reconhecimento dos seus direitos feudais de territorialidade. Ele pretendia também usar a terra nacionalizada para atrair uma imigração em larga escala e para assegurar a perpetuação de uma comunidade portuguesa no Zambeze. Com este fim em vista, foram oferecidas terras exclusivamente a mulheres europeias para quebrar as suas reticências relativamente a estabelecer-se em região tão recuada. Foi também estabelecida uma provisão, embora frequentemente ignorada, segundo a qual as propriedades só podiam ser transmitidas por via feminina²¹.

No geral, a comunidade *prazeira* do século XVII correspondeu às expectativas da coroa portuguesa em termos de composição, estilo de vida e lealdade. O pequeno grupo de famílias importantes incluía indivíduos que haviam recebido propriedades em reconhecimento da sua importância na sociedade metropolitana, assim como agentes reais que haviam desempenhado serviços relevantes à coroa. Também representados na elite estavam padres, comerciantes prósperos e antigos oficiais militares. Como grupo, eles aderiram vigorosamente aos principais colonizadores de Lisboa e consideravam-se como progenitores de uma permanente comunidade racial e cultural portuguesa.

Ao longo de todo o século XVII e até aos inícios do século XVIII, as famílias principais gozaram de um virtual monopólio da riqueza, poder e prestígio. Tal como em Lisboa, elas forjaram alianças de casamento cuidadosamente calculadas visando reforçar e perpetuar as suas posições privilegiadas²². Os mais bem sucedidos talvez tenham sido os descendentes de Sisnando Bayão. Através da expansão gradual da teia de laços matrimoniais, esta família criou um império pessoal que compreendia, em meados do século XVIII, nove *prazos*, vários milhares de escravos guerreiros e uma receita substancial em taxas²³. Os padrões de herança tenderam a reforçar a natureza fechada da elite, mantendo as propriedades nas mãos de um pequeno grupo de famílias que, voluntariamente, legavam as suas propriedades umas às outras quando não tinham herdeiros apropriados²⁴.



Apesar do seu poder local, as grandes famílias *prazeiras* partilhavam uma profunda dedicação ao rei e à nação, e consideravam-se como conquistadoras devotadas à expansão da majestade de Portugal. Pacificavam novos territórios para o rei, defendiam as suas propriedades mais remotas, actuavam como suas embaixadoras principais e ocupavam importantes posições burocráticas no governo local²⁵. O exemplo de Bayão é revelador. Ele não só subjugou partes do reino circundante de Quiteve, entregando voluntariamente as terras ao rei, como usou o seu grande exército de escravos para proteger os interesses de Lisboa contra Changamira e outros grandes potentados africanos²⁶. Ele ocupou também o cargo administrativo de maior relevo, como *Capitão-mór de Sena e Rios de Cuama*. António Lobo da Silva e Manoel Paes de Pinha realizaram serviços de idêntico relevo²⁷. Em troca foram agraciados por meio de honras e decretos reais. Acerca de António Lobo da Silva, escreveu um seu contemporâneo: "Ele nada mais pretendia que uma patente nobiliárquica e o hábito da Ordem de Cristo"²⁸.

Tal como o relato sobre as aspirações de António Lobo da Silva sugere, a élite mantinha manifestamente a sua aliança com a cultura e tradições portuguesas. Aderiu rigorosamente à herança católica, muitas vezes com grande esforço pessoal. Alguns *prazeiros* construíram grandes igrejas nos seus domínios²⁹, e muitos enviaram os seus filhos a Portugal ou Goa, para uma esmerada educação católica. Entre os filhos de Manoel Paes de Pinha que beneficiaram de educação europeia contavam-se um padre altamente considerado e vários homens de leis activamente envolvidos na Igreja Católica³⁰. Entre os descendentes directos de Bayão contavam-se oficiais e figuras de Estado que receberam o Hábito de Cristo e o Foro de Fidalgo³¹.

Embora pouco se saiba sobre a sua organização social, a evidência sugere que a élite se pautava pelos mesmos conceitos básicos de casamento, família e posição social da sua homóloga em Portugal³². O seu estilo de vida era claramente o das classes elevadas portuguesas; da metrópole eram regularmente importados mobiliário, jóias e vinhos. Em suma, as primeiras famílias viveram inicialmente num meio que permanecia exterior à sociedade africana, e através de padrões matrimoniais fechados e de um desdém pela "mestiçagem", preservaram ciosamente a sua exclusividade racial e identidade cultural.

Porém, a comunidade *prazeira* inicial não era homogénea, nem na composição nem no estilo de vida. Desde o inicio que Lisboa respondeu favoravelmente aos pedidos de um certo número de proprietários de terras oriundos dos escalões mais baixos da sociedade portuguesa. Nele se

inclusam pequenos comerciantes, oficiais menores, marinheiros arruinados, e um crescente número de *degradados* e outros párias sociais³³. Embora alguns dos proprietários de terras de origem mais humilde se ligassem à elite e com ela se relacionassem através de alianças, muitos evidenciaram menos preocupação com a preservação da pureza racial e cultural. A escassez de um número adequado de mulheres europeias elegíveis levou a uma extensiva misceginação. Por volta de 1667, um observador notou a presença de um número significativo de mulatos, conhecidos também por *mizungo* (sing. *muzungo*) ou *filhos do país*³⁴. A tendência para casar com mulheres africanas e criar a prole no meio social indígena colocou implicações sociais e culturais óbvias, reforçadas pela incapacidade dos *prazeiros* menos prósperos de enviar os seus filhos para Lisboa e pela ausência de instituições de "europeização" fora dos limites das pequenas cidades zambezianas de Sena e Tete. Embora seja difícil aferir a natureza e direção exatas da mudança cultural durante este período recuado, alguns membros da comunidade interior praticavam a poligamia, visitavam curandeiros, acreditavam em feitiçaria e adoptaram grande parte da cultura material da população indígena³⁵. Um cronista observou com desagrado, em 1696, que "alguns muzungos vivem mais como africanos que os cafres como cristãos"³⁶.

A composição social e racial da comunidade *prazeira* mudou dramaticamente ao longo do século XVIII. Em parte, tal mudança pode ser atribuída ao fracasso de diversos esquemas de imigração laboriosamente planeados, o maior dos quais resultou no estabelecimento de apenas setenta e oito homens, mulheres e crianças. Deste grupo, catorze morreram praticamente logo que chegaram³⁷. Em 1750 o governador dos Rios de Sena lamentava ainda a virtual ausência de colonos brancos empreendedores, que ele sentia serem essenciais para a sobrevivência da comunidade portuguesa³⁸. Na tentativa desesperada de manter uma presença nominal no Zambeze, Lisboa começou a distribuir terras a toda a gente, independentemente da origem, capacidades e lealdade. Os que receberam *aforamentos*, ou títulos de propriedade, eram residentes de baixa extracção em Portugal, habitantes do Zambeze empobrecidos, degredados, mulheres mulatas de soldados europeus e asiáticos de Goa³⁹.

A imagem do Vale do Zambeze como região insalubre certamente que desencorajou a imigração de muitas famílias portuguesas. Elas preferiam a alternativa dos climas mais desejáveis do Brasil, Goa ou outras partes de África. Consequentemente, era muito reduzido o número de colonos oriundos da metrópole que viviam na região do Zambeze. Este facto reflecte-se claramente na composição demográfica dos habitantes de Sena e

Tete, em 1777, um ano em relação ao qual existem estatísticas precisas. Dos 713 cristãos das duas principais cidades, apenas 95, ou seja 12%, tinham nascido em Portugal⁴⁰. Neste pequeno grupo, era manifestamente escassa a presença de mulheres em idade fértil. Em Sena havia 17 homens de Portugal, e nenhuma mulher⁴¹. Tete revelava uma relação menos extrema entre adultos de sexos diferentes, no seio da população nascida em Portugal, com trinta e seis homens para dez mulheres em idade fértil⁴². Assim, a imagem adversa de Moçambique reduziu o número de potenciais imigrantes, minando portanto a possibilidade de perpetuação da comunidade europeia.

Para aqueles que imigraram para o Vale do Zambeze, o intenso calor e as prolongadas chuvas de inverno criaram sérios problemas de aclimatação⁴³. Além disso, a comunidade europeia sofria de doenças fatais como a malária e a bilharziose, assim como de um certo número de outros males. Segundo o Dr. Francisco José de Lacerda, a severidade do clima e a má qualidade da água "produziam lesões, febres biliosas, deformidades, desinteria, cataratas e outras doenças debilitantes"⁴⁴. Ele concluía que num tal meio era impossível a comunidade portuguesa sobreviver, citando como evidência que em 1796 tinha havido quinze óbitos e apenas três nascimentos em Quelimane⁴⁵.

Do pequeno número que foi para o Zambeze durante a segunda metade do século XVIII, a maioria era de extracção indiana, e a sua chegada estava intimamente ligada às reformas económicas de 1752. Antes deste período o governo controlara a exportação de todo o marfim e ouro da Zambézia, através de um complexo sistema alfandegário⁴⁶, e os goeses tinham preferido instalar-se no Norte de Moçambique, onde um tal sistema mercantil não vigorava. Aí eles dominavam o comércio de produtos tropicais e estabeleceram uma complexa rede comercial que se estendeu por todo o Oceano Índico até ao subcontinente indiano⁴⁷. Quando Lisboa aboliu o sistema alfandegário, os goeses alargaram o seu império comercial ao Vale do Zambeze, e nos vinte anos seguintes estabeleceram uma posição económica preponderante⁴⁸.

A fraca entrada de colonos e a elevada taxa de mortalidade afectaram profundamente a estrutura demográfica da comunidade portuguesa. Embora não existam estatísticas detalhadas para este período, os registos paroquiais de Sena e Tete, no final do século XVIII, ilustram os efeitos conjuntos destas variáveis (ver quadros 1 e 2). Apesar da qualidade questionável das estatísticas, e da impossibilidade de distinguir entre nascimentos e baptismos, os dados revelam uma descida dramática da população, em termos absolutos e de ano para ano. Tal conclusão está de acordo com a que se retira da comparação entre os censos gerais de 1722

e 1802, que fornece evidência gráfica da incapacidade dos portugueses para se perpetuarem na zona. Durante este período a "população branca" decresceu de 300 para 282, dos quais um número substancial eram indianos recentemente chegados⁴⁹.

QUADRO 1
POPULAÇÃO CRISTÃ DE TETE, 1786-1792

HOMENS						
Ano:	Idade:	0-7	7-15	15-60	Mais de 60	Total
1786	8	18	375	6	407	
1789	17	22	379	9	427	
1790	19	22	375	9	427	
1791	30	22	369	8	429	
1792	42	24	358	8	432	

MULHERES						
Ano:	Idade:	0-7	7-15	15-60	Mais de 60	Total
1786	7	14	193	42	256	
1789	10	18	196 ^a	49	273	
1790	12	18	196 ^b	49	275	
1791	12	18	196 ^b	49	275	
1792	16	28	239 ^c	49	322	

^aGrupo de idade 15-40;

^bGrupo de idade 14-40;

^cGrupo de idade 15-50.

Fontes: AHU, Moç., Cx.23: Vigário, 1787; AHU, Moç., Cx.27: Vigário de Tete, 31 de Dezembro de 1789; AHU, Moç., Cx.27: Vigário de Tete, 31 de Dezembro de 1790; AHU, Moç., Cx.28: Fr. Vicente de Jesus, Vigário, 29 de Dezembro de 1791; AHU, Moç., Cx.29: Fr. Felix de S. António Silva, 31 de Dezembro de 1792.

QUADRO 2
FERTILIDADE E MORTALIDADE DA POPULAÇÃO CRISTÃ DE TETE
1786-1792

Ano	Baptismos	Óbitos	Mulheres em Idade Fértil (12-40)	Taxa de Fertilidade	Taxa de Mortalidade
1786	19	21	193	98	32
1789	14 ^d	39	196 ^a	71	56
1790	17	34	196 ^b	87	49
1791	24	30	196 ^b	122	43
1792	24	35	239 ^c	100	46

^aGrupo de idade 15-40;

^bGrupo de idade 14-40;

^cGrupo de idade 15-50.

Fontes: AHU, Moç., Cx.23: Vigário, 1787; AHU, Cx.27: Vigário de Tete, 31 de Dezembro de 1789; AHU, Cx.27: Vigário de Tete, 31 de Dezembro de 1790; AHU, Moç., Cx.27: Fr. Vicente de Jesus, Vigário, 29 de Dezembro de 1791; AHU, Moç., Cx.29: Fr. Felix de S. António Silva, 31 de Dezembro de 1792.

Esta tendência demográfica pode ser explicada em termos da baixa fertilidade, da elevada mortalidade, ou da combinação dos dois factores. Os dados relativos a Tete no final do século XVIII (ver quadro 2) serão usados para ilustrar a maneira como estas variáveis interagiram. A comunidade de Tete tinha a elevada taxa média de fertilidade de 98 em mil. Convertendo a taxas individuais de reprodução, isto significa que as mulheres que chegaram à idade de quarenta teriam tido uma média entre cinco a seis partos. Todavia, a elevada taxa de reprodução era ultrapassada por uma taxa ainda mais alta de mortalidade de 42,4 óbitos em mil. Considerando a estrutura etária de Tete e partindo do princípio que era uma população estável⁵⁰ a taxa de mortalidade intrínseca saltaria para 48 mortes em mil⁵¹. Encarando de uma perspectiva um pouco diferente, os números absolutos de mortalidade, elevados, seriam ainda maiores se não fosse uma proporção inesperadamente baixa de pessoas com mais de sessenta anos de idade. Em suma, uma população relativamente nova e de meia-idade reproduzia-se rapidamente mas morria a uma taxa ainda mais elevada. Os dados demográficos de Sena para o período de 1788 a 1795, sugerem conclusões semelhantes. Devido a estrutura etária ligeiramente mais favorável, o fosso entre as taxas de nascimento e mortalidade era mais estreito. Mesmo assim

o número de mortes excedia o número de nascimentos em 33%, no período considerado⁵². A razão teria sido ainda maior se fosse possível diferenciar entre o número de nados-vivos e o dos baptismos de convertidos, ambos incluídos no mesmo grupo, nos relatórios paroquiais anuais.

Devido à incapacidade de melhorar as condições sanitárias, de aumentar a imigração de mulheres metropolitanas em idade fértil ou de aumentar a já elevada taxa de fertilidade, os *prazeiros* foram obrigados a incorporar novos membros de fora da comunidade portuguesa. Algumas famílias importantes resolveram o problema casando com goeses prósperas, apesar da resistência social a tais uniões⁵³. Esta tática acabou por se revelar inútil dado que os homens predominavam no seio dos imigrantes indianos. No censo de 1777 de Tete, por exemplo, havia trinta e oito homens asiáticos e apenas uma mulher⁵⁴. O influxo de goeses só exacerbou, portanto, o desequilíbrio sexual existente, forçando os europeus a coabitar quer com mulheres africanas, na sua maioria filhas ou irmãs de *amambo*⁵⁵, quer com mulheres mulatas, produto de anteriores uniões inter-raciais. Uma vez começado este processo nunca foi invertido, e gerações sucessivas engrossaram as fileiras crescentes de população mulata.

Em meados do século XVIII havia já um número suficiente de pessoas de cor na comunidade *prazeira* para levar a reconhecer nesta uma discreta entidade racial conhecida por *muzungu*⁵⁶. Membros das famílias mais proeminentes e poderosas da velha elite *prazeira*, incluindo D. Ignez Pessoa de Almeida Castelo Branco e D. Catarina de Faria Leytão, eram descritos como mulatos *muito escuros*⁵⁷. Os registos paroquiais de todos os nascimentos e óbitos de cristãos em Sena demonstram claramente a natureza e direcção da transformação racial ao longo da maior parte do século XVIII (ver quadro 3).

Não existem razões para duvidar que um padrão semelhante tenha ocorrido no seio dos portugueses que viviam em ou perto das cidades de Quelimane e Tete. Uma vez que a maior parte da comunidade *prazeira* residia em zonas rurais isoladas, o desequilíbrio racial crescente era provavelmente ainda mais pronunciado no seio deste sector da sociedade transfronteiriça.

Dados raciais e demográficos dispersos de Sena e Tete fornecem indicadores diacrónicos da direcção da transformação racial. Tal como em relação às estatísticas anteriores, eles devem ser encarados como sugestivos uma vez que a falta de precisão dos números e as categorias raciais pouco claras utilizadas no censo de 1735 limitam a sua fiabilidade.

Os dados apresentados atrás vão de encontro ao censo de toda a Zambézia realizado em 1819. Uma vez que este relatório incluiu a cidade

costeira de Quelimane, que tinha historicamente uma percentagem maior de europeus, é de considerar uma percentagem algo mais baixa de mulatos. Em 1819, os indivíduos mestiçados compreendiam 61,6 por cento do total da população cristã, enquanto que os europeus e goeses representavam 12,9 por cento e 25,5 por cento, respectivamente⁵⁸. A tradição oral relativa a este período corrobora esta conclusão geral. Segundo os informadores cujos ancestrais residiram nos *prazos* das regiões de Tete e Sena, a vasta maioria dos *prazeiros* era *muzungu*⁵⁹. Em meados do século XIX quase não havia portugueses no Vale do Zambeze, levando a concluir que a absorção racial era então virtualmente completa⁶⁰.

QUADRO 3
NASCIMENTOS E ÓBITOS CRISTÃOS EM SENA
1740-1801

Categoria Racial	Nascimentos (1740-1801)	Mortes (1775-1801)
Mulatos	1340	179
Brancos	188	120

Fonte: AHU, Moç., Cx.40: "Relação Circunstaciada de Nascimentos, Cazamentos e... havidos nesta Freguezia de Santa Catharina de Villa de Senna" (anónimo, sem data).

Inseparável da transformação dos padrões raciais no seio da comunidade *prazeira* era o processo de transformação cultural. Segundo a teoria da aculturação, a configuração cultural específica que emerge em resultado do contacto é função quer do facto dos elementos culturais apropriados serem aditivos ou substitutivos, quer de eles serem compatíveis com a cultura hospedeira, e quer ainda da cultura hospedeira ser capaz de absorver a mudança sem alterar fundamentalmente as suas instituições nucleares. Devido às inter-relações entre os componentes culturais, mesmo apropriações selectivas podem repercutir-se por todo o sistema, e o processo de transformação desenvolve por vezes um ímpeto próprio⁶¹.

A evidência do século XVIII sugere o crescimento de um certo número de formas culturais híbridas. As práticas religiosas sincréticas eram aparentemente comuns. Um édito da igreja, em 1777, denunciava especificamente o uso de um ritual africano no baptismo, a demonstração pública da virgindade da noiva e a cópula de escravos na cama do seu falecido dono, uma prática que tinha passado a fazer parte da cerimónia cristã do enterro⁶². O facto de esses mesmos *prazeiros*, que pareciam imersos na cultura africana, procurarem e inventarem honrarias e títulos

portugueses constitui ainda mais uma indicação do processo de hibridização⁶³.

A escassez de documentação detalhada para o século XVIII obscurece o grau de aceitação destas formas culturais híbridas. Além disso, as limitações dos dados tornam impossível verificar se estas alterações específicas faziam parte de um processo mais amplo de aculturação. No início do século XIX, porém, a comunidade *prazeira* tinha-se integrado na sociedade local dominante. Não é claro se a cultura transfronteiriça surgiu nesta altura ou se a disponibilidade de dados orais e os testemunhos primários concordantes simplesmente sublinham uma situação que já existia. Para evitar os problemas do presente etnográfico e das asserções a-históricas dos funcionalistas-estruturais, a discussão sobre a transformação cultural limitar-se-á à primeira metade do século XIX⁶⁴.

QUADRO 4
COMPOSIÇÃO RACIAL DE SENA E TETE

Categoria Racial	1735		1777		1802	
	Perc	No.	Perc	No.	Perc	No
Portugueses	22.8	188	14.5	103	23.3	253
Goeses	16.2	147	18.5	130	—	—
Pardos ^a (Mulatos)	60.0	489	66.9	471	76.6	666

^aAs categorias imprecisas de *filhos da terra* e *rol de molhos*, que figuram no censo de 1735, foram incluídas aqui em *pardos*.

Fontes: AHU, Moç., Cx.3: Jeronymo de Sau, "Rol dos Fregueses de Santa Maria desta Freguesia de Senna", 1735; AHU, Moç., Cx.3: "Lista dos Christaons e Freguezos de Tette da Administração dos Rios de Senna", E.Fr.Matteus de S.Thomas, 6 de Maio de 1735; AHU, Moç., Cx.15: Pe.Manuel Pinto da Conceição, Vigário, 6 de Julho de 1777; AHU, Moç., Cx.15: António José Lobo, "Pardos e Negros que existem nas tres villas do Distrito do Governo desses Rios de Sena, 1802", sem data.

Tem ainda que ser feita uma qualificação temporal adicional. Embora a análise incida sobre os agregados, existiam diferenças substanciais de umas famílias para as outras. Estas explicam-se sobretudo em termos da intensidade do contacto cultural com a população africana local. Assim, as variações culturais entre uma família que residia na Zambézia há seis meses e outra que ali estava há seis gerações eram, obviamente, enormes. Na prática, tais discrepâncias não eram tão pronunciadas devido ao número progressivamente menor de imigrantes.

A natureza das fontes primárias apresenta um problema mais. Embora os observadores contemporâneos reconheçam universalmente a apropriação extensiva realizada pelos *prazeiros*, os seus comentários limitaram-se quer a generalizações vagas sobre a corrupção da população europeia ou a descrições detalhadas e altamente pré-concebidas dos aspectos mais exóticos da sociedade *prazeira*, como a feitiçaria e a poligamia.

Os europeus que vão residir para a África Oriental, principalmente aqueles que se estabelecem no interior, em lugar de despojarem os cafres das suas grosseiras suposições, adoptam essas superstições de forma exagerada: resultando em que os netos de portugueses vivam absolutamente como selvagens⁶⁵.

Para compensar estas distorções, incidiremos particularmente nos testemunhos orais quer de descendentes da comunidade *prazeira*, quer de anciões cujas famílias tenham historicamente residido nos *prazos*. Tais relatos fornecem testemunhos preciosos sobre os aspectos mundanos da vida dos *prazeiros* e das suas relações com a cultura indígena. A maior dificuldade está em que as testemunhas tendem a particularizar, descrevendo em profundidade o estilo de vida do *prazeiro*, sem tentar generalizar sobre a comunidade trans-raiana no sentido lato.

Usados criticamente, contudo, estes dois corpos de dados muito distintos fornecem um quadro consistente da ampla configuração cultural da comunidade *prazeira* durante a primeira metade do século XIX. Partindo do princípio que se reconhece geralmente uma fraca mas positiva correlação entre comportamento e atitude, as alterações profundas no comportamento são consideradas como reflectindo uma modificação substancial nos sistemas de valores em relação aos quais nos faltam dados⁶⁶. A nossa asserção principal, portanto, é que neste período os *prazeiros*, quer de extracção portuguesa ou goesa, partilharam de uma profunda ligação com a cultura africana indígena. A uma conclusão semelhante chegou o governador de Rios de Sena em 1821: "Em costumes e crenças, não há diferenças significativas entre os [prazeiros] mulatos e a população africana em geral"⁶⁷.

No espaço que resta neste artigo, descreveremos e explicaremos a africanização da comunidade *prazeira*. Com o fim de exemplificação, abordaremos com algum detalhe dois importantes trans-raianos do século XIX e suas famílias, os Pereira e os Cruz, sobre os quais a informação é abundante. As conclusões gerais retiradas destes estudos de caso serão em seguida testadas por confrontação com dados menos específicos sobre a comunidade *prazeira* mais lata. Implícita em toda a discussão está a juxtaposição da sociedade *prazeira* da primeira metade do século XIX com

os seus antecedentes fronteiriços de finais do século XVII. Visto que é impossível isolar formas intermédias ou determinar a natureza do processo de aculturação, tal perspectiva permite-nos realizar comparações diacrónicas específicas e sugerir algumas explicações preliminares.

A família Pereira migrou de Goa por volta de meados do século XVIII e envolveu-se rapidamente no lucrativo comércio de marfim e escravos, a norte do rio Zambeze. Como parte das suas actividades, eles acumularam um grande número de escravos. Nos finais do século XVIII Gonçalo Caetano Pereira, conhecido mais vulgarmente por Chamatowa ou Dombo-Dombo, estabeleceu uma relação estreita com o Undi, rei dos Chewa. Num gesto de amizade, o Undi ofereceu a Chamatowa ou ao seu filho Chicucuru uma parente materna em casamento. Esta aliança matrimonial provou ser mutuamente benéfica; quando forças dissidentes do seu reino se levantaram contra o Undi, os Pereira forneceram assistência militar directa que lhe permitiu esmagar a revolta. Em retribuição, o Undi presenteou os Pereira com uma faixa do território secessionista do seu império, conhecida por Makanga. Tal presente incluía não só os direitos políticos costumeiros que o Undi conferia a todos os seus chefes territoriais, mas era também acompanhado da autorização explícita de subjugação das chefaturas hostis, o que os Pereira fizeram com a ajuda dos seus escravos guerreiros⁶⁸.

Uma vez reconhecidos como soberanos, Chicucuru e os seus sucessores legitimaram a sua posição fortalecendo a sua aliança matrimonial com a Undi e a sua identificação pessoal com o rei Chewa. Com este objectivo o herdeiro de Chicucuru terá adoptado o título de *chissaca maturi*, que era um dos nomes honoríficos mais prestigiados do Undi. Para reforçar a sua pretensão, negociaram também alianças matrimoniais com os principais *amambo* e chefes de aldeia, e adoptaram certos rituais e símbolos da realeza. Cada novo dirigente da Makanga passava por extensos ritos de investidura após o concelho dos anciãos e chefes de terra o terem seleccionado entre os membros da família Pereira, o terem ritualmente aprovado como novo *amambo*, ajudando-o a propiciar os espíritos ancestrais em tempos de crise nacional⁶⁹.

Embora a adopção destes aspectos da realeza tivesse tendido a aumentar a legitimidade da família, visto atenuar as diferenças em relação à população, não há evidência de se ter tratado de um esforço calculado para aumentar o seu prestígio e poder. Constitui, mais provavelmente, parte de um processo mais amplo de aculturação que alterou dramaticamente o seu estilo de vida, cosmologia e modo de organização social. Em 1830, um funcionário português descrevia Chicucuru como "um indivíduo ignorante

de compleição escura, que vive como os africanos e os seus chefes, não só se vestindo como eles mas, também, adoptando os seus costumes, crenças e superstições, chegando ao ponto de ter uma casa cheia de remédios [sortilégios] para o proteger do mal⁷⁰. As tradições orais colhidas entre o povo da Makanga e os descendentes dos Pereira confirmam esta caracterização geral de Chicucuru e seus herdeiros. Segundo esses testemunhos, eles vestiam-se de *capulanas*, tangas africanas, comiam comida africana, viviam geralmente em palhotas africanas, e falavam mais ci-Nyanja que português⁷¹.

A sua adopção da cosmologia e sistema religioso Chewa demonstra vivamente a medida da sua aculturação. Tal como os membros da população local, eles acreditavam no culto dos antepassados, reconhecendo o *midzimu* como elo vital entre o homem e as divindades distantes. Tinham santuários fúnebres, ou *kucisi*, e um complexo túmulo real que visitavam periodicamente para cerimónias religiosas e em tempo de crise⁷². Nessas cerimónias eles propiciavam os *midzimu* e imploravam-lhes que trouxessem chuva, assegurassem a fertilidade, os ajudassem contra os inimigos, e lhes dessem sabedoria na tomada de decisões importantes⁷³. Assim, antes de negociar um tratado com os portugueses em 1875, Shaka-Shaka, descendente de Chicucuru, conferenciou com os espíritos ancestrais para determinar a sensatez de tal acto⁷⁴. Com o decorrer do tempo os cemitérios da família Pereira tornaram-se o santuário nacional da Makanga, mantidos por um guardião do túmulo real, que também servia de repositório das tradições da Makanga⁷⁵. Os Chewa, tal como os Pereira, visitavam periodicamente o local do cemitério e invocavam os *midzimu* dos Pereira.

A família Pereira adoptou também a crença Chewa na feitiçaria e bruxaria⁷⁶. A.C.P.Gamitto, escrevendo na década de 1830, observou que Chicucuru se recusava a expedir cartas por mensageiro. "Não é de surpreender dado que, devido à sua cor, a sua forma de vida e as suas maneiras são como as dos africanos e estes, incluindo os seus mambos e fumos, não tocam em cartas nem as deixam entrar nas suas aldeias pois pensam que elas são uma magia dos brancos"⁷⁷. Para se protegerem contra as feiticeiras, os Pereira empregavam *muabvi*, ou prova do veneno⁷⁸. Em pelo menos um caso um membro da sua família foi considerado suspeito de ser o responsável pelo assassinato de um monarca reinante da Makanga, e antes de ele se tornar elegível para substituir o dirigente reinante, teve que passar pelo *muabvi*⁷⁹.

O sistema de organização social também passou por modificações ao longo do tempo, embora a evidência sobre este factor seja menos conclusiva. Os Pereira foram incorporados no clã local, Malunga,

praticavam a poligamia, reconheciam a primazia da mulher mais velha, e adoptaram um sistema de herança unilínia, em lugar de reter a prática indiana da co-propriedade⁸⁰. Apesar destes desvios, durante a maior parte do século XIX eles permaneceram ligados à patrilinearidade em lugar de reconhecerem a preeminência da matrilinearidade. Os primeiros cinco Pereiras a governar a Makanga, por exemplo, relacionavam-se todos com o Chamatowa por linha masculina. O sistema de descendência real foi desafiado depois de 1870, quando segmentos matrilineares da família reinante, afastados das posições de prestígio e poder, forçaram a seleção de Chicuacha e, mais tarde, de Chigaga, com o apoio de um certo número de importantes *amambo* Chewa. O historiador local Chimpazi explicou o seu sucesso nos seguintes termos: "Isto estava de acordo com as regras indígenas de descendência, pelas quais os sobrinhos ou primos gozavam sempre do direito da herança quando as suas candidaturas eram apoiadas por grupos de homens poderosos, com grande influência ou força"⁸¹. Se bem que a nomeação de membros da matrilinearidade se relacionasse inquestionavelmente com a adopção de outras formas culturais Chewa pela família real, o facto de cada um desses reis ter sido em seguida deposto por um membro do segmento patrilinear sugere que o sistema de descendência permaneceu em vigor. A conquista portuguesa da Makanga, em 1901, expulsou os Pereira antes que um padrão claro de bilateralidade ou matrilinearidade tivesse surgido.

Aproximadamente na mesma altura em que Chicucuru governava a Makanga, a família Cruz, mais conhecida pelo nome africano de Bonga, estabeleceu a sua hegemonia sobre as chefaturas patrilineares Tonga, situadas na confluência dos rios Zambezi e Luenha. Tal como os seus homólogos do norte, os Bongas eram mestiços de ascendência asiática e africana. O primeiro Cruz veio para Moçambique em meados do século XVIII, e na terceira década do século XIX Joaquim da Cruz, conhecido por Nhaude, tinha-se tornado num próspero comerciante e caçador de elefantes, com um corpo substancial de escravos guerreiros. Invasões sucessivas de guerreiros Bárue e Nguni levaram alguns *amambo* Tonga a procurar a sua proteção; em troca eles reconheceram Nhaude e os seus herdeiros como seus senhores legítimos. Pouco tempo depois disso Lisboa concedeu a Nhaude um *aforamento*, ou título de propriedade, sobre as suas novas terras⁸².

Uma vez no poder, os Bonga procuraram legitimar e institucionalizar a sua autoridade. Alianças matrimoniais previamente consumadas com as famílias reais do Muenemutapa e do Bárue⁸³, ambos reclamando soberania sobre os Tonga, aumentaram o seu prestígio, tal como

o fizeram uniões matrimoniais selectivas com importantes *amambo* Tonga. Tal como Chicucuru, Nhaude e os seus herdeiros adoptaram um certo número de rituais e ornamentos associados à realeza na sociedade Tonga. Submeteram-se a ritos de investidura, ostentavam cajados reais, recebiam nomes honoríficos africanos, eram universalmente saudados com palmas e davam a aprovação ritual aos *amambo* escolhidos⁸⁴.

As semelhanças entre as duas famílias ultrapassavam a origem e a posição para incluir a absorção e aculturação raciais. Nhaude é descrito em relatos contemporâneos como "um cafre filho de uma negra", enquanto que Bonga "pertencia à raça africana, possuindo apenas sangue mestiço"⁸⁵. Eles e os seus descendentes eram analfabetos e comunicavam apenas em ci-Tonga. Eram peritos nas artes indígenas da caça e remo, vestiam *capulana*, preferiam *massa* (papas africanas de sorgo) e *pombe* (cerveja fermentada localmente) às comidas portuguesas e goesas, e viviam em palhotas africanas⁸⁶.

Os Bonga restrukturaram também a sua organização social, conformando-a à da população Tonga. Eles praticavam a poligamia, reconheciam a posição privilegiada da mulher mais velha, e davam um estatuto elevado ao filho mais velho dela, mesmo que ele não fosse o primeiro filho masculino do seu pai⁸⁷. Esta posição implicava grandes responsabilidades e privilégios em relação ao seu grupo de idade. Tal como os Tonga, Nhaude e os seus herdeiros transmitiam a herança do irmão mais velho ao irmão mais novo, e praticavam o falso levirato, herdando a viúva. Assim, quando o Bonga morreu o seu irmão imediatamente mais velho, Chatala, herdou a sua posição assim como a sua responsabilidade relativamente à propriedade familiar e às mulheres do falecido⁸⁸. Estas alterações estruturais foram acompanhadas dos rituais sociais concomitantes, particularmente o pagamento do *chuma* ou dote.

A internalização do sistema de crenças Tonga foi outra manifestação de mudança cultural. Os Bonga consultavam regularmente o *svikiro* ou medium, implorando remédios especiais para os seus *midzimu*, e mantinham cemitérios reais. Em alturas de crise invocavam não só os espíritos dos seus ancestrais mas também o espírito guardião nacional, ou *mhondoro*, dos Tonga por intermédio do seu *svikiro*. Era o *mhondoro* senior quem santificava e legitimava o governo dos sucessivos membros da família Bonga, e quem reputadamente fornecia a assistência estratégica e mágica em tempos de guerra⁸⁹.

Na cosmologia Tonga o *mhondoro* era considerado como o elo vital entre o homem, a terra e a ordem moral. Os Tonga acreditavam que as violações do código moral criavam um desequilíbrio na ordem natural, que

geralmente tomava a forma de secas, fomes ou epidemias de inspiração divina, embora outros infortúnios fossem também explicados como tendo este tipo de causas. Tais dificuldades só podiam ser resolvidas pela intercessão do *mhondoro*, uma vez que o Mwari, suprema divindade, era considerado inacessível aos mortais⁹⁰. A confiança que os Bonga tinham no *mhondoro* reflecte a sua ligação à cosmologia indígena.

A adopção da estrutura de crenças Tonga incluía também o reconhecimento de bruxos e feiticeiros como poderosas forças maléficas⁹¹. O receio que Bonga tinha de bruxarias é patente quando explicou a David Livingstone que recusara um encontro com emissários dos Pereira porque "eles traziam remédios para me enfeitiçar"⁹². De facto, a causa principal da guerra da Zambézia em 1850-1851, foi a convicção de Bonga de que os descendentes de Chicucuru tinham sido responsáveis pela morte de seu pai, por meio de magias⁹³. Para neutralizar essas ameaças demoníacas, Bonga e os seus herdeiros procuraram isolar e destruir todos os suspeitos de feitiçaria através do *muabvi*. Entre as suas vítimas contaram-se pelo menos duas das suas mulheres mais novas, que tinham alegadamente lançado um encantamento sobre ele⁹⁴. Os Bonga também consultavam regularmente adivinhos para receber encantamentos com os quais podiam assegurar a sua boa fortuna e proteger-se contra os espíritos demoníacos.

Tal como os Pereira e os Bonga, outros trans-raianos, adoptaram universalmente os utensílios, técnicas e objectos africanos. Vestiam-se normalmente com tangas, viviam em palhotas, aprendiam as artes da caça, pesca, mineração e agricultura, e comiam alimentos africanos sem a ajuda de utensílios europeus⁹⁵. A adopção da cultura material e conhecimentos indígenas facilitou a sua adaptação a um meio novo e difícil. Esta apropriação não prova, em si, uma transformação cultural significativa uma vez que os artefactos, salvo aqueles com valor simbólico, tendiam a ser culturalmente neutros. Assim, não era contraditório o facto dos *prazeiros* do século XIX adoptarem aspectos da cultura material local mantendo, simultaneamente, outros de origem portuguesa. O valor que muitos atribuíram a certos vinhos e artigos de luxo europeus confirma este aspecto⁹⁶.

A aceitação generalizada das crenças e práticas feiticistas indígenas constitui um indicador muito mais significativo da transformação cultural. Escrevendo em 1797, Lacerda descreveu um incidente no qual uma importante moradora de Sena matou quatro dos seus escravos por acreditar que fossem feiticeiros⁹⁷. Quarenta anos mais tarde Gemitto, falando sobre um importante membro da sociedade de Tete que dizia estar com uma dor de cabeça provocada por um feitiço, concluiu depreciativamente:

Posso dar-vos aqui a minha reflexão sobre crenças desta índole. Basta dizer que as próprias pessoas cuja tarefa é trazer a luz da civilização europeia são as mesmas que adóptam os usos e costumes africanos... Esta censura não se dirige apenas aos portugueses porque os estrangeiros que se estabelecem nestas regiões também adquirem os mesmos hábitos e seguem o mesmo caminho⁹⁸.

Os *prazeiros* apropriavam-se de um conjunto complexo de práticas da população indígena para determinar a identidade dos feiticeiros e assegurar a sua eliminação. O controlo dos feiticeiros centrava-se em volta da prova do veneno que, segundo Lacerda "é frequentemente praticada entre os brancos que conheci"⁹⁹. O acusado deveria beber publicamente uma poção altamente venenosa feita da casca de uma determinada árvore diluída em água. Embora venenosa a substância era difícil de reter no corpo. Se o indivíduo expelisse a poção, considerava-se ser um sinal sobrenatural da sua inocência e o acusado seria sujeito a minuciosas investigações. Aqueles que morriam eram considerados feiticeiros, e a sociedade conseguia assim livrar-se de uma força maligna. O *muabvi* era, assim, o único mecanismo para determinar se uma pessoa estava possessa de espíritos malignos, que de outra forma se tornavam muito difíceis de reconhecer.

A aceitação generalizada da feitiçaria e do *muabvi* é uma indicação definitiva da transformação da cosmologia dos *prazeiros*. Embora Charles Wagley tenha argumentado que as semelhanças entre o cristianismo medieval, com a sua incidência em espíritos, demónios, fantasmas e bruxos, e as religiões indígenas da Amazónia tenham permitido que os católicos raianos do século XVII incorporassem grande parte das segundas, tal analogia não se aplica ao Vale do Zambeze¹⁰⁰. Contrariamente à comunidade colona da Amazónia, os *prazeiros* de finais do século XVIII e do século XIX eram, na sua maioria, originários de Goa, e não há evidência que a feitiçaria tivesse um lugar importante na cosmologia das comunidades hindus e cristãs de Goa¹⁰¹. Os dados sugerem que a sua adesão à feitiçaria e ao *muabvi* está intimamente relacionada com explicações sobre a causalidade, o mal e a ordem do universo que estão claramente para lá das fronteiras do cristianismo e do hinduísmo.

Os *prazeiros* encaravam a feitiçaria como um elemento de um complexo sistema de crenças que interpretava a relação entre os fenómenos naturais e a ordem moral. Pensavam que o mundo era regulado por um Deus criador distante que, em conjunção com os espíritos ancestrais, fornecia uma protecção sobrenatural aos mortais que agissem com correção. Partindo destas suposições não é de espantar que muitos desses proprietários estabelecessem santuários para os seus antepassados, participassem nas cerimónias das primeiras colheitas e invocassem os

midzimu em tempos de crise¹⁰². A relação causal entre a moralidade e a intervenção divina é um desvio substancial em relação quer à crença judaico-cristã segundo a qual Deus deixa muitas vezes que os seus servos sofram (tal como no Livro de Job), quer ao sistema metafísico hindú estabelecido no *dharma* e no *karma*¹⁰³.

A estrutura de crenças indígena fornece uma explicação para a ocorrência ocasional de doenças, aridez e outros infortúnios sérios. Tais problemas são particularmente difíceis de entender se, como acontece frequentemente, a parte atingida é um respeitável membro da comunidade e a situação surge como um caso de sofrimento imerecido¹⁰⁴. Esta aparente contradição foi resolvida reconhecendo-se a existência de forças malignas cujo poder tinha que ser destruído - daí o recurso ao *muabvi* e à utilização de encantamentos para neutralizar a ameaça dos feiticeiros.

Para além dos feiticeiros, outra categoria de adivinhos realizava proezas mágicas que não eram anti-sociais para os membros da comunidade *prazeira*. Antes de realizar uma viagem perigosa ou de participar num importante negócio, os *prazeiros* procuravam frequentemente as predições de um adivinho¹⁰⁵. Livingstone retratou a proliferação de praticantes especializados de magias nas cidades portuguesas que visitou em meados do século XIX¹⁰⁶. A sul da região do Zambeze, na cidade de Sofala e no seu interior, ocorriam práticas semelhantes.

Os habitantes de Sofala, à excepção dos principais homens do governo e de alguns outros, vivem em completa ignorância, ligados quase completamente às ideias e superstições dominantes dos cafres, à magia, aos sortilégios, etc., ao ponto de não semearem nem colherem os seus produtos sem consultar um curandeiro, que responde afirmativamente ou negativamente, consoante a leitura de seis conchas de cauri que ele traz consigo¹⁰⁷.

O sistema geral de crenças a que os *prazeiros* aderiram era comum a muitas sociedades africanas desprovidas de técnicas para enfrentar as crises diárias, principalmente as doenças¹⁰⁸. Para compensar a sua falta de conhecimentos, os *prazeiros* não só assumiam os princípios cosmológicos indígenas como confiavam cegamente nos ervanários locais, por eles considerados como praticantes médicos altamente competentes.

[Dona Pascoa]...ao saber da morte do Sr. Brown, mostrou surpresa e dor, lamentando ao mesmo tempo que o Sr. Kilpatrick tivesse preferido as práticas europeias às dos nativos, que ela considera serem as únicas que resultam¹⁰⁹.

Segundo o Governador Barbosa, a opinião de Dona Pascoa gozava de grande apoio no seio da comunidade *prazeira*, onde em caso de doença seria se tratava de chamar logo um curandeiro¹¹⁰.

Para os escandalizados funcionários e viajantes a crença em feitiçarias e a confiança em herbanários eram manifestações inequivocas de regressão cultural. O nível de analfabetismo entre os *prazeiros* reforçava esta convicção. Um relatório oficial concluía que raras vezes uma "dona europeia" sabia falar uma só palavra de português¹¹¹, numerosos documentos assinados com um X demonstram que o analfabetismo não abrangia apenas a população feminina¹¹². Se tivermos em conta o então baixo nível de alfabetização e a probabilidade de muitos goeses não serem fluentes no português, seria ainda mais exacto considerar a incapacidade de ler e escrever como uma manifestação da necessidade de um outro sistema de comunicação. Segundo esta perspectiva, os *prazeiros* e suas famílias faziam parte da cultura indígena que se baseava mais na comunicação oral. Todos eram fluentes em ci-Sena, ci-Nyanja ou ci-Nyungwe, e muitos podiam conversar em vários dos dialectos com elas relacionados¹¹³.

Em meados do século XIX a natureza do sistema social dos *prazeiros* e as regras básicas da organização social sofreram uma alteração profunda. Embora os dados sejam imprecisos, indicam a rejeição da monogamia, por exemplo, em favor das formas africanas locais, com os seus rituais concomitantes. Considerando que os padrões matrimoniais, a organização familiar e as práticas de herança constituiam instituições centrais de suporte das sociedades portuguesa e hindú, as alterações nestas áreas indicam não só a medida da aculturação mas também a probabilidade de modificações semelhantes de outras práticas relacionadas para as quais não existem dados.

Talvez as transformações mais dramáticas tenham ocorrido no seio dos *prazeiros* de extracção hindu, que gradualmente passaram a ignorar o sistema de castas que historicamente havia determinado a sua forma de organização social. Quando os primeiros indianos, principalmente de Goa, chegaram ao Vale do Zambeze, eles aderiam religiosamente ao sistema de castas. Escrevendo na década de 1760, um *prazeiro* explicava que existiam seis castas, das quais as mais importantes eram os Brahman e os Chardo, e que todas as relações sociais eram definidas pela posição da casta¹¹⁴. Quarenta anos mais tarde o governador dos Rios de Sena observava que os casamentos entre castas continuavam a ser proibidos, muitos indianos já se casavam com "portugueses", muitas vezes um eufemismo para mulatos¹¹⁵. Em meados do século XIX os *prazeiros* de extracção india ignoravam já totalmente as barreiras das castas e casavam com quem consideravam desejável¹¹⁶. Tal como aconteceu com os *prazeiros* de ascendência portuguesa, também com estes as pressões demográficas fizeram aligeirar os costumes.

Qualquer que fosse a sua ascendência, os *prazeiros* do século XIX praticavam e defendiam os casamentos múltiplos.

A poligamia é tão comum que se tornou aceitável. É verdade que ela raramente acontece na cidade, mas nos *prazos* não existem *patrícios* (raça dos rios, resultante da mistura de africanos, europeus e canarins) que não tenham três mulheres ou mais¹¹⁷.

Os comentários do governador Lacerda foram corroborados por alguns observadores contemporâneos e por descendentes de importantes *prazeiros*¹¹⁸. A poliginia permitia ao *prazeiro* negociar uma ampla rede de alianças matrimoniais com *amambo* e chefes de aldeias, cujo apoio era vital para proteger o seu papel de senhor político. Além disso, ela fornecia uma base de legitimação dos seus herdeiros, que podiam assim invocar laços directos, embora por vezes distantes, com a família real local. Os casamentos múltiplos também tornavam possível ao *prazeiro* aumentar o tamanho da sua linhagem, um critério importante para a definição do estatuto no seio da comunidade indígena¹¹⁹.

A poliginia exigia a imposição de um novo sistema de escalonamento no seio da família, com uma diferenciação de papéis paralela. Tal como os seus contrapartes Sena e Tonga, os *prazeiros* reconheciam a primazia da mulher mais velha. Esta gozava de uma posição de autoridade e prestígio em relação às mulheres mais novas, que afectava todos os aspectos das suas vidas. A mulher mais velha vivia na palhota maior, estava livre de certas actividades indesejáveis e, principalmente, tinha mais direitos em relação ao *prazeiro*¹²⁰. Esta relação hierárquica provocava frequentemente tensões entre as mulheres rivais. Uma tradição relata como o *prazeiro* Gambete e a sua mulher mais velha consumiram remédios especiais para se protegerem da inveja das mulheres mais novas que, segundo receavam, tentavam assassiná-los por intermédio de um feiticeiro¹²¹.

A posição privilegiada da mulher mais velha estendia-se ao seu filho mais velho. Independentemente da sua posição genealógica real entre a prole masculina, ele era considerado como o legítimo herdeiro e o principal guardião da propriedade familiar¹²². Esta prática significava um desvio substancial em relação aos padrões de herança nas sociedades portuguesa e indiana. Na primeira, a propriedade do falecido era dividida pelos herdeiros imediatos, independentemente da sua posição genealógica ou do sexo¹²³. Diferente da prática portuguesa das *partilhas*, o padrão prevalecente na sociedade indiana era da propriedade cooperativa de todos os descendentes masculinos¹²⁴.

A mudança nos padrões de herança estava provavelmente relacionada com uma alteração mais geral do modo de descendência.

Embora a escassez de dados genealógicos detalhados impeça generalizações significativas, os casos dos Bonga e dos Pereira sugerem que por volta do século XIX outros *prazeiros* se devem ter acomodado ao sistema de descendência dominante.¹²⁵

A ausência de uma comunidade *prazeira* localizada com instituições europeias, a transformação dos padrões raciais e a emergência de um processo alternativo de socialização, todos estes factores contribuiram para o peculiar padrão de aculturação que surgiu no Vale do Zambeze. Embora tratados separadamente por razões analíticas, estes factores estavam inter-relacionados e tiveram um impacto conjunto na natureza e direcção da mudança no seio da sociedade trans-riana.

Para conseguir manter as suas posições de senhores políticos, os *prazeiros* foram obrigados a viver permanentemente nas suas propriedades e não nas pequenas cidades de Sena, Tete e Quelimane.¹²⁶ Tais propriedades estendiam-se ao longo das margens do rio Zambeze, numa região de cerca de 50.000 milhas quadradas. A enorme distância que separava uns *prazos* dos outros impedia interacções sociais continuadas entre as escassas centenas de famílias *prazeiras*. Este isolamento forçou as crianças, e muitas vezes os seus pais, a procurar a convivência de um segmento da população africana que residia nos *prazos*. Com o desenrolar do tempo, os habitantes locais tornaram-se um importante grupo de referência e um transmissor vital das tradições culturais.

Situados para além das fronteiras da sociedade portuguesa, poucas famílias *prazeiras* tinham acesso a quaisquer instituições europeias de sociabilização. Um membro elevado da igreja lamentou a falta de igrejas e escolas, que deixava os *prazeiros* num estado de ignorância total.

Eles nunca assistiram à missa, e nada sabem da doutrina, porque não tem havido ninguém que os ensine, dado que os *prazeiros* vivem muitas vezes a dezassete ou dezoito léguas de distância daqui e só há um pequeno número de padres espalhados pela região.¹²⁷

A situação não era muito melhor no que se referia às famílias *prazeiras* que viviam nas cercanias de Tete, Sena ou Quelimane. As escassas escolas e igrejas localizadas nas cidades sofriam de aguda falta de pessoal. Além disso, o clero responsável pela educação religiosa e secular da comunidade estava totalmente absorvido no comércio e não manifestava interesse pelo cumprimento das suas obrigações.¹²⁸ O relato de um viajante, escrito no início do século XIX, revela até onde eles podiam ir para proteger a sua posição privilegiada.

[Quando] os habitantes de Tete persuadiram um pobre frade a realizar a tarefa de ensinar as suas crianças a ler e escrever, o resto da santa fraternidade alarmou-se, e conseguiu imediatamente o afastamento do transgressor para Sena, onde foi obrigado a permanecer inactivo, e o padre que ali estava na altura desta expedição atribuiu abertamente... a sua situação e dos outros religiosos à ignorância do seu rebanho¹²⁹.

Em 1850, poucos membros da comunidade portuguesa urbana se interessavam por tais abusos ou se afirmavam mesmo cristãos. Nesse ano só havia uma pequena igreja em Sena, que de resto era mais que suficiente para os poucos que a frequentavam¹³⁰.

Factores demográficos reforçaram o isolamento cultural dos homens transfronteiriços. Uma elevada taxa de mortalidade impediu o desenvolvimento auto-sustentado de uma comunidade europeia capaz de fornecer esposas aos *prazeiros*, e a incapacidade de atracção de imigrantes femininos em idade fértil exacerbou o problema. Tal grupo teria presumivelmente assegurado a perpetuação da cultura portuguesa. A falta de portadores da cultura ultramarina e o declínio da população europeia obrigaram os *prazeiros* a casar com mulatas e africanas que não partilhavam da sua ligação às tradições e costumes portugueses.

Os padrões matrimoniais menos selectivos impediram efectivamente a manutenção de uma ideologia de exclusividade racial e conformidade social. Contrariamente à situação da Jamaica no século XVIII, por exemplo, onde as pressões para permanecer branco e europeu constituiam um mecanismo de controlo social na comunidade colona¹³¹, as tentativas para implementar uma política de superioridade racial e cultural mostraram-se ineficazes no Vale do Zambeze. Assim, a legislação governamental que bania as uniões inter-raciais eram ignoradas quando entravam em conflito com as realidades sociais, tal como o eram os estereótipos locais do africano primitivo e do mestiço indolente. Estas mudanças de atitude reflectiam a metamorfose racial e cultural que os próprios *prazeiros* haviam sofrido.

O isolamento social e cultural, a alteração da composição racial e as modificações de atitudes reforçaram o processo de socialização que constituiu o factor predominante na africanização dos homens transfronteiriços. Por volta do século XIX a maioria das crianças *prazeiras* eram criadas por parentes de ascendência africana cujos valores eram totalmente estranhos às matrizes culturais portuguesas e indianas¹³². Este processo didáctico era reforçado pelos escravos domésticos, ou *mabandazi*, que eram responsáveis pela supervisão diária das crianças, e pelos seus amiguinhos africanos, com quem brincavam¹³³. O resultado foi que uma vasta gama de crenças e explicações indígenas se foram interiorizando e transmitindo de umas gerações para as outras. Mesmo que houvesse

convivência entre famílias *prazeiras* vizinhas, cada uma delas tinha mergulhado tão profundamente na cultura indígena que esse facto já não servia para relembrar o passado comum europeu ou goês. O processo de aculturação em curso era assim explicado, de forma simplista, por um observador de finais do século XIX: "As crianças [portuguesas] nascidas nesta terra são frequentemente mestiços que violam as tradições da sua herança... [e] vivendo em permanente contacto com os africanos, perdem toda a noção de dignidade, adoptando os ritos gentílicos secretos da misteriosa população indígena"¹³⁴.

A transformação cultural teve profundas implicações na relação entre o governo e os *prazeiros*. Embora uma análise detalhada da transformação destas relações esteja para além do âmbito deste artigo, nós sugerimos que a africanização dos homens transfronteiriços afectou directamente o seu grau de lealdade em relação à metrópole e motivou a sua resistência à penetração portuguesa a partir de 1850 até ao início do século XX. Se operarmos a um alto nível de generalização, torna-se possível definir uma tendência nas suas relações, em diferentes épocas.

No século XVII a maioria dos *prazeiros* considerava-se agente imperial da coroa. Sisnando Bayão, António Lobo da Silva e Manoel Paes de Pinha, por exemplo, não se furtaram a grandes empreendimentos, mesmo com custos pessoais elevados, para demonstrar a sua lealdade a Lisboa. Aceitaram o princípio feudal segundo o qual o rei de Portugal era o último e legítimo proprietário de tudo aquilo que os seus súbditos haviam conquistado. Em troca eles apenas pediam que as suas limitadas propriedades fossem reconhecidas, e o reconhecimento simbólico pelos serviços prestados à coroa.

A relação altamente formalizada entre rei e súbdito contrasta vivamente com os conflitos fronteira-metrópole mais típicos do século XVIII. Durante este período a comunidade *prazeira* já não aceitava uma posição de subordinação e recusava-se a submeter os seus interesses aos do Estado. As considerações sobre o patriotismo e a fidelidade foram substituídas pelo reconhecimento que havia grandes áreas de conflito e que Lisboa não tinha capacidade para fazer cumprir a sua legislação restritiva¹³⁵. Os *prazeiros* manifestaram a sua autonomia de diversas maneiras, que iam desde a recusa do pagamento de impostos e da prestação de assistência militar até à não aceitação explícita de que o governador era, em última instância, o dono das suas terras¹³⁶.

Até meados do século XIX existiu um *modus vivendi* instável entre os *prazeiros* e o Estado. A tensão nas suas relações está patente na afirmação de um oficial segundo o qual no seio de qualquer "grupo de vinte

prazeiros cada um tem dezanove inimigos; porém, todos são inimigos do Governador"¹³⁷. As hostilidades permaneciam em suspenso porque os funcionários e militares locais se recusavam a desafiar a autonomia dos *prazeiros*; nos poucos casos em que o fizeram, os resultados foram previsíveis. "Ao lhe serem exigidos impostos atrasados" um *prazeiro* do século XIX "ameaçou não só o Governador local como também as autoridades de Moçambique com os seus escravos, que eram cerca de mil"¹³⁸. As autoridades desistiram logo da exigência.

A iminente partilha de África alterou dramaticamente esta situação. Logo em meados do século XIX Lisboa reconheceu a necessidade de conquistar e pacificar a região do Zambeze, de forma a contrariar as pretensões inglesas. Com este fim em vista, Portugal estacionou grandes números de tropas, com armamento moderno, no Vale do Zambeze, na esperança que a ostentação da força, em conjunção com a oferta de títulos, prémios monetários e outras formas de reconhecimento europeias, convenceriam os *prazeiros* a renunciar à sua autonomia e, mesmo a apoiar na conquista da região. Embora a sua resposta não fosse unânime, a maioria dos *prazeiros* rejeitou estes apelos e lutou activamente contra os portugueses. Segundo o relato de uma testemunha ocular, o membro mais velho da família Pereira uniu um certo número de homens transfronteiriços e importantes chefes da Zambézia para convidar à criação de uma confederação multi-étnica capaz de expulsar os portugueses da região.

Os africanos de todas as tribos devem unir-se de boa fé, numa tentativa coordenada de adquirir grandes quantidades de armas e munições, e quando conseguirmos isto devemos expulsar os portugueses e fazer uma aliança com os ingleses, que são simpáticos para com as aspirações dos africanos¹³⁹.

Uma preocupação semelhante era ilustrada pela proposta do Muenemutapa Candie que o Bonga e os seus descendentes fossem reconhecidos como regentes legítimos da união Sena-Tonga-Tauara, que incluiria os seus domínios e os dos *prazeiros* que viviam no território¹⁴⁰.

Em última análise, estas alianças e os movimentos de resistência que se seguiram partilhavam de uma mesma *raison d'être* relativamente a outras operações anticoloniais por toda a África: Expulsar os europeus e proteger as suas tradições, as suas terras e a sua maneira de viver. Estas acções contradizem directamente as afirmações dos regimes de Salazar e Caetano, segundo os quais os seus colonos ultramarinos desempenharam uma importante função civilizadora, e põem implicitamente em causa os postulados por detrás do conceito de Luso-tropicalismo de Gilberto Freyre.

Ao longo deste artigo utilizámos o termo *trans-raianos* para descrever os *prazeiros* do século XIX. Sugerimos também que este termo tem valor como instrumento analítico para situações fora do Vale do Zambeze. Para podermos empregar correctamente o conceito temos que explicitar as diferenças entre *trans-raianos* e *raianos*.

A diferença principal entre os dois está em que os *trans-raianos* residiam permanentemente para além dos limites da comunidade colonia europeia, enquanto que os *raianos* permaneciam do lado europeu da fronteira. Embora estes últimos atravessassem frequentemente a zona de demarcação por períodos limitados de tempo, eles nunca se isolaram totalmente das instituições europeias de sociabilidade, que atenuavam a adopção generalizada de formas culturais indígenas.

Os *trans-raianos* raramente se faziam acompanhar de mulheres europeias e casavam no seio da população local indígena. Os *raianos* tinham muitas vezes mulheres e concubinas para além da fronteira, com quem coabitavam periodicamente, mas a sua lealdade dirigia-se, em primeiro lugar, para a rede de parentesco que haviam estabelecido no seio da comunidade europeia. A localização da esposa e da família significava que o homem *raiano* regressava sempre à sociedade europeia, enquanto que o homem *trans-raiano* era progressivamente absorvido pelo grupo racial e cultural indígena. Uma consequência mais destes padrões matrimoniais e residenciais era o grau em que as mães europeias participavam na sociabilidade das gerações seguintes. A escassez de mulheres europeias na comunidade trans-raiana reforçou o seu isolamento cultural e facilitou a incorporação na sociedade indígena.

Intimamente relacionada com estas duas distinções era a natureza e a medida da aculturação. Enquanto que os *raianos* tendiam a desenvolver culturas híbridas, os *trans-raianos* perderam progressivamente a sua identidade europeia, adoptando o estilo de vida da população local. Assim, contrariamente aos *prazeiros*, os *bandeirantes* do Brasil apropriaram-se da língua, de grande parte da cultura material e de algumas idéias religiosas da população Índia, mas retiveram uma ligação ao catolicismo e a outros elementos culturais europeus¹⁴¹. Assim, eles não foram, provavelmente, muito diferentes dos primeiros colonos portugueses do Vale do Zambeze.

A questão mais geral da interculturação torna importante determinar o impacto que os *prazeiros* tiveram sobre a população indígena da Zambézia. A sua principal contribuição parece ter sido a introdução do tecido, das missangas e das armas. Embora estes artigos possam ter melhorado a cultura material dos africanos, não mudaram radicalmente o seu estilo de vida, e a sua organização social e sistema de valores

permaneceram não afectados pela presença dos *prazeiros*. A Província de Tete, por exemplo, com uma população total estimada em 50.000, em 1821, tinha 259 africanos e mulatos registados como cristãos. Destes, só dezoito viviam definitivamente nos *prazos*¹⁴². Enquanto grupo, os *prazeiros* eram portanto os convertidos, e não os conversores. A direcção da transformação cultural foi provavelmente semelhante para todos os *trans-raianos*.

Finalmente, os *raianos* e os *trans-raianos* definiam as suas identidades e lealdades em termos de comunidades claramente distintas. Tal consciência está de acordo com a definição de Owen Lattimore da fronteira como uma delineação mais social que geográfica, na qual as pessoas interiorizam a consciência de pertencerem a um grupo exclusivo que partilha um território específico¹⁴³. A preocupação primordial da comunidade *raiana* era manter a sua autonomia em relação à metrópole, defendendo-se ao mesmo tempo das ameaças da sociedade indígena. Tal como o caso dos *prazeiros* demonstra, os *raianos* deslocaram a sua lealdade para o povo do grande desconhecido. Ao longo do século XIX os *prazeiros* e os seus aliados africanos atacaram os centros administrativos portugueses de Tete e Sena, interromperam o comércio e, nos finais do século, uniram-se com alguns potentados africanos para resistir à penetração portuguesa.

O padrão geral da *história raiana* tem sido o do avanço progressivo da fronteira. A expansão dos Estados Unidos para o oeste constitui um exemplo clássico. No Vale do Zambeze, contudo, parece ter acontecido exactamente o contrário, a contração da fronteira europeia. Enquanto que todo o baixo Zambeze, incluindo os *prazos*, constitua inicialmente uma zona fronteiriça, a alteração das atitudes e lealdades dos *prazeiros* transformou as cidades fronteiriças de Sena e Tete em bolsas isoladas da sociedade europeia, no século XIX. Mesmo dentro destas ilhas a evidência sugere uma aculturação substancial, embora a escala da deserção tivesse sido substancialmente menor que nos *prazos*.

Este artigo examinou a relação *fronteira-transfronteira* na perspectiva da expansão marítima do século XV. Porém, o trabalho de Lattimore coloca convincentemente esta forma de contacto numa perspectiva espacial e temporal muito mais ampla. Ele argumenta que as migrações ultramarinas representaram apenas um capítulo da longa *história das fronteiras*¹⁴⁴. Tal como a sua investigação sobre a China exemplifica, a interacção ao longo das zonas geográficas e culturais foi importante na história da Ásia, das Américas e da África antes do contacto com a Europa. Os conflitos entre nómadas e sedentários, o crescimento de comunidades estrangeiras no seio de populações hospedeiras, e a diáspora dos *achikunda* sugerem a utilidade das designações de *raianos* e *trans-raianos* como

instrumentos analíticos para o estudo de aspectos da história de África pré-colonial.

NOTAS

1. Este artigo foi originalmente preparado para o Schouler Lecture Symposium on Creole Societies in the Americas and Africa, realizado na Universidade John Hopkins, em 9-10 de Abril de 1973. Foi publicado em inglês em *The International Journal of African Studies*, VIII, 1(1975).
2. Ver W.H. McNeill, *The Rise of the West* (Chicago, 1963), para um exame deste processo de fertilização cruzada.
3. Para uma discussão geral das diferentes perspectivas sobre a questão da fronteira, ver Paul Bohannan e Fred Plog (eds.), *Beyond the Frontier* (Garden City, 1967); Owen Lattimore, "The Frontier in History", in Owen Lattimore (ed.), *Studies in Frontier History* (Londres, 1962), pp.469-491.
4. Paul Bohannan, introdução, *Beyond the Frontier*, p.xii.
5. Curtin usou o termo *transfrontiermen* [trans-raianos] referindo-se a "pessoas que atravessam a fronteira da área da sua própria cultura, adoptando frequentemente uma nova maneira de viver". Comunicação pessoal, 27 de Fevereiro de 1973.
6. Para um relato primário mais circunstanciado dos primeiros padrões comerciais, ver João dos Santos, "Etiópia Oriental", em G.M. Theal (ed.), *Records of South East Africa* (9 vols., Capetown, 1898-1903) [daqui em diante RSEA], VII, pp.1-370.
7. Allen Isaacman, *Mozambique: The Africanization of a European Institution. The Zambesi Prazos, 1750-1902* (Madison, 1972), pp.5-11.
8. *Ibid.*, pp.11-15.
9. *Ibid.*, pp.5-15.
10. Ver Jan Vansina, "A Comparison of African Kingdoms", *Africa*, 32(1962), pp.324-335.
11. O relato primário mais completo das actividades desses primeiros *prazeiros* pode ser lido em Manuel Barreto, "Informação do Estado e Conquista dos Rios de Cuama, 1667", *RSEA*, III, pp.436-508.
12. E. Axelson (ed.), "Viagem que fez o Padre António Gomes...", *Studia*, III(1959), p.203; Barreto, "Informação", p.475. Para um curto sumário em inglês, ver Eric Axelson, *The Portuguese in South-East Africa 1600-1700* (Johannesburg, 1962), pp.40-42. Para uma análise dos vários sistemas esclavagistas nos *prazos*, ver Isaacman, *Mozambique*, cap.4.

13. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa [daqui em diante AHU], Moçambique, Caixa 2: anónimo e sem data.

14. Esta generalização baseia-se em dados de arquivo dos séculos XVI ao XIX, e em tradições orais. Ver Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa [daqui em diante ANTT], Documentos Remetidos da Índia, Livro Arquivo da Torre do Tombo, Lx, fol.230, citado em Francisco de Aragão e Melo, *Memória e Documentos Acerca dos Direitos de Portugal aos Territórios de Machona e Nyasa* (Lisboa, 1890), p.122; Charles Boxer, "Sisnando Dias Bayão: Conquistador do Mae d'Ouro", *Primeiro Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, III (1938); José Fernandes Júnior, "História do Undi" (manuscrito inédito, Macanga, s/d), p.17; AHU, Cx.1: Dom Nuno Alferes Pereira, Ambrózio de Freitas da Câmara, Francisco de Lucena, 16 de Março de 1631; AHU, Moç., Cx.14: Petição escrita por Ricardo José de Lima para Dona Ignez Pessoa d'Almeida Castello Branco, com declarações de apoio de vários habitantes de Sena; AHU, Moç., Cx.20: anónimo, 11 e 16 de Julho de 1783; AHU, Moç., Cx.31: documento anónimo, provavelmente escrito para Macombe, rei do Bárue, 2 de Fevereiro de 1795; Arquivo Histórico de Moçambique, Lourenço Marques [daqui em diante AHM], Fundo do Século XIX, Quelimane, Governo do Distrito, Cx.1: Venâncio Raposo de Amaral, 28 de Janeiro de 1849; AHU, Moç., Pasta 13: António Cândido Pedroso Gaminho a S.M.T., 31 de Dezembro de 1854; AHU, Códice 1462, fol.50: Custódio José da Silva para José Maria Pereira de Almeida, 1 de Setembro de 1860, "Viagem às Terras da Macanga, Apontamentos colhidos d'um relatório do padre Victor José Courtois, Vigário de Tete, 1885", *Boletim Oficial de Moçambique* [daqui em diante BOM], 29 (1886), 361; Entrevistas com Conrado Msussa Boroma, Simon Biwi, Jasse Camalizene, António Vaz e Renço Cado; Entrevista conjunta com Gente Renço e Quembo Pangacha. Ver Apêndice para informação mais detalhada sobre os informadores.

15. Entrevistas com Jasse Camalizene, Renço Cado e António Vaz; AHU, Moç., Documentos, Anexos e Plantas: Francisco de Mello e Castro ao Marquês de Távora, 10 de Agosto de 1750.

16. Barreto, "Informação", p.506.

17. *Ibid.*, p.473; Eric Axelson, "Portuguese Settlement in the Interior of South East Africa in the Seventeenth Century", *Congresso Internacional da História dos Descobrimentos*, V (Lisboa, 1961), p.11.

18. Barreto, "Informação", p.505.

19. *Ibid.*, p.488.

20. Para uma discussão geral da relação contratual entre o Estado e o *prazeiro*, ver Isaacman, *Moçambique*, pp.95-101; Alexandre Lobato, *Colonização Senhorial da Zambézia* (Lisboa, 1962), pp.97-116; Alexandre Lobato, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique* (Lisboa, 1957), pp.209-225.

21. Lobato, *Evolução*, pp.209-225.

22. Barreto, "Informação", pp.463-478; ANTT, Ministério do Reino, Maço 604: António Pinto de Miranda, "Memória sobre a Costa de África", s/d, pp.30-51.
23. AHU, Códice 1314, fol.82: Pedro de Saldanha de Albuquerque a António Caetano de Campos, 16 de Abril de 1759; AHU, Cx.9: Marco António de Azevedo de Montaury, 18 de Junho de 1752.
24. AHU, Moç., Cx.34: Francisco José de Lacerda e Almeida para o rei, 22 de Março de 1798; AHU, Moç., Cx.12: Balthazar Manoel Pereira do Lago, 17 de Agosto de 1766.
25. Biblioteca da Ajuda, Lisboa [daqui em diante Ajuda], 51-VI-24, No.67, fol.291: "Tres Papeis feitos pellos Mouros em França sobre os Rios de Cuama e sobre a Índia", anónimo, 1677; Barreto, "Informação", pp.463-488. Sobre o papel dos colonos na conquista no século XVI, e sua origem das classes altas, ver Padre Monclaro, "Relato da Expedição Chefiada por Francisco Barreto", RSEA, III, pp.157-253; António Bocarro, "Década da Índia", RSEA, III, pp.254-435.
26. AHU, Códice 1439, No.2051, anónimo, 30 de Outubro de 1832. O ano em que Bayão presenteou a coroa foi 1672 ou 1673. Para além de Cheringoma, Dona Inês possuía os *prazos* Gorongoza, Bumba, Agua Santa, Tungue, Maringue de Inhambu e Maringue Bumbu. AHU, Cx.20, anónimo, 11 e 16 de Julho de 1783.
27. Barreto, "Informação", pp.463-488.
28. *Ibid.*, p.473.
29. Foram construídas grandes catedrais nos *prazos* Luabo, Cheringoma, Caia e Monga, entre outros.
30. Barreto, "Informação", p.479.
31. AHU, Moç., Cx.14: Petição escrita por Ricardo José de Lima para Dona Ignéz Pessoa d'Almeida Castello Branco, s/d.
32. Barreto, "Informação", pp.463-478; ANTT, Ministério do Reino, Maço 604: António Pinto de Miranda, "Memória sobre a Costa de África", pp.30-51, s/d; ANTT, Ministério do Reino, Maço 604: Francisco de Mello e Castro, 28 de Dezembro de 1753.
33. Axelson, "Portuguese Settlement", p.13; M. D. D. Newitt, "The Portuguese on the Zambezi from the Seventeenth to the Nineteenth Centuries", *Race*, 9(1968), p.479; Jerónimo José Nogueira de Andrade, "Descrição do Estado em que ficaram os negócios da Capitania de Moçambique nos fins do anno de 1789", *Arquivo das Colónias*, 1(1887), p.119.
34. Barreto, "Informação", p.473.
35. Santos, "Ethiópia Oriental", pp.199, 360; Ajuda, 51-IX-3, fol.41: "Rezumo breve de algumas notícias que dá Custódio de Almeida e Souza do Estado dos Rios de Senna e Sofalla", s/d.

36. Ajuda, 51-IX-3, fol.41: "Rezumo breve de algúas notícias que dá Custódio de Almeida e Souza do Estado dos Rios de Senna e Sofalla, s/d.

37. Axelson, "Portuguese Settlement", p.15.

38. Francisco de Mello e Castro, *Descrição dos Rios de Senna, Anno de 1750* (Lisboa, 1861); p.110.

39. Barretto, "Informação", pp.463-478; ANTT, Ministério do Reino, Maço 604: António Pinto de Miranda, "Memória sobre a Costa de África", pp.30-51, s/d; ANTT, Ministério do Reino, Maço 604: Francisco de Mello e Castro, 28 de Dezembro de 1753; Axelson, "Portuguese Settlement", p.13; Newitt, "Portuguese", p.479.

40. AHU, Moç., Cx.15: Padre Manoel Pinto da Conceição, Vigário, 5 de Julho de 1777; AHU, Moç., Cx.15: António José Lobo, Sena, 20 de Julho de 1777.

41. AHU, Moç., Cx.15: António José Lobo, Sena, 20 de Julho de 1777.

42. AHU, Moç., Cx.15: Padre Manoel Pinto da Conceição, Vigário, 5 de Julho de 1777.

43. Francisco José de Lacerda e Almeida, *Travessia de África* (Lisboa, 1936), p.83.

44. *Ibid.* As observações de Lacerda foram corroboradas pela maioria dos viajantes dos séculos XVIII e XIX que atravessaram esta região.

45. *Ibid.*, p.94.

46. Ver Isaacman, *Mozambique*, pp.75-76, e Lobato, *Evolução*, pp.250-256, para uma descrição geral deste sistema.

47. Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa [daqui em diante BNL], Fundo Geral 826: "Notícias dos Domínios Portugueses Actuaes na Costa da África", fol.13, anónimo, 21 de Maio de 1762.

48. BNL, Fundo Geral 826: 'Notícias dos Domínios Portugueses Actuaes na Costa da África", fol.13, anónimo, 21 de Maio de 1762; Ajuda, 52-X-2, No.3: José Francisco Alves Barbosa, "Analyse estatística", 30 de Dezembro de 1821; AHU, Códice 1473, fol.50: Izidro Manoel Carrazedo ao Comandante de Quelimane, 31 de Julho de 1835; AHU, Códice 1368, fol.230: Francisco Guedes de Carvalho e Menezes 'da Costa para Jerónimo Pereira, s/d; Lacerda e Almeida, *Travessia*, p.109.

49. Citado por Newitt, "Portuguese", p.479.

50. Uma população teoricamente estável é uma população em que a taxa de nascimentos e a taxa de óbitos não variam durante várias gerações, e que não é caracterizada particularmente por imigração ou emigração.

51. A partir da informação do quadro 2 foi apurada uma taxa de fertilidade para o período, achando os valores médios do número de mulheres em idade fértil e do número de nascimentos. Este número foi então usado como guia para localizar população com uma taxa de nascimentos e estrutura etária similares de um modelo de quadros de vida compilado a partir de dados históricos na Europa e Estados Unidos. Ver Ansley J. Cole e Paul Demeny, *Regional Model Life Tables and Stable Populations* (Princeton, 1966). Apurou-se que a população de Tete correspondia mais à variante setentrional. Utilizando taxas de fertilidade e mortalidade associadas à variante setentrional e assumindo uma distribuição de idades normal, o que está longe de ser o caso, foi calculada uma taxa de mortalidade de 48/1000.

52. Durante este período houve quarenta e oito óbitos e trinta e dois nascimentos em Sena: AHU, Moç., Cx.26: Francisco João Pinto, 1788; AHU, Moç., Cx.27: Francisco João Pinto, 3 de Fevereiro de 1790; AHU, Moç., Cx.27: Francisco João Pinto, 15 de Fevereiro de 1791; AHU, Moç., Cx.27: Francisco João Pinto, 1 de Janeiro de 1792; AHU, Moç., Cx.29: Francisco João Pinto, 1 de Janeiro de 1793; AHU, Moç., Cx.31: Francisco João Pinto, "Relação dos Habitantes da Villa de Senna...", 1 de Janeiro de 1794; AHU, Moç., Cx.32: Fr. António de Santa Arma, Prior, 3 de Janeiro de 1796. Nos arquivos não constam os dados relativos ao ano de 1794.

53. AHU, Moç., Cx.3: Fr. Fernando de Jesus (MA), 13 de Abril de 1752; AHU, Moç., Cx.19: Comerciantes Portuguezes (Vitorino José Garcia, *et al.*) para Jerónimo José Nogueira, 29 de Abril de 1783; Ajuda, 52-X-2, No.3: José Francisco Alves Barbosa, "Analyse estatística", 30 de Dezembro de 1821.

54. AHU, Moç., Cx.15: Padre Manoel Pinto da Conceição, Vigário, 5 de Julho de 1777.

55. Os famosos *prazeiros* do século XIX Gambete, Ferrão, Bonga e Chicucuru, casaram todos com filhas do *manbo*.

56. ANTT, Ministério do Reino, Maço 604: António Pinto de Miranda, "Memória sobre a Costa de África", pp.30-31, s/d.

57. *Ibid.*, p.44; AHU, Moç., Cx.15: Balthazar Manoel Pereyra para a rainha, 30 de Agosto de 1775.

58. Ajuda, 52-x-2, No.3: José Francisco Alves Barbosa, "Análise estatística", 30 de Dezembro de 1821.

59. Entrevistas com José António de Abreu, António Vaz e Zacarias Ferrão.

60. Das 140 pessoas livres que viviam em Sena em 1861, só oito eram registadas como portuguesas. BOM, 44(1862), 205(8 de Janeiro de 1862). Verificava-se um padrão semelhante em Quelimane, que só tinha dezoito europeus entre uma população livre de 2433. BOM, 17(1862), 63-64(31 de Dezembro de 1861). Estes recenseamentos específicos corroboram observações gerais que deploraram a escassez de europeus. AHU, Moç., Pasta 10: António Cândido Gmitto, "Memória sobre um Systema para as Colónias Portuguezas", 2 de Janeiro de 1850.

61. Bronislaw Malinowski, *The Dynamics of Cultural Change* (New Haven, 1961), pp.50, 80; Melville J. Herskovits e William R. Bascom, "The Problem of Stability and Change in African Culture", in William R. Bascom e Melville J. Herskovits (eds.), *Continuity and Change in African Cultures* (Chicago, 1962), p.6; Social Science Research Council Summer Seminar on Acculturation, 1953, "Acculturation: An Exploratory Formulation", *American Anthropologist*, 56 (Dezembro de 1954), pp.973-1002; M. Fortes, "Culture Contact as a Dynamic Process", *Africa*, 9 (Janeiro de 1936), pp.24-55; Wilbert E. Moore, *Social Change* (Englewood Cliffs, 1963), pp.13, 86.

62. Fr. João de Pilar e Manuel António Ribeiro, "Edital da Inquisição de Goa", in Joaquim Heliódoro da Cunha Rivara (ed.), *O Chronista de Tissuary* (Nova Goa, 1867), p.274.

63. Lacerda e Almeida, *Travessia*, pp.100-101.

64. Para uma interessante discussão dos problemas do presente etnográfico, ver Jan Vansina, "Anthropologists and the Third Dimension", *Africa*, 39 (1969), pp.62-68. Dois outros artigos importantes que examinam a inter-relação entre a história e a antropologia são Jan Vansina, "The Use of Ethnographic Data as a Source for History", in T.O. Ranger (ed.), *Emerging Themes in African History* (Nairobi, 1968), pp.97-125; e Bernard Cohen, "An Anthropologist among Historians", *South Atlantic Quarterly*, 61 (1962), pp.13-29.

65. José Joaquim Lopes de Lima, *Ensaios sobre a Estatística das Possessões Portuguezas na África Ocidental e Oriental* (Lisboa, 1844), p.53.

66. Ver, por exemplo, Stuart A. Rice, "Objective Indicators of Subjective Variables", in Paul F. Lazarsfeld and Morris Rosenberg (eds.), *The Language of Social Research* (New York, 1955), pp.35-37. A inter-relação entre comportamento e valores é também salientada no modelo de sistemas sociais de Talcott Parsons. Cada sistema social desempenha as quatro funções básicas de manutenção do padrão, integração, realização de objectivos e adaptação, e as alterações em qualquer destas esferas produzirão nas outras as modificações necessárias ao regresso do sistema a um estado de equilíbrio. Talcott Parsons, *The Social System* (Glencoe, 1951); Talcott Parsons, *Societies* (Englewood Cliffs, 1966).

67. Ajuda, 52-x-2, No.3: José Francisco Alves Barbosa, "Analyse estatística", 30 de Dezembro de 1821.

68. Entrevistas com Chiponda Cavumbula, Conrado Msussa Boroma, Leão Manu'el Banqueiro Caetano Pereira, Simon Biwi; entrevistas conjuntas com Calavina Couche e Zabuca Ngombe, e com Chetambara Chenungo e Wilson John; "Viagem às Terras da Macanga, Apontamentos colhidos d'um relatório do padre Victor José Courtois, vigário de Tete, 1885", BOM, 29 (1886), p.361; José Fernandes Júnior, "História do Undi" (manuscrito inédito, Makanga, s/d), p.17; AHU, Moç., Cx.8: Manoel de Caetano, 5 de Março de 1760; BNL, Pombalina 721, fol.300: Francisco José de Lacerda e Almeida a D. Rodrigues Coutinho, 21 de Março de 1728; AHU, Moç., Maço 38: Nicolau Pascoal da Cruz, ca.1810.

69. José Fernandes Júnior, "Narração do Distrito de Tete" (manuscrito inédito, Makanga, 1955), p.105; AHM, Fundo do Século XIX, Tete, Governo do Distrito, Cx.11: Augusto Fonseca de Mesquita e Solla ao Governador de Tete, 26 de Junho de 1888; AHM, Fundo

- do Século XIX, Governador de Quelimane, Cx.7: Anselmo Joaquim Nunes de Andrade a João de Sousa Machado, 12 de Abril de 1858, AHU, Moç., Pasta 30: Anselmo Joaquim Nunes de Andrade, 28 de Novembro de 1875, Comunicação pessoal sobre a apropriação do nome honorífico, de Harry W. Langworthy, 11 de Dezembro de 1968.
70. BOM, 3(1861), p.13; José Manoel Correia Monteiro (Major ex-Commandante da Feira do Aruangoa do Norte, Commandante da Praça e interino da Villa de Tete) para Manoel Joaquim Mendes de Vasconcelos Cirne (Governador da Capitania de Quelimane e Rios de Sêna), 13 de Junho de 1830.
71. Entrevistas com Chiponda Cavumbula e Leão Manuel Banqueiro Caetano Pereira; entrevistas conjuntas com Calavina Couche e Zabuca Ngombé, e com Chetambara Chenungo e Wilson John.
72. Entrevistas com Chiponda Cavumbula e Leão Manuel Banqueiro Caetano Pereira, AHU, Moç., Pasta 30: Anselmo Joaquim Nunes de Andrade, 28 de Novembro de 1875, "Viagem às Terras da Macanga, Apontamentos colhidos d'um relatório do padre Victor José Courtois, vigário de Tete, 1885", BOM, 29 (1886), p.361; M.D.D. Newitt, "The Portuguese on the Zambezi: An Historical Interpretation of the Prazo System", *Journal of African History*, 10 (1969), p.82.
73. Ibid.
74. Entrevista com Chiponda Cavumbula; entrevista conjunta com Calavina Couche e Zabuca Ngombé; AHU, Moç., Pasta 30: Anselmo Joaquim Nunes de Andrade, 28 de Novembro de 1875; "Viagem às Terras da Macanga, Apontamentos colhidos d'um relatório do padre Victor José Courtois, vigário de Tete, 1885", BOM, 29(1886), pp.360-361; José Manoel Correia Monteiro para Manoel Joaquim Mendes de Vasconcelos e Cirne, 13 de Junho de 1830, BOM, 3(1861), p.13.
75. AHU, Moç., Pasta 30: Anselmo Joaquim Nunes de Andrade, 28 de Novembro de 1875; "Viagem às Terras da Macanga, Apontamentos colhidos d'um relatório do padre Victor José Courtois, vigário de Tete, 1885", BOM, 29(1886), p.361; Newitt, "Historical Interpretation", p.82.
76. Entrevista com Chiponda Cavumbula e Leão Manuel Banqueiro Caetano Pereira; entrevista conjunta com Chetambara Chenungo e Wilson John; "Viagem às Terras da Macanga, Apontamentos colhidos d'um relatório do padre Victor José Courtois, vigário de Tete, 1885", BOM, 29(1886), pp.360-361.
77. A.C.P. Gmitto, *King Kazembe*, Ian Cunifison (trad.) (Lisboa, 1960), I, p.160.
78. Entrevistas com Chiponda Cavumbula e Leão Manuel Banqueiro Caetano Pereira; entrevistas conjuntas com Chetambara Chenungo e Wilson John, e com Calavina Couche e Zabuca Ngombé.
79. AHU, Moç., Pasta 30: Anselmo Joaquim Nunes de Andrade (Capitão-Mór do Distrito), 28 de Novembro de 1875.

80. Entrevistas com Chiponda Cavumbula, Leão Manuel Banqueiro Caetano Pereira, e Simon Biwi; entrevistas conjuntas com Calavina Couche e Zabuca Ngombe e com Chetambara Chenungo e Wilson John; AHU, Moç., Pasta 30: Anselmo Joaquim Nunes de Andrade, 18 de Novembro de 1875. Para uma discussão da co-propriedade, ou propriedade colectiva entre as três gerações de descendentes masculinos (filhos, netos e bisnetos) do falecido, ver A.M.Shah, "Basic Terms and Concepts in the Study of Family in India", *Indian Economic and Social History Review*, 1(1964), pp.10-14.
81. Fernandes Júnior, "Narração", p.110.
82. Entrevistas com Conrado Msussa Boroma, Domingo Kunga, António Gavião, Chale Lupia, João Vicente, Niquicicafe Presente, e Alberto Vicente da Cruz; AHU, Códice 1447, fol.144: Domingos Fortunato de Valle para o Governador de Quelimane e Rios de Sena, 9 de Maio de 1849; AHU, Códice 1477: Domingos Fortunato de Valle para o Governador de Quelimane e Rios de Sena, 27 de Junho de 1849; AHM, Fundo do Século XIX, Governo Geral, Cx.2.37: C.J.da Silva para José Pereira d'Almeida, 27 de Novembro de 1858; Fernandes Júnior, "Narração", p.8.
83. Várias fontes independentes referem que Bereco, pai de Nhaude, casou com um membro da família do Muenemutapa. Entrevistas com Conrado Msussa Boroma e Alberto Vicente da Cruz; Augusto de Castilho, *Relatório da Guerra da Zambézia em 1888* (Lisboa, 1891), pp.30-31; A.P.Miranda, *Notícia acerca do Bonga da Zambézia* (Lisboa, 1869), p.6; AHU, Moç., Pasta 10: António Cândido Pedrosó Gamitto para SMT, 30 de Dezembro de 1854. Existe também evidência que a família do Bonga estabeleceu uma aliança matrimonial com a família real do Bárue. Fernandes Júnior, "Narração", p.23; entrevista com Conrado Msussa Boroma.
84. Entrevistas com Alberto Vicente da Cruz, Domingo Kunga, António Gaivão, Niquicicafe Presente e Chale Lupia; Fernandes Júnior, "Narração"; Joaquim Carlos Paiva d'Andrade ao Conselheiro Governador da Província de Moçambique, Relatório, 27 de Outubro de 1887, BOM, 1(1888), p.10.
85. Miranda, *Notícia acerca do Bonga*, p.7.
86. Entrevistas com Domingo Kunga, Chale Lupia, Niquicicafe Presente, Chacundunga Mavico; Paul Goyot, *Voyage au Zambéze* (Nancy, 1889), p.185.
87. Entrevistas com Domingo Kunga, Chale Lupia, Niquicicafe Presente e Chacundunga Mavico.
88. Entrevistas com Domingo Kunga e Chale Lupia.
89. Entrevistas com Domingo Kunga, António Gavião, Niquicicafe Presente e Chale Lupia; Fernandes Júnior, "Narração"; Joaquim Carlos Paiva d'Andrade para Conselheiro Governador da Província de Moçambique, Relatório, 27 de Outubro de 1887, BOM, 1(1888), 10; *O Território de Manica e Sofala e a Administração da Companhia de Moçambique* (Lisboa, 1902), p.128; Augusto de Castilho, *Relatório da Guerra da Zambézia em 1888* (Lisboa, 1891), p.38.

90. O *mhondoro*, ou espírito guardião nacional, é uma instituição religiosa característica dos povos Shona. Para uma breve discussão do *mhondoro*, ver Allen Isaacman, "Madzi-manga, Mhondoro e o Uso de Tradições Orais", *Journal of African History*, XIV, 3 (1973).

91. Entrevistas com Conrado Msussa Boroma, Chale Lupia, Domingo Kunga e Chacundunga Mavico; AHM, Fundo do Século XIX, Tete, Governo do Distrito, Cx.11: António Joaquim Gonçalves Maceiras para o Governador de Tete, 6 de Outubro de 1888; Castilho, *Relatório da Guerra*, p.35; R.P.R. Wallis (ed.), *The Zambezi Expedition of David Livingstone 1858-1863* (London, 1956), I, p.42.

92. Wallis, *Zambezi Expedition*, I, p.42.

93. Entrevista com Conrado Msussa Boroma.

94. Castilho, *Relatório da Guerra*, p.35.

95. Entrevistas com João Pomba, Zacarias Ferrão, José António d'Abreu, António Vaz; entrevistas conjuntas com Tomás Chave e Oliveira Sinto.

96. Listas de importação do início do século XIX indicam uma forte procura de vinhos e outros artigos metropolitanos de luxo. Ver António Norberto de Barbosa de Villas Boas Truão, *Estatísticas da Capitania dos Rios de Sena no Anno de 1806* (Lisboa, 1889).

97. Lacerda e Almeida, *Travessia*, p.115.

98. Gamtto, *King Kazembe*, I, p.35.

99. Lacerda e Almeida, *Travessia*, p.235.

100. Charles Wagley, *Amazon Town: A Study of Man in the Tropics* (New York, 1964), p.225.

101. Andrade, "Descrição do Estado", p.119; comunicação pessoal, Rocky Miranda, departamento de línguas da Ásia do Sul, Universidade de Minnesota, 10 de Fevereiro de 1973.

102. Entrevistas com Chiponda Cavumbula, Leão Manuel Banqueiro Caetano Pereira, Conrado Msussa Boroma, Chale Lupia, Domingo Kunga, Chacundunga Mavico, Andisseni Tesoura e Dause Angolete Gogodo; entrevistas conjuntas com Tomás Chave e Oliveira Sinto; AHU, Moç., Pasta 30: Anselmo Joaquim Nunes de Andrade, 28 de Novembro de 1875: "Viagem às Terras da Macanga, Apontamentos colhidos d'um relatório do padre Victor José Courtois, vigário de Tete, 1885", BOM, 29(1886), p.361; Newitt, "Historical Interpretation", p.82; AHM, Fundo do Século XIX, Tete, Governo do Distrito, Cx.11: António Joaquim Gonçalves Maceiras para o Governador de Tete, 6 de Outubro de 1888; Castilho, *Relatório da Guerra*, p.35; Wallis, *Zambezi Expedition*, I, p.42; Joaquim d'Almeida da Cunha, *Estudo Acerca dos Usos e Costumes dos Banianes, Bathias, Pares, Mouros, Gentios e Indígenas* (Lourenço Marques, 1885), pp.93-98; Lacerda e Almeida, *Travessia*, pp.114-115.

103. O *Dharma* é definido como "acção submetida à ordem universal" em Louis Dumont, *Homo Hierarchicus* (Chicago, 1970), p.251. O *Kharma* é definido como "o efeito de qualquer acção sobre o agente, quer nesta vida quer na vida futura" em William Theodore de Bary (ed.), *Sources of Indian Tradition* (New York, 1958), p.39.

104. Lucy Mair, *Witchcraft* (New York, 1969), pp.11-12; Max Marwick (ed.), *Witchcraft and Sorcery* (Londres, 1970). O estudo clássico sobre feitiçaria em África foi realizado por E.E. Evans-Pritchard, *Witchcraft, Oracles and Magic among the Azande* (Londres, 1937).

105. Lacerda e Almeida, *Travessia*, pp.114-115.

106. David Livingstone e Charles Livingstone, *Narrative of an Expedition to the Zambesi and its Tributaries* (Londres, 1865), p.51.

107. Citado por Newitt, "Portuguese", p.492.

108. "Mas deve haver algures uma teoria de causação que responda aos casos sérios; e essa é a teoria de que a doença, assim como outros infortúnios, como a esterilidade de mulheres e gado, a destruição das colheitas por uma tempestade repentina, uma má colheita quando o vizinho tem uma boa, ou mesmo algum acidente inexplicável com, por exemplo cair de uma escada, é enviada por seres personalizados, quer espíritos com autoridade para nos punir, quer outros humanos que nos invejam ou odeiam. A morte também, embora seja irremediável, deve ser atribuída a uma causa". Mair, *Witchcraft*, pp.9-10.

109. W.F.W. Owen, *Narrative of Voyages to Explore the Shores of Africa, Arabia, and Madagascar* (Londres, 1883), p.81.

110. Ajuda, 52-X-2, No.3: José Francisco Alves Barbosa, "Analyse estatística", 30 de Dezembro de 1821. Isto é confirmado em AHU, Moç., Cx.29: José João d'Araújo Aranha e Oliveira, s/d.

111. Capitão de Tete, 29 de Dezembro de 1862; BOM, 48(1863), p.235.

112. Podem ser achados no AHU e no AHM. Dado que o arquivo moçambicano tende a ser o repositório de documentos mais locais, há-os ali em maior abundância. A correspondência do século XIX contrasta vivamente com a de períodos anteriores. O AHU é repositório de cartas altamente literárias, escritas por *prazeiros* dos séculos XVII e XVIII.

113. Entrevistas com Domingo Kunga, Chale Lupia, João Pomba e Chapavira Muiessa; entrevistas conjuntas com Tomás Chave e Oliveira Sinto, Aleixo Jasere e José Gunda, e Chetambara Chenungo e Wilson John.

114. ANTT, Ministério do Reino, Maço 604: António Pinto de Miranda, "Memória sobre a Costa de África", pp.31-32, s/d.

115. Joaquim Mendes Vasconcelos e Cirne, *Memória Sobre a Província de Moçambique* (Lisboa, 1890), pp.17-18.

116. Entrevistas com Zacarias Ferrão, António Vaz, Dause Angolete Gogodó, João Pomba e Esmail Mussa Valy.

117. Lacerda e Almeida, *Travessia*, p.113.

118. Entrevistas com Zacarias Ferrão, António Vaz, Dause Angolete Gogodó, João Pomba e Esmail Mussa Valy.

119. Para uma análise dos critérios de definição do estatuto entre os Sena e os povos zambezianos, relacionados ver Barbara Isaacman e Allen Isaacman, "Slavery and Social Stratification among the Sena of Mozambique", in Igor Kopytoff e Suzanne Miers (eds.), *Slavery in Africa* (University of Wisconsin Press, no prelo).

120. Entrevistas com Domingo Kunga, Chale Lupia, Dause Angolete Gogodó; entrevista conjunta com Tomás Chave e Oliveira Sinto.

121. Entrevista conjunta com Tomás Chave e Oliveira Sinto.

122. Entrevistas com Domingo Kunga, Chale Lupia, Dause Angolete Gogodó; entrevista conjunta com Tomás Chave e Oliveira Sinto.

123. Ver Armando de Castro, "Propriedade", in Joel Serrão (ed.), *Dicionário de História de Portugal* (Lisboa, 1963-1971), III, pp.494-497. Para uma excelente etnografia do Portugal rural ver José Cutileiro, *A Portuguese Rural Society* (Londres, 1971).

124. Shah, "Basic Terms", pp.10-14; Irwati Karve, *Kinship Organization in India* (Bombay, 1965), pp.340-378; comunicação pessoal, J. Noronha de Goa, 25 de Fevereiro de 1973.

125. Embora os descendentes dos principais *prazeiros* da margem sul do Zambeze já tivessem adoptado o modo de organização social indígena, é impossível determinar a altura em que esta mudança ocorreu, sem dados genealógicos, de que infelizmente não dispomos.

126. A propriedade absenteísta era muito rara. Tentativas, por parte de alguns *prazeiros*, de nomear agentes que dirigissem os seus territórios resultaram geralmente em instabilidade política. Ver Isaacman, *Mozambique*, pp.117-119.

127. AHU, Moç., Cx.6: Fr. João de Nossa Senhora, Administrador Episcopal, 8 de Agosto de 1758.

128. Cirne, *Memória*, p.28.

129. Owen, *Voyages*, p.66.

130. AHU, Moç., Pasta 10: António Cândido Pedroso Gamtito, "Memória sobre um sistema para as Colónias Portuguezas", 2 de Janeiro de 1850. Este padrão geral é confirmado por Livingstone. Dávid Livingstone, *Missionary Travels and Research in South Africa* (Londres, 1857), p.644.

131. Philip D. Curtin, *Two Jamaicas* (Cambridge, Mass., 1955), pp.42-60; Edward Brathwaite, *The Development of Creole Society in Jamaica 1770-1820* (Londres, 1971), pp.297-305.

132. João de Azevedo Coutinho, *Manuel António de Sousa: Um Capitão-mor da Zambézia* (Lisboa, 1936), pp.6-7.

133. *Ibid.*; ANNTT, Ministério do Reino, Maço 604: António Pinto de Miranda, "Memória sobre a Costa de África", pp.56-57, s/d. Para um relato geral dos escravos nos prazos ver António Cândido Pedroso Gamitto, "Escravatura na África Oriental", *Arquivo Pittoresco*, 2(1859), pp.369-372, 397-400.

134. Coutinho, *Manuel António de Sousa*, pp.6-7.

135. Ver Isaacman, *Mozambique*, pp.95-101.

136. *Ibid.*

137. ANTT, Ministério do Reino, Maço 604: Inácio Caetano Xavier para o Governador Geral, 26 de Dezembro de 1758.

138. F. Torres Texugo, *Letter on the Slave Trade Still Being Carried on Among the Eastern Coast of Africa* (Londres, 1839), p.65.

139. Fernandes Júnior, "Narração", p.50.

140. Joaquim Carlos Paiva d'Andrade, "Campanhas da Zambézia", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 7(1887), pp.727-728.

141. C.R. Boxer, *The Golden Age of Brazil 1695-1750* (Berkeley, 1962), pp.30-84; Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras* (Rio de Janeiro, 1957), pp.13-180. Para uma descrição geral da vida dos *bandeirantes* ver Alcântara Machado, *Vida e Morte de Bandeirante* (São Paulo, 1965).

142. AHU, Moç., Cx.64: "Mappa dos Casamentos, Baptizados e Mortúrios e Numero dos Christaons da Freguezia da Villa de Tete Principiado a 1 de Junho de 1821 e Findo ao Fim de Maio de 1821", 22 de Maio de 1882, an.

143. Owen Lattimore, "Frontier", pp.469-491.

144. *Ibid.*, p.488.

APÊNDICE

Uma Lista de Informadores

As fitas gravadas com as entrevistas orais, recolhidas pelos autores e usadas neste artigo, estão depositadas nos arquivos de dados orais da African Studies Association, instalados no Archive of Traditional Music da Universidade de Indiana, em Bloomington, Indiana. É a seguinte a lista dos informadores entrevistados, organizada por regiões.

Região de Tete

Bóroma

Conrado Msussa Boroma, entrevista em 28 de Julho, 17 de Agosto, 20 de Agosto, 29 de Setembro de 1968. T.T.#5(1), T.T.#5(2), T.T.#6(1), T.T.#6(2), T.T.#6a(1), T.T.#6a(2); E.T.#3(2), E.T.#4(1), E.T.#4(2).

Cidade de Tete

José António de Abreu, entrevista de 16 de Julho, 22 de Julho de 1968. T.T.#3(1), T.T.#3(2).

Região de Massangano

João Vicente, entrevista de 26 de Setembro de 1968. T.T.#313(1); E.T.#9(2).

Domingo Kunga, entrevista de 27 de Setembro de 1968. T.T.#13(1); E.T.#9(2).

António Gavião, entrevista de 27 de Setembro de 1968. T.T.#13(1), T.T.#13(2); E.T.#10(1).

Chacundunga Mavico, entrevista de 27 de Setembro de 1968. T.T.#13(2); E.T.#10(2).

Chale Lupia, entrevista de 28 de Setembro de 1968. T.T.#13(2); E.T.#10(1).

Niquicicafe Presente, entrevista de 28 de Setembro de 1968. T.T.#13(2); E.T.#10(1), E.T.#10(2).

Alberto Vicente da Cruz, entrevista de 13 de Outubro de 1968. T.T.#16(2).

Região de Sena

Sena

José Camalizene, entrevista de 6 de Agosto de 1968. T.T.#8(1); E.T.#5(1).

Esmail Mussa Valy, entrevista de 10 de Agosto de 1968. Não gravada.

Chemba

Renço Cado, entrevista em 13 de Agosto de 1968. T.T.#9(1), T.T.#9(2); E.T.#6(1).

Tomás Chave e Oliveira Sinto, entrevista conjunta em 14 de Agosto de 1968. T.T.#9(2); E.T.#6(2).

António Vaz, entrevista em 13 de Setembro de 1968. T.T.#12(2); E.T.#9(1), E.T.#9(2).

Caia

João Pomba, entrevista em 31 de Agosto de 1968. T.T.#10(1); E.T.#7(2).

Aleixo Jasere e José Gunda, entrevista conjunta em 1 de Setembro de 1968. T.T.#10(1); E.T.#8(1).

Zacarias Ferrão, entrevista em 2 de Setembro de 1968. T.T.#11(1), T.T.#11(2).

Dauce Angolete Gogodo, entrevista em 3 de Setembro de 1968. T.T.#10(2).

Gente Renço e Quembo Pangacha, entrevista em 4 de Setembro de 1968. T.T.#10(2), T.T.#11(1); E.T.#8(1).

Cheringoma

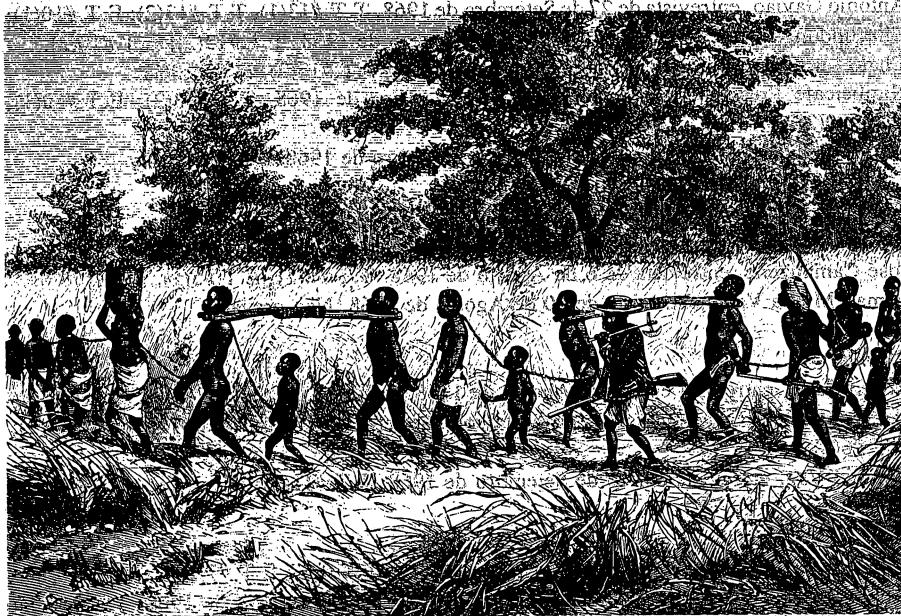
APÊNDICE

Andisseni Tesoura, entrevista em 8 de Setembro de 1968. T.T.#12(2); E.T.#9(1).

Região da Macanga

Simon Biwi, entrevista em 10 de Outubro de 1968. T.T.#14(2); E.T.#10(2);
Chapavira Muiessa, entrevista em 12 de Outubro de 1968. T.T.#15(1); E.T.#10(2);
Calavina Couche e Zabuca Ngombe, entrevista conjunta em 14 de Outubro de 1968.
T.T.#15(1); T.T.#15(2); E.T.#11(2);
Chetambara Chenungo e Wilson John, entrevista conjunta em 15 de Outubro de 1968.
T.T.#15(2); E.T.#11(2).

Chiponda Cavumbula, entrevista em 16 de Outubro de 1968. T.T.#15(2); T.T.#16(1);
E.T.#11(2); E.T.#12(1);
Leão Manuel Banqueiro Caetano Pereira, entrevista em 17 de Outubro de 1968. T.T.#16(1);
E.T.#12(1).



Achegas para o Estudo das Biografias de Autores de Fontes Narrativas e Outros Documentos da História de Moçambique, IV:

JOSÉ FERNANDES JR., CA.1872-1965: TESTEMUNHO DO PERÍODO MERCANTIL E DA IMPLANTAÇÃO DO IMPERIALISMO COLONIAL NA ANTIGA ZONA DE INFLUÊNCIA DE TETE

Gerhard Liesegang

I. Introdução

José Fernandes Júnior¹, cuja alcunha *Chimpazi* ou *Chiphazi* ("Pé Grande" significando que "andou muito") indica que fez viagens que os seus conterrâneos não costumavam fazer, é o autor de pelo menos cinco ou seis manuscritos que descrevem episódios da história de uma parte da Província de Tete e zonas adjacentes da Província de Manica, da Zâmbia e do Malawi, grosso modo entre 1870 e 1920. Fernandes foi utilizado como fonte pelos investigadores Leonor Correia de Matos, António Rita-Ferreira e Allen Isaacman. Era também conhecido como testemunha interessante por alguns dos seus conterrâneos e por elementos da estrutura administrativa colonial, que o encorajaram a escrever embora não considerassem os seus trabalhos merecedores de publicações de maior tiragem. (O seu último trabalho, datado de 1958, foi, no entanto, policopiado)². O seu papel de historiador regional foi também reconhecido num breve artigo do jornal "Notícias", na edição de Natal de 1969, com a reprodução de um retrato seu³.

Fernandes Jr. foi, ao que parece, o primeiro autor africano de fontes narrativas da história na zona de Tete. Foi precedido, no século XVIII, pelos "memorialistas dos Rios de Sena" que parece terem sido portugueses. Alguns destes, entre eles o conhecido Dionísio de Melo e Castro, aprenderam certamente as línguas locais. No século XIX surgem autores de descrições de viagens como o oficial A.C.P. Gammitto, o capitão-mor (e antigo comerciante de escravos?) do Zumbo, Albino Manoel Pacheco, Carl (Carlos) Wiese (1860-1912), Mesquita e Solla, entre outros. Fernandes Jr., tal como aqueles, escreveu ainda num contexto colonial. A sua descrição reflecte o ponto de vista de um pequeno agente comercial e funcionário negro sem grande poder económico, incluindo muitos aspectos que Wiese, por exemplo, deixou de lado. Embora convencido que muitos aspectos da

vida africana deveriam e haveriam de desaparecer o mais depressa possível, embora admirador da "civilização" que havia visto em Quelimane e na Ilha de Moçambique, Fernandes Jr. não deixou de descrever também os chefes africanos como Mpezeni e os potentados de Massangano e Macanga como seres humanos, com sentimentos e simpatias. Por isso, tal como pelo detalhe das suas descrições, os seus trabalhos são fontes importantíssimas.

Esta breve nota inclui alguns dados biográficos sobre Fernandes Jr. e uma apreciação crítica preliminar da sua obra. Excluindo os seus próprios trabalhos, são poucas as fontes que se lhe referem. Por isso nos baseamos principalmente nos seus escritos para delinear a biografia.

II. O Pano de Fundo

1. Tete antes de 1870

Tete e os seus arredores estavam, entre 1600 e 1800, na orla de influência dos Estados de Mutapa e de Marave. O Estado de Mutapa (Monomotapa) situava-se ao Sul do rio Zambeze. A sua fundação data talvez de meados do século XV. No século XIX sobreviveriam ainda alguns fragmentos deste Estado. O Estado Marave, ao Norte do rio, surgiu um século e meio mais tarde, nos finais do século XVI. Desse Estado separou-se a dinastia de Uindi, que viria a estabelecer um Estado independente antes de meados do século XVIII⁴. Nesta zona estabeleceram-se alguns portugueses nos fins do século XVIII. Sacudido entre estes e os Ngoni a partir de 1840, ele ressurge fracamente no início do período colonial, por volta de 1900.

No que toca a Tete, ela parece ter sido ocupada por portugueses nos meados do século XVI. É muito possível que os portugueses ténham seguido as pegadas de comerciantes árabes e swahili, alguns dos quais parecem ter-se fixado no vale do rio Zambeze logo no século XIV ou XV, ou talvez mesmo antes, deixando traços da sua presença nas línguas Sena e Nyungwe.

A população da zona de Tete deve ter raízes que remontam ao período anterior às conquistas de Mutota (do Estado de Mutapa) e dos Maraves. A divisão entre grupos patrilineares ao Sul, e matrilineares ao Norte do rio Zambeze data também, provavelmente, de períodos mais remotos. O comércio a longa distância com a costa utilizava já, certamente, o rio Zambeze antes do século XVI. No roteiro *As-Sufaliyya*, de Ahmad ibn Majid, que data da segunda metade do século XV, a zona da foz do rio Zambeze, Kwama (em português Cuama), aparece muitas vezes como destino dos veleiros do Oceano Índico no seu tempo. A arqueologia, que pode ajudar a reconstruir este período, deu apenas os primeiros passos e não

fornece ainda dados suficientes.

Por volta de 1600, Tete era um importante centro no comércio entre a costa e o interior. Ali, tal como em redor de Sena, viviam grandes senhores cujas terras se transformaram em prazos no século XVII. As terras de menor extensão conquistadas no século XVIII já seriam na maior parte constituídas em "terras de fatiota", que podiam ser livremente vendidas ou compradas sem intervenção da coroa. (É pela mesma razão que em redor de Inhambane não surgiram prazos)⁵. Fora da área ocupada situavam-se, na segunda metade do século XVIII e primeira do século XIX, os locais de mineração do ouro, ou *bares*. Entre os mais conhecidos destacavam-se o *bar* de Mano e o *bar* de Missale⁶.

Esta estrutura, que o oficial e viajante Gamitto ainda conheceu em 1830, viria a transformar-se, por volta de 1840, na área exterior e interior da zona dos antigos prazos. Surgem então os estados dos Caetano Pereira, ao Norte, e dos Bongas (Cruz) a Leste e Sudeste de Tete. Os historiadores relacionam o seu surgimento com a necessidade de reorganização devido às deslocações causadas pelos Ngoni, com o fim do comércio de escravos em grande escala e com a expansão do comércio do marfim. Ao longo do vale do Zambeze e em redor do Zumbo, iniciou-se também, cerca de 1850, a expansão do poder de novas dinastias de portugueses ou mulatos locais. Os antepassados dos fundadores destes Estados vieram também, em parte, da Índia.

Na zona da Macanga fixaram-se descendentes de um imigrante goês, Caetano Pereira, que deve ter chegado a Tete por volta de 1769, tendo-se fixado posteriormente no interior, ao Norte do rio. Um dos antepassados dos Bonga era também oriundo da Ásia.

Os dois Estados dos Ngoni ao Norte do rio Zambeze, com os quais José Fernandes Júnior iria travar conhecimento na década de 1890, foram fundados por dois grupos diferentes. Um deles teve origem no grupo fundado por Zwangendaba Jere, e o outro foi fundado por Ngwana Maseko. Apareceram definitivamente na zona depois do surgimento da dinastia dos Caetano Pereira na Macanga, por volta de 1837-1840⁷. O Estado de Mpezeni, filho de Zwangendaba, fixou-se por volta de 1870 na zona de Chipata (Fort Jameson no período colonial). O grupo de Zwangendaba havia atravessado o rio Zambeze em 1835, e em 1836 encontrava-se em terras do Undi, chefe Marave. Avançou depois mais para Norte, só regressando na década de 1860 à zona de influência comercial de Tete⁸. O outro grupo, chefiado originalmente por Ngwana Maseko, atravessou o rio Zambeze por volta de 1838-39, depois de uma estadia de cerca de três anos no Báruè e na Gorongosa, e ficou na zona Marave entre 1841 e 1847, movimentando-se

entre Zumbo e Ncheu⁹. Deslocaram-se depois para a zona a Leste do Niassa, onde ficaram até cerca de 1860, altura em que regressaram à Angónia para ali se fixarem definitivamente.

Culturalmente, toda esta zona ao Norte do rio Zambeze até à costa oriental tinha certos traços em comum. Em toda a zona os carregadores eram chamados "marinheiros"¹⁰. Nos estabelecimentos de mineração do interior, os *bares*, os donos de escravos, para adormecerem ou acordarem, eram animados com o mesmo tipo de massagem do que era prestado às princesas de Zanzibar por volta de 1850, etc.¹¹ A maior parte dos escravos importados para a zona de Tete, em 1874, provinha da zona a Norte da vila; aparentemente eram poucos os que vinham da zona patrilinear ao Sul¹².

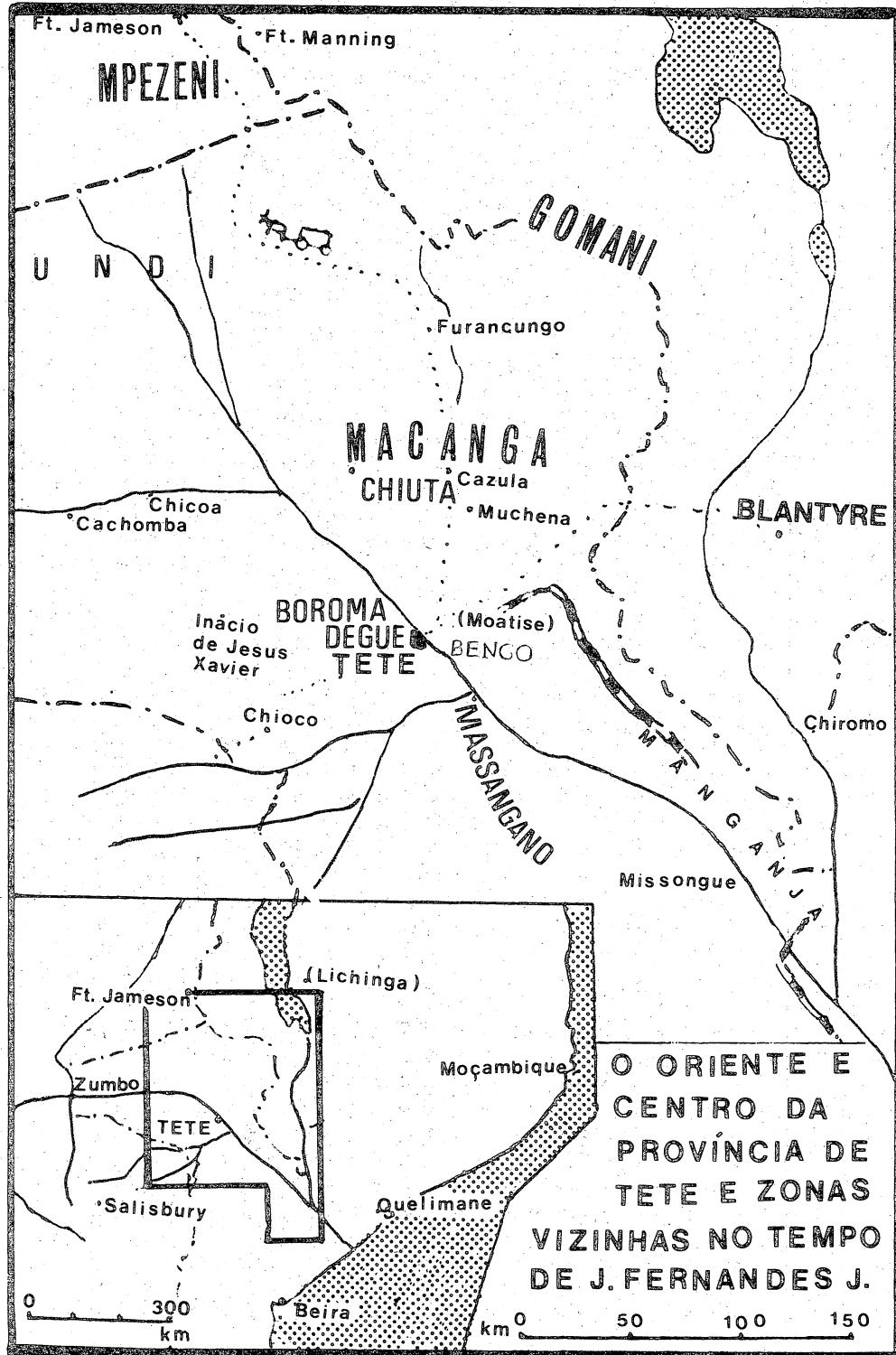
A rede comercial, as suas modificações e o seu relacionamento com o poder político, estão ainda pouco estudados¹³.

2. Transformações da Região de Tete, 1870-1965

Entre 1870 e 1890, a vila de Tete e a zona vizinha beneficiavam do florescimento do comércio do márflim. Dele dependiam todas as actividades mercantis. Para franquear o caminho de Tete para o mar os comerciantes de Tete apoiam as campanhas contra Massangano, em 1888 e nos inícios da década de 1890. Em 1887 - tal como já algumas vezes no período anterior - Massangano tinha ameaçado exercer um controlo total sobre as vias de acesso a Quelimane e ao mar.

A delimitação das esferas de influência portuguesa e britânica, em 1891, e a anterior ocupação do planalto zimbabweano pela British South Africa Company, em 1890, reduziu a área de influência de Tete acima do Zumbo, mas criou imediatamente alguns empregos para africanos da zona de Tete. Em 1890, o limite das correntes de trabalho migratório da África Austral é, em Moçambique¹⁴, o rio Zambeze. Em 1900 já eram abrangidos a Província de Tete e partes da Zambézia e Niassa, o que permitiu aos arrendatários dos prazos cobrar o imposto (*mussoco*) aos habitantes em dinheiro.

A caça, recurso tradicional, estava em vias de extinção. Durante alguns anos, entre 1891 e 1897, ainda tinha sido possível caçar na zona a Norte de Tete, porque ainda havia elefantes e o controlo britânico só se fez sentir mais tarde. A partir de 1885, os caçadores vindos da África do Sul atravessavam o Zambeze para a actual Zâmbia ocidental, e a partir de 1893-1896 assiste-se, também na parte oriental, a uma rápida diminuição do número de elefantes que eram caçados para fornecer marfim. A economia de caça entrou em crise.



Entre 1890 e 1910, Tete regista uma brusca queda da sua relativa importância. De placa giratória do comércio do marfim, tecidos e armas numa região que compreendia parte do Zimbabwe e da Zâmbia, ela transforma-se num pequeno centro distrital, numa área que passa a depender economicamente da zona circunvizinha, parcialmente fora do controlo da administração colonial portuguesa. É agora um pequeno ponto de paragem na rota de Salisbúria para o Niassalândia e para o oriente da Rodésia do Norte. A navegação fluvial ligava a povoação e região de Tete ao Chinde, no Índico, durante alguns meses por ano.

A economia diversifica-se apenas com o incremento do tráfico rodoviário que viabiliza a produção de cereais e tabaco para exportação, e do caminho de ferro que permite aumentar a produção das minas de Moatize. Isso apenas por volta de 1950.

Quem exercia actividades económicas tinha que adaptar-se a essas mudanças. Alguns dos grandes comerciantes de marfim desistiram, arrendaram os prazos ou passaram a servir companhias que visavam iniciar a exploração mineira recrutando o camponês e o trabalhador migrante. Isso dá-se com João Martins, que se torna representante da Companhia da Zambézia. José Pereira de Carvalho, em 1887 ainda o "principal e mais antigo dos representantes do comércio"¹⁵, retirou-se definitivamente para Portugal em 1892, depois de uma demorada estadia ali. Outros concentram-se na Beira e Quelimane, como por exemplo Dúlio Ribeiro¹⁶. Wiese experimentou comerciar em Blantyre, explorou os acessos à Niassalândia e, mais tarde, tentou a mineração e o arrendamento de prazos antes de se retirar para a Alemanha, onde morreu em 1912, com o título de "dono de plantações"¹⁷.

O caçador transforma-se em sipai ou capataz, o carregador em migrante para as minas da Rodésia e África do Sul, ou para as plantações de cana entre Sena e Luabo. Os ensaios de agricultura capitalista na zona de Tete falham miseravelmente até à década de 1950. O escoamento para fora de Moçambique ou para o Sul da colónia é caro demais e a vila de Tete constitui mercado insignificante. A Companhia da Zambézia retirou-se a pouco e pouco de Tete, fechando a loja ("feitoria") e decidindo, em 1924, entregar os prazos arrendados ao Estado, reduzindo assim os prejuízos nesta zona¹⁸.

Durante as primeiras duas décadas do século XX, os transportes terrestres dependiam em grande parte de carregadores. Porém, devido ao recuo da mosca tse-tse durante a peste bovina de 1897, aparecem também carros de bois (por volta de 1890?). Estes irão prevalecer até pouco depois da I Guerra Mundial. Depois veio lentamente o camião, que na década de

1930 conquistou o transporte de pessoas, e na de 1940 viabilizou igualmente o transporte de produtos agrícolas para exportação, via Beira.

3. Ser Africano em Tete, ca.1870-1890

Há passagens na vida, e certas afirmações na autobiografia de José Fernandes Jr., que não se compreendem plenamente sem se conhecer a estrutura social e política de Tete. Para estudar tal estrutura a partir de um exemplo concreto, iremos ler o requerimento de um africano que esteve preso em 1876 na fortaleza de Tete, que servia também de prisão. Presumivelmente ele tinha a profissão de *malemo*¹⁹ (piloto ou patrão de barco ou escaler no rio Zambeze).

"Diz José Malimmo morador nesta villa que o suplicante acha-se preso na Praça de S.Thiago-Maior há 3 meses, a respeito de eu bater com duas chicotadas a minha mulher por nome nhanha Mizillia²⁰, que é escrava de Senhora D.Maria, a dita nhanha foi-se queixar a sua patroa, o suplicante foi chamado e perguntou-me porque tinha batido. 'Por fazer vida com outro homem'. Por isso o suplicante mandou pedir a sua liberdade com Senhora D.Maria. Disse-me que não tinha nada com ela e logo o suplicante mandou preso nesta Praça. A dita nhanha mandou-me buscar as chaves da casa e das caixas, e roubou-me tudo quanto eu tinha dentro de casa. São os objectos seguintes: ouro em pó, dinheiro, e mantimento e gente que tinha, e disse a senhora Dona Maria que se achava o suplicante preso, a respeito da dívida do senhor Romão. Sim senhor, sou devedor senão de vinte e seis panjas de mantimento e duas armas. O suplicante está pronto a pagar quando ele Romão vier, e duas armas estão no mato e ainda não vieram quando elas vier fico de pagar.

Illustríssimo senhor: O suplicante ficou roubado... todos os seus objectos de casa e os trastes, gente, mantimento que são 2 chituras [?] que não tenho nada, e o suplicante está sustentado com somente posso²¹ do estado e mais nada, e tem-me roubado tudo a dita nhanha nas presenças dos testemunhas [nhanha Catharina, moleque por nome Victorino, preto por nome Cesar].

Pede a Vossa Senhoria Illustríssimo Senhor Governador do distrito de Tete que haja por bem mandar por em liberdade..."

O despacho foi: 'Solte-se'²².

Deste documento depreende-se o seguinte: Havia em Tete certas pessoas influentes que podiam mandar outros, especialmente africanos, para a prisão, possivelmente só por uma acusação verbal. "Gente" era contada como inventário das casas. As escravas eram casadas com pessoas independentes dos seus donos e podiam recorrer a estes em situações pessoais difíceis. O governador era também chefe da polícia e, até certo ponto, também uma instância judicial e com poder executivo relativamente grande, especialmente se respeitava a ordem social existente.

Neste caso não conhecemos o estatuto do suplicante, mas podia muito bem ser um ex-escravo, como o *malemo* com o qual Fernandes viajou

em 1884 ou 1885²³. Os africanos compravam fiado muitas vezes, armas e até cereais, e mandavam caçar no sertão. Possivelmente o "Senhor Romão"²⁴ referido no requerimento terá sido o protector indicado pelo suplicante, que o devia ter tirado da prisão, mas que talvez não estivesse presente. Não sabemos quem lhe adiantou os 60 réis de papel selado do requerimento e lhe escreveu o mesmo, mas os três meses de prisão e o facto de não ter ninguém que lhe mandasse comida ("posso") indicam que se achava desprotegido.

Em Tete, à "gente grande" pertenciam os principais comerciantes como José Pereira de Carvalho, João Martins e Anacleto Nunes, todos de origem europeia e que lá viviam em 1880²⁵. Pelo menos Martins tinha-se integrado na sociedade local, casando com uma "dona" oriunda de uma poderosa família da região. O poder dos comerciantes europeus cresceu muito durante esta década e tornou-se superior ao dos naturais de Tete, alguns dos quais preferiram ficar no sertão. "Gente grande" eram, também, alguns comerciantes de menor gabarito e algumas "donas" com terras, caçadores e mercadores. Tinham um certo poder na vila os capitães-mores e chefes da zona vizinha, porque tinham procuradores na povoação e seriam capazes de exercer represálias contra comerciantes que passassem pelo seu território.

4. A Situação na Altura do Nascimento de Fernandes Jr. (±1870)

Por volta de 1870 existiam, no Vale do Zambeze, povoações portuguesas guarnecididas por soldados em Quelimane, Sena, Tete e Zumbo. Havia também destacamentos em vários pontos, como por exemplo em Guengue, na margem norte do rio Zambeze. Os soldados eram europeus, indianos, ou angolanos naturais de Luanda, Golungo Alto, Moçâmedes, etc. Mas os representantes do Estado português não passavam de uma potência entre outras. Havia, por exemplo, Massangano, que se tinha batido em três campanhas contra expedições portuguesas; na Macanga, a dinastia dos Caetano Pereira mantinha-se independente; no Zumbo, o Estado mantinha uma força insignificante entre os potentados locais. Ao Sul do rio Zambeze, os descendentes do Muenemutapa mantinham ainda um certo poder, que viria a ser minado entre 1880 e 1900. Ao Norte do rio existiriam, além do Estado da Macanga, restos do reino do Undi e dois Estados Ngoni já acima referidos. Um destes, o Estado dos Ngoni de Ngwana Maseko e seus descendentes, instalado definitivamente na actual Angónia desde cerca de 1860, englobava partes de Moçambique e do actual Malawi²⁶. O segundo era o Estado de Mpezeni, que se fixou por volta de 1870 numa zona que englobava partes de Moçambique e da Zâmbia²⁷. Escolheram como centros

de povoamento zonas onde era possível criar gado bovino.

O principal produto de exportação da zona era o marfim, que em conjunto com o fornecimento de pólvora, armas e têxteis era o principal artigo de comércio dos grandes mercadores de Tete. Ao Norte de Tete, o tráfico de escravos para a costa de Zanzibar estava longe de ser extinto até cerca de 1890, e dos Estados Ngoni chegavam alguns cativos à costa, levados por comerciantes swahili e yao, e por vezes também bisa²⁸.

Quase todos os comerciantes ricos de Tete tinham negócios na zona do Zumbo. O capitão-mor de Tete, Anselmo Joaquim Nunes de Andrade, teve naquela zona um acampamento. José Pereira de Carvalho, sargento-mor do Zumbo em 1875, pediu a exoneração nesse ano²⁹. A zona a Norte e Noroeste de Tete parece ter ganho importância na segunda metade da década de 1870 e na década de 1880, quando o comerciante Carlos Wiese aparece na zona, mas é possível que tenha já antes suscitado algum interesse³⁰.

III. A Biografia

1. A Família de Fernandes Jr. e os Anos de Escola

O pai de José Fernandes Jr. chamava-se também José Fernandes, e parece ter tido tratamento de muzungo. O filho disse desconhecer o porquê de tal tratamento. Numa versão, faz descender a família de um certo Fernando³¹. José Fernandes, pai, vivia da agricultura e da caça profissional. Os parentes do lado materno eram naturais da zona de Cachomba. O casamento pode ter sido uma aliança matrimonial, visto que a família de Fernandes e alguns vizinhos estavam engajados no comércio com o Zumbo, e Cachomba ficava no caminho. Através desse casamento teriam um ponto de paragem seguro. Do ponto de vista cultural e do tipo de relações sócio-políticas estabelecidas poder-se-iam designar por chicundas. Entre as pessoas com ele relacionadas por parentesco, e que ele menciona, há D. Romana Coelho, D. Chincoco, de que é sobrinho³², e um certo João da Costa Xavier, Binze, que era seu primo e que em 1897 estava também nas terras de Mpezeni³³. Nas suas actividades, o pai, o tio e ele próprio dependiam do comerciante europeu José Pereira de Carvalho, já acima mencionado, arrendatário do prazo Degue, onde eles viveram; e que na década de 1880 ocupou cargos públicos como o de Presidente da Câmara e Juiz Ordinário. Até certo ponto Carvalho parece ter interferido na vida de José Fernandes Júnior. Fernandes, em 1945, descreveu a sua origem da seguinte maneira, num estilo um pouco forçado:

"Sou filho de pais trabalhadores de enxada³⁴, único meio que sabiam e dispunham para viver, segundo a sua maneira de viver de que honradamente se apresentavam diante dos seus conterrâneos que os recebiam sem desdenhá-los, senão por aqueles os mais vergonhosos na vida humana. Sou de raça negra que pertence a meus pais. Infelizmente não conheço a que raça³⁵ pertenceu o meu pai, somente a da minha mãe... ela pertence à raça agôa das tribus de Chulu, grande chefe de Chicoa depois do seu parente Chibuia donde descende a minha avó materna. E o pai da minha mãe pertence à tribu adema ou m'dema que quase tem uma afinidade com os povos de Chicoa³⁶... Chamava-se José Fernandes, vulgo Chapuruca, o meu pai, e Ervilha minha mãe. O meu pai é filho de José Fernando vulgo Carua, e de Izabel. A minha mãe é filha de Capezo e de Felixia. O pai de meu avô paterno segundo informações de meu pai chamava-se Francisco Fernando... O facto de a nossa família ter o tratamento de muzungos... não conheço a sua originalidade; e porque também não tive a curiosidade de perguntar ao meu pai como isto foi, porque nenhum interesse tinha a respeito das raças, por não ser a raça que dá valor ao homem, mas sim as acções e obras"³⁷.

Parece que José Fernandes Júnior não viveu muito tempo em casa de seus pais, mas na do tio, António Fernandes, negociante (e também uma espécie de oficial de milícias africanas em caso de guerra) vivendo em Degue, a alguns quilómetros a Oeste de Tete. Pelo menos a partir de 1879, Degue estava arrendado a José Pereira de Carvalho³⁸. Foi António Fernandes que fez matricular o jovem José na escola paroquial de Tete, onde o padre Francisco Antunes foi o seu primeiro professor. Em Janeiro de 1880 esta escola tinha 21 alunos, que aumentaram para 23 em Fevereiro³⁹. Nesse ano, e no precedente, não houve falta de comida em Tete, ao contrário do que viria a acontecer em 1885-1887, altura em que só poucos alunos ficaram na escola.

O tio António Fernandes, conhecido por Mugambiuia, talvez tivesse também organizado viagens de caça ao elefante⁴⁰. Em 1885 António Fernandes vivia em Caonda, a Oeste de Tete, na zona dominada por "Carizamimba" por Inácio de Jesus Xavier, com quem parece ter estado associado⁴¹. António Fernandes participou também numa das guerras contra o último dos Bongas. O seu filho foi padrinho de baptismo de José Fernandes, em 1884. O tio António morreu em 1890, deixando dívidas de que José Fernandes tinha sido fiador e pelas quais se sentia responsável.

Em Dezembro de 1883 a paróquia da vila de Tete foi entregue ao padre jesuíta francês Victor-Joseph Courtois, a quem veio juntar-se o padre austríaco Johannes (João) Hiller. Estes padres tinham por tarefa não só manter a continuidade da paróquia mas também fundar uma missão. Para isso escolheram o prazo Boroma, a Noroeste de Tete, onde puderam demarcar um terreno⁴². Em Tete continuaram a escola. Fernandes descreve a sua experiência escolar da seguinte maneira:

"Felizmente se hoje sei gatafunhar estas linhas devo isso ao meu tio irmão do meu pai de nome António Fernandes, que sendo ambos os irmãos analfabetos e o meu tio tendo possibilidades teve a noção de saber que só um homem instruído, ainda que seja pouco e mal, tem na sociedade alguma consideração, e assim lembrou-se de junto com o seu filho meu primo e padrinho José António Fernandes, mandaram-nos à escola para aprender a ler e escrever..."⁴³

"Entrei na escola primária nos fins do ano de 1880 que vim a sabê-lo depois no ano de 1881, quando já sabia um pouco ler e escrever. Foi o meu primeiro professor o Senhor Padre Francisco Antunes, português. Depois da saída do padre Francisco Antunes... os professores Lúcio, indiano, e Lopes, europeu. Vago o lugar do professor pela morte do professor Lopes⁴⁴ tomou conta do lugar o professor Teodorico Francisco Dias, africano natural de Tete, que ensinou até ao ano de 1883⁴⁵... Em fins de 1883 a escola passou ao Reverendo padre Rabeca (que, nunca soube se o nome era próprio ou dado pelos rapazes) que morreu depois de pouco tempo de ensinar.

No ano de 1883 nos fins, chegou o senhor Padre Victor José Courtois da Companhia de Jesus que tomou conta da escola e da parochia. Já eu tinha aproveitado um pouco mais de ler e escrever e contar e dava lições e palmatória aos colegas, alguns que tinham entrado primeiro na escola. Em 1885 mo vez de agosto, por causa do senhor Augusto Militão de Sousa, africano, mas descendente de pai indiano, se ter recusado a acompanhar o reverendo padre Courtois às terras de Massangano (do Bonga)⁴⁶ a convite do Muchenga⁴⁷ irmão do Bonga. E a pedido do mesmo padre ao meu procurador senhor José Pereira de Carvalho, acompanhei-o como servindo de sacristão e tradutor das palavras cafres..."⁴⁸

Fernandes Jr. foi baptizado em 1884, altura em que lhe foi atribuída a idade provável de 12 anos. Possivelmente teria já mais um ou dois anos. No mesmo ano, Courtois escreveu que o baptismo "se celebrava com grande pompa entre os negros de Tete". Depois de baptizados podiam apelidar-se de mestres (*messiri*) ou "muzungu". Não se costumavam celebrar outros sacramentos da igreja católica entre os africanos⁴⁹. Se assim era, o baptismo deve ter sido considerado como uma espécie de iniciação ao mundo dos europeus. Em 1885 Fernandes teria também ensinado a doutrina e as primeiras letras à aristocracia de Massangano, que havia concentrado as suas crianças em Mafunda, no Muira. Em 1895-6 uma viagem comercial levá-lo-ia mais uma vez a Missongue⁵⁰, também situada na zona, mas foram relativamente poucos os contactos directos que teve com a zona dos Tonga, no Vale do Zambeze, e do Bárue.

"Em 1886 a pedido do mesmo, meu bemfeitor, senhor padre V. José Courtois, ao meu procurador senhor José Pereira de Carvalho me foi concedida licença para seguir com ele para Quelimane, onde estive a estudar no colégio do Bom Jesus, uma parte do tempo do ano de 1886, 1887 até meados do ano de 1888. Tendo em 1887 seguido com o senhor Padre Courtois para Moçambique que naquela época era a capital da Província de Moçambique onde conheci pela primeira vez o Governador Geral Senhor Augusto de Castilho. Estive na ilha alguns meses com meu protector à espera da impressão dos livros de tradução do

português para a língua cafreal tetense⁵¹. Regressado a Quelimane, continuei a estudar até aos meados do ano de 1888 data em que meu procurador senhor José Pereira de Carvalho chegou a Quelimane e retirou-me do colégio contra a minha vontade porque desejava continuar a estudar mais... Como o meu protector Snr. Padre Courtois estava ausente, o senhor Padre Francisco Antunes consentiu na minha saída do colégio"⁵².

Para angariar fundos para a manutenção da missão, a Ordem dos Jesuítas publicava uma revista em francês e outra em alemão⁵³, onde se transcreviam extractos das cartas dos missionários (incluindo as enviadas aos seus familiares). Mesmo assim, a missão sofreu crises financeiras, uma das quais em Março de 1888(?). Isso e as crises de saúde de Courtois podem ter sido as razões por que José Fernandes não ficou ligado à missão como professor.

2. Recenseador, Caçador e Administrador de Prazos, 1888-1918

Devido aos seus conhecimentos literários, Fernandes ficou a fazer o censo e cobrança de imposto no prazo Dengue em 1889. Como o negociante Carvalho só pagava em géneros⁵⁴, Fernandes passou a trabalhar para os padres, fazendo o mesmo tipo de serviço na missão de Boroma, em 1889 e 1890⁵⁵. Pelo menos durante parte desse tempo o padre Courtois estava ainda em Tete⁵⁶. Fernandes voltou a ter contactos com Carvalho quando teve que pagar as dívidas do tio, em 1891-92. Nesses anos passou muito tempo negociando e caçando elefantes na zona da Chipeta, dominada pelos Ngoni de Ngomani⁵⁷. Evitou assim, ao que parece, as guerras que houve na altura perto de Massangano, e nas quais participaram José Pereira de Carvalho e Anacleto Nunes. Em 1893 Fernandes foi para a zona de Dómuè e regressou a Tete no ano seguinte. Para poder fazer a viagem seguinte teve que deslocar-se a Missongue, onde conseguiu trocar marfim por pólvora, que contrabandeou para Tete⁵⁸. Em 1896 voltou a caçar em terras da actual Zâmbia, que eram do rei Mpezeni, onde chegou a assistir aos momentos mais dramáticos da conquista britânica. Durante parte do tempo trabalhou como empregado da Northern Charterland Company, sob as ordens de Crawford Angus e Carl Wiese. A companhia forneceu-lhe também pólvora para caçar elefantes. Regressou em 1898, já depois da conquista britânica⁵⁹. Para essas viagens teve que organizar um grupo bastante numeroso de caçadores de elefantes.

Algumas das suas observações mais originais referem-se a esse período, que o pôs em contacto com os dois grupos Ngoni existentes ao Norte de Tete. Dá valiosas informações sobre a estrutura política desses Estados.

Em 1899 compra cabritos para António José Correia da Silva, um proprietário de manadas de gado bovino que, possivelmente, revendia cabritos para a Rodésia do Sul, e entra em contacto com João Martins, cuja experiência como negociante e capitão-mor de Tete o predestinava para gerente da Companhia da Zambézia ali⁶⁰. Funda uma povoação ou luane na Chiúta, limites do Estado da Macanga. Entra ao serviço da Companhia da Zambézia e trabalha para ela durante o período da conquista da Marávia e da Macanga, em 1901 e 1902. Depois de alguns meses de administração entrega a Marávia a Carl Wiese e continua com a Companhia da Zambézia até Janeiro de 1904, altura em que passa para o serviço do novo arrendatário da Macanga, Rafael de Bivar Pinto Lopes⁶¹. Trabalha para este arrendatário, mais conhecido por Rafael Bivar, como empregado em tempo inteiro até 1918, e em tempo parcial até à morte deste, em 1924. Como empregado faz, durante alguns anos, a administração do prazo M'pumulo, na zona de Furancungo, mas trabalhou também muitos anos na zona de Muchena, centro da Macanga, onde desempenhou funções nos empreendimentos agrícolas do concessionário, que teimava em cultivar amendoim, sizal e borracha, se bem que o distânciia dos mercados tornava todas estas actividades economicamente marginais ou mesmo deficitárias.

Nesse tempo Fernandes tem que aceitar que recebe menos do que um europeu fazendo o mesmo trabalho, mas deverá ter concluído que as condições oferecidas por Bivar são melhores que as oferecidas por outros. A julgar pelos relatórios de Carrilho (1912) e Sousa e Silva (ca.1926), não havia lugares de destaque para os africanos educados, e não se previa que exercessem qualquer autoridade ou actividade económica independente.

3. Agricultor Comercial Fracassado, 1918-1942

Dentro da zona dos prazos que administrava, particularmente na Macanga, Rafael Bivar pedira, em 1913 e 1914, pelo menos quatro propriedades aparentemente situadas em vales. Duas situavam-se perto da Muchena e duas perto da Chiúta⁶². Fernandes terá sido inicialmente convidado a aproveitar a concessão de Bivar na Chiúta, ou arrendou-a ao concessionário. Em 1923 pediu mil hectares ao Estado em aforamento, que lhe foram concedidos em 1924. Esta área situava-se ao Norte da concessão de Bivar e abrangia aquilo que viria a ser mais tarde o posto da Chiúta. Elevava-se um pouco acima do nível da bacia quente e seca do Zambeze, e por isso era mais apta para a agricultura.

Na altura em que Fernandes se concentrou na vida agrícola os grandes comerciantes europeus já haviam desaparecido de Tete. Para Fernandes, que se orientava por padrões sociais antigos, tal viria a revelar-

se pernicioso. A redução do comércio levou também a Companhia da Zambézia a cessar as suas actividades comerciais em Tete. Para os produtos agrícolas ficaram apenas dois ou três comerciantes sérios, ao que parece sem ligações com os estratos comerciais antigos. Um deles terá feito parte do grupo de comerciantes indianos com experiência em produtos agrícolas na zona de Sena. Fernandes escolhe mal os intermediários com os quais colabora. Não recebe o contravalor do tabaco que produz nem das árvores de citrinos que vendeu. Entre cerca de 1927 e 1942 os preços dos principais produtos agrícolas do país eram tão baixos que numa zona como a Chiúta era impossível produzir para o mercado. Os custos de transporte eram elevados demais. Essa circunstância, agravada pela crise económica mundial, não foi convenientemente analisada e compreendida por ele.

Nos primeiros cinco anos (provavelmente 1924-1928) ainda consegue pagar o arrendamento. Depois surgem atrasos, paga dois anos acrescidos de multa, tem que penhorar o que lhe resta do gado dizimado pelo avanço da mosca tse-tse, etc.

Em 1936 uma doença ou acidente resulta numa paralisia parcial e Fernandes Júnior passa a ter que utilizar muletas. Mas a sua economia doméstica é suficientemente organizada para que ele consiga também sobreviver a este revés.

4. A Vida Familiar

O carácter semi-oficial da sua autobiografia, a sua incidência nos assuntos políticos, fazem com que só indirectamente se refira à sua família. Casara pela igreja possivelmente pouco antes de fundar a sua casa na Chiúta, e é possível que a sua esposa legítima ali tenha continuado a viver quando ele foi para a Macanga e Marávia. Em 1904 tinha como companheira, na Macanga, uma "rapariga ngoni". Entre 1904 e 1918 enviou certa vez carne seca para a Chiúta, durante um período de seca e fome. A senhora com quem vivia em 1942 é intitulada de "companheira". Não sabemos se se tratava da mãe dos seus três filhos menores nascidos nos anos 1930, e para a educação dos quais consegue, em 1942, apoio da repartição central dos Negócios Indígenas.

5. Pensionista do Estado Colonial e Historiador

Dois factores viriam a influenciar a vida de Fernandes Jr. depois de 1940. O primeiro foi o facto de terem aparecido na administração pessoas que valorizaram os seus conhecimentos históricos e da região. O segundo foi o facto do Estado ter criado um sistema de apoio aos africanos associados às conquistas coloniais.

Fernandes Júnior é então valorizado tanto para informar sobre o passado como para ser utilizado como símbolo em comemorações e visitas de ministros. Era esse o estilo da época⁶³. O Estado colonial começara a integrar africanos na sua imagem oficial, passados que tinham sido os dias da primeira década do século em que o importante fora diminuir a autoridade dos africanos. Em 1942 realiza-se uma visita do ministro Vieira Machado, combinada com a inauguração de um mausoléu para as ossadas do comandante António Júlio de Brito, que dirigira em 1902 a conquista desta zona. O mausoléu tratou-se possivelmente de uma idéia do governador da Zambézia, Pinto Correia, que fora também um dos antigos inspectores administrativos.

José Fernandes Júnior foi também convidado à cerimónia. Às altas visitas pede educação para os seus filhos menores e dinheiro. Vê os seus pedidos satisfeitos. A partir de 1944 passa a receber uma pensão mensal de 100 escudos que correspondia, na época, a dois ou três salários mensais de trabalhadores agrícolas e lhe foi certamente muito útil. É a partir deste ano que ele começa a escrever. O primeiro trabalho é datado da Chiúta, 26 de Julho de 1944, e foi encomendado pelo intendente do distrito, Hortênsio de Sousa, por intermédio do chefe de posto. O segundo foi encomendado pelo governador de Manica e Sofala, que tinha tido acesso ao primeiro.

Nos *Anuários de Lourenço Marques* para 1945 e 1950 (e certamente em alguns outros) o seu nome consta como agricultor na zona do posto da Chiúta. Durante a visita do presidente português Craveiro Lopes, em 1956, foi condecorado com o grau de Cavaleiro da Ordem do Ultramar Português. É possível que isso tenha conduzido a novos contactos com pessoas interessadas na história do então Distrito de Tete. A "Narração" data de pouco depois da condecoração, e o último manuscrito surge dois anos mais tarde. Uma cópia da *Narração* encontrava-se na posse de um antigo comerciante da Chiúta e dono do Hotel Castro, em Tete. Isaías Marrão mandou copiar este manuscrito. Uma das cópias dactilografadas ficou na posse de Allen Isaacman, enquanto que a outra chegou ao Arquivo Histórico de Moçambique⁶⁴. Para dar forma final ao seu estudo sobre os Chewas da Macanga, António Rita-Ferreira manda-o buscar de carro e trabalha durante duas semanas com ele. Lê-lhe o seu estudo e recebe críticas e muitas informações adicionais. Fernandes já "era muito velho mas ainda muito lúcido", lembra Rita-Ferreira em 1991⁶⁵. Entre aqueles que visitaram Fernandes Júnior nos seus últimos anos de vida encontravam-se também alguns elementos da Acção Psicossocial, surpreendidos por encontrarem um africano com tanta cultura literária naquela zona do país⁶⁶. Segundo A. Carreira, que o contactara no início dos anos 1960, ele morreu em

Outubro de 1965, tendo sido sepultado em cerimónia dirigida pelo chefe do posto, o que era decorrente da condecoração de que era titular⁶⁷. A data exacta da sua morte foi 5 de Outubro de 1965, foi enterrado em Chiúta-Serra, e auferia na altura uma reforma de mil escudos⁶⁸. A sua morte é também noticiada por L. Correia de Matos. O breve artigo biográfico de A. Carreira inclui uma fotografia que mostra um homem magro, de capote, nariz grande e barba branca, em frente de uma palhota ou um celeiro.

IV. A Obra de José Fernandes Júnior

1. Os Manuscritos

Existem no Arquivo Histórico de Moçambique os seguintes manuscritos de José Fernandes Júnior:

-1944: *Divagações Históricas Sobre o Distrito de Tete*. Manuscrito datado da Chiúta, 26 de Julho de 1944. Existem também cópias dactilografadas não conferidas (colacionadas), de 105 páginas. Este trabalho descreve os limites e terras do distrito de Tete ca. 1890; grupos étnicos e sua maneira de casar; história do Estado de Undi; tradições, por vezes um pouco deturpadas, dos dois grupos de *ngoni* em Tete; história do Estado da Macanga, descrevendo os governos de nove membros da dinastia dos Caetano Pereira. Passa depois a escrever a história do Estado de Bonga. Depois esboça o fim de Manuel António de Sousa (*Gouveia*) e a revolta do Bárue em 1917-1918. Acaba fazendo a comparação entre a administração directa do Estado e a situação antes de 1926-30.

-1945: *Nota Histórica Sobre o Distrito de Tete*. Chiúta, Setembro de 1945, com documentos em anexo (quitação da dívida do tio, testemunho de Crawford Angus, carta de Bivar, etc.). Existe o manuscrito original, de 148 páginas, e cópias não colacionadas com o texto, que não incluem a introdução e os documentos encadernados com o original. É uma autobiografia, com uma narração que segue cronologicamente a sua actividade entre 1880 e 1930. Dos anos seguintes menciona só poucos acontecimentos, como por exemplo a sua doença e a visita ministerial de 1943, a partida de seus filhos de avião para Lourenço Marques e as circunstâncias da encomenda da sua autobiografia.

-1956: *Narração do Distrito de Tete*. Chiúta, Macanga, Outubro de 1956. Cópia dactilografada não corrigida, 111 páginas. Deve ter sido copiada por alguém com conhecimentos limitados de português, partindo de um manuscrito, como indicam certos erros. Trata-se provavelmente da cópia mandada fazer por Isafas de Jesus Marrão nos anos de 1960. O conteúdo

e sem pagamento de direitos de trânsito. Fica outrossim entendido que, nos distritos acima mencionados, cada uma das potências terá (...) o direito de construir estradas, caminhos de ferro, pontes e linhas telegráficas através dos distritos pertencentes à outra potência (...)”⁴⁴.

A partir de 1903, com a recuperação das minas do Transvaal aumentou a competição entre os dois principais centros da indústria mineira do ouro na região. Esta competição culminou com a perda de muita mão-de-obra pela Rodésia do Sul, particularmente a região da Matabelelândia, de onde emigravam muitos africanos locais e estrangeiros semi-especializados para as minas do rand, atraídos por melhores salários.

A motivar esta tendência havia a acção activa de recrutadores da W.N.L.A., na fronteira ou ilegalmente no interior da Rodésia do Sul, perante as dificuldades de controle, pelas autoridades rodesianas, devido à falta de recursos financeiros⁴⁵.

Agravando as dificuldades da indústria rodesiana, registou-se a queda do mercado do ouro em Londres, facto que obrigou à redução de salários dos trabalhadores africanos como única alternativa para baixar os elevados custos de produção.

Como resposta a esta crise de mão-de-obra e para coagir os africanos locais a prestarem trabalho no sector capitalista, as autoridades coloniais reforçaram a imposição da lei de "Masters and Servants" de 1901, e da lei do passe de 1902. A lei de 1901 foi uma lei global que impôs uma dura disciplina sócio-laboral nas zonas rurais.

Simultaneamente, instituiu-se o Rhodesian Native Labour Bureau (R.N.L.B.)⁴⁶, com a principal função de fornecer mão-de-obra aos empregadores e, através da Ordinance No.21, de 1904, aumentou-se o imposto (hut tax) para uma libra, e mais dez xelins por cada mulher adicional.

Entretanto, os shona e ndebele foram capazes de ignorar essas medidas, em virtude da sua estabilidade económica proporcionada pela venda de excedentes agrícolas e de gado no mercado, particularmente nas minas, ou ainda pela venda directa de cereais, lenha e bebidas aos mineiros nos principais *compounds*⁴⁷. Perante estes obstáculos, o recurso que ficou à B.S.A.C. foi a prática do recrutamento clandestino em Moçambique.

Em 1905, 1907 e 1909 os responsáveis da B.S.A.C. fizeram insistentes pedidos às autoridades portuguesas visando a concessão de licenças para a R.N.L.B. recrutar. Tais pedidos não foram sancionados e o recrutamento clandestino continuava a ser a única alternativa. Já em 1907, Carl Wiese, um dos principais latifundiários de Tete, estimava em cerca de 50.000 o número de emigrados moçambicanos para a Rodésia⁴⁸.

Paralelamente a estas negociações, as autoridades rodesianas

insistiam nos seus pedidos à W.N.L.A. no sentido de lhes fornecer parte dos trabalhadores recrutados em Moçambique. Contra a sua expectativa, em fins de 1907 a W.N.L.A. tornou claro que não tinha qualquer intenção de enviar para a Rodésia trabalhadores "contratados" nos distritos a sul do paralelo 22º sul, e que apenas estaria disposta a cooperar na repartição desta mão-de-obra se fosse autorizada a fazer os seus próprios recrutamentos na Rodésia⁴⁹.

Em 1909, o governador rodesiano, W.H.Milton, na ânsia de conseguir trabalhadores de Moçambique para sustar as crescentes necessidades de mão-de-obra nas minas e plantações, solicitou ao Alto Comissário britânico, Lord Selborn, a negociação com o Governo Geral de Moçambique para a permissão de a R.N.L.B. recrutar nas áreas de Bárue e toda a zona a sul do Zambeze, a partir do Zumbo. Selborne ofereceu dificuldades, alegando a presença de agentes da W.N.L.A. naquelas áreas, e remeteu a questão para as próprias autoridades rodesianas, no sentido de negociarem directamente com o Transvaal.

Estas negociações apenas conheceram uma evolução positiva para a Rodésia do Sul quando, em 1913, as autoridades do Transvaal cessaram oficialmente o seu recrutamento a norte do paralelo 22º.

Entretanto, já em 1911 Walkeden, um agente da R.N.L.B., havia estabelecido uma base de recrutamento em Mtoko, zona fronteiriça entre a Rodésia e Moçambique, operando no interior de Moçambique através do recrutador português Manuel Vira, que depois da angariação passava os recrutados para o outro lado da fronteira a troco de uma comissão paga por Walkeden⁵⁰.

No mesmo ano o número de imigrantes moçambicanos na Rodésia era estimado entre 5341 e 6899 indivíduos⁵¹. Apesar dos registos oficiais anteriores apresentarem cifras muito baixas⁵², a avaliar pelas preocupações constantemente apresentadas pelas autoridades administrativas locais e por agentes económicos particulares, para além de muitos camponeses poderem emigrar à margem do controlo administrativo, se conclui que a emigração era grande e nefasta para os interesses do capital local, embora paradoxalmente a Companhia da Zambézia tenha participado na exportação deste recurso⁵³.

5. Conclusão

Em termos gerais, pode-se concluir que o trabalho migratório de Tete para a Rodésia do Sul existiu muito antes da assinatura do Acordo de 1913, e resultou da interacção de vários factores internos e externos, de ordem

tem certa semelhança com as *Divagações* de 1944, mas é diferente no que toca a pormenores e à visão que transmite. Muitos temas surgem mais elaborados, como por exemplo as páginas sobre Inácio de Jesus Xavier (Carizamimba). Na história de Massangano existem algumas datas do ano de 1867, o que permite supor que consultou publicações sobre essa guerra. Nesse trabalho aparecem pormenores e referências a pessoas que haviam sido omitidos nos seus manuscritos anteriores, entre outros considerações de Luis Caetano Pereira sobre resistências em 1900. Uma cópia idêntica ficou provavelmente em poder de Allen Isaacman⁶⁹.

-1958: *Comunicação do Indígena José Fernandes Júnior, Residente no Posto Administrativo da Chiúta, Acerca do Alemão Carlos Wiese*. Datada da Chiúta, 15 de Abril de 1958. Foi policopiado pela secretaria distrital de administração civil de Tete e tem 25 páginas. Tem alguns erros de leitura e gralhas. Descreve a carreira de Carl Wiese entre cerca de 1885 e 1902. Ali Wiese contracena com D.Romana Coelho, sua companheira e perceptora no comércio do mato, com o rei *ngoni* Mpezeni e seu filho Ntsingo, fuzilado em 1898. Com papéis secundários surgem o Undi, José Fernandes Jr. e vários oficiais da Northern Charterland Company, esta última conquistando com a ajuda de tropas da Niassalândia esta zona, hoje parte da Zâmbia. Os acontecimentos centrais são a campanha britânica contra Mpezeni e o seu Estado (pp.10-19) e o julgamento de Mpezeni e Ntsingo (pp.19-22). Carl Wiese deve ter interessado a alguns dos funcionários nacionalistas portugueses visto ter actuado na zona por alturas da fixação da fronteira, e o seu papel deve ter suscitado dúvidas. Fernandes também não se deve ter sentido inibido no tratamento deste assunto. Se lhe tivessem pedido para escrever sobre Martins, Carvalho ou Solla talvez tivesse sentido mais dificuldades.

Matos, Rita-Ferreira e Isaacman citaram a *Narração* de 1956⁷⁰. Embora falte ali uma ou outra informação que se encontram nos manuscritos anteriores, é o manuscrito que mais episódios contém sobre Inácio de Jesus Xavier, as visitas de Fernandes à Macanga em 1899-1901, etc., e o que se esforça por dar um enquadramento mais comprehensivo dos acontecimentos. Matos refere-se a uma *Informação Histórica*, sem data, e Isaacman cita uma *História do Undi*, da Chiúta, Macanga, sem data, que não lemos. É possível que se trate de uma versão do material incluído nas *Divagações*. Não é de excluir que existam ainda mais manuscritos.

Estes autores utilizaram apenas uma parte das informações contidas nos escritos de Fernandes, especialmente as que se referem à Macanga. As referências ao Estado de Massangano, os dados sobre os *nguni* e sobre a caça ao elefante, o comércio, etc., não foram aproveitados pelos

historiadores, embora mereçam atenção, nem as suas anotações atingem assim. No que toca ao valor das suas informações e sua fiabilidade, é de sublinhar que Fernandes vivia na Macanga, sobretudo como inimigo da dinastia dos Caetano Pereira, de maneira que não obstante ter ali residido muito tempo não chegou a aprofundar o seu conhecimento da dinastia. Descreve as leis do Estado *marave* do Undi, profundamente permeado pela instituição da escravidão doméstica. As suas anotações sobre a Macanga foram feitas, assim, por um observador relativamente hostil, mas merecem atenção porque condizem com o que se sabe de outras sociedades matrilineares desde o Congo, Angola, Zaire, Zâmbia, Malawi e outras partes de Moçambique.

2. Algumas Características da Obra Histórica de José Fernandes Jr.
Apresentaremos aqui algumas considerações predominantemente sobre o conteúdo da obra de Fernandes, observações essas que em parte se inserem no tema da sua posição social, tratado no subcapítulo seguinte.

Os trabalhos são compostos de pequenos episódios que nem sempre seguem uma ordem cronológica. Especialmente no primeiro manuscrito, o mesmo tema surge por vezes disperso por diversas secções, intervalado por episódios que interrompem o fluxo da exposição. Fernandes não teve acesso a nenhum corpo especial de tradições orais para a zona ao Sul do rio Zambeze, mas utiliza aparentemente tradições mais formalizadas no caso do Undi. Para a zona ao Sul do rio Zambeze o seu horizonte cronológico vai pouco além de 1840 ou 1850. Confunde, é possivelmente, os movimentos dos *shona* ("machinda") provocados pelos *ndebele*, após 1840, com os movimentos do Mutapá no século XV⁷¹. Consegue recuar um pouco mais quando se refere à fundação do Estado de Undi e às suas relações com a profetisa Chissumpe. Sabe que isso se situa num período anterior às conquistas dos *ngoni* e da dinastia dos Caetano Pereira, mas mesmo aqui faltam marcos cronológicos. O que Fernandes narra são predominantemente recollecções da sua vida e de coisas que lhe foram contadas. Tanto nas tradições como nestas recollecções existem certas imprecisões e pequenos saltos. Por exemplo, na narração de uma visita ao Estado de Massangano, somos informados que a sede de Vitorino da Cruz era a aringa de Mafunda, no Muiraço que não está claramente exposto nas outras fontes históricas ou na literatura histórica, mas é provavelmente verdadeiro e bastante importante para a compreensão da história da região. No entanto ele engana-se no que toca ao nome africano de Vitorino. Omite que o padre Courtois não deve ter ficado lá até Dezembro de 1885 porque se encontrava em Boroma durante parte

destes meses. A sua descrição dá, no entanto, uma imagem muito mais nítida da constituição do Estado de Massangano em 1885 do que aquela que é obtida da leitura de outros autores.⁷⁰ Fernandes critica, nos empreendimentos do arrendatário Rafael Bivar, a falta de cálculos de custos e rentabilidade⁷¹, mas ele, nos seus próprios empreendimentos agrícolas, não consegue ser muito mais inteligível, não se dando conta do impacto da crise económica mundial que inviabilizara a produção de Tete, marginalizada já pelo elevado custo dos transportes.

Como na maior parte das autobiografias, e também nas histórias de linhagens, a explicação da origem de conflitos é do seu desfecho, as crises de existência portanto, ocupam uma parte importante do relato. Isso é assim porque o papel do indivíduo na hierarquia social é muito importante para ele, e o seu lugar evidencia-se no decorrer dos conflitos. Daí o surgimento, na sua própria autobiografia, de uma certa projecção da sua personalidade e a apologia da sua actuação. Fernandes afirma que na administração dos prazos não violou mulheres nem pilhava os bens dos campões, mas prendeu pessoas e também mandou aplicar castigos corporais. Salienta o humanismo de certos funcionários portugueses, calando possivelmente alguns outros, menos modelares, e é descrevível com alguma satisfação o racismo de um missionário boer, que não lhe serviu chá na mesma mesa e nas mesmas chávenas quando recebe Fernandes em conjunto com um europeu, mas que o tinha feito em ocasião anterior, quando se encontravam a sós.⁷² Isso deve ter correspondido à imagem que os portugueses tinham naquela tempo de si próprios, e que também foi afirmada oficialmente quando o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre foi convidado a visitar as colónias portuguesas em 1952.⁷³ Sobre a economia de caça e as relações dos caçadores de Tete com os chefes *ngoni* e da Macanga, Fernandes é uma fonte importante. No que toca à conquista britânica do Estado de Mpezeni dá uma imagem muito viva, mas corrobora largamente o que sabemos por outras fontes e retira o fundamento a algumas dúvidas expressas, por exemplo, por Langworthy.⁷⁴ A guerra dos britânicos contra os "Angoni", a execução do resistente principal, Nsingu, em 1898, e a conquista portuguesa do Norte da província de Tete, encontram nele um observador atento, envolvido pessoalmente em alguns dos papéis.⁷⁵ Os trabalhos, com exceção do estudo sobre Wiese, incluem provérbios. Enquanto os provérbios, comentam uma vasta gama de comportamentos humanos e, de vez em quando, reflectem também posições cívicas. Uma coleção de provérbios rebuscada na própria memória indica

alguma coisa sobre o próprio autor. Ao lermos um provérbio como *Quem trata mal os outros pensa que está a fazer bem*, ou *Ninguém esquece a povoação onde muitas noites passou fome*⁷⁶, achamos reflectidos alguns aspectos da sua personalidade. Citaremos adiante um outro, que reflecte um pouco o seu próprio comportamento.

Fernandes revela-se como patriota de Tete quando fala da extracção de capitais da região pelos grandes mercadores que se aposentaram nas suas terras.

3. A Posição de Fernandes como Autor e Ser Social

Algumas facetas da posição de Fernandes como autor fazem lembrar o angolano António de Assis Júnior (1877-1960), natural do antigo centro comercial de Golungo Alto, autor mas, também, activista político cerca de 1920⁷⁷, ou mesmo alguns autores moçambicanos da primeira geração de "proto-nacionalistas" como João e José Albasini, Estácio Dias, etc., quando se dirigem a estruturas superiores coloniais. Fernandes escreve sobre assuntos africanos mas principalmente para um público europeu. Dirigia-se inicialmente a funcionários do Estado Novo interessados em saber alguma coisa sobre a formação do império colonial português e sobre a história da estrutura social da área de Tete. Esses funcionários, alguns dos quais haviam passado por Angola, como Hortênsio de Sousa, intendente (ao tempo a autoridade máxima na hierarquia administrativa de Tete), sabiam relativamente pouco sobre Moçambique mas discordavam, em parte, com o tratamento dado aos africanos e a algumas tradições e instituições coloniais moçambicanas, tal como funcionavam em Tete nos anos 1920 e 1930. É a esse nível que se estabelece o contacto entre Fernandes e os funcionários. As substituições de Sousa e do governador de Manica e Sofala, Dr. Alexandre Alberto de Sousa Pinto, para o qual Fernandes escreveu a sua autobiografia, interromperam, ao que parece, a primeira fase da sua produção literária.

Os autores visados são um factor importante que influenciam a estruturação da temática, a sequência dos assuntos e a maneira de os abordar. O leitor moçambicano actual terá algumas das características dos primeiros leitores de Fernandes: O mesmo desejo de estar informado sobre o passado, mas já não na qualidade de representante do poder colonial ou imperial. Terá outras raízes sociais e culturais; talvez seja, como os primeiros leitores de Fernandes, protagonista de um grupo citadino virado para o "progresso". Mas muito do que diz Fernandes aos representantes do poder colonial será para ele apenas um monólogo sem interesse se ele não tiver em conta o contexto histórico. O contexto social no qual Fernandes

escreveu é, de facto, um dos seus temas. Ele escreve, em 1944: "O indígena não pode por causa da sua desconfiança ser castigado por dizer algumas verdades senão a brancos de que tem uma ilimitada confiança..."⁷⁸.

A experiência social de Fernandes limitou os seus conhecimentos à zona. O grupo nyungwe ou chicunda de Tete, no qual se encontrava radicado, os "zumbeiros" que estavam engajados no comércio na zona entre Tete e o Zumbo, os "machinda" do Estado de Mutapa e o grupo shona, os chewa-nyanja de Undi, os habitantes da Macanga e os burgueses de Tete, magnates do grande comércio que deixam Tete depois de acumular fortunas, constituem elementos inteira ou parcialmente antagónicos e com tradições culturais diversas. Menciona que em 1901-2, em Muchena, na Macanga, lhe disseram que era um "bicho comedor de *cancande*" (maçanica?) e embora negro "mais *nhamatanga* (português) do que eles próprios"⁷⁹. A sua origem chicunda, patrilinear, a sua educação escolar, superior à que tiveram muitos soldados portugueses que chegavam a Tete no século XIX⁸⁰, devem ter reforçado a sua convicção de que fazia parte de uma civilização e um tipo de organização política superior à dos pequenos Estados africanos, cuja reprodução se processava ainda parcialmente através da pilhagem. Isso fez com que olhasse com menos simpatia do que, por exemplo, o inhambanense A. Mukhombo para a cultura tradicional da sua região⁸¹. Como recrutador de mão-de-obra forçada esteve talvez, até certo ponto, em relações pouco amistosas com os camponezes da Chiúta. Se tivesse nascido 30 anos antes teria talvez chegado a "capitão-mor da Chiúta"⁸², mas em 1899-1900 já não havia condições para tal. Como Y.B. Abdallah, ficou muito impressionado pelo potencial militar, técnico e económico e, também, pela ideologia dos europeus, e sentiu-se como um instrumento de progresso e da civilização. Essa identificação fornece o padrão para a medição dos seus actos.

Estabeleceu relações pessoais relativamente boas com alguns dos chefes *ngoni*, que ele admirava, com os detentores do poder em Massangano, e um pouco menos boas com a dinastia da Macanga. As descrições da sua biografia são, no entanto, suficientemente detalhadas para compreendermos a actuação do último rei da Macanga, Chinsinga (Luis Caetano Pereira). Foi por isso que Isaacman citou Fernandes nesse contexto. Além disso, os seus contactos administrativos de quase 20 anos na Angónia e Macanga devem ter-lhe proporcionado algumas informações históricas sobre a Macanga e a dinastia *marave* do Undi não presentes em outras fontes. Tudo isso se reflecte na sua obra.

Um outro factor que influenciou Fernandes foi a sua própria experiência social e a necessidade que sentia de indicar aos seus interlocutores europeus de que ele também era alguém. O seu

relacionamento com os colonos europeus, o grupo a que teria pertencido pela sua actividade se não fosse de raça negra, bem como o seu relacionamento com os potentados do período anterior, constituem temática recorrente. Através da descrição destes relacionamentos a sua posição social é indicada. Eis um exemplo, sobre a sua recepção em Massangano, em 1885: "Estive a comer com [cerimónia] que⁸³ segundo o costume dos muzungos tinha de comer pouco para deixar o resto aos homens que me acompanhavam"⁸⁴. Descreve em seguida o senhor de Massangano como anfitrião atento, com mãos cheias de frutos e com o olhar fixo sobre os convidados. Uma das ironias do seu discurso é que se designa, em relação aos funcionários aos quais se dirige, nos anos 1940 e 1950, como indígena, mas mostrando que um indígena instruído e educado tem um valor igual ao do europeu, e até pode ser admitido como igual por eles. Daí a importância das suas referências sobre com quem tomou bebidas alcoólicas ou chá, e em que condição. Na sociedade colonial, essas bebidas faziam parte do "ritual" de reconhecimento social entre os amigos dentro ou entre negócios entre a classe média. Um dos seus temas deve ter sido o provérbio: "*Onde o mais forte dispõe, o mais fraco não pode contrariar*"⁸⁵, e por isso os assuntos melindrosos eram discutidos indirectamente. Característica disso é a passagem seguinte, inserida na descrição das reivindicações (consideradas justificadas) dos participantes na revolta do Bárue⁸⁶:

"É sabido pela maioria dos brancos que o negro é mandrião, indolente, velhaco, mentiroso e ladrão e mais outros defeitos que às vezes não tem, agora o que essa maioria não sabe é distinguir se todo o negro tem todos estes defeitos sem pensar que cada um pode ou não ter defeito nenhum ou pode ter um ou dois..."

E, ainda:

"Esta passagem ensina que 'nem todo o negro é em todas as ocasiões tem māus sentimentos', é a desmentir certas afirmações inexactas de que o negro é insusceptível de progresso"⁸⁸. Pode-se deduzir que para uma minoria dos brancos, com quem contactou o "preto" não era mandrião, etc. Considerar o "preto boçal" não familiarizado com a cultura colonial europeia, como uma criança implicava, para Fernandes, castigá-lo mas, também, tratá-lo com um certo respeito e justiça, como um discente. De resto, certamente que a sua visão tem certos pontos de vista que reflectem uma posição aristocrática, aceitando certas diferenças sociais como dadas, pouco merecedoras de aprofundamento, mas tudo dentro do âmbito de ele se considerar como percursos da "civilização".

As suas observações do comportamento humano fazem muitas vezes parte dessa temática, e por isso têm grande importância para ele, havendo um rigor na sua descrição que talvez aumente a fidedignidade.

V. Conclusões

José Fernandes Jr. combina uma interessante experiência vivida com a capacidade de a descrever, um caso raro na sua geração. Ele é, de entre vários, o autor mais conhecido com trabalhos inéditos sobre Tete, a zona do Vale do Zambeze e regiões adjacentes. Pelo menos um deles⁸⁹ não está ainda disponível no Arquivo Histórico de Moçambique.

A sua vida desenvolve-se numa sociedade na qual as relações hierárquicas e o patrocínio têm um papel primordial. Do patrocínio por padres e comerciantes passa ao de arrendatários de prazos e, finalmente, depois de uma crise, ao de funcionários do Estado, que se afirmou em Tete somente a partir de 1930. É nesse tipo de relações que ele produziu também os seus trabalhos. Eles foram inicialmente escritos num contexto semi-oficial (tal qual como alguns escritos do século XIX). Alguns foram para a Sociedade de Estudos e ao Arquivo Histórico, por intermédio de amigos e conhecidos que valorizavam o seu trabalho.⁹⁰

A sua contribuição específica está na documentação de elementos da história de Tete para o período de 1880-1920, especialmente para a região compreendida entre Chicoa, Angónia e Massangano. Vê a história não do topo da pirâmide colonial, mas a partir de um nível social e com conhecimentos linguísticos que lhe permitem caracterizar também os actores africanos.

Ele é também o primeiro africano a escrever sobre a história de Tete, devendo a sua contribuição ser aproveitada quando se passa de perspectivas mais gerais, como as apresentadas por Newitt e Isaacman, para trabalhos mais especializados descrevendo os acontecimentos na segunda metade do século passado e no início do nosso século, do ponto de vista das escolhas abertas aos autores.

ADENDA, CORRIGENDA E UM PEDIDO

Com as biografias de cinco autores de fontes narrativas esta série atingiu já um certo desenvolvimento, embora nem sempre tivesse sido possível levá-la ao objectivo desejado, o de contribuir também para uma história que refletia melhor as atitudes dentro da própria maioria da população moçambicana antes e durante o período do imperialismo colonial. Este

problema surgirá também com o próximo artigo desta série, dedicado a Lawrence Chisui e outros contribuintes da historiografia do Estado *marave*. O único material novo de que tivemos conhecimento desde o início da redacção dos trabalhos foram alguns manuscritos relativamente recentes, compostos na costa de Cabo Delgado. Soubémos deles quando acompanhámos, em Julho de 1988, entrevistas de Eugeniusz Rzewuski em Kiwiya (Quiuia), Palma e Mocímboa da Praia (cf. Rzewuski 1991:196-202). As referências a Pate inserem esses trabalhos na historiografia swahili da Costa Oriental no século XIX e XX. Mas para poderem ser tratados aqui será preciso uma boa tradução bem como alguns elementos da vida social e intelectual do meio onde surgiram, já que os autores são frequentemente muito elusivos no que toca às suas fontes e à própria biografia, pelo menos nos primeiros contactos.

No que toca aos trabalhos publicados, agradecíamos aos leitores eventuais correcções ou material adicional, referências a material ou autores que possam interessar neste contexto. Seria, por exemplo, muito útil encontrar alguns exemplares, ou mesmo colecções dos semanários *Kuca ka Mixo*⁹¹, *"Nyeleti ya Mixo"* ou *"Mahlahle"*.

Entre os pontos a corrigir há já o seguinte: Conseguimos finalmente ver uma cópia do livro do missionário Persson, publicado em sueco em 1933, citado em ARQUIVO 8(1990), p.108, nota 266. Transparece ali que a obra de Mukhombo deve ter ficado pronta em 1930 ou 1931 e que o autor morreu provavelmente nesse último ano. Uma primeira edição foi possivelmente impressa em Chicuque em 1931-1932 e teve boa venda⁹². O prefácio de Persson para *Nkutsulani* deve também ser desta primeira edição, de 1932(?), da qual não vimos ainda nenhum exemplar. Agradecemos o empréstimo de material do Arquivo Histórico de Moçambique, para efeitos de fotocópia e reprodução em microficha.

Ainda há que mencionar que entre os elementos biográficos sobre P.H.Muyayisi (um dos colaboradores de Mukhombo, cf. *Nkutsulani*, p.16), reunidos por João Vilankulo, bibliotecário no Ministério do Trabalho, há também uma referência à presença de Mukhombo em Johannesburg em 1919, onde fazia parte de um grupo que discutia problemas políticos⁹³. É também possível que ele tivesse tido alguns contactos com S.M.Molema, Solomon Plaatje ou os seus escritos⁹⁴. Plaatje estava, entre outros assuntos, interessado na recolha de provérbios. Isso explicaria o aparecimento de provérbios no texto dos seus dois livros de Mukhombo.

NOTAS

1. Tanto o pai como os filhos de José Fernandes Júnior tinham simplesmente o apelido de Fernandes. Por isso considerámos "Júnior" não como apelido mas como forma de distinguir gerações, necessária nos casos em que, por vezes, pai, filho e neto têm o mesmo nome e apelido. Agradecemos a Jorge Correia de Lemos o facto de nos ter encorajado a escrever sobre Fernandes numa altura, em Outubro de 1990, em que pensávamos não haver dados suficientes para iniciar tal estudo. Agradecemos também as referências a dados fornecidas por A.Sopa, C.Serra e J.Capela, bem como as correcções do português de A.Sopa e J.P.Borges Coelho.

2. Opinião de Júlio Santos Peixe expressa ao autor em Magude, em 1969. Peixe havia lido nos anos 50, em Tete, um dos trabalhos, referente à Angónia, e foi possivelmente o responsável pelo facto de a "Comunicação do Indígena José Fernandes Júnior Residente no Posto Administrativo da Chiúta, Acerca do Alemão Carlos Wiese" ter sido policopiada pela Secretaria Distrital da Administração Civil de Tete.

3. Nas pp.159-160. Agradeço a António Sopa a indicação desta fonte.

4. Um chefe menor era Bive, vizinho de Tete e com o qual os portugueses entraram por diversas vezes em conflito.

5. Um segundo factor teria sido, provavelmente, a extensão das terras. Só para possessões relativamente extensas valia a pena esperar por uma confirmação que levava vários anos e que era dispendiosa, por ser feita na metrópole.

6. Gemitto 1937 I:41, 55, 60, 139, descreve o seu funcionamento ainda em 1830-1, mas quando Wiese e Solla ali pedem concessões de minas, em 1889, referem que tinham sido abandonados "desde há cerca de 30 anos" (AHM, Gov.Distr.Tete, Cx.8-11, M1, Docs.92, 109, 11-113). No século XX, Missale, a Oeste de Furancungo, viria a ser o ponto de partida de uma carreira de "Uleres", servindo os migrantes (e patrões da Rodésia do Sul).

7. AHU, Cod.1470, fol.102v., menciona Pedro Caetano Pereira e seu falecido pai Gonçalo Caetano Pereira em 24 de Junho de 1837.

8. AHM, Cod.11-437, fol.16, Comm.J.da Costa Cardoso a G.Izidoro M.Carrazedo, Tete, 20 de Julho de 1836; também Tete, 21 de Outubro de 1836, Monteiro a Carrazedo. Barnes 1954.

9. AHM, Cod.11-1749, fol.27, 16 de Agosto de 1838; AHU, Cod.1470, fol.158v-159, 166, 3 de Dezembro de 1839, 13 de Maio de 1841.

10. AHM, Cx.8-11, M2(4), Carta de Rufino de Carvalho para o Governador do Distrito, 18 de Outubro de 1889.

11. Gemitto 1937 (referindo a 1831).

12. Cf. AHM, Gov.Distr.Tete, Cx.8-11 M3(23): "Pretos apresentados por José de Araújo Lobo", n.939-1020. Aparecem ali, como zonas de origem, Marave, Muchena, Senga, Mtumbuka, Maganja, Tete, Zumbo, Muiza, etc. A Isaacman chegou a uma conclusão semelhante num estudo publicado há alguns anos.

13. As fontes são tantas e a rede tão extensa que um estudo apenas do período 1850-1870 ocuparia uma centena de páginas.

14. Mais a Oeste a emigração deve ter começado um pouco mais cedo.

15. AHM, Gov.Distr.Tete, Cx.8-10, M4(9), doc.1, Acta da reunião de 25 de Março de 1887, do Juiz de Direito. Pereira morreu antes de Março de 1909.

16.Em 1908, João Martins e Francisco A.Dúlio Ribeiro possuíam ainda gado bovino no Distrito de Tete (cf. Distrito de Tete, Relatório do Governador 1908-09, p.66).

17.Carta de H.J.Koloss, do "Museum für Völkerkunde", Berlin-Dahlem, 25 de Maio de 1991. Segundo o anúncio da sua morte, em 15 de Fevereiro de 1912. Koloss informa que entre 1903 e 1912 entraram várias colecções etnográficas de Wiese no Museu de Berlim, mas que não existe espólio fotográfico visto este ter sido destruído durante a Segunda Guerra Mundial.

18.AHM, Gov.Geral, Processos, Cx.183: Relatório do Comissário do Governo junto da Companhia da Zambézia, ano de 1926, n.31, p.8, sobre perdas em Tete. Sobre o mesmo período mas incidindo exclusivamente sobre actividades de europeus, ver Silva 1927.

19.Escrito "malimo" em outros documentos, em Tete.

20.Deturpação de Emília?

21."Posso", comida ou farinha; "Chitura" é, possivelmente, um grande cesto utilizado como celeiro.

22.AHM, Gov.Distr.Tete, Cx.8-11, M1, Doc.5, Tete 29 de Outubro de 1876. Os nomes das testemunhas entre parêntesis estão em outra parte da página. Foram aqui inseridos.

23.Este era ex-escravo de Anacleto Nunes.

24.Em 1874 havia um José Romão da Silva em Tete. É possível que fosse este o Romão referido. Mas também pode ter sido Romão de Jesus Maria, que em 1868 estava ainda na zona do Zumbo, e que só posteriormente limitou a sua actividade à zona de Marral e Quelimane. Ume velha conhecida por "D.Maria" morreu cerca de 10 anos mais tarde.

25.Anacleto Nunes já era registado como eleitor em Tete em 1874, com a idade de 38 anos (Gov.Distr.Tete, Cx.8-11 M3(24), Tete 6 de Agosto de 1874).

26.Também conhecido como os Angones de Gomani (Ngomani). Ver Rita-Ferreira e Read, e sobre as migrações Fernandes Júnior 1955, e Liesegang 1970 e História do Niassa 1600-1918 (manuscrito não publicado).

27.Cf.Barnes 1955 (importante estudo da história e estrutura interna); Rau 1974; Wiese 1900.

28.Em 25 de Agosto de 1863 uma caravana de cerca de 400 "muizas" (Bisa) de ambos os sexos chegou a Tete com cerca de 150 arrobas de marfim e muitos escravos. BO 1863:220; Tete, 10 de Setembro de 1863.

29.Solla 1907:321-22.

30.Candido José da Costa Cardoso, em 1847 e 1863 capitão-mor de Tete (BO 1863:145, Cod.11-1827), já activo em Tete em 1837, é referido como tendo tido contactos com a zona

do Lago Niassa.

31. Fernandes 1945. O desconhecimento era talvez fingido.

32. Fernandes 1945:29, 1958:2. Ela era filha do comerciante itinerante Manuel Coelho, e tinha um luane no prazo Inhasunga, além de uma casa na vila, onde vivia com Carlos Wiese provavelmente em 1886. Wiese teria, na altura, cerca de 26 anos. Em 1908 uma D. Romana Rodrigues Coelho era proprietária de 190 cabeças de gado bovino (Distrito de Tete, Relatório do Governador 1908-9, p.66).

33. Fernandes 1958:15. Estava já associado com Wiese por volta de 1890.

34. Em alguns assentos de baptismo de 1885, o padre J.V. Courtois menciona o nome de mães africanas casadas segundo o estilo local com "muzungos", e indica o seu lugar de residência e "agricultura" como sua ocupação. Os predecessores de Courtois tinham, ao que parece, o hábito de omitir os nomes e ocupações das mães nestes casos. É possível que esta referência de Fernandes à agricultura se tenha devido à influência de Courtois, que veio de um meio rural francês.

35. Aqui no sentido de grupo étnico-linguístico ou regional.

36. Possivelmente D. Romana Coelho, companheira de Carlos Wiese, descendia do mesmo meio, o que explicaria o facto de ele ter iniciado a sua carreira de comerciante na Cachomba.

37. Fernandes 1945:9.

38. Cf. Lista de prazos, Gov. Distr. Tete, Cx.8-11-M 3(6), Doc.1, Tete 1 de Maio de 1892.

39. BO 1880:77-78, 97.

40. Um certo Mugambiuia aparece em 2 de Maio de 1872 envolvido numa acusação de homicídio (Cod.11-1827, Capitão-mor A.J.Nunes de Andrade para o Governador de Tete, No.6).

41. Fernandes 1956:15, 27.

42. Ainda em 1888 o arrendatário do prazo era um francês e só uma parte dele pertencia à missão.

43. Fernandes 1945:9.

44. Florindo António Lopes, nomeado professor primário em 20 de Dezembro de 1881, pediu a exoneração em 9 de Fevereiro de 1882 (AHM, Gov. Distr. Tete, Cx.8-11-M 1, Doc.24). Não sabemos se morreu antes de regressar a Quelimane.

45. Theodorico Francisco Dias tomou posse do lugar de professor em 1 de Outubro de 1882 e ainda ocupava essa posição em 14 de Novembro de 1883. Desde 1881 tinha aforado um

prazo. Também em 1884 estava envolvido na administração de prazos (Cf. Gov. Distr. Tete, Cx.8-10 M2(4), Doc.1, Anacleto Nunes ao Gov. Distr. Tete, 10 de Abril de 1884), e nessa qualidade os caminhos de Fernandes e Dias voltaram a cruzar-se novamente em 1888, em Degue (Fernandes 1945:9).

46. Courtois tinha tido um primeiro contacto com a família do Bonga em Julho de 1884, em Massangano. Descreveu esta visita. A visita de 1885 levava-o à aringa de Mafunda e outros pontos do vale do rio Muira e é menos conhecida. É possível que Courtois tivesse deixado Fernandes trabalhar sózinho durante algum tempo. A.M. de Sousa ficou ligado à Missão e o seu nome ainda é documentado posteriormente.

47. É possível que Fernandes se tenha enganado no nome. Segundo os outros autores (por exemplo, Newitt), Muchenga era irmão de Vicente da Cruz, que governava em 1885. Seria substituído pouco depois por Mutontora, que já em 1885 se encontrava governando em Massangano.

48. Fernandes 1945 m:2.

49. Katholische Missionen 1884:219.

50. Fernandes 1945:2; 1956:14-17.

51. Deve tratar-se do dicionário português-nyungwe publicado finalmente em edição póstuma em Coimbra em 1899.

52. Fernandes 1945:1, 5.

53. *Les Missions Catholiques*, editada em Lyon, e *Die Katholischen Missionen*. A parte coberta pelo actual Zimbabwe era abrangida pela *Zambesi Mission Record*, em língua inglesa.

54. Fernandes 1945:10.

55. Fernandes 1945:10.

56. Fernandes 1945:10, só menciona o padre Hiller. Courtois seria mais tarde transferido para S. José de Mongue, perto de Inhambane, onde aprendeu o bitonga, que utilizou pela primeira vez durante missas em Inhambane, mas morreu pouco depois, em 1894.

57. Fernandes 1945:10-11.

58. Fernandes 1945:17. Uma parte das proibições à importação de pólvora tinha sido imposta pelos britânicos, que queriam evitar que os africanos se armassem para resistir à conquista.

59. Fernandes 1945:17 e segs.

60. Martins era natural de Prado, distrito de Braga, em Portugal.

61. Fernandes 1945:65-88.
62. Mapa das concessões válidas e anuladas, na DINAGECA.
63. Cf. Botte 1985/6 II:99, 102-103.
64. Informação oral de Isaías Marrão, 1 de Agosto de 1991. Marrão ficara com a idéia que Fernandes fora intérprete, e informou que um descendente seu vivia em Moatize.
65. Entrevista com o autor, Lisboa, 30 de Junho de 1991.
66. Fonte no Fundo de Tete, indicada por J.P. Borges Coelho em 1985.
67. Carreira 1969:160. A descrição de Carreira é parcialmente inexacta no que toca ao percurso de de Fernandes Jr. por volta de 1900.
68. Informação prestada pelo seu neto José Fernandes Benny, descendente de uma filha de José Fernandes Júnior e reformado da Carbomoc (esta informação chegou-me através de Isaías de Jesus Marrão e Carlos Serra, aos quais agradeço).
69. Apurei com Carlos Serra que as páginas citadas por Isaacman no seu livro sobre a tradição das resistências correspondem a esta versão. A Isaacman lembrou-se, em 10 de Agosto de 1991, que ouviu falar de Fernandes Júnior no hotel em Tete, e que entrevistou em 1968 um filho dele na Chiúta. Segundo Isaías de Jesus Marrão ele próprio mandou copiar à sua custa, por um dactilógrafo, "um manuscrito de 90 páginas" (deve tratar-se da *Narração*), do qual o dono do hotel, Castro, tinha um original, fornecendo uma cópia a Isaacman e outra ao Arquivo Histórico de Moçambique.
70. Rita-Ferreira 1966:44-45, sobre a dinastia dos Caetano Pereira na Macanga; Matos 1965:84-85; Isaacman 1972.
71. Fernandes 1944:24.
72. Segundo Carrilho 1916:296-300, Bivar tinha vendido os seus direitos sobre a Angónia a Hornung e à Sena Sugar Factory, e com o dinheiro obtido comprou um tractor, etc., para as minas (e, provavelmente, maquinaria para o processamento de sisal). Carrilho deplora também o elevado custo dos transportes.
73. Carrilho 1916:296, 300, 303, 378 *e passim*, descreve o mesmo meio mas visto de cima.
74. Boletim da Sociedade de Estudos 74, 1952:71. Parece significativo que em recepção oferecida a Freyre se falasse mais da componente "ecológica" do lusotropicalismo. A sociedade branca em Moçambique preparava-se, ao que parece, para a expansão da colonização branca e a separação das raças, e não para uma maior aproximação física e cultural.
75. Na edição de Wiese 1983.

76. Fernandes 1955:11, 110. Fernandes explica o último: "As más palavras, más acções, actos ou ofensas recebidos nunca são esquecidos".

77. Cf. Schmalbruch 1990:95-105. Segundo a Cambridge History of Africa, vol. VI, Assis Júnior chegou a ser preso e desterrado em 1921. A estrutura política diversa de Moçambique evitava tais confrontos nesse período. Outros paralelos encontram-se entre a biografia de Fernandes e a primeira geração de letreados africanos negros da África do Sul, tal como foram caracterizados por Chanaiwa 1977.

78. Fernandes 1944:103.

79. Fernandes 1956:49-50.

80. Por exemplo o célebre Belchior do Nascimento (um soldado europeu que parece ter passado por Inhambane e que se fixou no Guengue, uma zona estratégica, com a sua mulher tetense) só assinava de cruz em 1863. (AHM, Gov. Distr. Tete, Cx.8-11-M3(14), Doc. 1, Auto de 20 de Setembro de 1863). Em 1874, com 46 anos, era classificado como agricultor e pagava mais ao Estado que qualquer outro em Tete (Cx.8-11-M3(24), Tete 6 de Agosto de 1874).

81. No caso das sociedades africanas defendidas por Mukhombo, o grau de violência necessário à sua reprodução era bem menor que o das sociedades guerreiras. Dependiam talvez de uma tutela permanente da mulher mas a classe dominante dependia mais de tributos que de pilhagem, e o povo em geral da agricultura, do trabalho migratório e do comércio, para a sua reprodução social, que da pilhagem.

82. Fernandes indicou em 1956 que o último rei da Macanga, Chinsinga, até supunha que Fernandes estivesse interessado no domínio sobre a Macanga. A actuação de Fernandes, convidando amigos a juntar-se-lhe na Chiúta, assemelha-se à de outros capitães-mores do passado.

83. É um dos erros gramaticais comuns em Moçambique, talvez especialmente na zona do Zambezé.

84. Fernandes 1956:16.

85. Fernandes 1945d:158.

86. Fernandes 1944d:92-93.

87. Fernandes 1944d:94.

88. Fernandes 1944d:95.

89. O texto do padre José Bernardo Gonçalves sobre a Angónia ("A Angónia e os seus angonis", 1959), citado por M.L. Correia de Matos 1965:26, não existe no AHM.

90. Informações de António Sopa (confirmadas por carimbos nos manuscritos) e Isaías de Jesus Marrão. O manuscrito Fernandes 1956 foi entregue directamente ao AHM, em pessoa.

91. Devido a um mal-entendido do compositor, foi mal dactilografado e, posteriormente, mal corrigido pelo autor.

92. Agradeço a A. Sopa ter obtido uma cópia em microfilme para o AHM, depois de uma iniciativa minha ter falhado.

93. Informação dada por J. Vilankulo durante o "workshop" *Moçambique - 16 Anos de Historiografia*.

94. Posteriormente houve alguns contactos. O *Brado Africano* de 15 de Janeiro de 1938 refere uma visita de Violet N. Plaatje, de Kimberley, e de A.J.N. Thoko, de Johannesburg, à sua redacção.

LITERATURA E DOCUMENTAÇÃO CITADAS

MANUSCRITO:

AHM, Fundo de Tete, Goc. Distr. Tete, Cx. 8-3, Cx. 8-10, Cx. 8-11.

AHM, Governo Geral, Processos, Cx. 183.

NA POSSE DO AUTOR:

Carta de H.J. Koloss, 25 de Maio de 1991 (Sobre Carl Wiese).

Informações orais: António Rita-Ferreira; Isaías de Jesus Marrão; José Fernandes Benny (via Isaías de Jesus Marrão e Carlos Serra); Allen Isaacman.

PUBLICADO:

Alberto, M.S. 1938: Vila e Praça de Tete. *Moçambique, Documentário Trimestral*, 14:85-106.

Anuário de Lourenço Marques. Lourenço Marques: Bayly, 1945, 1950.

Barnes, J.A. 1954: *Politics in a Changing Society: a Political History of the Ft. Jameson Ngoni*. London: Oxford University Press.

Boletim Oficial do Governo Geral de Moçambique, 1880-1882, 1890, 1924 (1a. Série).

Botte, Theodorico C.S.P. de Sacadura 1985/1986: *Memórias e Autobiografia*. Maputo, 3 vols.

Carreira, A. 1969: "José Fernandes Júnior 'O Chiphazi'". *Notícias*, Natal 1969:159-160.

ARQUIVO. Maputo (Moçambique), 10:49-82, Outubro de 1991.

Carrilho, J. Luís 1916-1917: "Uma viagem no distrito de Tete". *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* 34:293-315; 35:41-59, 132-153. Referido a 1912.

Courtois, V.J. 1886: "Viagem às terras da Macanga". *Boletim Official* 1886:358-361 (Sumário. Ver também *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* com um esboço).

Courtois, V.J. 1899: *Dicionário português-cafre tetense... chisendi cha ku Nyungwe*. Coimbra (edição póstuma, acabado em 1886).

Courtois, Victor-Joseph: "Uma viagem do missionário Courtois". *Arquivo das Colónias*, vol.2, No.12:249-256 (Junho de 19180. Sobre Massangano em 1884).

Distrito de Tete 1909: *Relatório do Governador 1908-1909*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.

Eça, Filipe Gastão de Almeida de 1953, 1955: *História das Guerras no Zambeze, Chicoa e Massangano 1807-1888*. Lisboa: AGU, 2 vols. As últimas guerras nos anos de 1880 e 1890 são referidas apenas em algumas notas introdutórias.

Fernandes Júnior, José 1944: *Divagações históricas sobre o distrito de Tete*. Manuscrito datado de Chiúta, 26 de Julho de 1944. Cópias dactilografadas não conferidas (colacionadas), de 105pp. O "d" na citação refere-se a cópia dactilografada.

Fernandes Júnior, José 1945: *Nota histórica sobre o distrito de Tete*. Chiúta, 1945, Setembro, com documentos em anexo (quitação da dívida do tio, testemunho de Crawford Angus, carta de Bivar, etc.).

Fernandes 1956: *Narração do distrito de Tete*. Chiúta, Macanga, Outubro de 1956. Cópia dactilografada não corrigida, 111pp.

Fernandes 1958: *Comunicação do indígena José Fernandes Júnior, residente no Posto Administrativo da Chiúta, acerca do alemão Carlos Wiese*. Datada da Chiúta, 15 de Abril de 1958. Mimeografado.

Gamitto, A.C.P. 1937: *O Muata Cazembe e os povos maraves, chevas, muizas, muembas, lundas...* Lisboa: AGU, 2a.edição (a 1a. de 1854).

Isaacman, Allen F. 1972: *The Africanization of a European Institution: The Zambezi Prazos, 1750-1902*. Madison & London: The University of Wisconsin Press.

Langworthy, ed.1983 (ver Wiese 1983).

Liesegang G.J. 1970: "Nguni migrations between Delagoa Bay and the Zambezi 1821-1839". *African Historical Studies*, III, pp.317-337.

Liesegang G.J. 1990: "Achegas para o estudo das biografias de autores de fontes narrativas e outros documentos da História de Moçambique, II, III: Três autores sobre Inhambane:

Vida e Obra de Joaquim de Santa-Rita Montanha 1806-1870, Arone S. Mukhombo (ca.1885-1940) e Elias S. Mucambe (1906-1969)". *Arquivo*, 8:61-142.

Matos, M.L. Correia Monteiro 1965: "Notas sobre o direito de propriedade da terra dos povos Angoni, Acheua e Ajaua da Província de Moçambique". *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, 7:3-127.

Newitt, M.D.D. 1973: *Portuguese Settlement on the Zambezi: Exploration, land tenure and colonial rule in East Africa*. London: Longman.

Notícias, Lourenço Marques, Edição de Natal de 1969.

Petit, Joseph s/d (ca.1905-6): *Victor-Joseph Courtois de la Compagnie de Jésus*. Tournai & Paris: H&L Casterman.

Rau, William E. 1974: *Mpezeni's Ngoni of Eastern Zambia 1870-1920*. UCLA PhD (University Microfilms).

Read, M. 1956: *The Ngoni of Nyasaland*. London: Oxford University Press.

Rita-Ferreira, A. 1954: "Os 'Azimba' (monografia etnográfica)". *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, 84:47-140; 85:5-116.

Rita-Ferreira, A. 1966: "Os Cheuas da Macanga". *Memórias do Instituto de Investigação de Moçambique*, 8, série C.

Rzewuski, Eugeniusz 1991: "Origins of the Tungi sultanate (northern Mozambique in the light of local traditions)". In "Unwritten testimonies of the African past". *Orientalia Varsoviensia*, 2:193-213.

Schmalbruch, G. 1990: '*Angolanidade*': *Literatur und Nation in Angola*. Berlim: Neue Romania, 11. [Angolanidade: Literatura e Nação em Angola. Tese de Doutoramento em literatura e línguas românicas]. 339pp.

Silva, P.A. de Sousa e 1927: *Distrito de Tete (Alta Zambézia): Características, História, Fomento*. Lisboa: Portugalia (Foca apenas actividades de europeus).

Solla, A.F.M. 1907: "Apontamentos sobre o Zumbo". *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 25:247-57, 274-87, 319-327, 340-56, 382-91, 436-56.

Wiese, Carl 1891-2: "Expedição portuguesa a Mpezeni". *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 10, 6-7:235-273; 8-9:331-412; 10-11:415-430; 12:465-497; 11, 6:373-431; 7:435-516; 8:519-555. (Traduzido in Wiese 1983).

Wiese, Carl 1900: "Beiträge zur Geschichte der Zulu im Norden de Zambesi, namentlich der Angoni". *Zeitschrift für Ethnologie*, 32:181-201.

Wiese, Carl 1983: *Expedition in East Central Africa 1888-1891: A report. Edited with an introduction and comments by Harry W.Langworthy*. London: Currey. (Tradução do relatório de 1891-2 com uma importante introdução, mapas localizando os acontecimentos e anexos).



TETE E O TRABALHO MIGRATÓRIO PARA A RODÉSIA DO SUL, 1890-1913*

Joel das Neves

Este artigo pretende reconstruir parte da história económica e social da província de Tete, abordando a questão do trabalho migratório para a Rodésia do Sul, entre 1890-1913.

O seu objectivo consiste principalmente em situar o início da emigração e em explicar os seus principais factores.

Os dados até ao momento consultados ainda não permitem precisar com exactidão a data do início da emigração. Contudo, é de considerar o ano de 1890 como marco cronológico, pois foi nesta altura que se registou um maior impacto do capital colonial na região, investido no sector da indústria mineira, construção de portos e caminhos de ferro e plantações, com uma forte pressão sobre a mão-de-obra africana.

A emigração de moçambicanos para a Rodésia do Sul foi motivada por vários factores externos e internos, de ordem natural, social, política e económica.

1. Introdução

A interdependência económica, que na actualidade caracteriza os países da África Austral, em particular no que se refere à região que abrange a zona centro de Moçambique, sugere que se façam estudos históricos na perspectiva de explicar os factores que engendraram este padrão de relacionamento, a partir do século XIX.

O trabalho migratório foi uma das primeiras e mais persistentes formas de relações inter-territoriais na África Austral. Este processo ganhou consistência nas décadas 70/80 do século passado, com o início da mineração de diamantes e do ouro na África do Sul.

A ocupação do Zimbabwe pela British South Africa Company (B.S.A.C.) a partir de 1888, e a consequente implantação do sistema de

* Este artigo é uma versão melhorada da comunicação apresentada no 1º Painel sobre os 16 anos de Historiografia Moçambicana, CEA-UEM, 30 de Julho a 3 de Agosto, 1991.

produção capitalista, particularmente com a exploração das minas de ouro e, mais tarde, com as farmas coloniais, produzindo milho e tabaco, contribuiu decisivamente para a estruturação das bases tendentes a uma interacção permanente com os territórios vizinhos, em particular Moçambique, através das suas províncias fronteiriças do sul, centro e norte, com especial relevância para Tete, através do fornecimento de mão-de-obra barata.

A emigração de trabalhadores moçambicanos da zona centro do país, em particular de Tete, para a Rodésia do Sul, foi uma característica da história económica colonial de Moçambique e Zimbabwe. O seu estudo parece ser relevante, como mais uma contribuição para o conhecimento sobre a história económica da zona em estudo, particularmente no que concerne à natureza do movimento migratório e às implicações desse processo no funcionamento da economia local, e no consequente reforço da integração de Moçambique no subsistema económico da África Austral.

Este trabalho pretende explicar o quadro sócio-económico e político criado pela procura de mão-de-obra estrangeira na Rodésia do Sul, e a medida em que tal necessidade, em conformidade com a incipiente presença e fraca dinâmica do capital colonial português, motivou a crescente emigração de moçambicanos para aquele território britânico.

De facto, a presença portuguesa e o seu investimento produtivo na região, não eram suficientemente fortes para contrariar o movimento migratório, o que se confirmou nas negociações que resultaram na assinatura do primeiro acordo formal sobre a emigração de mão-de-obra moçambicana para a Rodésia do Sul, em 1913.

Esta situação era mais acentuada em Tete que, no geral, beneficiou de pouco desenvolvimento, servindo por isso de corredor e reservatório de mão-de-obra para aquele território.

Neste artigo apresentam-se os resultados preliminares de um trabalho a que se pretende dar continuidade posteriormente, com pesquisas sistemáticas e com prioridade para a consulta de documentação primária existente no Arquivo Histórico de Moçambique e, mesmo, nos arquivos do Zimbabwe e Malawi.

São bastante escassos os trabalhos realizados versando esta temática, sendo na maior parte incompletos e com um carácter informativo, ou simplesmente com uma abordagem tangencial¹.

2. As Principais Características da Província de Tete

Do ponto de vista geográfico, o antigo distrito de Tete situa-se no extremo noroeste do país, com uma configuração particular que faz(ia) dele uma espécie de península cercada quase totalmente por territórios estrangeiros, através do traçado fronteiriço definido no Acordo Luso-Britânico de 1891.

O estabelecimento arbitrário de fronteiras em 1891, não obstante ter legitimado a jurisdição colonial em ambos os territórios, resultou na criação de unidades territoriais artificiais, separando populações que apresentavam afinidades étnicas, linguísticas, culturais e, até, políticas.

Esta situação explica a contínua manutenção de ligações económicas, culturais e familiares das populações de Tete com todos os territórios circundantes, e as dificuldades que essas populações tinham em assumir as fronteiras determinadas pelas potências coloniais.

Em termos ecológicos, o território, rico em minérios, apresenta uma situação diferenciada, com regiões muito férteis, em particular na bacia do Zambeze e no planalto da Angónia, e com regiões semi-áridas nos extremos setentrional e ocidental.

Apesar de ser atravessado por um grande rio (o maior do país e um dos maiores do continente), uma boa parte do território carece de recursos hídricos. O carácter periódico do regime fluvial não permite manter os mesmos níveis de caudal durante o ano, alternando períodos de inundações com períodos de estiagem, com implicações tanto para a actividade agrícola como para as comunicações.

O povoamento territorial é disperso e com uma população etnicamente diversificada. Na distribuição da população exerceu grande influência o rio Zambeze, funcionando como ponto de passagem e zona de cruzamento de várias movimentações.

Durante este período em estudo, a presença portuguesa neste território foi muito escassa, resumindo-se muitas vezes às autoridades administrativas e alguns senhores de prazos. Deste modo, Tete apresentou-se como uma região marginal à esfera da actividade mercantil portuguesa. Este isolamento do resto de Moçambique estimulou a sua inserção na economia regional sob domínio do capital britânico, em particular com a construção da estrada Salisbúria-Blantyre, que atravessava Tete de Changara ao Zóbwe.

3. As Causas da Emigração de Mão-de-Obra Moçambicana para a Rodésia do Sul

Nos finais do século XIX, a África Austral conheceu uma dinâmica colonial, caracterizada pelo estabelecimento de plantações, de indústrias mineiras e construção de portos e caminhos de ferro, culminando com uma forte pressão sobre a mão-de-obra local. Esta escalada de procura de mão-de-obra barata justificava-se pelo carácter sub-capitalizado das plantações e farmas colonas, e pela necessidade de recuperação das grandes despesas resultantes da ocupação e dos investimentos nas infraestruturas, em particular nas minas e na construção de linhas férreas².

Neste contexto, desenvolveram-se a indústria mineira e a agricultura capitalista em duas principais áreas da região - o Transvaal e a Rodésia do Sul - que competiram entre si pela captação de mão-de-obra das áreas periféricas, em particular de Moçambique.

No geral, a opção foi o desenvolvimento do trabalho migratório e a semi-proletarização, transferindo deste modo os custos de reprodução da força de trabalho do sector capitalista para a comunidade³. Esta prática permitia a manutenção de salários muito baixos e garantia uma maior acumulação face aos baixos custos de produção assim providenciados. Com o sistema de trabalho migratório, a comunidade, através da sua agricultura, responsabilizava-se pela reprodução da força de trabalho dos restantes membros e, mesmo, do emigrante.

Anteriormente a 1913⁴ já se registava um movimento migratório para a Rodésia do Sul, abrangendo as actuais províncias de Tete, Manica, Sofala, Zambézia, Niassa, Gaza e Inhambane⁵. De entre estas províncias destacou-se Tete, não só pela sua localização geográfica, cercada de territórios britânicos, mas também pelo seu fraco desenvolvimento económico e pelas grandes afinidades culturais com os vizinhos.

A emigração para a Rodésia do Sul era motivada pelas condições mais atractivas que a economia rodesiana oferecia em relação a Moçambique, e essencialmente pelas necessidades de trabalho migrante na Rodésia, ditadas pelos grandes investimentos de capital, que reclamavam um contínuo fornecimento de mão-de-obra barata⁶.

É dentro desta conjuntura que se devem buscar as razões da emigração para a Rodésia do Sul, estabelecendo-se uma correlação entre os factores de ordem interna e os de ordem externa.

Entretanto, os dados até hoje consultados ainda não permitem precisar com exactidão a data do início da emigração, e daí a opção pelo ano de 1890, altura em que se registou uma maior escalada colonial na

região que culminou com o desenvolvimento de minas e plantações, com uma forte pressão sobre a mão-de-obra africana.

a) Factores Endógenos

Apesar dos factores geográfico-naturais terem exercido alguma influência sobre a emigração, foram os aspectos sócio-políticos e económicos, sobretudo com o impacto colonial, que maior peso tiveram na definição deste movimento migratório.

Realmente, é no contexto da economia política local e dos constrangimentos por ela engendrados no âmbito da acumulação capitalista nas plantações, que os factores internos tiveram maior impacto. Com efeito, a incapacidade económica e financeira das companhias portuguesas, sem fundos para investir numa agricultura capitalista, nem pessoal qualificado para realizar a plena exploração de Moçambique, fez com que a zona centro passasse a ser dominada pelo capital estrangeiro não-português⁷, que amiúde também sofria a concorrência dos territórios britânicos vizinhos.

A nova legislação decretada em 1890 e aplicada em 1892, ao invés de promover o desenvolvimento da agricultura industrial e dinamizar o desenvolvimento económico da colónia, ao basear-se mais na mobilização de mão-de-obra que no fornecimento de capital contribuiu para a promoção da violência e perseguição dos camponezes.

Foi neste contexto que nas actuais províncias da Zambézia e Tete foram concedidas enormes extensões de terras, com certo exercício de soberania, a companhias privadas e agentes individuais⁸ que procuraram revitalizar o velho sistema prazeiro, desafiando a legislação e as autoridades e, por vezes, subornando os agentes administrativos desonestos e vulneráveis à tentação.

Alguns dos concessionários de Tete, confrontados com problemas ecológicos, fraca densidade populacional, falta de vias de comunicação e transportes, carência de culturas e minerações lucrativas, tiveram que subarrendar as suas parcelas. Os principais subarrendatários, em Tete, foram Carl Wiese, Rafael Bivar e João Martins⁹.

A Companhia da Zambézia e seus arrendatários, incapazes de dinamizar a sua acumulação com a exploração agrícola ou mineira, enveredaram pela coerção e cobrança do mussoco, provocando a fuga da população para a Rodésia do Sul, onde as condições eram melhores, embora não maravilhosas.

Para este êxodo contribuíram significativamente as pressões exercidas sobre a população para o trabalho de construção de estradas, cobrança de impostos, comércio fraudulento e transporte de cargas às costas,

até aos vapores no Zambeze ou, mesmo, até à costa do Índico, com baixos salários ou como forma de pagamento do mussoco.

As largas requisições de mão-de-obra pelos contratantes de S. Tomé, Rodésia do Sul, Katanga, e dos prazos, bem como as próprias necessidades do governo, para a construção de estradas, edifícios, trabalhos portuários, etc., levaram o governo a introduzir dispositivos legais, visando mobilizar toda a mão-de-obra disponível. Portanto, estas foram as bases para a formulação da lei de 1899, por A. Enes, reforçada em 1911, renovada em 1914 e mantida quase inalterável até 1928.

O mussoco que havia sido estabelecido na base da legislação laboral de 1890 com o seu pagamento metade em dinheiro e metade em trabalho rural, em 1899, para além de ter sido elevado de \$800 réis para 1\$200 réis, obrigava o camponês a cumprir um terço em trabalho rural, equivalente a uma semana de trabalho¹⁰.

Com efeito, nas províncias do centro de Moçambique, o mussoco constitui a principal fonte de rendimento dos prazos e a principal razão para a emigração¹¹. A comprovar esta posição, o então secretário dos Negócios Indígenas referia-se-lhe, no seu relatório de 1909, nos seguintes termos:

"...São vários os factores deste movimento e se num determinado local predomina um mais que outro, se mais adiante são já outras as causas do êxodo, ainda é, no seu aspecto geral, o regime dos prazos que os afasta da sua terra natal"¹².

O decreto de 1899 regulamentando o trabalho indígena, longe de melhorar a situação dos africanos, conforme o espírito liberal da época, intensificou a repressão e o trabalho forçado, numa acção que estabelecia uma harmonia entre os interesses administrativos e dos concessionários¹³.

Por seu turno, a pobreza do capital local tinha os seus reflexos negativos na actividade comercial, incapaz de atrair os produtos do campesinato local e de concorrer com os territórios vizinhos com um comércio mais dinâmico e atractivo. Por outro lado, as distâncias que separavam os centros de produção e de consumo eram enormes, agravadas pela inexistência de transportes, a não ser o próprio camponês.

Por exemplo na Zambézia, pelo carregamento de sacos com mercadorias dos prazeiros e das companhias para os portos, o camponês recebia vinte réis por cada saco, enquanto que em Tete um carregamento da Marávia para Tete equivalia a um imposto de captação¹⁴.

Referindo-se às inconveniências que para os camponeses acarretava a falta de transportes em Tete, Carl Wiese apontou em 1907 que:

"O camponês tem por vezes de caminhar distâncias de aproximadamente dez dias de ida e dez de volta à sua povoação, trabalhar um mês. Recebe unicamente pelos trinta dias de trabalho. Os vinte dias da viagem e a respectiva alimentação são por sua conta"¹⁵.

A aversão aos carregamentos e ao mussoco, e a procura de mercados onde pudessem colocar os seus produtos a preços remuneráveis e comprar os manufacturados a preços mais aceitáveis, aumentou nos camponeses a ânsia de emigrar. As autoridades coloniais e os próprios arrendatários reconheciam a impossibilidade de competir com os territórios vizinhos, conforme ilustra a seguinte passagem de Freire de Andrade:

"Não pode pois o nosso comércio competir em preços com as casas estabelecidas no território britânico, dando em resultado que o indígena vai lá comprar todas as fazendas de que necessita com manifesto prejuízo dos comerciantes estabelecidos no nosso território e mesmo do Estado que nada cobra de todas estas fazendas que os pretos vão passando para dentro das nossas fronteiras"¹⁶.

Na Zambézia e em Manica, onde existiam empreendimentos agrícolas, colocava-se também o problema de trabalho excessivo e de salários muito baixos em relação aos praticados nos territórios vizinhos, que para além de serem mais altos eram pagos em ouro. Por exemplo, enquanto que os trabalhadores em Moçambique recebiam o equivalente a três a sete xelins por mês, na Niassalândia recebiam aproximadamente dez xelins, e na Rodésia do Sul, nas farmas, vinte e dois xelins em igual período, e pelo trabalho no fundo das minas um xelim e seis dinheiros por dia¹⁷.

Na Zambézia também se procedia ao pagamento de salários em cartas de mussoco, em aguardente, e mesmo em fazendas de que os camponeses não necessitavam e muitas vezes sem equivalência com os preços do mercado¹⁸. Esta prática constituiu mais uma razão para o descontentamento e consequente emigração através de Tete.

Quanto ao mussoco, considerado principal catalizador destas fugas, apresentava uma enorme diferença comparado com o imposto cobrado nos territórios vizinhos, diferença que também se revelava quanto aos procedimentos seguidos na cobrança.

Em 1899, cobrava-se pelo mussoco (imposto de captação), 1\$200 réis, o equivalente a seis xelins, em comparação com uma libra por palhota na Rodésia do Sul. Mesmo tomando em consideração o aumento verificado nesse território em 1904¹⁹, a situação na Rodésia era menos violenta.

Denunciando o carácter vexatório dos mecanismos de recolha do imposto em Moçambique, em comparação com os territórios vizinhos, Carl Wiese manifestou-se nos seguintes termos:

"O imposto de palhota não é tão vexatório para elle [na Rodésia do Sul]; porque não se precisa entrar, para ser cobrado, na intimidade da sua casa, não tem que apresentar suas mulheres, suas filhas, não tem que discutir com o encarregado do censo se seu filho ou sua filha tem a idade ou não para ser obrigado ao pagamento do imposto..."²⁰.

Os próprios camponeses, inquiridos pelo então secretário dos Negócios Indígenas, na sua missão de verificação dos procedimentos dos prazeiros em 1909, manifestaram a sua insatisfação face ao *status quo* vigente, e o desejo de buscar alívio noutras terras, pronunciando-se nos seguintes termos:

"...então senhor nós não há-de ir em terra de ingrez?... que paga serviço, até o das estradas, recenseia direito, deixa vender amendoim e comprar panos onde nós quer"²¹.

Confrontados com esta resistência dos produtores traduzida na emigração, os arrendatários e os funcionários portugueses em dificuldades financeiras optaram por aproveitar este fluxo, permitindo e auxiliando a emigração, esperando receber do emigrante o imposto em libras e as respectivas compensações monetárias por terem servido de intermediários²².

b) Factores Exógenos

Na explicação deste fenómeno é pertinente considerar não só os factores internos mas igualmente os externos, vistos numa perspectiva dialectizante. Com efeito, na reflexão sobre as causas externas deste fluxo migratório se conclui que as mesmas se explicam fundamentalmente pelo maior dinamismo do capital financeiro britânico, e essencialmente pelos esforços do imperialismo britânico, que de forma consequente planificou os seus recursos financeiros com vista ao aproveitamento máximo das potencialidades das suas colónias e dos territórios vizinhos.

Outros factores conjunturais concorriam, na Rodésia, para a crescente imigração, como os casos da revolta dos Matabeles, liderada por Lobengula em 1892/3, e o Chimurenga de 1896/97, que provocaram uma grande falta de mão de obra nas minas, na construção dos caminhos de ferro e no corte de madeira em Makoni, devido à participação dos homens na resistência e aos elevados prejuízos onerando as despesas²³.

Em 1898, a British South Africa Company (B.S.A.C.) enfrentou grandes problemas decorrentes dos efeitos da guerra de 1896/97, da existência de fracos depósitos de ouro, o que não compensava os elevados gastos do investimento inicial, e do problema da falta de mão-de-obra semi-especializada e não-especializada africana e barata.

O recurso a medidas de coerção extra-económica, com a introdução do chibalo para compelir os africanos locais a prestar serviço nas minas, não

produziu os efeitos desejados porque os camponeses locais tinham uma economia independente, mercê das fontes de rendimento em dinheiro proporcionadas pela venda de excedentes agrícolas e de gado ao próprio mercado mineiro local e sul-africano²⁴, sobretudo antes e depois da guerra anglo-boer.

Assim, o crescimento do mercado para as mercadorias agrícolas e gado estimulou a propriedade de alguns sectores do campesinato, o que reforçou a indisposição do africano para trabalhar nas minas, pois com uma agricultura auto-suficiente não precisava de ganhar dinheiro nas minas para a sua subsistência. Portanto, desde o seu inicio, a colonização europeia da Rodésia dependeu largamente do trabalho imigratório, uma vez que o nativo rodesiano se mostrava relutante em oferecer os seus serviços a troco de um salário²⁵.

Neste sentido, o problema da falta de mão-de-obra local na Rodésia não foi produto de uma população africana inadequada nem foi consequência de uma alegada "preguiça" desta²⁶. O problema foi mais complexo, inserindo-se no contexto do sistema económico regional, em a África do Sul, com o capital mais dinâmico da região, pôde atraír a mão-de-obra de qualquer território vizinho e relegar a Rodésia para um estatuto periférico.

Gorada a expectativa de um segundo rand, a partir de 1907 a B.S.A.C. encorajou o desenvolvimento da agricultura capitalista colonia. Esta restruturação económica produziu uma intensa concorrência pela mão-de-obra entre os dois sectores produtivos²⁷.

Perante esta situação, agravou-se na Rodésia do Sul a falta de mão-de-obra, o que suscitou o recurso à mão-de-obra dos territórios vizinhos a norte, nomeadamente a Rodésia do Norte (Zâmbia), a Niassalândia (Malawi) e Moçambique.

Até 1914, altura em que começou a recrutar oficialmente em Moçambique, na sequência do Acordo de 1913, para sair deste embaraço a Rodésia do Sul envidou esforços em busca de autorização para proceder ao recrutamento de trabalhadores moçambicanos.

Desde 1901, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (Foreign Office) da Grã-Bretanha, a B.S.A.C. e o Rhodesian Labour Board (R.L.B.) pressionaram o governo português no sentido de facilitar o recrutamento de trabalhadores para a Companhia na Rodésia do Sul²⁸.

4. A Emigração e o Conflito Regional pela Divisão do Trabalho

Durante o período de 1890 a 1913, a emigração de trabalhadores moçambicanos para o território da Rodésia do Sul não foi oficial, apesar dos

insistentes pedidos manifestados pelos agentes do capital britânico naquela colónia.

A abertura de novas minas e plantações na Rodésia do Sul impulsionou o movimento migratório de uma população que procurava aliviar-se do recrutamento obrigatório e do trabalho forçado na zona central de Moçambique.

As condições e relações de trabalho prevalecentes no território vizinho levaram as populações a encarar a emigração para a Rodésia como uma alternativa viável.

A falta de mão-de-obra na indústria rodesiana levou os agentes das principais empresas mineiras a entrarem abertamente em Moçambique nas áreas limítrofes, numa campanha de angariação de mão-de-obra barata.

A zona central de Moçambique, em particular Tete e Zambézia, era palco de uma intensa concorrência entre vários agentes recrutadores de mão-de-obra. A Witwatersrand Native Labour Association (W.N.L.A.) recrutava trabalhadores para as minas sul-africanas, muitas vezes com maior poder de atracção mercê de uma bem sucedida campanha propagandística e do adiantamento de importâncias para o pagamento do mussoco ou imposto de palhota. A Sociedade de Recrutamento Indígena (S.R.I.), agência portuguesa, angariava trabalhadores para os empreendimentos locais e para S.Tomé²⁹.

A Sena Sugar Factory, a Companhia de Moçambique e as companhias subarrendatárias da Zambézia, recrutavam para os seus empreendimentos a partir de Tete. O distrito de Tete, ao servir de corredor para os emigrantes das colónias vizinhas da Niassalândia e Rodésia do Norte, que se deslocavam ora para a Rodésia do Sul ora para a África do Sul, apresentou-se vulnerável ao êxodo.

Neste período emigravam para o Transvaal acima de um a dois mil trabalhadores por ano³⁰. Em 1906, por exemplo, a emigração de Quelimane e Tete foi computada em 22034 indivíduos, dos quais 1954 saíram para o Transvaal e cerca de vinte mil para lugares indeterminados³¹.

Não obstante a actuação de agentes da W.N.L.A. em Tete, a emigração de mão-de-obra desta província, particularmente das zonas limítrofes, para a Rodésia do Sul, fazia-se normalmente, chegando por vezes a constituir uma ameaça para a própria W.N.L.A., pois os camponeses sentiam-se melhor na Rodésia, como se estivessem na sua própria terra³².

A situação geográfica de Tete, cercada por territórios britânicos que em quase tudo apresentavam melhores condições, aumentou a sua vulnerabilidade em relação à emigração. Com efeito, em Tete existia uma forte rede migratória para a Rodésia do Sul a partir do Zumbo, para a

Rodésia do Norte a partir da Marávia, e para a Niassalândia a partir da Macanga e da Angónia³³. O norte de Tete e a área limite a oeste do Chire eram, portanto, os dois principais focos de emigração.

Os emigrantes moçambicanos na Rodésia empregavam-se na indústria mineira, nas plantações de milho e tabaco, e mesmo nos serviços domésticos (restaurantes e hotéis) e municipais. Em relação às minas, os moçambicanos idos do sul do Save (Gaza e Inhambane) empregavam-se na região da Matabelelândia, particularmente no complexo mineiro de Gwanda (Geelong, Jessie, Sabiwa, West Nicholson) e de Selukwe em Melsetter. Os do território de Manica e Sofala deslocavam-se fundamentalmente para Umtali, no complexo mineiro da Penhalonga, e para as plantações de chá de Chippinga e Chikwizo, e ainda, amiúde, para Makoni. Os de Tete integravam-se no movimento do norte em direcção à Mashonalândia, para as minas de Shamva e Ayrshire, e para as plantações contíguas.

No geral, os emigrantes que se deslocavam para a Mashonalândia eram atraídos dali para o sul (Matabelelândia), onde a indústria era relativamente mais dinâmica e com salários mais elevados³⁴, e alimentavam a esperança de seguir mais tarde para as minas do Transvaal.

A indústria mineira rodesiana, instalada num sistema económico regional que tinha o seu coração na África do Sul, particularmente na área mais industrializada e desenvolvida de Witwatersrand, foi forçada a competir pela mão-de-obra com as ricas minas de ouro sul-africanas. As minas sul-africanas, mais dinâmicas, dominaram o desenvolvimento económico do sub-continente e atraíram variadas quantidades de mão-de-obra barata vindas das zonas periféricas.

As condições salariais e de acomodação nos *compounds* eram relativamente melhores que as oferecidas pelas minas rodesianas. Este aspecto levou a Rodésia a experimentar uma drenagem contínua de mão-de-obra do seu território, particularmente da Matabelelândia para o Transvaal³⁵.

Foi neste contexto que, no limiar do século XX, as autoridades rodesianas, em conexão com as autoridades britânicas, solicitaram às autoridades coloniais em Moçambique o recrutamento oficial de moçambicanos, reclamando o monopólio do recrutamento na região.

Perante esta petição rodesiana, o então Comissário Régio de Moçambique, Mouzinho de Albuquerque, sancionou o pedido³⁶. No entanto, o Ministro dos Negócios Estrangeiros João Arrojo recusou facilitar esse recrutamento³⁷. Mesmo a Companhia de Moçambique não anuiu aos pedidos do governo português para permitir o recrutamento para a Rodésia a partir do seu território³⁸, obviamente porque necessitava de braços para os seus empreendimentos.

Fracassadas as hipóteses de obter autorização para recrutar no sul de Moçambique e em Manica e Sofala, a B.S.A.C. esperava transformar outras zonas do centro numa reserva exclusiva de mão-de-obra.

Seguiram-se então iniciativas do Rhodesian Lebour Board para conseguir junto da W.N.L.A. a partilha de áreas fornecedoras em Moçambique, ao abrigo do *modus-vivendi* de 1901. Assim, a W.N.L.A. ficaria proibida de recrutar na Rodésia, conservando no entanto os direitos de recrutamento em Moçambique, com o compromisso de fornecer à Rodésia, através do R.L.B., 12,5% do total dos homens por si angariados, e com a R.L.B. a partilhar as despesas resultantes desta operação³⁹.

Na base deste acordo o governo português autorizou à W.N.L.A. o recrutamento de 500 trabalhadores da Zambézia para a Rodésia⁴⁰.

Em Junho de 1903, o acordo terminou sem que tivesse surtido os efeitos desejados, em virtude da recusa, por parte da W.N.L.A., de fornecer trabalhadores, considerando ser impossível fornecê-los devido às crescentes necessidades de mão-de-obra no Transvaal, e alegando o facto que os contratados não se mostravam interessados em trabalhar na Rodésia devido aos baixos salários pagos nas suas minas, em comparação com os do rand⁴¹. Por outro lado, as autoridades do Transvaal faziam questão de não permitir o recrutamento em Tete, a não ser que as autoridades rodesianas autorizassem a Câmara de Minas a recrutar no seu território.

O recrutamento feito pela companhia de Hornung na Angónia, visando abastecer as suas plantações açucareiras, foi o outro eixo do conflito⁴².

Estas dificuldades enfrentadas pela B.S.A.C. em obter uma autorização oficial para recrutar, pelo menos até 1903, foram atenuadas pela deflagração da guerra anglo-boer (1899-1902), que levou à paralização temporária da indústria mineira do ouro no Transvaal, possibilitando a drenagem de mão-de-obra das suas reservas de recrutamento para a Rodésia do Sul⁴³.

Simultaneamente, o número de trabalhadores moçambicanos que para lá afluía clandestinamente crescia sem parar, devido ao fraco dinamismo económico das plantações no centro de Moçambique, e à incapacidade administrativa portuguesa para controlar as fronteiras, por um lado, e por outro porque a Rodésia beneficiava das liberdades de trânsito consignadas na cláusula XI do Tratado Luso-Britânico assinado em 1891, conforme se pode entender pelo seu teor:

"Fica entendido que haverá liberdade para os súbditos e mercadorias de ambas as potências atravessarem tanto o Zambeze como os distritos marginais do lado esquerdo do rio e situados acima da confluência do rio Luenha, sem que a essa passagem seja posto qualquer obstáculo

natural, social, política e económica.

Ele reflectiu, em particular, o conflito entre os diferentes capitais actuando na região, onde o fraco poder económico local e o recurso a medidas repressivas contribuíram decisivamente para transformar a província de Tete em corredor e reserva de mão-de-obra para o capital estrangeiro, em particular a Rodésia do Sul, reforçando a dependência das formações locais e a integração da zona no subsistema económico da África Austral.

NOTAS

1. Adam, Y., Davies, R., e Head, J., "Mão-de-Obra Moçambicana na Rodésia do Sul", *Estudos Moçambicanos*, No.2, 1981, pp.59-72; e Rita-Ferreira, A., "Trabalho Migratório de Moçambique para a Rodésia do Sul", *História*, Lisboa, No.80, 1985, pp.42-49 (artigos de carácter informativo).

Makambe, E.P., "The Nyasaland African Labour 'ulendos' to Southern Rhodesia and the Problem of the African Highwemmer, 1903-1923: A Study in the Limitation of Early Independent Labour Migration", *African Affairs*, 79 (317), pp.550-561; Mitchell, J., "Wage Labour and African Population Movements in Central Africa", in K.M. Barbour e R.M. Prothero, *Essays on African Population*, Londres, RKP, pp.193-248; Scott, Peter, "Migrant Labour in Southern Rhodesia", *Geographical Review*, N.Y., 44 (1), 1954, pp.29-48; e Van Onselen, Charles, *Chibaro: African Mine Labour in Southern Rhodesia, 1900-1933*, Londres, Pluto Press, 1976. Embora analisem o processo migratório desde os finais do século XIX, quanto a Moçambique, a sua abordagem apresenta um tratamento tangencial no contexto de outros estudos sobre a África Austral. Van Onselen, apesar de apresentar uma abordagem apreciável sobre a proletarização mineira rodesiana, negligenciou o papel de Moçambique como fornecedor de mão-de-obra.

Warhurst, P.R., "The Tete Agreement", *Rhodesian History* (Journal of the Central African Historical Association), vol.1, 1970, pp.31-41, faz um estudo exaustivo sobre as negociações entre as autoridades rodesianas coloniais em Moçambique.

Neves, Joel M. das, *O Trabalho Migratório de Moçambicanos para a Rodésia do Sul, 1913-1958/60* (tese de licenciatura), Maputo, I.S.P., 1990, faz uma análise sobre os factores da emigração e as circunstâncias que ditaram a celebração dos Acordos sobre o recrutamento de mão-de-obra. Na sua abordagem, revela o carácter interdependente das economias regionais e o seu conflito pela divisão de mão-de-obra. Avaliando o lugar da mão-de-obra moçambicana na economia rodesiana, conclui que apenas ocupou um lugar chave como fornecedor na década de quarenta.

2. Vail, L. e White, L., *Capitalism and Colonialism in Mozambique: A Study of Quelimane District*, Londres, Heinemann, 1980, p.144.

3. *Ibid.*, p.145.

4. Em 1913 foi assinado o primeiro acordo formal sobre a emigração de mão-de-obra moçambicana para a Rodésia do Sul. Ver B.O.No.41-(I), 11 de Outubro de 1913, pp.720-722.

5. Van Onselen, Charles, *op.cit.*, p.86.

6. *Ibid.*, p.76; Mackenzie, J.M., "African Labour in the Chartered Company", *Rhodesian History* (Journal of the Central African Historical Association), vol.1, 1970, pp.56-58.

7. Rocha, A., Hedges, D., Medeiros, E., Liesegang, G., "O Colonialismo Português em Moçambique 1885-1930", *Cadernos de História*, No.2, 1985, p.8; Clarence-Smith, G., *The Third Portuguese Empire, 1825-1975: A Study in Economic Imperialism*, Manchester University Press, 1985, pp.131-132.

8. Por exemplo, em Tete a Companhia da Zambézia obteve, em 1892, o arrendamento de 126 prazos para a exploração mineira.

9. Newitt, M.D.D., *Portuguese Settlement on the Zambezi*, Londres, Longman, 1973, p.365.

10. Serra, Carlos, "O Capitalismo Colonial na Zambézia, 1885-1930", *Estudos Moçambicanos*, No.1, 1980, p.38; Distrito de Tete, *Relatório do Governador, 1911-1912*, Lourenço Marques, Imp.Nacional, 1912, p.13.

11. Vail e White, *op.cit.*, p.190; Andrade, A. Freire de, *Relatórios Sobre Moçambique*, Lourenço Marques, Imp.Nacional, p.194; Matos, Maria L.C., "Notas sobre o Direito de Propriedade da Terra dos Povos Angoni, Acheua e Ajaua da Província de Moçambique", *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, Vol.7, 1965, p.15.

12. Castelo Branco, Ferrão X., "Relatório das Investigações a que Procedeu o Secretário dos Negócios Indígenas", in *Relatórios e Informações. Anexo ao Boletim Oficial*, 1909, p.247.

13. Mewitt, M., "Migrant Labour and the Development of Mozambique", *The Societies of Southern Africa in the 19th and 20th Centuries*, vol.4, Universidade de Londres, 1972, pp.72-73. Sobre o conteúdo da lei leia-se: "Todos os indígenas das províncias ultramarinas são sujeitos à obrigação moral e legal de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltam, de subsistir e de melhorar a própria condição social. Têm plena liberdade para escolher o modo de cumprir essa obrigação, mas se não cumprem de modo algum, a autoridade pública pode impor-lhes o seu cumprimento".

14. Castelo Branco, *op.cit.*, pp.225-239.

15. Wiese, Carl, "A Labour Question em Nossa Casa", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1907, p.244.

16. Andrade, *op.cit.*, p.192.

17. Cruz, Miguel, *História da Formação da Classe Trabalhadora em Manica e Sofala ao Sul do Púnguè, 1892-1926* (tese de licenciatura), Maputo, U.E.M., 1982, p.220; Vail e White,

op.cit., p.225.

18. Andrade, *op.cit.*, vol.1, p.195; Castelo Branco, *op.cit.*, p.223.

19. Distrito de Tete, *Relatório do Governador, 1911-1912*, Lourenço Marques, 1912, p.13; Andrade, *op.cit.*, vol.1, p.171; Matos, *op.cit.*, pp.12-13.

20. Wiese, *op.cit.*, 242.

21. Castelo Branco, *op.cit.*, p.249.

22. Andrade, *op.cit.*, vol.4, p.238; Clarence-Smith, *op.cit.*, p.140; Cruz, *op.cit.*, p.223. Por exemplo, recebiam por cada recrutado entre 10 xelins e 1 libra.

23. Loney, Martin, *Rhodesia: White Racism and Imperial Response*, Penguin African Library, 1975, p.37; Mackenzie, *op.cit.*, p.50; Ranger, Terence, *Peasant Consciousness and Guerilla War in Zimbabwe*, Harare, ZPH, 1985, pp.28-32.

24. Phimister, I.R., "Zimbabwe: The Path of Capitalist Development", in Birmingham e Martin (eds.), *op.cit.*, vol.2, p.254; Arrighi, G., "Labour Supplies in Historical Perspective: A Study in the Proletarization of an African Peasantry in Rhodesia", *Journal of Development Studies*, 6, 1970, pp.211-215.

25. Rita-Ferreira, *op.cit.*, pp.42-49. Mais detalhes sobre a estabilidade do campesinato africano na Rodésia em Arrighi, *op.cit.*, pp.211-216.

26. Mackenzie, *op.cit.*, p.57.

27. Loney, *op.cit.*, p.48; Machingaidze, Victor, "Company Rule and Agricultural Development: The Case of the B.S.A. Company in Southern Rhodesia, 1908-1923", Dep. História, Universidade da Rodésia, *Henderson Seminar Paper No.43*, s/d, pp.1-21; Palmer, Robin, "The Agricultural History of Rhodesia", in Robin Palmer e Neil Parsons (eds.), *The Roots of Rural Poverty in Central and Southern Africa*, Londres, Heinemann, 1977, p.230.

28. Duffy, James, *A Question of Slavery*, Oxford, Clarendon Press, 1967, pp.155-156; Rita-Ferreira, *op.cit.*, p.42; Warhurst, *op.cit. passim*, estuda com maior detalhe as negociações que precederam o Acordo de 1913.

29. Galvão, J.A.Lopes, "O Regime da Mão-de-Obra Indígena em Moçambique", *Boletim da Agência Geral das Colónias*, No.3, 1925, pp.119-121; Vail, in Birmingham e Martin (eds.), *op.cit.*, p.216. A W.N.L.A. recrutava na Zambézia e Tete e possuía agentes no território de Manica e Sofala. A S.R.I. era a única agência portuguesa que recrutava para as companhias e para S.Tomé, a partir de 1908. Para este último território, a S.R.I. recrutou neste período cerca de 15.000 indivíduos.

30. Andrade, *op.cit.*, vol.4, p.138.

31. Serra, *op.cit.*, p.41. É possível que grande parte destes 22.000 tenham ido para a Rodésia do Sul.

32. *Ibid.*, p.40. Provavelmente esta situação estava mais relacionada com os imigrantes sazonais para as plantações, para além das tradicionais afinidades culturais que caracterizam estes povos nas fronteiras.

33. História de Moçambique, *op.cit.*, vol.2, pp.158-159.

34. Van Onselen, *op.cit.*, p.86, refere que moçambicanos trabalhando em Selukwe e Gwanda recebiam salários de 4 a 5 libras, i.e. acima da média de 2 libras e 10 xelins por mês; Cruz, *op.cit.*, p.222, sobre trabalhadores do território da Companhia de Moçambique fugidos para a Rodésia; Galvão, *op.cit.*, p.118, refere-se à ocupação em outros serviços que não os das minas, p.ex., os da Angónia iam trabalhar em serviços agrícolas e os de Sena e Tete nos serviços de contínuos nas repartições públicas; A.H.M.-F.N.I., ex.107, Relatório da Curadoria, 1918, p.181, refere que em 1906, 83% dos emigrantes trabalham nas minas e 16,7% nas farmas.

35. Van Onselen, *op.cit.*, pp.227-228; Beach, D.N., "The Zimbabwe Plateau and its Peoples", in Birmingham e Martin (eds.), *op.cit.*, vol.1, pp.273-274.

36. Duffy, *op.cit.*, p.148; História de Moçambique, *op.cit.*, vol.2, p.164.

37. Duffy, *op.cit.*, p.148. Provavelmente com a intenção de salvaguardar os interesses sul-africanos para o período do pós-guerra anglo-boer.

38. Duffy, *op.cit.*, p.157; Vail in Birmingham e Martin, *op.cit.*, p.214; Almeida, Pedro Ramos de, *História do Colonialismo Português em África - Cronologia do Século XX*, Lisboa, Estampa, 1979, vol.3, p.47; Cruz, *op.cit.*, pp.202-203. Refere-se à proibição da emigração de trabalhadores para os territórios vizinhos em 1907, através das "providências contra a migração clandestina".

39. Van Onselen, *op.cit.*, p.85; Duffy, *op.cit.*, p.156.

40. A.H.M.-F.N.I., ex.1063, Documento da Intendência da Emigração em Lourenço Marques, 7 de Outubro de 1905.

41. Duffy, *op.cit.*, pp.156-157; Van Onselen, *op.cit.*, p.85.

42. Vail e White, *op.cit.*, p.152.

43. Van Onselen, *op.cit.*, p.86, refere entre outros a existência de 6% de Zulu e Xhosa, 6% de Bavenda, 10% de Basutho e 24% de Shangana do Transvaal na Rodésia do Sul.

44. B.O. No.35 (I), 29 de Agosto de 1891, pp.360-364.

45. Duffy, *op.cit.*, p.157; Van Onselen, *op.cit.*, p.95.

46. Van Onselen, *op.cit.*, p.104. A R.N.L.B. foi criada em 1903 com a tarefa principal de abastecer a indústria mineira de mão-de-obra barata forçada entre 1903 e 1912. "Na essência, a tarefa da R.N.L.B. foi de resolver a contradição que cresceu pelo fornecimento de mão-de-obra. A tarefa foi também de assegurar à indústria mineira rodesiana a partilha de mão-de-obra dentro do sistema económico regional e evitar que a Rodésia servisse de passagem para as minas do Rand. Outra tarefa era de fornecer mão-de-obra para as minas que, por causa das condições do investimento na indústria, não podiam assegurar o emprego de 'voluntários', ou seja, de trabalhadores independentes".

47. Phimister, I.R., "Peasant Production and Underdevelopment in Southern Rhodesia, 1890-1914", With Particular Reference to the Victoria District", in Palmer e Parsons (eds.), *op.cit.*, pp.257-264.

48. História de Moçambique, *op.cit.*, vol.2, p.159.

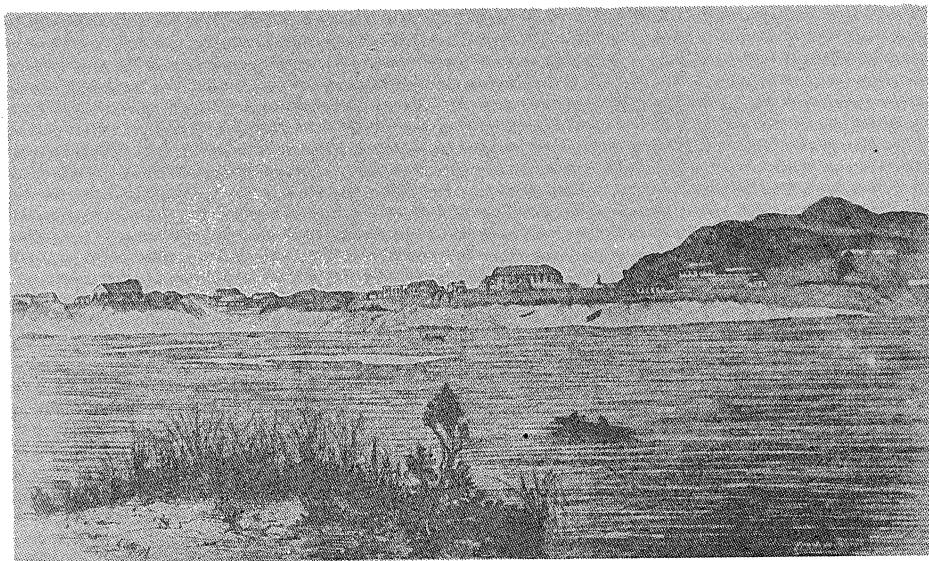
49. Almeida, *op.cit.*, vol.3, p.47.

50. Van Onselen, *op.cit.*, p.105.

51. Rita-Ferreira, *op.cit.*, p.43, indica 5431 emigrantes, e Cruz, *op.cit.*, p.227, assinala 6899, citando o Boletim da Rhodesian Chamber of Mines. Esta diferença reflecte, em parte, as dificuldades com que se debatiam as autoridades portuguesas no registo dos emigrantes.

52. Castelo Branco, *op.cit.*, p.250. Os dados oficiais referentes aos recrutados em Tete no período de 1905 a 1909, indicam as seguintes cifras: 100 (1905); 114 (1906); 190 (1907); 111 (1909).

53. História de Moçambique, *op.cit.*, vol.2, p.165; A.H.M.-F.N.I., cx.107, Relatório de 1918, p.137; A.H.M.-F.N.I., cx.1063, Proc.61/1912, Informação da Intendência dos Negócios Indígenas, 5 de Novembro de 1912. A participação da Companhia da Zambézia na venda de mão-de-obra terá possivelmente ocorrido como uma espécie de "política de recurso", mais rendosa que os investimentos, que não produziam rendimentos satisfatórios devido, por um lado, à pretensa baixa produtividade evidenciada pelos trabalhadores, e por outro, porque com a venda de mão-de-obra a Companhia podia acumular sem investir, recebendo libras como recrutadora e depois colectando o mussoco em libras.



TETE, 1900-1926: O ESTABELECIMENTO DE UMA RESERVA DE MÃO-DE-OBRA

João Paulo Borges Coelho

1. Introdução: Tete no Início do Século XX

Na viragem do século, o Vale do Zambeze era influenciado pelas linhas gerais da política colonial portuguesa, que tentava transformar a sua colonização, até essencialmente mercantil. Na sequência do processo de *pacificação* levado a cabo pelas campanhas militares, esperava-se que a colónia desempenhasse o seu papel de fornecedor de matérias-primas para o desenvolvimento da indústria portuguesa.

Porém, a ausência de investimento nas colónias por parte da fraca burguesia metropolitana, associada à incapacidade do Estado de administrar, originou as duas linhas essenciais que vieram a caracterizar essa política: Por um lado, a abertura do território a capitais estrangeiros, e por outro o desenvolvimento condicionado da economia no sentido de apoiar as necessidades de acumulação de capital dos territórios vizinhos da África do Sul e da Rodésia do Sul¹. Enquanto que este último factor viria a ser consubstanciado principalmente na organização da mão-de-obra para exportação, o primeiro envolveu a concessão de vastas áreas do centro e norte de Moçambique a companhias dominadas por capitais não-portugueses, que viriam a ter poderes amplos no seu desenvolvimento e administração. Enquanto que as actuais províncias de Niassa e Cabo Delgado foram ocupadas pela Companhia do Niassa em 1891, a Companhia de Moçambique tinha já adquirido, desde 1888, o mesmo tipo de direitos sobre a parte central de Moçambique. Através deste sistema de concessões, também adoptado por outros poderes coloniais em África, o Estado colonial português procurava conseguir simultaneamente o desenvolvimento económico e a administração política, sem ter que recorrer aos seus próprios recursos, criando aquilo a que se chamou "uma síntese de capital e Estado"².

A falta de resposta do capital metropolitano às tentativas de Enes para reanimar o velho sistema dos prazos no Vale do Zambeze, na

às iniciativas estrangeiras. Assim, desde a definição inicial, no decreto de 26 de Dezembro de 1878, através do qual recebia direitos para desenvolver actividades mineiras, deter terras até 100.000 hectares e explorar florestas, até ao decreto de 10 de Fevereiro de 1903, a Companhia da Zambézia, outra companhia concessionária, viu os seus poderes imensamente acrescidos ao ponto de conseguir inclusivamente direitos sobre quase todos os prazos, à medida em que as concessões existentes iam expirando. Assim ela veio a arrendar a maioria dos prazos leiloados na última década do século, formando um imenso "reino" que incluía grande parte das actuais províncias da Zambézia e Tete³. Porém, ela viria a adoptar duas estratégias diferentes. No Baixo Zambeze, a Companhia da Zambézia e algumas outras, apoiadas pelo Estado colonial, ocuparam as posições anteriormente detidas por pequenos concessionários, e tentaram desenvolver uma economia de plantação baseada em capitais estrangeiros, em paralelo com uma nova estratégia de fornecimento de mão-de-obra baseada no *mussoco* (ou imposto individual) e na obrigação do camponês de pagar metade do valor daquele imposto em trabalho, acabando assim por transformar o antigo pequeno produtor independente numa força de trabalho semi-proletarizada.

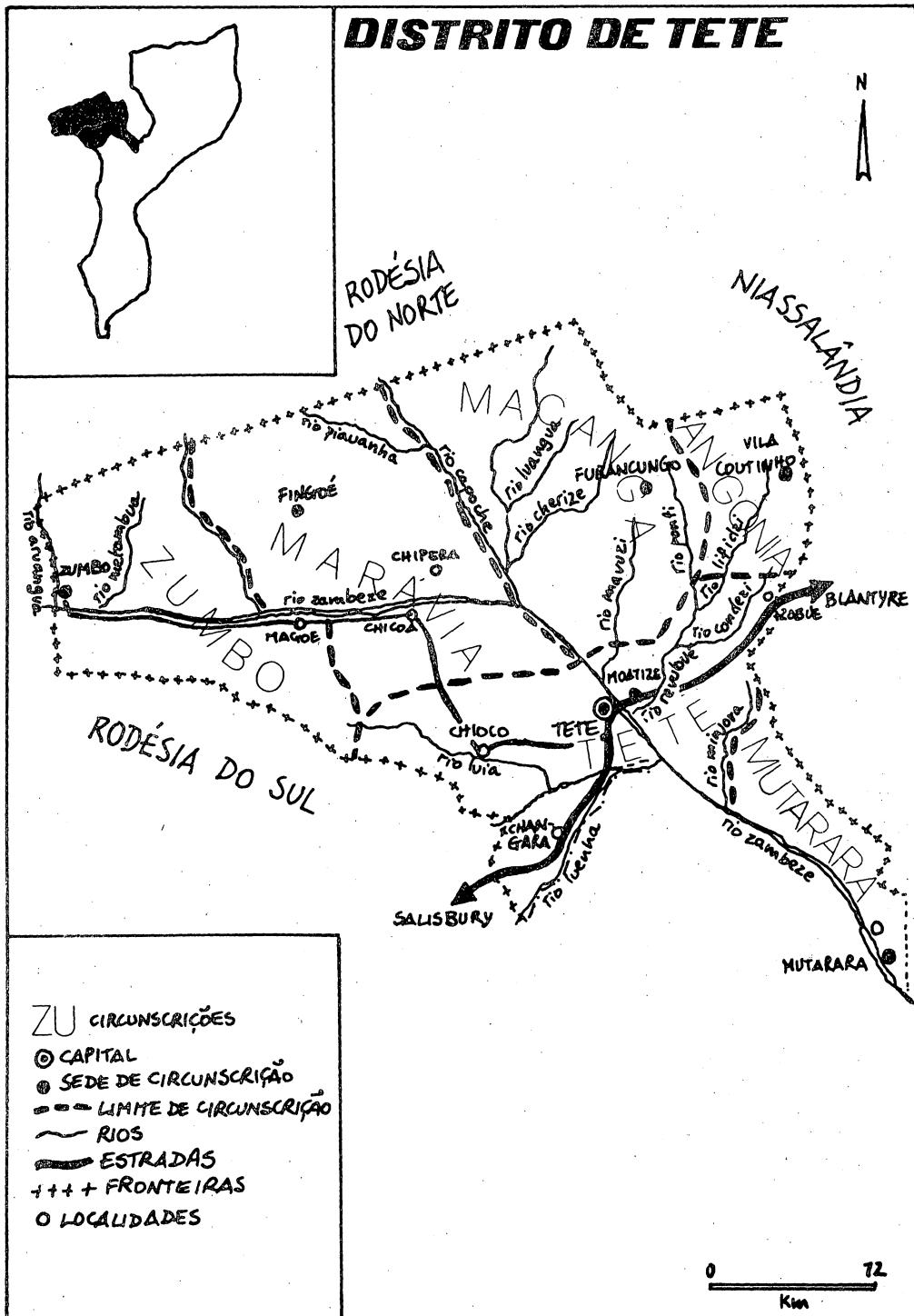
Contudo, Tete não viria a assistir a semelhante desenvolvimento por um certo número de razões. Em primeiro lugar, a segurança era ainda um problema importante em vastas áreas, onde os seus prazos permaneciam na categoria de "fiscais", sem outra actividade para além da defesa e da cobrança do *mussoco*, sempre que tal era possível. De facto, as chamadas actividades de "pacificação" continuaram a ter que se desenvolver ainda na primeira década do século XX. No interior remoto, na região do Zumbo, Portugal continuava a ter grandes dificuldades para controlar as actividades das famílias de *muzungos* tais como Araújo Lobo e Rosário Andrade, pelo menos até 1900. O mesmo acontecia na Angónia, onde o tenente Brito só conseguiu concluir a "pacificação" nesse ano. Na Macanga este processo foi ainda mais moroso, com o mesmo tenente Brito a conseguir quebrar a resistência de Muchena só em Maio de 1902, com a colaboração de guerreiros angoni⁴. A Sul do Zambeze, o Mutapa Chioco continuava ainda a resistir em 1902, e pode considerar-se que os portugueses só conseguiram efectivamente impôr a sua ordem depois de Novembro de 1904, altura em que as autoridades derrotaram o Mwenemutapa e esmagaram uma rebelião em Boroma⁵.

A falta de meios de comunicação para escoar os produtos, agrícolas ou minerais, do distrito de Tete para a costa, constituiu outro obstáculo aos investimentos da Companhia da Zambézia na região. Nas primeiras duas décadas do século XX, as únicas rotas que ligavam Tete ao exterior eram

o rio Zambeze e as estradas que iam de Tete a Fort Jameson, a Angónia/Blantyre e, no Sul, a Macequece.

As dificuldades com que a navegação no Zambeze se deparava foram descritas por alguns autores da época. A utilização do rio envolvia uma contradição geral, uma vez que os vapores utilizados requeriam um consumo massivo de árvores ribeirinhas que, associado às técnicas de agricultura sobre queimada, reduziram a pluviosidade e, consequentemente, os níveis do rio durante este período⁶. Em termos de navegabilidade o Zambeze tinha duas secções principais. A primeira ligava o Chinde, na costa, a Cahora Bassa, e a segunda ia daí a Cachomba. Três tipos principais de barcos sulcavam o rio: vapores movidos a rodas, que frequentemente puxavam batelões de fundo chato; pequenos barcos de remos; e almadias locais. Só existia tráfico significativo a jusante de Tete, e os barcos a vapor só navegavam em certos períodos do ano, nomeadamente entre as primeiras chuvas de Dezembro e as últimas grandes chuvas de Março. Frequentemente puxados à mão pelas populações ribeirinhas durante largos trechos, os barcos maiores navegavam apenas de dia para evitar os bancos de areia. No início do século uma viagem de Chinde a Tete levava cerca de dez dias para os barcos a vapor, ou mesmo um mês para os barcos à vela. As viagens no sentido inverso eram obviamente mais rápidas⁷. A melhoria das comunicações pelo rio era difícil de encarar uma vez que os trabalhos de dragagem não podiam ser suportados, por exemplo, pelas taxas sobre as escassas mercadorias transportadas por este meio. O aumento das taxas teria acabado com o já fraco movimento pelo rio⁸.

Mas a situação das comunicações dentro do distrito era ainda mais difícil, em particular o escoamento de produtos para a cidade de Tete e o transporte de mercadorias a partir daí. A montante de Tete o Zambeze continuava a ser mais ou menos navegável para pequenos barcos, até à garganta de Cahora Bassa, onde uma das maiores barragens de África viria a ser erguida cerca de sessenta anos mais tarde. Esta pequena secção do rio só era usada pelo barco da Missão de Boroma e por barcos à vela ocasionais que transportavam mercadorias para o Zumbo. Essas mercadorias tinham que ser transportadas por terra, à cabeça de carregadores, de Cahora Bassa até Cachomba, a partir de onde podiam retomar o rio⁹. Para além do Zambeze e dentro do distrito, o Aruângua, afluente mais ocidental do Zambeze que definia a fronteira entre Tete e a Rodésia do Norte, era o único rio que permitia algum movimento de barcos europeus, nomeadamente o da Missão de Miruro (que também fazia a ligação com o Zumbo e Cachomba), e o pequeno barco da administração da Feira, no lado britânico da fronteira¹⁰.



Relativamente às estradas, se é que se lhes podia chamar assim, a Norte do Zambeze só havia duas durante este período, a primeira ligando de Tete a Missale e a Fort Jameson (cerca de 280km), e a segunda Tete à Angónia (200km)¹¹. A Sul do Zambeze só a estrada de Tete a Macequece permitia algum tráfico. As restantes não passavam de caminhos onde apenas tinha sido feito o corte das árvores mais altas. Os caminhos de Tete a Chioco, Chiranga, Cachomba e Zumbo poderiam incluir-se nesta última categoria.

A estrada para Missale e Fort Jameson deveria, supostamente, trazer a produção das minas setentrionais, e durante algum tempo foram feitas tentativas para trazer algodão da Companhia Northern Charterland para o Chinde através de Tete¹². No Nordeste do distrito, a estrada para Angónia e Niassalândia, usada intensivamente durante diversos períodos, deveria trazer para Tete as exportações do prazo Angónia, embora com um sucesso muito relativo¹³. Finalmente, as autoridades depositaram sempre grandes esperanças na estrada meridional que, ligando o distrito ao território de Manica e Sofala, dirigido pela Companhia de Moçambique, e indirectamente à Rodésia do Sul, traria um grande desenvolvimento à região. Todavia, também esta estrada, tal como as outras, era atravessada apenas por carros de bois e carregadores, fazendo de cada viagem um empreendimento difícil e oneroso.

Se acrescentarmos a este cenário de distâncias longas e difíceis, nem sempre seguras de percorrer, os solos relativamente pobres e a quase total ausência da estrutura administrativa, poderemos talvez compreender melhor porque é que a Companhia da Zambézia se mostrava tão relutante em tomar iniciativas, em empregar capitais que, além do mais, não pareciam estar disponíveis em grandes quantidades.

2. A Companhia da Zambézia e os seus Sub-Concessionários: Um Novo Padrão

A Companhia da Zambézia recebeu portanto um imenso território, sem qualquer relação com aquilo que ela estava preparada para explorar. Por um lado, tal como Isaacman refere correctamente, ela, tal como as outras companhias, era altamente especulativa, sem nenhuma inclinação ou capacidade para desenvolver o território, nem capitais também¹⁴. Mas, por outro lado, havia também outros obstáculos a ter em conta, tais como as imensas distâncias associadas à falta de meios para comercializar as produções, a falta de conhecimentos para decidir que culturas desenvolver

e onde, as dificuldades climáticas e de irrigação, as diversas pragas que afectavam as culturas, etc.

Sob as condições produzidas por estes dois tipos de factores, para além da irrupção ocasional de sérios movimentos de resistência em diversas partes da região, só por milagre ou ilusão ditada por uma forte vontade (como era o caso com as autoridades coloniais), poderia outra coisa ser esperada que não as reservas reveladas pela Companhia da Zambézia. A solução achada por esta foi o aluguer de partes do seu imenso "reino" a sub-concessionários, um sistema que forneceu receitas seguras sem grande esforço¹⁵ e que, embora representando alguma continuidade em relação aos velhos prazos, viria a estabelecer as fundações de um subdesenvolvimento específico de Tete.

A concluir do relato detalhado sobre os prazos que nos foi feito por Sousa Ribeiro, por volta de 1907 a Companhia da Zambézia tinha direitos sobre 111 prazos, 92% do total de prazos registados em Tete, sendo os 9 prazos restantes alugados por indivíduos ou missões católicas¹⁶. Desses 111 prazos, 61 eram dirigidos directamente pela Companhia, enquanto que 50 eram sub-alugados. Os dados relativos à população são, porém, mais susceptíveis de nos dar uma imagem mais correcta que a propriedade, dado que a definição de prazo era bastante vaga, abrangendo, por exemplo, desde propriedades com quatro habitantes como o prazo Canhimbe-ilha até territórios com 82.000 habitantes como o prazo Angónia, e uma vez que o número de pessoas era essencial no sistema de exploração em vigor, como veremos. Isso apesar das reservas que se devem colocar aos números que nos são dados¹⁷.

QUADRO 1

	No. de Prazos	População	% do total Pop. dos Prazos
Co. Zambézia (directamente)	61	27.623	11.7
Sub-Conc. da Co. Zambézia	50	174.073	73.6
Concessionários individuais	9	34.868	14.7
Totais	120	236.554	100.0

(Fonte: Dados em Ribeiro ed. 1907)

A sub-concessão aparece aqui claramente como um padrão. O vasto território sub-alugado era, por sua vez, dividido por um número relativamente pequeno de sub-concessionários, mais exactamente 12, dois dos quais nitidamente mais poderosos em termos de população controlada¹⁸.

QUADRO 2

Sub-Concessionários da Co.Zambézia	No.Prazos	População	% do Total
Raphael Bivar	2	120.000	69.0
Carl Wiese	7	26.865	15.5
F.F.Couto	3	7.880	4.5
João Martins	13	5.878	3.4
Missão de Miruro	2	4.500	2.6
J.P.Carvalho	1	2.731	1.5
J.I.R.Sousa	11	1.868	1.1
Missão de Boroma	1	1.507	0.9
A.J.C.Silva	1	1.200	0.7
J.Moctezuma	2	813	0.4
J.D.Monteiro	2	544	0.3
Anacleto Nunes	5	287	0.2
Totais	50	174.073	100.0

(Fonte: Dados em Ribeiro ed. 1907)

Quando tomava conta do seu prazo o sub-concessionário devia seguir diversas normas definidas pela profusa legislação, e que reflectiam o princípio de Enes de "pôr os africanos a trabalhar na economia de plantação". O primeiro e mais importante aspecto do sistema era o *mussoco*, através do qual o colonizador integrava as já submetidas comunidades africanas para formar o campesinato e o trabalho migratório. Entretanto, o *mussoco* era também a referência quando o Estado colonial estabelecia os quantitativos que o concessionário tinha que pagar de renda pelo prazo. Nos leilões, o valor de base do prazo era definido como metade de 800 réis multiplicada pelo número de *colonos* do prazo obrigados a pagar *mussoco*. Este número era apurado através de um recenseamento inicial. Além disso, os habitantes do prazo deviam pagar metade do imposto a que eram obrigados na forma de trabalho. Assim, a única receita a que o sub-concessionário podia aspirar vinha do trabalho agrícola, tal como Enes esperava na defesa do decreto que introduzia o sistema¹⁹.

Legalmente, portanto, o sub-concessionário parecia em posição difícil, obrigado a pagar uma quantia fixa à Companhia da Zambézia e

podendo melhorar a sua situação apenas através do desenvolvimento das plantações. Mas uma plantação era coisa bem difícil de achar em Tete durante este período, segundo os seus administradores sucessivos. Em 1907, J.Bettencourt, então governador, mencionou a "impraticabilidade das fazendas agrícolas aqui, como se podem ver no delta do Zambeze, visto que as condições climatéricas e da constituição dos terrenos tal não permite senão a grandes empresas dispor de grossos capitais (...)"²⁰. Em 1909 o governador mencionava algumas experiências agrícolas no nordeste do território, na Macanga e Angónia, e também em algumas margens irrigadas do Zambeze, na Mutarara, consistindo em algum algodão, sisal, agaves, café, tabaco e pouca coisa mais²¹. Mas alguns anos depois as lamentações do novo governador, J.L.Carrilho, são eloquentes acerca do desenvolvimento de tais experiências:

(...) exceptuando as plantações do sub-arrendatário Raphael de Bivar na Makanga (...) há isto: uma plantação de algodão, tentativa infeliz e quasi abandonada, feita pela Companhia da Zambézia na Benga, a poucos quilómetros de Tete (...). Tem ainda a Companhia na Mutarara uma plantação de sisal que me consta estar próspera (...). Depois de Raphael de Bivar, Jorge de Moctezuma é o sub-arrendatário que alguma coisa tem feito pela agricultura. Os seus esforços porém nunca serão coroados de grande êxito porque o terreno em que trabalha é "muito pobre e seco". Tem além disso três inimigos implacáveis: o muchem, as chuvas torrenciais e as inundações do Zainbeze (...). As missões de Miruro e Boroma não fazem agricultura, fazem pomares para seu recreio (...). Havemos de convir que para os 90:000 ou 100:000 quilómetros quadrados deste distrito é muito pouco.²²

Na mesma altura, no ano de 1911, um relatório da inspecção dos prazos, que supostamente deveria fazer cumprir a lei, levantava a questão central quando dizia que "ninguém pode esperar que um modesto sub-concessionário como, por exemplo, o Sr.Gouveia (menciono este porque é o mais distante) fosse louco ao ponto de iniciar uma machamba a Oeste de Mussenguez. Supondo que o solo é fértil e a sua plantação esteja a desenvolver-se, onde colocaria ele os seus produtos e como os transportaria?"²³

Incapaz de desenvolver culturas de rendimento, o sub-concessionário assumia assim um papel de parasita, tentando obter o possível da magra agricultura colona, principalmente através do *mussoco* mas também por outros meios. Eram três as formas possíveis pelas quais o sub-concessionário podia exigir o *mussoco*: Em dinheiro, em produtos agrícolas e em trabalho. Apesar de diversas leis e regulamentos que prescreviam o pagamento de metade do *mussoco* em trabalho ou davam ao colono a liberdade de escolher o pagamento em dinheiro ou produtos agrícolas²⁴, o facto é que era o sub-concessionário quem ditava as regras. Ao longo de

todo o período o *mussoco* em dinheiro era de 1\$260 réis por colono, o equivalente a três ou quatro semanas de trabalho. Porém, E.F.Galliau do prazo Cachomba, por exemplo, exigia 1\$500 réis por colono em 1911²⁵.

Havia a tendência para os prazos mais isolados serem aqueles com *mussoco* mais elevado. Perto das fronteiras os sub-concessionários eram obrigados a baixá-lo, mesmo se infringindo a lei, tentando equilibrar a sua situação com a dos territórios ingleses, evitando assim a fuga dos seus colonos para o outro lado da fronteira, em busca de melhores condições. Enquanto que nos territórios britânicos a nordeste de Tete os colonos pagavam cerca de 3 shillings por palhota (o equivalente a \$900 réis), do lado português um *mussoco* normal chegava aos 2\$500 réis²⁶. Nos territórios setentrionais o *mussoco* era portanto muito mais baixo, cerca de 5 shillings na Macanga ou mesmo 3 shillings na Angónia. Além disso, nesses territórios a moeda portuguesa era quase desconhecida ou abertamente recusada. No território Senga, a Noroeste, por exemplo, o sub-concessionário Wiese recusava a moeda portuguesa para o pagamento do *mussoco*, uma moeda a que, de resto, os camponeses não tinham acesso dado que costumavam trabalhar no território britânico para obter *pondos* (corruptela de *pounds*) e *shirenes* (*shillings*) com que pagar o *mussoco*. Segundo o gerente de um prazo no Zumbo,

Toda esta região [Zumbo] é pobrissima em dinheiro ou de qualquer género que o produza, e se é relativamente rica de mantimentos, estes não tem mercado onde vender-se. Se os colonos desta região vão anualmente em grande número para as minas da Rodésia, é única e simplesmente para arranjarem dinheiro para o *mussoco*, porque os subarrendatários, não tendo mercado para collocar os géneros, não podendo aproveitá-los em qualquer trabalho agrícola ou outro, se vêem forçados a obrigar a cobrança em dinheiro.²⁷

Embora a lei previsse a possibilidade do colono pagar o seu *mussoco* em produtos agrícolas, muitos sub-concessionários, como Wiese em Senga, recusavam-se simplesmente a aceitá-los, ou só os aceitavam em certos períodos e até determinadas quantidades, para alimentar os seus homens ou fazer um determinado negócio. O *mussoco* em produtos é muito difícil de quantificar uma vez que variava muito de lugar para lugar. Em 1911, o *mussoco* de um homem casado (incluindo, portanto, a sua obrigação e a da sua mulher) rondaria as 8 *panjas* de farinha de milho em Cachomba, ou apenas 2 *panjas* em Penhame e Chipera. Todos estes prazos eram dirigidos pelo mesmo sub-concessionário, E.F.Galliau. Além disso, a *panja*, uma medida de capacidade, variava segundo o interesse do sub-concessionário²⁸.

O trabalho era, com o dinheiro, a forma mais corrente de pagar o *mussoco*. Trabalho no *luane* (casa e quintais) do subarrendatário, cultivando

os seus vegetais ou fazendo toda a espécie de serviços, apanhando lenha, construindo as suas palhotas ou abatendo árvores para o combustível dos barcos a vapor nas áreas ribeirinhas dos rios Zambeze e Chire. Mas segundo a evidência, a forma mais temida de pagamento de *mussoco* era, de longe, o trabalho como carregador, transportando cargas do prazo para Tete ou vice-versa. No prazo Chicoa, por exemplo, um *mussoco* podia equivaler a duas viagens de ida e volta como carregador - cerca de 480 quilómetros de viagem a pé por caminhos difíceis e transportando cargas pesadas²⁹. Este trabalho era particularmente frequente nos prazos da Angónia e Macanga, de onde as pessoas fugiam muitas vezes para os prazos de Wiese, onde "o trabalho não era tão duro". Em certos casos, como em algumas das regiões de Wiese, o *mussoco* era também pago com trabalho nas minas.

Entre as diversas maneiras de aumentar a extracção do *mussoco* dos habitantes dos seus prazos, os sub-concessionários recorriam ao sistema muito lucrativo de distorcer o censo de forma a abranger velhos, crianças e trabalhadores emigrados no grupo dos sujeitos ao pagamento do imposto, fabricando casamentos inexistentes e, inclusivamente, considerando as "árvores do caminho" como membros da família de forma a aumentar o *mussoco*.

Mas o mero facto de ter cumprido com o pagamento do *mussoco* não libertava a população do prazo das arbitrariedades do concessionário. A lei já fornecia uma abertura quando dizia que os colonos não eram obrigados a "trabalhar mais que uma semana por ano na abertura de estradas, rios e *mocurros* do prazo onde vivessem, e na construção de casas de fabrico local para as tropas e oficiais"³⁰. Assim, desde os diversos tipos de trabalho mal pago até ao trabalho simplesmente não remunerado, os colonos eram submetidos a toda a espécie de arbitrariedades. Com a obrigação do *mussoco* satisfeita, eles continuavam assim a transportar cargas para Tete frequentemente sem *poço* (ração diária de comida para o caminho), a abater árvores para alimentar os navios ou, como no caso de mulheres e crianças na Muchena/Macanga, a trabalhar dois meses no descasque de amendoim em troca de uma xícara de sal.

Embora alguns concessionários aceitassem o *mussoco* em produtos, a maioria exigia dinheiro. Geralmente, exceptuando as suas necessidades no *luane*, os concessionários tinham dificuldades em comercializar os seus produtos, como atrás foi dito. Além disso, na ausência de culturas de rendimento importantes, tais produtos viriam necessariamente da agricultura familiar, o que quer dizer que seria principalmente milho. Dos 120 prazos enumerados por Ribeiro em 1907, cerca de 65% eram referidos como produzindo exclusivamente milho. A maioria dos restantes associava esta

cultura à mapira e à mexoeira, e também a algum amendoim e feijão. Só um número muito pequeno cultivava arroz, sésamo e algumas outras culturas. Os sub-concessionários estavam, portanto, interessados em algum trabalho mas, acima de tudo, em dinheiro. Por outro lado, são inúmeros os relatos de remunerações muito baixas em dinheiro em troca de trabalho árduo. Dinheiro que o concessionário rapidamente recuperava nas lojas que tinha disseminadas pelo seu prazo, onde vendia tecido de fraca qualidade a preços elevados. Uma *braça* (medida linear equivalendo a cerca de 2,2 metros), por exemplo, valendo 125 réis, tinha sido definida pelos sub-concessionários como valendo 200 réis. Além disso, as taxas alfandegárias para um quilo de tecido de algodão importado orçavam, em 1903, os 200 réis, enquanto que do lado britânico da fronteira não ultrapassavam os 50 réis³¹.

Segundo a lei, nomeadamente o artigo 46 do Regulamento dos Prazos, o comércio no interior dos prazos devia ser aberto e livre, embora organizado em feiras, dado que o comércio itinerante era proibido. Contudo, o Estado tinha fracos instrumentos para fazer valer a lei, e dentro do prazo era a ordem do concessionário que vigorava. Se algum mercador itinerante podia ser encontrado no prazo seguramente que trabalhava para o concessionário ou, pelo menos, que lhe pagava uma generosa percentagem. Andrade refere que chegou a ser comum o hábito de alugar o monopólio do comércio dentro dos prazos, quando por lei ele devia ser livre³².

3. Os Primeiros Passos da Administração Colonial

Tendo em conta a generalidade da implantação do padrão referido pelo território, o conhecimento do papel do Estado vem muito da sua articulação com a Companhia da Zambézia e os seus sub-concessionários.

Em Moçambique, entre a década de 1890 e o primeiro quartel do século XX, o papel do Estado consistiu principalmente em realizar o processo de "pacificação" e em estabelecer o controlo sobre a força de trabalho para que a exploração colonial se tornasse possível³³. O processo de instalação da estrutura administrativa foi lento e sofreu reorganizações sucessivas em conexão, entre outras causas, com as concessões territoriais feitas às companhias, e longe de ser consistente sofreu uma série de adaptações a uma realidade em rápida transformação. Nos territórios setentrionais de Niassa e Cabo Delgado, por exemplo, a Companhia do Niassa tomou conta não só da exploração de uma imensa concessão mas, também da sua administração, assumindo o papel de "um Estado dentro do

Estado", enquanto que o Estado colonial permaneceu confinado a uma fraca presença em certos pontos da costa. Mas no Vale do Zambeze prevaleceu alguma ambiguidade dado que a instalação da Companhia da Zambézia e dos seus sub-concessionários foi acompanhada pelos fracos mas persistentes esforços do Estado colonial para chegar às zonas mais remotas do Alto Zambeze, tanto militar como administrativamente. Por detrás desses esforços estavam certamente as pressões britânicas sobre a fronteira ocidental, assim como as reservas da Companhia em assumir um papel militar, apesar das esperanças iniciais de Portugal³⁴.

Neste contexto, o ano de 1891 assinala uma importante reforma administrativa, na sequência das concessões feitas às companhias. Moçambique foi designado como Estado da África Oriental Portuguesa e dividido em duas províncias, Moçambique e Lourenço Marques, e três intendências ocupadas pela Companhia do Niassa. Tete incluía-se na primeira província³⁵. Nos anos seguintes Tete viria a sofrer sucessivas reorganizações administrativas. Em 1893 o distrito foi suprimido e os seus territórios integrados no distrito da Zambézia³⁶. Na mesma altura foi instalado um Comando Superior Militar em Tete, com um Comando Militar subordinado no Zumbo. Esta estrutura manteve-se durante quase dez anos, até um decreto de 10 de Outubro de 1902 criar o Distrito Militar de Tete, mostrando quanto as actividades militares eram ainda mais importantes que a administração civil³⁷. Para além dos territórios de Tete e do Zumbo, o distrito incluía também a Zambézia e algumas áreas do Bárue. Entretanto apareceram novos comandos militares como o da Marávia, mencionado como recentemente criado em 1904³⁸.

Em 1907, o decreto de 23 de Maio impôs uma nova reorganização geral em que a Província de Moçambique foi dividida nos distritos de Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique, com o território de Gaza integrado em Lourenço Marques e Inhambane.

O distrito, talvez a unidade administrativa mais importante, incluía o concelho, centrado na cidade capital, e as capitâncias gerais, que eram divididas em comandos e postos militares. O distrito podia também ser dividido simplesmente em capitâncias gerais e sub-divisionado em comandos militares independentes, embora subordinados aos governadores de distrito³⁹. Por volta deste período, o distrito de Tete foi dividido nos comandos militares do Zumbo, Chicoa, Chiranga, Chioco, Marávia, mais a Residência dos Angonis e a capitania geral do Bárue, que incluía os comandos militares de Mungari, Inhacafura e Catandica⁴⁰.

A partir de 1907 Tete podia ser considerado como um distrito pacificado em termos militares, tal como o certifica o magro contingente

militar ali estacionado (cerca de 100 soldados em 1911). Perdendo progressivamente o seu papel militar, os comandos militares parecem ter antes sobrevivido como testemunho da turbulenta era anterior e como esboço da estrutura de administração civil que vinha a caminho. A precariedade das suas condições - instalações praticamente inexistentes e poucos oficiais⁴¹, grandes demoras no pagamento de prémios - prolongou a crueldade dos métodos de tratar a população, cujos efeitos foram assim descritos por um subconcessionário:

"Bem frisante é o efeito destas requisições em pequena escala perto dos commandos militares, onde antigamente existiam núcleos de populações. Apenas estabelecido o commando, começaram elles a desvanecer-se, principalmente devido às continuas requisições que geralmente dirigidas aos commandantes como urgentes, cahem sobre a população de mais perto. (...) Frisante é o exemplo dos commandos de Cachomba e Zumbo; não sómente os commandos estão livres de povoações mas também toda a estrada onde passam as diligências deles. Os soldados as vezes por mezes sem pagamento, vivem do indígena (...). Entre Cachomba e Zumbo, onde antigamente existiam no caminho centenas de povoações, hoje o viajante poucas ocasiões encontra para comprar o necessário para o sustento da viagem. Os indígenas, cansados das continuas exigências, desaparecem (...)"⁴².

Além disso, as precárias condições dos comandos militares colocavam-os nas mãos dos concessionários. Diversos relatos referem que os comandos militares recebiam o *mussoco* da população circundante em nome do concessionário.

Livre de grandes ameaças à sua ordem - se excluirmos a revolta do Báruè - o Estado colonial tentou, a partir de 1907, cumprir com o seu segundo grande papel, aquele de controlar a população através da criação de uma rede administrativa.

A expressão "circunscrição territorial" aparecera já identificada com os prazos em decreto de 18 de Novembro de 1890, que considerava os concessionários como a autoridade pública dentro deles⁴³. Porém, apesar das tentativas para considerar o prazo como o nível de base do aparelho do Estado colonial⁴⁴, é óbvio que os concessionários agiam muito mais em defesa dos seus interesses do que como agentes estatais. Pelo contrário, a subjugação dos verdadeiros representantes do Estado, como os comandantes militares que cobravam *mussoco*, ou os agentes do Estado que viviam nos prazos, face aos concessionários parece ter sido muito mais provável.

A nova perspectiva do Estado parece, portanto, ter começado a ser implementada em 1907, com a Reforma Administrativa de Moçambique, publicada no Boletim Oficial de 1 de Julho. Ela definia as sub-divisões do distrito e veiculava os princípios orientadores da rede da administração civil a edificar. Segundo ela, as principais sub-divisões do distrito eram os

concelhos, as circunscrições civis e as capitarias gerais. Enquanto que os primeiros deveriam aparecer quando tal fosse justificado pela importância dos aglomerados europeus ou pelo nível do comércio ou do desenvolvimento industrial (artigo 84), o último existiria sempre que o território não estivesse completamente pacificado, tendo portanto um carácter provisório (artigo 86). Quanto à circunscrição civil, ela tinha mais a ver com o controlo populacional. Segundo o artigo 85, as circunscrições civis eram sub-divisões administrativas contendo uma ou mais divisões territoriais nativas completamente submetidas e pacificadas, mas cujo estado civilizacional e progresso dos seus habitantes ainda não era compatível com um sistema de administração mais perfeito⁴⁵.

Através do Boletim Oficial No.50, de 14 de Dezembro de 1912, os comandos militares de Tete foram transformados nas circunscrições do Báruè, Chicoa, Macanga, Matarara, Marávia e Zumbo. Contudo, havia ainda um longo caminho a percorrer. No mesmo ano, o governador Carrilho salientava o carácter ineficaz de tal legislação, quando escrevia:

"Mas o decreto de 1912 não se limitou a converter a capitania mor numa circunscrição civil: num prurido vão de tudo uniformizar, chamou também circunscrições civis às circunscrições de fiscalização dos Prazos. O fiscal, que em cada uma destas circunscrições representava o governador, mudou também de nome, para passar a chamar-se administrador e como tal a ser um funcionário do quadro administrativo da província. O decreto de 1912 esqueceu-se porém de revogar o regulamento dos prazos e portanto a uniformidade almejada é perfeitamente platonica. O equívoco é tão flagrante que até o orçamento que apareceu em seguida à lei orgânica do distrito atribuía percentagem na cobrança do mussoco aos administradores das circunscrições, quando é certo que nos prazos o mussoco quem o cobra é o arrendatário, o qual ao Estado dá apenas a parte estipulada no seu contrato. O arrendatário é também o agente de autoridade na sua circunscrição; é ele quem resolve os milandos, quem o indígena se habituou a reconhecer como seu senhor, etc. Quanto ao representante do Governo, quer se lhe chame fiscal, quer administrador, não tem tido por outras funções senão pôr o governador do distrito ao corrente do que de importante se passa nas terras (...)"⁴⁶.

Embora alguns prazos tenham conseguido a renovação das suas concessões até 1932, a maioria dos arrendamentos deveria cessar em 1917, passando os territórios progressivamente para o controlo do Estado. Entretanto este teria ainda que enfrentar, por mais alguns anos, a supremacia dos concessionários.

4.Os Fluxos de Trabalho Migratório

Os prazos da Companhia da Zambézia e seus sub-concessionários não conseguiram resultar como sistema de desenvolvimento da região através da

agricultura. Foram várias as razões desse fracasso, desde o argumento que não era possível transformar uma região adequada à indústria mineira numa colónia de plantação, até à indisponibilidade de investimentos. Ainda em 1914, um viajante como o governador Carrilho quase não conseguir ver uma plantação, exceptuando um par de árvores de fruto e algumas hortas plantadas por "divertimento", como referiu um autor.

Incapazes de desenvolver novas formas de agricultura, os concessionários tiveram pois que se basear nas velhas, desenvolvendo instrumentos para extrair os magros excedentes e muitas vezes indo para além disso, ameaçando a própria sobrevivência das comunidades colonas. O *mussoco* e a força de trabalho eram esses instrumentos, e a violência crua dos sipais a forma de os pôr em prática. Escapar dos prazos era a única maneira de evitar tal violência, mas tal dependia da capacidade ou da sorte de enganar a vigilância dos sipais. De uma forma algo irónica, pois, os concessionários estavam a seguir a idéia de Enes, de educar o indígena através do trabalho e desenvolver a região através da agricultura. O problema era que se tratava de uma aprendizagem feita num país vizinho, e de uma agricultura "errada", não aquela que se pretendia implementar.

A agricultura colona não era, porém, "espremível" para além de certos limites, e portanto as pessoas começaram a partir para lugares onde pudessem achar meios de ganhar dinheiro para pagar o *mussoco*. O facto de o concessionário permitir a partida dos seus colonos poderia parecer contraditório, dado que a quantidade de gente era, como referimos, a forma mais objectiva de medir a sua riqueza. Contudo, ele sabia muito bem como defender os seus interesses, e os excedentes da agricultura colonia não satisfaziam as suas "necessidades". Por outro lado, ele não tinha muitas vezes trabalho para obrigar o colono a fazer. As pequenas estadias do colono no exterior, onde podia ganhar dinheiro para pagar o *mussoco* e para gastar nas suas lojas terá parecido pois ao concessionário como uma solução adequada.

Em 1907, Carl Wiese, um dos mais importantes sub-concessionários da Zambézia, publicou uma análise detalhada sobre a movimentação maciça de população que ocorria, na viragem do século, das regiões a Norte do Zambeze para os territórios britânicos⁴⁷. Ele apontava, para esse fenómeno, quatro causas principais: As diferentes taxas que as pessoas eram obrigadas a pagar em ambos os lados da fronteira, não só em termos de valor mais também de método, com o *mussoco* ou imposto por cabeça a aparecer como muito mais difícil de suportar que o imposto de palhota britânico; o sistema de trabalho forçado que prevalecia como uma ameaça mesmo depois de cumprida a obrigação do *mussoco* - através do qual os concessionários

impunham toda a sorte de trabalhos pesados em troca de salários irrisórios; o trabalho gratuito previsto pelo Regulamento dos Prazos, que normalmente envolvia requisições arbitrárias de mão-de-obra para a limpeza de ruas e canais, levantamento de postes telegráficos, etc.; e, finalmente, o recrutamento para o serviço militar que, embora não abrangesse muita gente era feito de tal maneira que afectava toda a população - através de rusgas que causavam o pânico nas aldeias. Todos sabiam que o serviço militar significava deixar a casa e a família para viver de salários baixos e irregulares em terras estranhas, em que muitas vezes se tinha que roubar para sobreviver⁴⁸. Para o governador de Tete J. Bettencourt, que respondeu ao artigo de Wiese mas não negou as acusações principais, a causa destes problemas era sem dúvida o regime dos prazos e não o Estado, e Wiese, como importante sub-concessionário que ocupava territórios imensos de onde a população fugia massivamente, não estava em posição moral para acusar ninguém⁴⁹.

A exploração exercida pelo sistema de prazos da Companhia da Zambézia e seus sub-concessionários, assim como o *mussoco*, criaram pois o padrão de emigração do distrito de Tete para os distritos circundantes e territórios vizinhos. Durante a sua fase inicial o Estado teve uma atitude ambígua em relação a este processo. Por um lado tratava-se de um processo contrário a todas as perspectivas anteriores consubstanciadas na visão de Enes de um desenvolvimento endógeno, e foram diversos os protestos de funcionários superiores do Estado⁵⁰. Por outro, o Estado não teria tido a força para contrariar esta tendência, submetido à economia dos prazos por todo o território como estava. Durante este período ele lutou, portanto, por conseguir controlar a emigração da mão-de-obra, para obter os lucros da institucionalização dessa exportação.

Mas este padrão não se edificou simplesmente sobre os factores que empurravam os trabalhadores para fora do território. É preciso ter também em conta o outro pilar principal, as condições, fora do distrito, que atraíam essa mão-de-obra, e que determinaram a rota do trabalho migratório. Excluindo alguma migração menor para a Rodésia do Norte ou para São Tomé, ou movimentos migratórios muito localizados no tempo para a Niassalândia⁵¹, as principais rotas migratórias vieram a ser as que levavam à África do Sul através do porto do Chinde, à Rodésia do Sul e, internamente, à Companhia de Moçambique e às plantações da Zambézia, particularmente a Sena Sugar Estates. Além disso, grande parte da história do trabalho migratório de Tete foi marcada pela competição entre estas entidades importadoras de mão-de-obra.

A emigração de Moçambique para a África do Sul ocorria já desde

a década de 1870, quer para as plantações do Natal quer para as escavações diamantíferas do Orange Free State. Os primeiros documentos que a legitimizam datam de 1875 e 1888, embora as autorizações de emigração de todo o território tenham sido emitidas apenas a partir de 1896⁵². Mas o recrutamento de Tete para o Transvaal começou alguns anos mais tarde, por volta de 1909⁵³, e durou o curto período de três anos. Foi um período de intensa actividade da Witwatersrand Native Labour Association (WNLA), a entidade recrutadora. O governador de Tete referia-se a ela nos seguintes termos:

"A poderosa WNLA quando invade um território é como se elle fosse uma presa em poder dum polvo monstruoso; os seus tentáculos são enormes, a sua organização modelar, e os seus agentes muito hábeis e dedicadíssimos aos interesses dela, que são também os seus, pois são generosamente pagos, chegando um simples engajador a ter um vencimento maior que o do governador deste distrito (...)"⁵⁴

Em Tete, a WNLA actuou a sudoeste do Zambeze e na Angónia, e pelo menos em 1910 procurava recrutar no vale do Aruângua. Os seus métodos de recrutamento eram diversificados e incluiam uma forte pressão sobre a população. Em 1911, por exemplo, um certo Lipovich, agente de recrutamento ao serviço da WNLA, operava nos prazos Cachomba, Panhame e Chipera, em conivência com o agente da Companhia da Zambézia E.F.Galliau. Falando bem a língua local, Lipovich "encantava os colonos com as maravilhas que encontrariam no Transvaal". Entretanto, ia emprestando dinheiro que os colonos gastavam a beber as bebidas baratas de Galliau, ou então levava-os a endividar-se através do jogo⁵⁵. A história acabava invariavelmente com o colono a viajar para o Chinde, endividado ou simplesmente curioso, de onde embarcava num vapor para a África do Sul. Para Galliau estava, evidentemente, reservada uma percentagem por cada colono que saía dos seus prazos. A WNLA também tinha agentes na Angónia, onde recrutavam não só moçambicanos mas também ngoni da Niassalândia que atravessavam a fronteira, dado que a WNLA não estava autorizada a recrutar na Niassalândia para além de um certo limite⁵⁶.

A emigração de Tete para a Rodésia processava-se já desde o início do século, através de canais "naturais" ou clandestinos. De facto, era um movimento edificado sobre a lógica dos prazos, tal como já se referiu, e sobre o desenvolvimento da agricultura e mineração rodesianas. Para a Rodésia do Sul afluíam, por volta de 1900, pessoas não só de toda a margem Sul do rio Zambeze, mas também da Macanga, Angónia e, de uma maneira geral, de toda a zona fronteiriça. Além disso Tete era atravessado por diversas rotas através as quais os emigrantes da Rodésia do Norte e da

Niassalândia passavam para a Rodésia do Sul. Tratando-se de uma emigração clandestina, era muito difícil de quantificar e controlar. Assim, de pois de um curto período de oposição aberta, as autoridades de Tete começaram a aceitar o fenómeno como resultante dos problemas que afectavam o sistema dos prazos, aparecendo a emigração muitas vezes como a única forma da população colona encontrar meios com que pagar o *mussoco*⁵⁷. De resto, mesmo em caso de desaprovação as autoridades não tinham meios de impedir o fenómeno uma vez que os sub-concessionários o continuavam a fomentar e elas tinham apenas os quatro comandos militares de Marávia, Chioco, Zumbo e Massanga para controlar a fronteira.

A saída para o problema enfrentado pelo Estado colonial, no tocante a este assunto, foi fornecida pelos próprios rodesianos, no seu esforço para aumentar os fornecimentos de mão-de-obra de Moçambique, particularmente de Tete. O facto era que apesar do fluxo "natural", da conivência dos sub-concessionários, da falta de controlo pelas autoridades portuguesas, e de agentes recrutadores rodesianos estarem a recrutar clandestinamente dentro de Tete⁵⁸, a mão-de-obra continuava a ser insuficiente. Havia razões por detrás desta procura, nomeadamente o receio rodesiano que a África do Sul intensificasse os seus recrutamentos no Norte de Moçambique e, sobretudo, a natureza do trabalho fornecido pelo fluxo "natural" de Tete, altamente instável. Efectivamente, o trabalhador migrante oriundo de Tete ficava normalmente por um ou dois meses, o tempo necessário para obter dinheiro com que pagar o *mussoco* e fazer pequenas aquisições. Num período tão curto ele pouco mais podia fazer que aprender, por exemplo, o trabalho de escavação. Portanto, eles eram normalmente empregados nas farmas que forneciam comida às minas⁵⁹.

Porém, os esforços rodesianos para conseguirem autorizações portuguesas para o recrutamento depararam com a oposição da poderosa indústria mineira da África do Sul. Teve que ser feito um acordo em 1900, segundo o qual a WNLA fazia todo o recrutamento, dirigindo para a Rodésia do Sul 12,5 por cento de toda a mão-de-obra recrutada em Moçambique. Como a WNLA não cumprisse com a sua parte do acordo, não dirigindo a mão-de-obra prevista, a competição pelo trabalho continuou pela primeira década do século. Se a WNLA não permitia que os trabalhadores do Sul de Moçambique emigrassem para a Rodésia do Sul esta, pelo seu lado, não autorizava recrutamentos da WNLA na região meridional do seu próprio território⁶⁰.

Chegou-se finalmente a acordo em 1913, quando a WNLA concordou em cessar com as actividades de recrutamento em Moçambique a Norte do paralelo 22, alegadamente devido às elevadas taxas de

mortalidade entre os trabalhadores moçambicanos oriundos do Centro e do Norte do território. Por detrás deste argumento estava em curso uma grande restruturação dos fornecimentos regionais de trabalho. Embora a WNLA tivesse continuado por algum tempo a recrutar trabalhadores do Norte que "atravessavam" o paralelo em busca da primeira estação de recrutamento⁶¹, o facto é que a partir de então tanto a Rodésia como o Estado colonial puderam realizar a reorganização da mão-de-obra do Centro e Norte de Moçambique de forma a beneficiar tanto as minas e farmas rodesianas como as plantações zambezianas.

Tal foi feito com o Acordo de 1913⁶². Para a Rodésia ele significava um grande passo em frente, dado que lhe assegurava uma reserva de mão-de-obra delimitada, fora do alcance da África do Sul caso ela procurasse expandir as suas actividades de recrutamento no futuro. Significava também contingentes maiores e mais estáveis, dado que o acordo previa que os trabalhadores permanecessem por um ano, ou mesmo mais sob condições especiais.

Para o Estado colonial o acordo trouxe também vantagens enormes. Pôs aparentemente de lado a necessidade de controlar os fluxos clandestinos, criando simultaneamente condições de receitas estáveis e seguras sobre emolumentos e passaportes, diversas taxas e o pagamento diferido de metade dos salários dos trabalhadores. O aumento do controle dos fluxos migratórios significou também, para o Estado, uma maior capacidade para fornecer mão-de-obra às plantações da Zambézia.

Se a retirada da WNLA das áreas a Norte do paralelo 22 pôs fim ao conflito que opunha sul-africanos e rodesianos relativamente à questão dos fornecimentos de mão-de-obra, o Acordo de 1913 trouxe um certo interregno à luta entre a Rodésia e as plantações zambezianas a respeito da mesma questão. Até então a competição entre essas partes tinha tomado a forma da economia de plantação da Zambézia ser incapaz de acompanhar os salários oferecidos pelas minas e farmas rodesianas. A menos que aquela subisse os salários não seria capaz de contrariar a emigração clandestina para a Rodésia. Para satisfazer as necessidades zambezianas o Estado teve pois que "abrir" a emigração para a Rodésia, tentando simultaneamente regular os fluxos clandestinos⁶³.

5. Algumas Conclusões

Durante o primeiro quartel do nosso século Tete sofreu uma rápida mas profunda transformação. No curto intervalo de pouco mais de duas décadas

a "pacificação" foi concluída, a Companhia da Zambézia e seus subconcessionários tomaram conta da região para sugar os magros excedentes das comunidades africanas politicamente desarticuladas e submetidas, o Estado colonial esboçou a instalação do seu aparelho administrativo e diversos factores concorreram para desenhar o perfil de Tete como reserva de mão-de-obra.

O economia dos prazos foi a característica mais constante da transformação, impondo um padrão de captura parasitária dos excedentes camponeses na forma de produtos, dinheiro ou mão-de-obra, em resultado da falta de investimentos da sua parte e da parte do Estado. A esperada contrapartida desta exploração parasitária, na forma de melhorias tecnológicas e de reformas na produção, simplesmente não teve lugar no Alto Zambeze, e a continuidade e intensificação desta tendência de extracção de mais-valia absoluta levou, em conjunto com as necessidades dos vizinhos mais desenvolvidos de Moçambique, ao desenvolvimento do trabalho migratório como padrão. Os arrendatários, porém, tiveram que ser cuidadosos relativamente à emigração que acontecia nos seus prazos, tentando equilibrar aquilo que podiam beneficiar dela - em dinheiro para o *mussoco* e para alimentar o comércio das suas cantinas - com o risco de, também com ela, despovoarem as suas terras.

Quanto ao Estado colonial, ele teve, de início, que viver da ilusão de um desenvolvimento financiado por outros, que nunca chegou "a vir", e da legislação que profusamente emitiu mas que era incapaz de fazer cumprir, exausto como estava pelo esforço da guerra de "pacificação" e desprovido de capitais portugueses que o apoiassem. Aos níveis mais baixos, os seus funcionários e agentes eram pagos e alimentados pelos arrendatários, ao ponto de se poder perguntar quem serviam eles afinal de contas. As perspectivas do Estado de encontrar capital local para alterar esta situação eram, também diminutas. O *mussoco* continuava a ser cobrado pelos concessionários, retirando ao Estado uma fonte considerável de receitas, enquanto Tete continuava a ser um distrito muito deficitário⁶⁴. Em relação às outras fontes de receita, tais como as taxas alfandegárias, por exemplo, embora fornecessem um terço das receitas totais do distrito, os critérios que as regiam contribuíam muito para aumentar o despovoamento da zona.

Durante este período assiste-se, na transição dos velhos comandos militares para as circunscrições, a esforços do Estado colonial para o estabelecimento de uma rede administrativa destinada a permitir o controlo sobre a população e o território, depois de consumado o processo de submissão das comunidades africanas. Além disso, a reforma administrativa de 1907, de Aires de Ornelas, imprimiu um novo perfil aos administradores

locais, substituindo os oficiais militares por pessoal de carreira que deveria ter um conhecimento mais profundo dos "negócios indígenas". Consciente da limitação dos seus recursos o Estado procurou fundar este edifício na "organização tradicional indígena", integrando sob a autoridade do novo administrador os chefes submetidos e seus sucessores⁶⁵. As velhas idéias de Enes sobre a descentralização administrativa foram retomadas após o advento da república, em 1910, levando à transformação do Estado Província num novo Estado para os Indígenas, e estabelecendo as fundações e linhas gerais do aparelho administrativo a desenvolver nas décadas seguintes⁶⁶.

Claramente, o Estado procurava estabelecer estruturas para cumprir com o seu papel de fornecedor de mão-de-obra, tanto para a Rodésia do Sul como para as plantações da Zambézia. Por este meio tentou controlar a emigração clandestina, aumentar as suas receitas e garantir os montantes migratórios⁶⁷ e o seu regresso após os períodos de contrato. Tal tendência prosseguiu em paralelo com a decadência da anacrónica economia dos arrendatários, como se pode ver no caso típico do prazo Angónia, cedido pelo seu endividado sub-arrendatário Raphael Bivar à Sena Sugar Estates, que imediatamente o transformou numa imensa reserva de mão-de-obra.

Obviamente, tais transformações afectaram profundamente a população rural. Em primeiro lugar, ao nível de aldeia, o processo de "pacificação", trazendo com ele a submissão política⁶⁸, abriu as portas ao alastramento do sistema dos arrendatários, destruindo grande parte da organização territorial anterior, que havia sobrevivido ao longo do século XIX⁶⁹. A integração das aldeias rurais sob o regime do arrendatário significou o *mussoco*, as requisições de trabalho e alimentos, toda a sorte de arbitrariedades e violência dos sipais, combinando-se todos estes factores para originar uma grande mobilidade das aldeias. Em paralelo, o estabelecimento dos comandos militares provocou o fenómeno quase único da retirada das aldeias das estradas existentes, tal como o confirmam diversos relatos.

No interior da aldeia, o regime dos arrendatários provocou o caos no seio da economia familiar. Os recenseamentos efectuados na base da família composta por homem-e-mulher criou obrigações individuais e destruiu laços de solidariedade comunitária. O anacronismo está em que a população rural estava a ser transformada num campesinato colonial na base da sua própria economia natural. O "incentivo" para o aumento da produção era pois a acção violenta do arrendatário exercida sobre a família. Mas mais que isso, o sistema afectava a capacidade de produção camponesa retirando os homens (e muitas vezes mulheres e crianças) da produção familiar através

de diversas formas de exploração do trabalho. Por todo este período, o *mussoco* permaneceu como exigência permanente, independentemente dos diversos e imponderáveis factores que afectavam a economia natural, tal como as secas. Secas essas que foram acentuadas, no Médio Zambeze, literalmente pelos vapores consumidores de árvores do colonialismo.

Com o advento das primeiras circunscrições e do padrão do trabalho migratório, gerido por um Estado cada vez mais capaz, os camponeses sofreram golpes profundos. Na ausência de condições em Tete, os homens tornaram-se proletários rurais em outros lugares, na Rodésia ou no centro de Moçambique, enfraquecendo ainda mais, com a sua ausência, a economia doméstica. Despovoada⁷⁰ e esgotada, a região de Tete surge com um perfil subdesenvolvido dentro do próprio subdesenvolvimento trazido pelo colonialismo.

NOTAS

1.Ver, por exemplo, Wuyts 1989:15.

2.Serra *et al.* 1983:152.

3.Para a formação da Companhia da Zambézia, que resultou da fusão, encabeçada por Albert Ochs, da Zoutpansberg Exploration Company e da Société des Fondateurs de la Compagnie Générale du Zambéze, ver Vail & White 1980:112-120. Uma excelente abordagem à problemática da Companhia em Andrade 1907 I:150-154.

4.Sobre este processo ver Fernandes Júnior 1956:87 e sgs.; René Pélissier 1988:127-131; Allan Isaacman 1979:229-232.

5.Isaacman 1979:232-238.

6.Andrade 1907 I:185-186 (nota).

7.Sant'Anna 1911:190-192.

8.Governador de Tete 1913:40-41. Enquanto que Andrade menciona cerca de 27 vapores navegando pelos rios da Zambézia por volta de 1907 (Andrade 1907 I:216), quatro anos mais tarde o Governador de Tete alude apenas a um, o *Lubeck*, ligando Tete ao Chinde.

9.Já em 1806 Villas-Boas Truão advogava "a remoção dos obstáculos à navegação" em Cahora Bassa como uma importante medida para melhorar as comunicações pelo rio. Ver Vail & White 1980:12.

10.Sant'Anna 1911:192.

11.Governador de Tete 1907:54-55.

12. Governador de Tete 1913:41, que refere os esforços do representante desta companhia para levar as autoridades portuguesas a concluir os trabalhos nesta estrada. Segundo ele, os ingleses estavam prontos a pagar taxas para custear tais trabalhos assim como a construção de um cais na margem Norte do Zambeze, frente à cidade de Tete, ou mesmo a levar a cabo eles próprios esses trabalhos. Já em 1906, Freire d'Andrade reagia aos esforços do Governador de Tete para cooperar com a Northern Charterland relativamente a este assunto, dizendo que o governo não gastaria dinheiro num trabalho que não produzisse receitas imediatas. Segundo ele a estrada seria melhorada com o desenvolvimento da indústria mineira a Norte de Tete, à custa, portanto, dos concessionários. Claramente, Andrade não gostara do argumento do Governador de Tete.

13. Carrilho 1914:149 refere a tentativa de Raphael Bivar, sub-concessionário do prazo Angónia, de introduzir um tractor com atrelado nesta zona, para transportar grafite da sua mina de Mucutumula para Matundo-Tete, grafite que anteriormente vinha à cabeça de carregadores. A experiência teve resultados desastrosos devido ao estado da estrada.

14. Isaacman 1979:141. Andrade 1907 I:149-150 para os aspectos financeiros da Companhia.

15. Segundo o Governador de Tete (1913:11-12), em 1911-1912 a Companhia da Zambézia pagou de renda ao Estado 30.617\$480, e recebeu 73.630\$275 (28.051\$200 dos colonos que viviam nos prazos directamente administrados por ela, e 45.579\$075 dos sub-concessionários), apurando assim um saldo de 43.012\$795.

16. Sousa Ribeiro (ed.) 1907:269-307.

17.

ANO	POPULAÇÃO	FONTE
1904	212.388 ^a	Andrade 1907 I:225
1905	230.802	Álvares 1916:210-211
1906	165.755 ^b	Andrade 1907 I:222
1908	272.814 ^c	Gov. Tete 1909
1910	141.479 ^d	Álvares 1916
1912	210.643	Gov. Tete 1912
1913	180.000 ^e	Carrilho 1916:138
1914	301.854	Álvares 1916

^aIncluindo provavelmente o Bárue.

^bExcluindo o Bárue. Segundo Andrade, o número baixo devia-se provavelmente a um recenseamento incorrecto ou à fuga de colonos.

^cCenso.

^dExcluindo os prazos directamente controlados pela Companhia da Zambézia.

^eNúmero referente a pessoas pagando mussoco. A partir deles o autor estima um total de 300 ou 400 mil.

18. Carrilho, por exemplo, descreve o território de Carl Wiese como um império, com uma área de mais de 25.000 km² (Governador de Tete 1913:13). Levou 14 dias a atravessá-lo a cavalo (Carrilho 1916:376).

19. Decreto de 18 de Novembro de 1890, art.4, #2, b) e f); Branco 1909:257-258.

20. Governador de Tete 1907:12.

21. Governador de Tete 1909:...

22. Governador de Tete 1913:12.

23. Mello 1911:442.

24. Ver o decreto de 18 de Novembro de 1890; Regulamento de 10 de Julho de 1882.

25. Mello 1911. Toda a informação referente a este assunto, quando não referida especificamente, em Mello 1911 e Branco 1909.

26. Durão 1903:208. Este aspecto é corroborado por diversas fontes.

27. Governador de Tete 1907:11.

28. Ver Andrade 1907 I:163. Segundo Branco 1909:232, uma panja equivalia a cerca de 27 litros nos prazos Guengue, Mahembe e Sungo.

29. Branco 1909:236.

30. Regulamento de 7 de Julho de 1892, art.34.

31. Durão 1903 No.83:209. O autor não aceitava que essas elevadas taxas alfandegárias constituíssem uma medida de protecção da indústria portuguesa do algodão, dado que não havia algodão português no distrito, mas apenas algodão da Índia e de Manchester.

32. Andrade 1907 I:163; Branco 1909:255.

33. Ver a este respeito Serra *et al.* 1983:88-107, particularmente a p.95.

34. O Distrito do Zumbo foi talvez o exemplo mais emblemático de reorganização administrativa sob a pressão britânica. De facto, através do decreto de 7 de Novembro de 1889, para contrariar a influência britânica no Alto Zambeze, Portugal criou o distrito do Zumbo e os comandos militares de Cafucué e Macheza (Boletim Oficial No.5 de 1890), o que deu azo a fortes protestos britânicos. Segundo Lord Salisbury, o território não só estava sujeito à influência britânica devido a um tratado com Lobengula, como também não estava efectivamente ocupado pelos portugueses (Boletim Oficial No.8 de 1890). O conflito desenvolveu-se para culminar no Ultimato Britânico, seguido pela delimitação de fronteiras e pela extinção do distrito do Zumbo, em 1891. Ver Pinhal 1971:189-191.

35. Decreto de 30 de Setembro de 1891.
36. Decreto No.1, de 27 de Abril de 1893.
37. Boletim Oficial No.50 de 1902.
38. Anónimo 1905:211.
39. Pinhal 1971:191.
40. Governador de Tete 1907:29-31.
41. Em 1907 o Governador de Tete queixava-se da ausência de europeus nas vastas áreas dos comandos militares do Zumbo, Chicoa, Chiranga e Chioco. Governador de Tete 1907:29-31.
42. Wiese 1907:243-244.
43. Boletim Oficial No.52, de 1890; Boletim Oficial No.27, de 1901.
44. Por exemplo, Pinhal 1971:94-95.
45. Boletim Oficial No.26, de 1 de Julho de 1907.
46. Carrilho 1914:157.
47. Wiese 1907:241-246.
48. "Recruta que desertou é colono perdido. Pode o arrendatário perder as esperanças de receber dele mais mussoco. Ainda poderá ir à sua povoação para se transferir com mulher, filhos e haveres para território inglês; mas fal-o clandestinamente e de golpe" (Carrilho 1916:399). O Governador de Tete (1913:52-53), também insiste neste aspecto e nas reservas manifestadas pelos sub-concessionários ("para quem o mussoco é o seu sangue") quanto à captura dos seus colonos para o serviço militar.
49. Bettencourt 1910:388-395. Na página 394 ele escreveu: "As causas do êxodo da população todas se concretizam numa só: o regimen dos Prazos; e continuarão a actuar enquanto elle durar. Convém não nos illudirmos: o preto começa a apreciar a justiça que do outro lado da fronteira encontra em contraposição com o tratamento do agente canarim cafrealizado no meio do seu harem de mulheres pretas. A necessidade de evolucionar, de aprender, obriga-o a sair da terra onde nasceu, atraíndo-o para os centros de trabalho e de ensino, e como nos Prazos nada de faz, nem trabalha, nem aprende, naturalmente emigra (...). Em quanto existir o regimen dos Prazos, enquanto as minas estiverem nas mãos das companhias com direitos a ellas - ou eu me engano muito ou nenhum progresso virá modificar as condições actuaes d'este paiz(...)".
50. Em 13 de Maio de 1908, através da ordem provincial No.268, o governador geral Freire de Andrade ordenou que fosse feita uma investigação pelo Secretário dos Negócios Indígenas, que mais tarde escreveu no seu relatório: "[Prazos] É esta a rubrica que resolvi

adoptar para encimar esta segunda parte do meu relatório; (...) eu não poderei, com efeito, referir-me à saída dos indígenas para fora dos nossos territórios sem falar do regimen porque esses territórios se regem; no regimen eu vou descobrir uma das forças impulsionadoras que para fora do nosso território empurram o indígena; na complicada machina que é um prazo eu vou encontrar a fonte de muito mal, e quase carência de qualquer bem (...)” (Branco 1908:221); Ou Mello, no relatório de uma inspecção aos prazos: “Se desse à palavra clandestina a sua verdadeira significação, também imprópria seria a classificação que adopto, pois aquela que é clandestina para o Estado não o é para os sub-arrendatários, sendo até muito do seu agrado e feita sob a sua protecção (...). Porém, Sr. Governador Geral, o que eu não posso admitir nem ouvir são os protestos de alguns sub-arrendatários contra a emigração do Transvaal, são os gritos d'esses paladinos e humanitários cidadãos que se insurgem contra o despovoamento do território, contra o tratamento dado aos indígenas, contra isso que eles chamam escravatura disfarçada. E não posso ouvir esses protestos e revoltam-me esses gritos e clamores, porque a esses indivíduos que soltam esses gritos e protestos carece em absoluto a autoridade para o fazerem. São eles que exploram o preto em tudo, inclusivamente alimentando os sipais dos prazos, quando passam nas povoações, às custas dos colonos; são eles que protegem a emigração para Salisbury, porque se ela não se fizesse o indígena não teria dinheiro para pagar o mussoco; são eles que não dão trabalho ao indígena em que ganhar uns cobres; são eles finalmente, que não tiveram um brado de protesto contra a Companhia da Zambézia quando ela lhes abriu os prazos ao recrutamento da WNLA, provando assim que aqui nada havia para fazer, pois não precisavam de braços (...)” (Mello 1911:429-430).

51. Em 1910, Sant'Anna realizou um estudo muito interessante sobre a doença do sono na Zambézia (incluindo Tete). Hele estudou movimentos e fluxos de população para determinar os riscos de alastramento da mosca tse-tse pelo território. Segundo escreveu, a relação entre o Norte de Tete e os territórios a Nordeste da Macanga e da Angónia, muito íntimas até 1900, tinham quase desaparecido devido à generalização da tripanosomíase no Tanganhica, que afectou também profundamente o lago Niassa, e ao relativo insucesso dos projectos agrícolas na Niassalândia (Sant'Anna 1911:183-186). Podemos também concluir que houve um declínio das relações entre Tete e os territórios setentrionais na região do Zumbo se tivermos em conta o fim das pretensões dos *muzungos* do Zumbo relativamente ao controlo das áreas situadas na margem esquerda do rio Aruângua, precipitado pela delimitação anglo-portuguesa das fronteiras, em 1891.

52. Portaria No.152, de 2 de Agosto de 1875, Sobre a emigração voluntária de trabalhadores (ex-escravos) de Lourenço Marques para o Natal; Portaria No.596, de 8 de Dezembro de 1888, Que autoriza a emigração nos distritos de Lourenço Marques e Inhamioane para o Natal; e Portaria No.129-A, de 23 de Abril de 1896, Que autoriza a emigrar de todo o território moçambicano para a República Sul-Africana (Transvaal). Ver Covane 1989:18-20, 22.

53. Em 1910 o governador de Tete referiu-se à emigração para o Transvaal como um fenómeno novo, acabado de se fazer sentir e cujos efeitos não podiam ainda ser avaliados. Ele estimava em 1215 o número de emigrantes partidos até então (Governador de Tete 1910:B64-365).

54. Governador de Tete 1910:366.

55.Mello 1911:

56.Sant'Anna 1911:189.

57."Que trabalho ali temos nós a dar ao indígena, como poderemos incutir-lhe no ânimo que o trabalho nobilita o homem, é uma necessidade da vida, é inclusivamente um prazer? Para quê mais uma vez repisar o triste estado de abandono d'essas regiões? E teremos nós, por outro lado, o direito de impedir que esses pobres indígenas, há muitos anos habituados a irem à Rhodesia auferir lucro com que em suas terras pagam depois os impostos próprios e de suas mulheres e adquirem panos que lhes cobrem a nudez, em substituição da antiga casca de árvore, para lá possam continuar a ir? Haverá da nossa parte motivo plausível que nos leve a pôr entrave a que o indígena se eleve pelo trabalho? Ninguém se atreverá a afirmá-lo" (Branco 1909:262).

58.Em 1910 o governador de Tete queixava-se desses recrutadores, cujas actividades eram muito difíceis de controlar por viajarem pela região como "pesquisadores mineiros, caçadores ou negociantes, munidos das competentes licenças, e os indígenas não os denunciarem" (Camacho 1910:369).

59.Sant'Anna 1911:188.

60.Para as lutas pela mão-de-obra entre a Rodésia e a WNLA ver Duffy 1967:156-159.

61.Covane 1989:60.

62.Publicado em Boletim Oficial de 2 de Outubro de 1913.

63.Adamo *et al.* 1981:60-61.

64.Pélissier 1988:167, escreveu, citando o governador Carrilho, que o distrito de Tete vivia de um sexto das receitas cobradas pela Companhia da Zambézia e seus sub-arrendatários, por volta de 1914. Alguns anos antes o governador de Tete J. Bettencourt calculara que o Estado poderia apurar uma receita de 200 contos mas cobrava apenas 70 contos, tendo portanto um *deficit* de mais de 100 contos (Governador de Tete 1907:5-6).

65.Obviamente, esta integração não significava a manutenção do poder das autoridades locais. Logo em 1889 um autor denunciava já as condições humilhantes que caracterizaram este processo de submissão (Wiese 1889:342-343). Segundo Rita-Ferreira...

66.Ver Serra *et al.* 1983:91-93.

67.Estabelecidos em 15.000 trabalhadores pelo Acordo de Tete de 1913.

68.Carrilho 1916:389, mostra claramente o destino de chefes importantes como o Undi, "um velho alto, espadaúdo, muito magro, com um olhar sobranceiro, tipo perfeito de chefe cafre. Veste uma fardeta do exército inglês que algum dos seus súbditos comprou na Rodésia ou Transvaal. Entrou há uns vinte anos em Tete sob ferros de El-Rei por alguém o ter dado como perturbador da ordem. Lá aprendeu, de certo, as poucas palavras portuguesas que

7. julgou da sua conveniência reter na memória e que não perde ocasião de proferir quando na presença de algum branco, acompanhando-as de certos gestos já de si bastante expressivos: aguardente... cachaça... adeus".

69. Não deve esquecer-se que os "primeiros" prazos só haviam ocupado uma pequena parte do território, e que eles, com os Estados militares, se haviam instalado em grande medida sobre a organização social e política existente.

70. Apesar das dificuldades de quantificação, Álvares 1916:210-211 fornece dados significativos sobre a população para os anos 1905, 1910 e 1914:

PRAZOS	1905	1910	1914
Mugovo	19.106	11.278	19.349
Goma	4.977	2.040	3.397
Angonia	82.000	62.861	74.407
Macanga	38.000	25.163	29.305
Maganja	11.700	15.402	11.972

FONTES

Adamo, Issufo, Robert Davis e Judith Head, 1981:

"Mão-de-Obra Moçambicana na Rodésia do Sul", in *Estudos Moçambicanos*, No.2, pp.59-72.

Álvares, Pedro A., 1916:

"O Regime dos Prazos da Zambézia", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 34ª Série, No.4-6, Abril a Junho, pp.137-213.

Anónimo, 1905:

"Zambézia Portuguesa, as Marávias e a Macanga", in *Revista Portugueza Colonial e Marítima*, Nos.93-94-95.

Bettencourt (Governador de Tete), 1910:

"Refutação da 'Labour Question' de C.Wiese pelo Governador de Tete", in *Relatórios e Informações. Anexo ao Boletim Oficial*, pp.388-395.

Branco, Francisco Xavier Ferrão de Castello (Secretário dos Negócios Indígenas), 1909: "Relatório das Investigações a que Procedeu o Secretário dos Negócios Indígenas sobre a Emigração dos Indígenas nos Distritos de Quelimane e Tete, e sobre outros Assuntos Mencionados na Portaria Provincial No.268, de 13 de Maio de 1908", in *Relatórios e Informações. Anexo ao Boletim Oficial*, pp.210-274.

- Camacho, J., 1910:
"Emigração dos Indígenas do Distrito de Tete", in *Relatórios e Informações. Anexo ao Boletim Oficial*, pp.364-371.
- Carrilho, J.L., 1915:
"Sobre as Principais Necessidades do Distrito de Tete", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 33ª Série, No.4, pp.137-161.
- Carrilho, J.L., 1916:
"Uma Viagem no Distrito de Tete (Relatório Itinerário)", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 34ª Série, No.7-9.
- Covane, Luís António, 1989:
As Relações Económicas Entre Moçambique e a África do Sul, 1850-1964: Acordos e Regulamentos Principais, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique.
- Duffy, James, 1967:
A Question of Slavery, Oxford, Clarendon Press.
- Durão, A. Portugal, 1903:
"Considerações sobre a Zambézia", in *Revista Portugueza Colonial e Marítima*, Nos.82(pp.161-171), 83(pp.198-211), 84(pp.248-262).
- Fernandes Júnior, José, 1956:
Narração do Distrito de Tete, Chiúta (dact.).
- Head, Judith, 1980:
"A Sena Sugar Estates e o Trabalho Migratório", in *Estudos Moçambicanos*, No.1, pp.53-72.
- Isaacman, Allen F., 1979:
A Tradição de Resistência em Moçambique, O Vale do Zambeze, 1850-1921, Porto, Afrontamento.
- Lacerda, H., 1910:
"Memória Acerca de uma Viagem ao Zambeze", in *Relatórios e Informações. Anexo ao Boletim Oficial*.
- Mello, Francisco de Aragão e, 1911:
"Relatório da Inspecção a Alguns Prazos do Distrito de Tete pelo Governador do Distrito", in *Relatórios e Informações. Anexo ao Boletim Oficial*, pp.409-461.
- Pélissier, René, 1987-1988:
História de Moçambique, Formação e Oposição, 1854-1918, 2 vols., Lisboa, Ed. Estampa.
- Pinhal, Euclides Mendes, 1971:
Aspectos da Divisão e Ocupação Administrativa de Moçambique a Norte do Zambeze, 1885-1910, Lisboa, ISCSPU.

Ribeiro, Sousa (ed.), 1907:
O Regime dos Prazos da Coroa, Lourenço Marques.

Sant'Anna, José Firmino, 1911:
"Relatório de uma Missão de Estudo na Zambézia, Motivada pela Doença do Sono", in
Relatórios e Informações. Anexo ao Boletim Oficial, pp.123-202.

Serra, Carlos, 1980:
"O Capitalismo Colonial na Zambézia, 1855-1930", in *Estudos Moçambicanos*, No.1, pp.33-52.

Serra, Carlos (coord.), 1983:
História de Moçambique, Vol.2, Maputo, Tempo.

Tete, Governador de (J.Bettencourt), 1907:
Relatório do Governador de Tete, 1906-1907, Lourenço Marques, Imp.Nacional.

Tete, Governador de (Fernando Augusto da Silva Pimenta), 1909:
Relatório do Governador do Distrito de Tete, 1908-1909, Lourenço Marques, Imp.Nacional.

Tete, Governador de (J.Camacho), 1910:
"Remodelação da Subdivisão Administrativa, Organização de um Corpo de Polícia Militar e Organização de um Corpo de Polícia Civil do Distrito de Tete", in *Relatórios e Informações. Anexo ao Boletim Oficial*, pp.558-586.

Tete, Governador de (João Luís Carrilho), 1913:
Relatório do Governador de Tete, 1911-1912, Lourenço Marques, Imp.Nacional.

Vail, Leroy, e Landeg White, 1980:
Capitalism and Colonialism in Mozambique, Londres, Heineman.

Wiese, Carlos, 1889:
"Expedição Portugueza a M'pesene", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 10^a e 11^a Séries.

Wiese, Carlos, 1907:
"Zambézia, a 'Labour Question' em Nossa Casa", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 25^a Série, pp.241-247.



Entrevista

ENTREVISTA COM CELESTINO DE SOUSA: A ACTIVIDADE DA FRELIMO EM TETE, 1964-1967

Edição e Notas de João Paulo Borges Coelho

Esta entrevista foi realizada em Tete, na tarde morna de 14 de Dezembro de 1983, por mim próprio e por José Guilherme Negrão, no quadro de um projecto de investigação do Arquivo Histórico de Moçambique, achando-se arquivada em *cassette* no seu sector de história oral com o registo T.T.11. Foi transcrita por Ana Mainga Vicente e revista por Albino Dimene.

A sua adaptação à forma escrita foi guiada por critérios de economia de espaço e facilidade de leitura. Nesse sentido introduziram-se títulos e alterou-se por vezes a ordem sequencial de algumas respostas. Houve, porém, a preocupação de manter um certo balanço e o "sabor" do discurso oral. As notas que acompanham o texto visam precisar certos acontecimentos, ou dar-lhes um enquadramento sempre que outras fontes o permitiram ou que se julgou necessário à compreensão. As fontes complementares a que se recorreu foram exclusivamente as coloniais do Fundo de Moatize do Arquivo Histórico, e este exercício revelou como são indissociáveis as fontes orais e escritas no estudo da história recente de Moçambique.

O entrevistado, Celestino de Sousa, foi responsável por uma pequena rede clandestina da Frelimo na zona oriental de Tete, entre os anos 1965 e ca.1967. Nessa qualidade, dá-nos um relato em primeira mão não só dos acontecimentos com ela relacionados mas, também, das circunstâncias que rodearam o nascimento e actuação do movimento no contexto do Malawi, que servia de rectaguarda da luta nacionalista em Tete. De alguma maneira o relato permite-nos "ver" um pequeno grupo de emigrantes moçambicanos (alfaiates, motoristas, carpinteiros, enfermeiros, cantineiros: nacionalistas em *part-time*) empenhado, à custa de enorme esforço pessoal, em criar um espaço que pudesse acolher os "guerrilheiros" a quem entregariam o testemunho da luta pela independência.

A Fuga para o Malawi

Pergunta - Gostaria de saber porque é que em Tete não houve condições para prosseguir a luta como em Cabo Delgado e Niassa. Estou convencido que uma das grandes razões foi a posição do Malawi. Foi uma posição complicada. O Presidente Banda era uma pessoa que apoiava a luta africana, mesmo antes da Niassalândia ficar independente. Mas depois houve a confusão com os ministros Chipembere e Chiume. É mais ou menos esse período, e as regiões do Zóbuè e Mutarara que nós queremos ver sobre determinados aspectos. Não sei se tem experiência dessa altura, mas poderemos abordar a influência das idéias do Malawi aqui na Província de Tete, mais ou menos entre 1960 e 1964, sobretudo nas regiões do Zóbuè e Moatize. Como é que essas idéias chegavam cá. Nós investigámos. Vimos que se falava muito disso, do Malawi. Havia pessoas que apoiavam. Nomes como o de Fernando Lopes, que era um jovem nessa altura. Ou de um tal Aleluia (não sei se se recorda desse nome), que eram pessoas que, por um lado, apoiavam o Dr. Banda porque ele significava a independência e significava a capacidade dos africanos terem uma independência depois do colonialismo. Esse aspecto era já positivo. Não sei se nos pode falar um pouco sobre essa altura, sobre essa região. Como é que era sentida a luta do Dr. Banda pela independência da Niassalândia, qual era o impacto mesmo antes da Frelimo.

Celestino de Sousa - É claro que de 1960 até aos princípios de 1964 não posso saber bem porque nessa altura eu não sabia o que era a política. Juntei-me à Frelimo precisamente no mês de Novembro de 1964, após a luta se ter iniciado em Cabo Delgado. Nessa altura eu estava na Beira, já tinha saído desta Província de Tete.

P - Gostaríamos então de saber como é que fugiu da Beira, se foi em conjunto com outras pessoas, de que coisas falavam...

CS - É uma conversa um bocado longa. Quando eu saí aqui de Tete fui para a Beira, trabalhar nos Caminhos de Ferro. Em 1963 fui recrutado (não sei se se chama recrutado) para cumprir a tropa portuguesa. Fui para Lourenço Marques - na altura Maputo chamava-se Lourenço Marques - para cumprir a vida militar. Chegado lá, treinei até jurar bandeira. Tirei a especialidade, isso ainda em 1963. Mas depois fiquei doente e baixei ao Hospital Militar. Parece que a minha doença era grave, e portanto eu não podia continuar na tropa e passei para a disponibilidade por confirmação da Junta de Saúde.

Mas durante o meu tempo de tropa havia lá alguns elementos que sabiam mais de política. Nós tínhamos os nossos rádios, comprados na cantina militar de Boane. Eu tinha. Um amigo meu também tinha. Então, à noite, nas nossas casernas, abrimos o rádio e apanhávamos a Tanzânia. É claro que tínhamos que abrir o rádio de maneira muito particular, sem ser ouvido por muita gente. A mim custou-me um pouco a entrar, pois simplesmente escutava aquelas músicas novas do exterior. Mas o meu companheiro estava muito avançado em política e compreendia mais. Então ele disse-me: "Eh pá, nós temos que ir para a Tanzânia". Nessa altura eu ainda estava a cumprir a tropa, ainda não tinha saído. Nós concordámos: "Sim senhor, temos que ir. Mas como é que vamos fazer? Só quando sairmos da tropa".

Eu passei portanto à disponibilidade com a confirmação da Junta, e em Agosto voltei para a Beira. Comecei a trabalhar, à espera que o meu companheiro também passasse à disponibilidade. Enquanto estava na Beira nós comunicávamos. Ele escrevia para mim e eu escrevia para ele. Ele dizia-me: "Fica preparado que quando eu passar à disponibilidade vou para aí". É claro, eu pensava que ele estava a mentir.

Ele saiu da tropa em Outubro e não passou muito tempo: Mesmo naquela semana apareceu. Vinha com mais dois elementos do Sul e sabia onde me podia encontrar. Numa manhã apareceu no meu serviço e pediu ao meu chefe para se encontrar comigo. O chefe não o conhecia e veio ter comigo e disse: "Oh pá, está aqui um familiar que se quer encontrar consigo". Eu saí e encontrei-o, mais aos dois companheiros. Ele então pôs-me o problema: "Oh pá, temos que avançar mesmo hoje. Não podemos dormir cá senão vamos passar mal com a PIDE". Nessa altura a PIDE já começava a vingar-se. Eu não estava à espera que este dia chegassem. Então, entrei e pedi ao meu chefe que me dispensasse para indicar a minha casa aos familiares que haviam chegado de Lourenço Marques. Ele autorizou-me e fomos para a casa onde eu estava a viver. O meu tio estava no serviço e em casa só estava a minha tia. Para ela não desconfiar eu disse-lhe que ia ao Dondo ver um familiar que tinha tido um acidente de bicicleta. Nessa base consegui sair. Apanhámos o nosso machimbombo até ao Dondo. Mas no Dondo nós não podíamos comprar bilhetes directamente na estação, para o combóio para a Matarara. Organizámos um miúdo que nos foi comprar os bilhetes. Ficámos disfarçados na vila para não sermos vistos, e quando chegou a hora da partida do combóio aproximámo-nos da estação.

Entrámos e viajámos até Dona Ana, na Matarara. É uma grande distância mas, é claro, como era noite não cheguei a conhecer aquela zona toda. Nós sabímos que na estação da Matarara, onde costuma parar o machimbombo, há dois caminhos: Um para o Malawi e outro para Moatize

e Tete. Então, antes de chegarmos à estação, quando o comboio começou a afrouxar, nós saltámos - o nosso grupo de quatro - e metemo-nos no mato sem sermos vistos.

O problema aqui é que nós não sabíamos bem onde ficava o Malawi, onde ficava Tete. Orientámo-nos pela linha férrea, mas um pouco pelo mato para não sermos desconfiados. Quando estávamos perto do Malawi (parece que faltavam 20 ou 25 quilómetros, não sei bem), encontrámos uns miúdos. Perguntámos se o Malawi ficava muito longe ou muito perto. E realmente informaram-nos que não ficava muito longe, que já quase chegáramos. Para evitar cair nas mãos da PIDE pedimos àqueles miúdos para nos acompanharem até à fronteira sem passarmos pelo posto ou pela migração.

P - Era Vila Nova?

CS - Isso mesmo! Mas não chegámos mesmo até Vila Nova. Fomos junto com os miúdos e eles disseram: "Oh pá, já chegámos ao Malawi". Nós ficámos satisfeitos porque tinhamos mesmo chegado ao Malawi. Vimos pela construção das casas, pelas cantinas e aquela coisa toda. Então gratificámos aqueles miúdos com duzentos escudos, um lençol, uma camisa e umas calças. Foi a gratificação dos miúdos.

Em seguida fomos a uma cantina onde pedimos comida. Deram-nos massa com peixe seco assado. Depois de comer fomos procurar o comboio para o Limbe. Limbe é em Blantyre. Contactámos o chefe da estação e dissemos-lhe para onde queríamos ir e que só tínhamos dinheiro português. Naquela altura as pessoas da fronteira gostavam de escudos para comprar vinho ou outras coisas vindas de Moçambique. Por isso o chefe da estação disse: "Oh pá, eu posso trocar-vos o dinheiro". Eu trazia 1.500\$00, outro trazia 2.000\$00 e outro 1.000\$00. Assim trocámos todo o nosso dinheiro e comprámos os bilhetes. Já não me lembro quanto pagámos, mas partimos às 8 horas da noite e passámos toda a noite a andar de comboio até amanhecer. Quando chegámos ao Limbe eram cerca de 11 horas da manhã.

Pelo caminho encontrámos um sujeito que ficou admirado de nos ver tão quietos e sossegados no comboio, pensando que éramos da PIDE, que estávamos a ir para Blantyre para ver o movimento da Frelimo. Nós pensámos que ele estava dos dois lados, quer dizer, quando estava em Moçambique trabalhava para o governo português e quando estava no Malawi tinha que assimilar o ambiente do Malawi. Ele foi e perguntou a um dos nossos companheiros quem éramos, mas este não conhecia a língua do Malawi nem o ciSena, só português ou a língua lá do Sul. Mandou-o ter

comigo. Ele disse-me, na língua do Malawi: "Onde é que vocês vão?" Eu sabia a língua e disse que fomos para o Limbe. "O que vão lá fazer?" Eu disse: "Nós temos lá um familiar. Vamos visitá-lo". Ele ficou calado, mas não satisfeito. Continuámos a viagem. Passado um bocado ele veio outra vez: "Oh pá, em que sítio é que está esse tal familiar? É porque eu sou de lá e portanto talvez conheça esse familiar". É claro, eu não podia dizer logo porque estava a suspeitar dele. Não sabia qual era o interesse dele. E disse-lhe: "Eh pá, como é a primeira vez que vamos para lá não sei exactamente o sítio. O certo é que ele nos disse que quando chegássemos ao Limbe devíamos contactar a casa X (era uma casa muito conhecida)". O homem não ficou satisfeito com a minha resposta e disse: "Eu sei onde vocês vão. Vocês vão para a Frelimo". Eu respondi: "Oh pá, esse nome é estranho para nós". Mas o homem insistiu em falar da Frelimo e chegou a dizer que "Eu também faço parte, sou do Comité que está no Limbe". Falou de tantos aspectos da organização que eu disse: "Oh pá, francamente nós vamos lá desenrascar a nossa vida como homens. Vamos lá ver no concreto. Se for possível ir para a Frelimo vamos. E é certo que não conhecemos nem Blantyre, nem Limbe, nem Malawi. É a primeira vez que estamos num país estrangeiro". Então o homem explicou-nos onde nos devíamos dirigir quando chegássemos ao Limbe. Realmente ele não era elemento para nos fazer mal.

Chegámos ao Limbe. Pelo caminho aquele homem viu que não tínhamos aquele movimento como se fôssemos de lá. Ele arranjou comida para nós: bananas, cana doce e tal. Ele comprava e oferecia-nos. Comemos até chegar ao nosso destino. No Limbe perguntámos onde era o Bangwe e apanhámos o machimbombo para lá. Descemos no Bangwe e tivemos que perguntar por alguns elementos da Frelimo, concretamente o Chico Lourenço. Certas pessoas conheciam o Chico Lourenço e indicaram-nos a casa.

P - Era esse a quem chamavam Chico Sena?

CS - Era esse mesmo, sim. Ele recebeu-nos: "Sou eu o Chico Lourenço, sim senhor!" Nós explicámos a nossa preocupação e pronto.

Foi portanto assim que saímos de Moçambique.

A UNAMI e outras Organizações de Moçambicanos no Malawi

CS - No Malawi, no princípio, a política que tinha entrado mais era a da UNAMI. A Frelimo ainda não era conhecida. A Frelimo veio a ser conhecida em 1962, quando fez aquele Congresso. Unir aqueles partidos todos. Alguns elementos foram tomar parte nesse I Congresso e quando regressaram começaram com um programa de propaganda da Frelimo. Nos princípios, em 1961, 1962, estava a reinar tipicamente a política da UNAMI.

P - A UNAMI era talvez mais conhecida porque existia antes. Nós sabemos que o Baltazar da Costa Chagonga saiu de Moatize. Fugiu em 1961. Ele fora enfermeiro lá. Outras pessoas também saíram. Mas a UNAMI, nesses anos de 1963, 1964, não trabalhou em conjunto com a Frelimo?

CS - Pelo menos em 1964 já estavam separados. A UNAMI já estava a trabalhar para o seu lado, assim como a Frelimo.

P - Na mesma zona?

CS - Na mesma zona, sim.

P - Não tinham conflitos?

CS - Quer dizer, conflitos havia quando a UNAMI, por exemplo, apanhava elementos saídos aqui de Moçambique e esses elementos deixavam a UNAMI para se juntar à Frelimo. E então quando se encontravam tinha que haver um pequeno conflito. Não era um conflito de jogar porrada, mas um conflito assim de ódio. Isso havia.

P - Houve uma altura em que a Frelimo e a UNAMI colaboravam, no princípio. Estavam juntas. Os documentos dizem que a UNAMI ajudava os guerrilheiros... ainda não era os guerrilheiros mas os membros da Frelimo, no caminho para entrar cá dentro. Mas foi um período muito curto, esse. Depois houve logo a separação. Uma parte da UNAMI não quis juntar-se. O que é que a UNAMI fazia, exactamente, nessa altura?

CS - A UNAMI fazia também a sua propaganda. Mobilizar o povo de Moçambique que estava no Malawi. Mas houve também um momento em que penetraram...

P - Na Angónia?

CS - Não, à Angónia nunca chegaram. Foi nessa área do Zóbuè. Isso em 1963. Por influência do Evaristo Gadaga que saía aqui de Moatize. Nessa altura sem dúvida que não desconfiavam dele. Chegava a Moatize e voltava. Ia e voltava. É claro, quando ele vinha aqui não deixava de falar qualquer coisa sobre a libertação de Moçambique, e tal assim. A libertação de que ele falava era simplesmente aqui de Tete. Até exemplificava: "Vocês não vêem?! Os nossos companheiros malawianos estão independentes¹. Porque é que nós não podemos também estar independentes?", e essa coisa toda. Pouco mais ou menos o que ele fazia era tentar mobilizar a população. Ver se o partido dele podia apanhar apoio.

P - O Evaristo Gadaga era uma pessoa importante...

CS - Na organização da UNAMI sim, porque era o secretário-geral. Depois do Chagonga era ele.

P - O sr. Celestino nunca foi convidado pela UNAMI?

CS - Pelo compromisso que eu tinha com a Frelimo, a certeza na Frelimo, nunca fui capaz de alinhar com a política deles. Muitas vezes fui a casa deles, a casa do Gadaga. Eles viviam em Chileka, a 10 quilómetros de Blantyre. Viviam os dois, o Baltazar e o Gadaga. Eu ia muitas vezes a casa do Gadaga na altura em que o Chagonga foi raptado para Moçambique². Eu não deixei de visitar o Gadaga. Quando ele metia conversa da UNAMI e da Frelimo, é claro, eu mostrava mesmo que o movimento da UNAMI estava a perder o seu ritmo porque estava fraco. Estava fraco porque os elementos que eles agarravam não tinham condições de vida. Eles, UNAMI, queriam a independência, mas era uma independência pacífica, conversada, dada. Convencer os portugueses a dar a independência. E não era real isso. Os portugueses não iam dar a independência. As pessoas deles, portanto, que não tinham trabalho no Malawi começaram a sofrer. Não tinham condições de sobreviver, e por isso tentavam convencer-nos a nós, os de Tete. Não adiantava nada. Enfim... perdeu-se, a UNAMI foi mesmo assim abaixo. Por isso quando fomos conversar eu dizia: "Oh pá, têm aqui essa gente. Como é que vocês nos querem aqui na UNAMI. Não têm para onde ir. O melhor é a gente ir para a Frelimo. Sai-se daqui, vai-se para a Tanzânia. Da Tanzânia vai-se para o exterior. Treinar, fazer isto e aquilo. Outros seguem cursos e essa coisa toda".

P - Mas o Dr. Banda não os apoiaava?

CS - No princípio apoiaava. Porque o Banda era um daqueles elementos que não queria derramar sangue. Como ele adquiriu a independência assim estava convencido que os portugueses iam fazer o mesmo. Mas ele estava enganado. Por isso ele no princípio apoiaava. Mas apoiar não no sentido de dar alimentação. Não, mas sim dizendo: "Podem fazer a vossa organização". Até porque o português não tinha muito medo da UNAMI porque era um partido que não tinha o problema da guerra. Por isso não houve muita acção contra eles se bem que ultimamente tivessem levado o Chagonga pensando que tudo ia acabar mesmo. Enquanto que a Frelimo estava sempre a intensificar. O próprio Mariano Matsinhe quando saiu pela primeira vez ia com o nome da UNAMI, foi recebido pela UNAMI. Como ela não fazia nada ele abandonou. Muitos passaram pela UNAMI antes de chegar à Frelimo.

P - E aquele movimento... a UDENAMO, do Gwambe. Não se lembra se no princípio eles tiveram uma actuação no Malawi? O Adelino Chitofo Gwambe?

CS - A UDENAMO não actuou no Malawi.

P - E o COREMO?

CS - Não. Não actuou. Só na Zâmbia.

P - Não tinham representante no Malawi?

CS - Não tinham mas tentavam ter. Tentar no sentido de ter vindo um sujeito (já não me lembro do nome). Apareceu... Qual era o objectivo dele? Era ganhar-nos porque nós já éramos membros da Frelimo. Quis realmente estabelecer uma representação sua no Malawi mas não teve aceitação, mesmo do governo do Malawi. E assim acabou por abandonar. Voltou outra vez. Lembro-me que se hospedou numa pensão, já não sei como se chama. Não é bem um hotel...

P - Rest House...

CS - Rest House, sim. Ficou quase uma semana lá no Limbe. Então acabou por regressar. Não conseguiu atingir o objectivo que trazia. Portanto no

Malawi eles não tiveram representação³.

P - No Malawi, portanto, foi mesmo só a Frelimo.

CS - Sim, foi a Frelimo. Quando fracassou a UNAMI veio a Frelimo e foi sempre só a Frelimo. Não veio mais ninguém.

P - E a UNAR? O Calisto Trindade...

CS - Esses muito mais tarde. Até eu não chegou a acompanhar⁴.

Relações do Governo do Malawi com a Frelimo

P - Como é que era a relação da Frelimo com o Governo do Dr. Banda neste aspecto? Ele permitia a política? Permitia a actividade junto dos refugiados?

CS - Não, ele não começou a chatear. Pelo contrário, ele ajudou-nos muito. Porque se ele realmente começasse a chatear nós não teríamos podido desenvolver nenhuma actividade lá. O certo é que o Dr. Banda não respondia pela nossa linha mas deu-nos liberdade de trabalhar lá. Mas não pela sua responsabilidade. Qualquer acontecimento que houvesse no Malawi connosco ele não assumia a responsabilidade. Porque é que ele não assumia a responsabilidade? Como tinha relações com o governo português, quando era perguntado se recebia os refugiados da Frelimo, ou se conhecia a Frelimo, ele dizia que não conhecia nada. Dizia ao português que "se você achar aqui um elemento da Frelimo então pode tomar conta dele". Portanto, o português, no Malawi, tanto podia fazer como desfazer. E nós, pelo nosso lado, vivíamos lá com muita insegurança, porque ele disse que "vocês podem ficar mas não sob a minha responsabilidade com o que vier a acontecer. Podem viver aqui como pessoas realmente refugiadas, que fugiram do vosso país, mas não exercer a actividade política. Quem quiser exercer actividade política e se acontecer alguma coisa o problema é dele". Era assim que nos chamava a atenção. Claro que não era o próprio presidente Banda, mas a sua gente, concretamente o ministro Mwalo, que era elemento do Congress Party, o partido deles.

P - E o Kanchiputu?

CS - O Kanchiputu sim. Mas o Mwalo chamava-nos muitas vezes a atenção: "Olha, o governo do Malawi quer apoiar realmente a Frelimo. Mas não é aquele apoio aberto. É um apoio muito clandestino. Portanto, vocês podem exercer as vossas actividades políticas aqui, mas sem mostrar. É que muitas vezes nós somos contactados pelo governo português, nós temos dito que não sabemos se aqui no nosso país existe o movimento da Frelimo. Por isso vocês têm que viver com muito cuidado". Enfim, dava pormenores... Não queria que nós comprometessemos o governo do Malawi. Por isso, muitas vezes quando os refugiados chegavam ao número de 50 ou 60 eram imediatamente evacuados para a Tanzânia, que era para não haver consequências por existirem refugiados da Frelimo. Por isso eles apoiamos em transportes. Mas não era de graça! Nós íamos alugar o machimbombo, carregávamos com os nossos elementos para a Tanzânia.

OS Refugiados Moçambicanos

P - Esses refugiados podiam lá ficar em qualquer sítio? Ou iam todos para um determinado local? Os refugiados tinham liberdade para se movimentar?

CS - Sim, mas o refugiado que saía daqui de Moçambique sem intenção de juntar-se à Frelimo, esse não chegava até à cidade. Ficava logo no campo, perto da fronteira. Logo que atravessasse a fronteira ficava por ali. Era recebido por um familiar ou não familiar, arranjava a sua cabanazita ali, enfim... resolvia a sua vida. Esses não tinham problema nenhum, podiam ficar. Agora aquele refugiado que saísse daqui para ir directamente até à cidade, claro que não deixavam que se movimentasse de qualquer maneira, porque era um compromisso do Malawi. Houve realmente um ou dois que eu conheci que vieram juntar-se à Frelimo mas, mais tarde viram que que não concordavam em ir para a Frelimo e saíram do campo, foram arranjar serviço e ficaram lá a trabalhar. Esses também não foram chateados porque não mexeram mais em actividade política. Procuraram serviço e ficaram só a fazer serviço.

Agora aqueles que chegavam ao Malawi para se juntar à Frelimo, então tinham que ficar no campo da Frelimo. Esses não se podiam movimentar de qualquer maneira. Tinham que ficar sob o controlo dos responsáveis da Frelimo lá. E quando chegava o dia eram evacuados imediatamente. Aqueles que não estavam sob o controlo da Frelimo, é claro que podia acontecer-lhes alguma coisa. Tanto a Frelimo como o governo do Malawi não assumiam responsabilidade sobre eles.

A Organização da Frelimo no Malawi

P - Quando chegaram lá já havia o Comité do Bangwe?

CS - Em Bangwe já existia, talvez desde 1963. Os moçambicanos que tinham deixado Moçambique há uns tempos atrás estavam lá, e então esses organizaram um Comité que era constituído por três ou quatro pessoas, que eram o Chairman, o secretário e o tesoureiro. Havia outros...

P - Em Blantyre...

CS - Em Blantyre, No Limbe. Nessa zona chamada Bangwe. O presidente chamava-se Dina. O secretário era o Chico Lourenço, e o tesoureiro o Dique. E mais outros.

P - Domingos Dina...

CS - Domingos Dina, isso mesmo.

P - Só havia essas pessoas, o Domingos Dina, o Dique, o Chico Lourenço?

CS - Havia mais outros. Esses era só os responsáveis.

P - Quantas pessoas? Vinte?

CS - Não, vinte era muito. No máximo deviam ser umas quinze ou dezasseis pessoas, nessa altura. Mas depois o Comité veio a alargar-se. Alargou-se até formar sub-branches.

P - Quando o Sr. Celestino chegou lá não havia ainda os sub-branches?

CS - Não, não havia.

P - E qual era o trabalho que se fazia lá?

CS - O Comité simplesmente recebia os refugiados e depois ficava a representar a Frelimo perante o governo do Malawi, e preocupava-se com o alojamento dos refugiados e essa coisa toda. Era esse o trabalho essencial que eles faziam.

P - Propaganda em Moçambique não faziam ainda?

CS - Não, ainda não tinham começado. Mas faziam propaganda dentro do Malawi. Entre aqueles moçambicanos que estavam lá. Entravam em contacto com este e aquele. Não podiam fazer trabalho no interior porque não se movimentavam. Eram elementos que estavam a trabalhar no Malawi, a ganhar o seu pão. Portanto não tinham tempo para entrar em Moçambique e fazer propaganda

P - Já falámos no Comité do Bangwe. Era esse o Comité Regional?

CS - Isso mesmo. Era o Comité Regional. Depois vieram a criar-se sub-Comités em certas zonas, concretamente em Dedza, Mwanza, Chikwawa... isso já com a Frelimo.

P - Esse Comité de Blantyre era o Comité Regional do Limbe. E esses sub-Comités eram chamados como?

CS - Eram chamados *Branches*.

P - O Comité é que os controlava?

CS - Isso. Quando eles faziam qualquer serviço tinham que vir dar o relatório ao Comité.

P - Não se lembra do nome de todos os Branches?

CS - Eram muitos... Dos nomes todos já não faço idéia. Em Lilongwe estava o *branch* orientado pelo Evaristo Trindade, com o Binton Phiri. Em Dedza eram o Calisto Trindade e o António Alane.

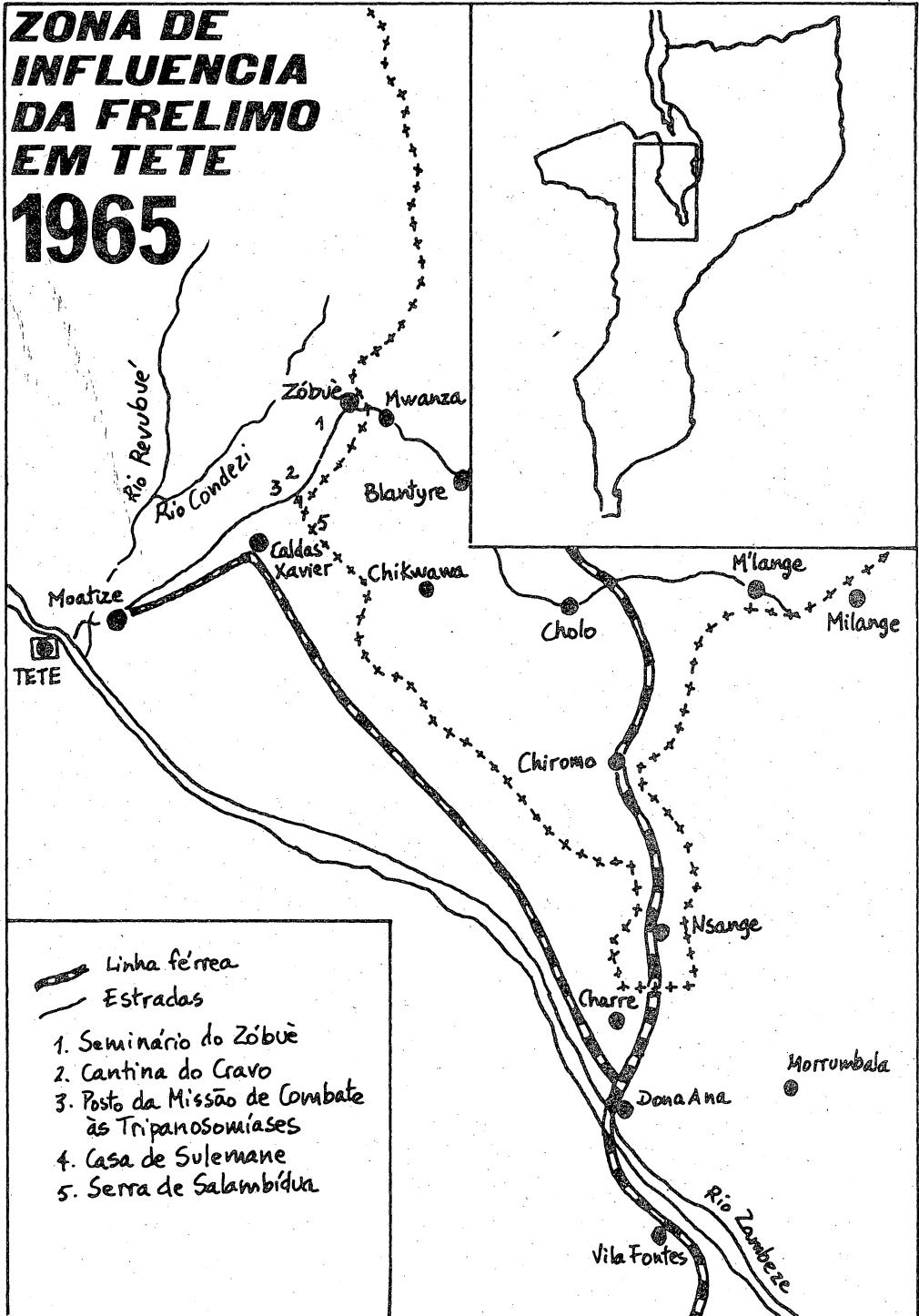
P - E o Inácio Nunes?

CS - Não. O Inácio Nunes foi o meu colega. Ele trabalhou sempre comigo. Portanto, em Mutarara havia também...

P - Chiromo, Nsanje...

CS - Chiromo, sim. Isso, Nsanje. Era um *branch* onde o responsável era um qualquer-coisa Kamangira...

ZONA DE INFLUENCIA DA FRELIMO EM TETE 1965



P - Benedito...

CS - Benedito Kamangira, coadjuvado por outro sujeito chamado qualquer coisa Sabe. Os nomes estão a fugir-me.

P - Havia o Branch de M'lanje...

CS - Sim, o de M'lanje, com o Alexandre Magno e outros. Estes eram os principais. Havia ainda outros mais pequenos, tipo células.

P - Em que altura, mais ou menos, é que começaram a aparecer esses Branches?

CS - Quando aqui cheguei já existiam. Vim a inteirar-me mais em 1965, quando desenvolvi o trabalho de organização. Não sei se já existiam em 1962 ou 1963, mas o certo é que o do Limbe foi o primeiro a existir.

O Trabalho de Mobilização no Interior

P - Como é que o Sr. Celestino começou a fazer o trabalho no interior?

CS - Foi mesmo em 1964. Em 11 de Novembro dei entrada no Limbe. Não demorei muito. Na altura eu encontrava-me doente e não pude avançar para a Tanzânia. No dia 16 fui contactado pelo Sr. Ministro Mariano Matsinhe que era do Zóbuè e que na altura estava em Lusaka. Fui contactado para fazer o trabalho de organização do interior. Nesse momento, é claro, já havia companheiros naquele partido chamado UNAMI. Então viu-se que a UNAMI não tinha realmente o objectivo de independência total do povo de Moçambique. Era um partido que considerava a independência apenas para libertar esta zona de Tete. Só. Eles começaram então a desistir da Unami e então juntaram-se à Frelimo, que já tinha aquele Comité. Nessa altura eu comecei o trabalho. Devia vir para cá para Tete, para o interior. A minha tarefa seria de recrutar jovens para a Frelimo e mobilizar. Quando cheguei a Lusaka fiquei cerca de uma semana, a ler. A ler aqueles panfletos e a inteirar-me um pouco da política e tal, à espera que ele me desse uma tarefa para Moçambique. Isso porque eu tinha todos os documentos. Não tinha problemas de entrar e sair de Moçambique porque tinha os documentos em dia. Fiquei portanto lá uma ou duas semanas. Em Dezembro regressei ao Malawi mas não fui ao Chico. Saí com a minha missão directamente de

Lusaka para Mwanza. De Mwanza então entrei no Zóbuè e vim para Tete. Passei aqui o dia 25 de Dezembro, que é Natal. No mesmo mês regressei ao Malawi. Quando lá cheguei fui ter com "os Chicos" e eles ficaram admirados por eu ter ido a Tete. Não queriam acreditar. Mas passaram a acreditar depois de ouvirem as orientações que eu trazia sobre a forma como nos devíamos organizar. E pronto, a partir daí, de 1964, comecei a vir para aqui trabalhar.

P - Antes de entrarmos nesse trabalho gostaríamos que nos falasse de mais algumas pessoas. Do Cerejo, lembra-se?

CS - O Mateus Cerejo foi meu elemento. Foi organizado por mim. Era daqui de Moatize. Mais esse Fernando Lopes, e o Augusto Isafas do Vale.

P - E o Segrenho?

CS - O Segrenho não me lembro. É claro, eu contactei com muitos companheiros. De muitos já nem me recordo dos nomes.

P - Então eu vou talvez ajudar. Começou aqui a trabalhar em fins de 1964⁶, não é? Quando começou aqui na zona do Zóbuè houve gente que conseguiu contactar. Havia o Jonas Manteiga, o José João Botelho, e um indiano, o Abdul Carimo Cassamo...

CS - Essas pessoas não trabalhavam directamente comigo. Quando eu comecei os meus trabalhos no Zóbuè a primeira pessoa a quem contactei - até lhe dei trabalho - era o Rabissone Chinhanda, ou Chinhanda Rabissone, uma coisa qualquer... Era esse e o Fernando Lopes, que estava mesmo na fronteira...

P - Ele tinha uma cantina, não é?

CS - Tinha uma cantina, sim. Era com esses que fazíamos contacto para criar um *branch* aqui em Moçambique. Como é que se criava esse *branch*? O Cerejo levava um montão de cartões. O Fernando Lopes levava um montão de cartões. Esse Rabissone também. Esses cartões tinham, portanto, o objectivo de criar membros para a Frelimo. Quem tivesse cartão da Frelimo podia considerar-se membro da Frelimo. Quem não tivesse, tínhamos medo de nos aproximar dele. E como é que se dava um cartão ao moçambicano que estava aqui dentro? Primeiro começávamos a organizar

o elemento. "Olha, a nossa preocupação é esta. Você tem ouvido o nome da Frelimo. A Frelimo tem este objectivo, quer libertar o país e aquela coisa toda". Procurávamos saber, portanto, se aquela pessoa contactada queria estar livre ou não queria estar livre. Sem dúvida ela dizia que queria um Moçambique livre, independente e aquela coisa toda. E então, para garantia que aquele elemento podia ser da Frelimo tinha que ficar com um cartão. Dizíamos: "Todo o membro da Frelimo tem que possuir um cartão, que é este". Nesse cartão estava escrito o nome dele, idade, e aquela coisa toda. Então o sujeito pegava naquilo, preenchia e ficava com ele. É claro, não andava com ele no bolso como se fosse um bilhete de identidade. Tinha que procurar um sítio onde esconder. Então, esse elemento tinha que arranjar, por sua vez, um amigo e dizer-lhe: "Oh pá, fui contactado por um senhor que me disse o que é a Frelimo". Depois mais isto e aquilo. É claro, como eles se conhecem entre eles, quem é bom e quem é mau, e essa coisa toda, a segunda pessoa também tinha que concordar: "Oh, eu também posso ser membro da Frelimo". Então recebe também um cartão e guarda-o. Esse, por sua vez, também fala com um amigo. Como o conhece, pode falar na Frelimo que o outro não o vai levar à PIDE, ao sipaio ou outra coisa qualquer. Assim sucessivamente, a coisa vai andar. Assim, quando uma determinada zona já tem quatro ou cinco elementos eles têm que se reunir, pelo menos mensalmente. De noite. Eu andei muitas vezes de noite com o Mateus Cerejo, o Rabissone Chinhanda, o Fernando Lopes. Era preciso reunir com pouca gente para evitar a aglomeração. Enfim, isso criava perigo. Esses encontros tinham que ser mesmo no mato, as mulheres sem conhecer "onde foi o meu marido" e essa coisa toda. Entrávamos num determinado sítio e conversávamos um pouco. Depois regressávamos. Ultimamente eu já não podia vir para aqui, não podia ir para essa zona da Angónia, não podia ir para Fingoé. Então tive que criar outros elementos: O Binton Phiri, o Trindade e o Alane. Tinham que trabalhar nessa zona da Angónia. Houve outro sujeito chamado Joseph Nyamcombe a trabalhar com aquela zona do Fingoé, do Zumbo, e a descer para aqui. Aqui no centro tinha que estar eu a vir para aqui e a descer para a Mutarara. Eu não cheguei a desenvolver trabalho na Mutarara. Quem desenvolveu trabalho na Mutarara foi o Nunes. Inácio Nunes. Entrava naquela zona da Mutarara, entrava mesmo na Beira, Gorongosa e tudo. Andou muito ele. Trabalhávamos dessa maneira. Enfim, há-de haver mais ainda outros pormenores.

P - O objectivo era vender cartões, sensibilizar, é certo. Mas também se chegou a pensar em começar a guerra nessa altura, na zona do Zóbué?

CS - Não. Já tinha começado. Porque quando entrámos com esses cartões era para mobilizar as populações, ou aqueles membros da Frelimo que já tinham cartões, para quando um dia, amanhã ou depois, aparecesse um elemento a dizer ser um guerrilheiro ou um soldado da Frelimo, este ser bem guardado. Tinha que receber alimentação. Fazia-se o trabalho de organizar as populações, mobilizar as populações por meio de cartões, principalmente para, quando começasse a guerra, dar de comer ao guerrilheiro, dar-lhe informações, escondê-lo, esconder as armas, ajudar a transportar certo material para determinado sítio e essa coisa toda. Portanto, havia esse objectivo.

P - Mas era pouca gente...

CS - Sim, era pouca gente. Não devia ser muita gente...

P - Na região do Zóbuè as autoridades tradicionais apoiam ou não apoiam? Os régulos e fumos, o M'Bool, o Chimalizene, o Zacarias, nenhum aderiu à Frelimo? Nenhum comprou cartão?

CS - Entre esses régulos e fumos não sei. Não chegava a eles porque como eram autoridade eu tinha medo. Mas o certo é que uma vez esse Rabissone Chinhanda chegou a casa de um régulo e colocou-lhe o problema: "Passa-se isto, senhor régulo". Aliás, se esse Chinhanda foi falar com o régulo é porque ele era de muita confiança. O nome dele já não me lembro. Na altura havia o fumo, o chefe de grupo de povoações. Ele foi contactar com esse, colocar-lhe o problema que "passa-se isto no nosso país", a tentar convencer aquela autoridade. Eles não chegaram a comprar cartões. Não sei se o fizeram talvez mais tarde. Porque eles, como autoridades, também tinham medo. Mas diziam que "nós ouvimos isso. Você sabe que o nosso governo é muito duro quando encontra elementos da Frelimo. Se o elemento da Frelimo é apanhado é morto, massacrado e essa coisa toda. Nós como autoridades ouvimos, sim senhor. Mas você tem que trabalhar com muita atenção. Um dia em que você for apanhado não venha dizer que fulano de tal sabe. Você tem que resolver sózinho"⁷. Então ele veio informar isso e não tardou que o chefe do Posto do Zóbuè mesmo soubesse...

P - O Virgílio Oliveira?

CS - Esse mesmo. Não sei como ele soube⁸. Foram apanhar esse Chinhanda Rabissone. Foi chamado ao Posto. Ele não aceitou que conhecia o fulano de

tal ou que conhecia a Frelimo. Recusou redondamente até que o chefe do Posto o ameaçou com uma pistola. Pôs na mesa a pistola e disse: "Oh pá, se não dizes a verdade vais morrer. Vou-te liquidar aqui". Ameaças, aquela coisa. E o homem foi sempre corajoso. Não aceitou dizer que conhecia fulano de tal ou que conhecia a Frelimo. Desconhecia a Frelimo e acabava de ouvir esse nome Frelimo pronunciaio pelo chefe do Posto. Ele procurou, portanto, safar-se, fazer de conta que não conhecia a Frelimo. E disseram-lhe: "Bom, nós ouvimos dizer que você colabora com a Frelimo. Têm vindo aqui elementos da Frelimo. Vêm lá do Malawi e da Tanzânia. Você costuma recebê-los, dar-lhes de comer. Até uma vez você matou uma galinha para um sujeito..." Eu não sei como é que eles tinham montado a rede dêles. O Chinhanda continuou a recusar mesmo: "Não sei nada disso!". E por fim, então, ele recebeu orientações: "Bem, se bem que você não conheça a Frelimo, então a partir de hoje, se encontrar um elemento que diga ser da Frelimo então você prende-o. Ou vem comunicar aqui ao Posto que nós vamos prendê-lo". Ele disse: "Sim senhor, senhor chefe do Posto". Então o homem escapou. Eu não sabia nada do que aqui se passava. Quando fui lá, chego a casa dele e o homem ficou muito triste quando me viu. Até eu estava comprometido, estava ameaçado porque a forma como ele me recebera das outras vezes era muito diferente da forma como me recebeu nesse dia...

P - Começou então a desconfiar...

CS - Comecei a desconfiar: "Que é que se passa? Este homem tem-me recebido de uma outra forma e hoje... Está bom!" E fiquei. Mas o homem também, é claro, com boa fé na Frelimo, disse assim: "Ah, senhor chefe, não pode ficar aqui. Temos que sair já porque aqui em minha casa agora estão sempre a passar pessoas a ver o movimento que se passa. Portanto temos que sair já". E saímos, fomos acampar numa árvore no mato. Sentámo-nos ali e ele começou a informar que lhe aconteceu isto e isto: "Por isso eu, como tenho fé na Frelimo, não quero vacilar. Continuo a trabalhar com a Frelimo. Se vier a acontecer qualquer consequência, prenderem-me ou matarem-me, paciência..." Enfim, ele fez um juramento e garantiu-me que eu podia chegar lá a casa mas sempre devíamos sair logo. E assim acabei de trabalhar com ele. Então vi que se frequentasse sempre esse sujeito era mais fácil ser descoberto. E ficou, portanto, o Mateus Cerejo a desenvolver trabalho aqui. A entrar e sair. Com o Fernando Lopes. E o Fernando Lopes tinha outro elemento que era o Augusto Isaías do Vale. Esses acabaram por ser presos. O Fernando Lopes foi preso com o Augusto

1- ARRANJAR MEMBROS
PARA FAZER CONTRIBUI-
ÇÃO. DE DINHEIRO E
MILHO

2-



ARRANJAR
MEMBROS PARA
FAZER UM DEPO-
SITO DA COMIDA
NO MATO AO PÉ
DE ÁGUA.

3-



ARRANJAR MEM-
BROS PARA FAZER
DEPÓSITO PARA
GUARDAR MATERI-
AL

FIM

Fac-Simile de um apontamento deixado por Celestino de Sousa na região, com orientações para a actuação da rede.

Isafas do Vale⁹. Apanharam aqueles cartões, panfletos da Frelimo e aquela coisa toda. Eles sofreram a prisão aqui. Parece que sete ou oito anos de prisão.

P - Aqui em Tete?

CS - Aqui em Tete, mas parece que depois foram transferidos para a Machava, onde eram colocados os prisioneiros políticos. Então eu limitei-me... Comecei a deixar de vir para cá mas continuava a penetrar no Seminário do Zóbuè. Como a nossa missão era de mobilizar e recrutar os homens, então tive que penetrar na Missão do Zóbuè. É claro, ali fui com um bilhetinho. Na altura, o ministro Matsinhe conhecia um padre chamado André de Belge. Ele fez um bilhetinho no sentido de indicar o nome, porque não podia escrever senão podia comprometer o senhor padre, caso eu fosse preso. Então ele escreveu só o nome do senhor padre "André de Belge, Seminário do Zóbuè". "Você contacta com ele e diz que eu mando cumprimentos". Era para ver se nós podíamos trabalhar com o senhor padre André de Belge no sentido de ele nos arranjar livros para apoiar a escola da Frelimo em Dar-es-Salaam. Então eu fui lá. Mas no primeiro dia o senhor padre André de Belge suspeitou de mim, que eu não fosse um elemento da Frelimo, e disse: "Oh pá, eu não conheço esse senhor. Se bem que o conheça há muito tempo que não sei onde ele anda, já não conheço o paradeiro dele". Eu vi que o homem tinha receio de mim. Pensou que eu talvez fosse um elemento da PIDE a explorá-lo. Eu não insisti e regressei naquele dia. Passado uma semana fui outra vez contactar com esse padre e disse: "Senhor padre, tenha toda a certeza que eu não vim espiar o senhor padre. O certo é que nós queremos trabalhar com o senhor padre. Eu sou mesmo elemento da Frelimo. Estou a trabalhar nesta província, concretamente na zona de Tete, a partir daqui do Zóbuè até ao interior da cidade. E nós queríamos estabelecer uma ligação, ligação essa não apenas com o senhor padre André de Belge mas também com outros sujeitos lá mesmo na cidade". Eu não lhe escondi para ele ter confiança em mim: "Já trabalhámos com o padre Ferrão e com o senhor Arnaldo Cambe. Na cidade temos dois elementos muito competentes a quem eu levei muitas vezes panfletos de propaganda da Frelimo. Deixava uma parte com o senhor padre Ferrão e outra parte com esse senhor Arnaldo Cambe. Por isso queríamos também colaborar com o senhor padre aqui, porque neste seminário existem muitos alunos já com idade de tirar um curso qualquer lá no exterior". Nesse dia o senhor padre André de Belge disse: "Oh pá, aqui não te posso dar nenhuma resposta mas o certo é que eu muitas vezes saio para o

Malawi. Há lá uma igreja mesmo em Mwanza..." (não sei se era católica). O certo é que o senhor padre ia sempre lá. Então ele marcou um dia para nos encontrarmos lá. Perguntou onde eu vivia e eu disse que era em Blantyre. Então ele disse: "No dia X vamo-nos encontrar em Mwanza, naquela missão". Como o Cerejo também não estivesse aqui em Moçambique mas sim em Mwanza, então eu fiquei em Mwanza até ao dia que o padre André de Belge marcou para nos encontrar-mos. Fiquei lá. Enquanto estava lá à espera então tinha que andar com o Cerejo dentro do Malawi. Ir lá para cima ver onde estavam os moçambicanos, contactar com eles, falar sobre a Frelimo. E chegou aquele dia. Fui à tal missão e ele realmente apareceu. Apareceu e aqueles padres lá da missão receberam-nos bem. Aliás, a mim, como era a primeira vez que lá ia, ele apresentou-me aos padres que lá estavam, e pronto. Deram-nos um sítio para conversarmos com o senhor padre André de Belge e eu comecei a dizer tudo o que era preciso. Ele teve confiança em que eu era realmente membro da Frelimo. Quando voltou começou realmente o trabalho de organizar aqueles jovens. Mesmo em 1965 conseguiram sair muitos alunos com a ajuda dele. Quando chegavam ao Malawi levavam indicação do padre para contactar connôsco. Ele desenvolveu mesmo trabalho a favor da Frelimo. E quando nós necessitávamos de livros fámos ter com ele. Ele organizava os livros e enviava. Às tantas parece que foi descoberto pela PIDE. A PIDE andou atrás dele. Foi impedido de continuar a ir ao Malawi e acabou por sair do Zóbuè. Isto em 1966 ou 1967. Ele foi para a Bélgica, de onde me escreveu uma carta a dizer: "Meu caro amigo, já passou muito tempo sem contactos. Fui desconfiado pela PIDE. Portanto já não estou em Moçambique, estou na Bélgica, etc." E pronto, ficámos sem apoio...

P - Nunca mais ouviu falar dele?

CS - Nunca mais. Passou a haver controlo mesmo, quando se viu sairem muitos alunos e quando passaram a desconfiar do senhor padre André de Belge. Então houve controlo no seminário. Os alunos, mesmo para entrarem de férias era um problema. Portanto acabou.

P - Não conseguiram ligar com os novos padres?

CS - Não, não se conseguiu porque não tínhamos amizade com eles. Não os conhecíamos. Mais a mais, parece que eram padres portugueses. Aqueles estrangeiros tinham saído todos. Não tivemos ocasião de estabelecer mais contactos com aqueles que estavam lá. E assim ficou.

P - E na Missão de Combate às Tripanosomases do Zóbué? Não conseguiram contactos lá?

CS - Não. Af não tínhamos ninguém. A não ser que esses meus colaboradores tivessem qualquer coisa lá. Sem dúvida que onde eu não conseguia podia ser que um colaborador conseguisse.

P - E eles não "davam" relatório?

CS - Davam relatório sim. Quando voltavam tinham que dar relatório, com os nomes dos novos membros conseguidos e tudo. Mas como já disse passou muito tempo e é difícil recordar. Depois, aqueles documentos todos (nós mensalmente tínhamos que fazer o relatório) já não sabemos onde é que param. Se estão arquivados lá na Tanzânia ou onde, já não sabemos. Porque eu em 1968, concretamente em Dezembro, deixei o Malawi. Foi quando o Nunes veio assumir o trabalho que eu estava a fazer. Ficaram, portanto, o Nunes e outro sujeito chamado Chabane, que já faleceu, com o Bonifácio Gruveta. Esses ficaram no Malawi a desenvolver o trabalho enquanto que eu fui transferido para a Tanzânia.

P - Em Moatize, nas Minas, também não conseguiram entrar bem?

CS - Eu não entrei. Não sei se entrou esse Augusto Isaías do Vale. Ele está cá, mas lá para Moatize. Está em Moatize, parece que como fogueiro dos Caminhos de Ferro. Depois da independência eu encontrava-me com ele, af por 1976. Agora de 1977 para cá não me tenho encontrado com ele.

P - E o Cerejo?

CS - O Cerejo tenho-me encontrado sempre com ele. Está também em Moatize. São elementos de Moatize. Até anteontem me encontrei com ele. Acabou de sair aqui do hospital e regressou a Moatize. Esse deve conhecer melhor ainda a actividade da UNAMI porque ele foi elemento da UNAMI e trabalhou directamente com o Evaristo Gadaga. Então, quando viu a nossa mobilização começou a mudar, a sair da UNAMI... Ele trabalha nas minas de Moatize.

OS Cantineiros e a Frelimo

P - E o Sulemane, estava em Mwanza há muito tempo?

CS - Esse sempre esteve em Mwanza. Aliás ele é daqui. Teve um problema, não sei se foi com o governo português ou se foi iniciativa dele. Abandonou a zona e foi ficar no Malawi. Ficou em Blantyre. Depois foi para Mwanza onde estabeleceu uma cantina. O homem veio para Mwanza para ficar perto da sua terra. Tinha família e filhos aqui. Eu não sabia se ele era moçambicano, na altura. Para vir para cá o caminho passava sempre em Mwanza. Um dia tive que parar na cantina dele. Perguntei quantos quilómetros eram de Mwanza até ao Zóbuè, e que caminhos a corta-mato havia para o Zóbuè. Então o homem interessou-se. Quis saber porque é que eu estava interessado naquilo. É claro, eu estava a falar naquela língua. Não podia falar em português porque senão podiam desconfiar. Então ele disse: "Porque é que o senhor pergunta essas coisas todas?" Eu respondi: "Porque quero dar uma saltada lá. Ouvi dizer que em Moçambique há muito vinho e isso tudo. Ouvi dizer que aqui pertinho há uma loja desse Cravo e desse Carimo Cassamo, mesmo na fronteira. Tem vinho lá, tem boas coisas que nós aqui não temos. Portanto quero chegar lá". Então o homem disse: "É perto. É seguir a estrada. Junto à alfândega há uma loja, etc." E pronto, nesse dia foi assim. No regresso parei lá a caminho do Limbe, Blantyre. Muitas vezes passava ali. Um dia encontrei o homem a falar português com outra gente. Afinal o homem era capaz de ser de Moçambique. Então, quando os outros saíram aproximei-me do homem. Disse-lhe: "Não sei se se lembra de mim..." e então travámos conversa. Eu disse-lhe quem era, de onde vinha, porque é que naquele dia lhe tinha perguntado aquilo, o que ia fazer lá. Perguntei-lhe se conhecia a Frelimo ou não. Então criámos amizade. Muitas vezes quando o Cerejo não estava lá, nesses lados, eu passei a hospedar-me em casa dele. Assim conheci o Sulemane. Foi bom membro...

P - E o Cravo?

CS - O Cravo tinha uma cantina. Nunca quis ligar-se com a Frelimo. Só o Carimo. Não que este fosse membro directo. Ele dizia: "Oh pá, eu não posso ser muito directo. Estou aqui e amanhã sou descoberto, sou preso e essa coisa e tal". Ele, a Frelimo passou a conhecer, mas apoiar devidamente tinha medo.

P - E o Jone Manteiga?

CS - Esse não sei.

P - E conheceu o canteiro Fidélis?

CS - Esse até veio a sofrer consequências. Foi preso. Até veio a perder a sua cantina, uma viatura e tudo. Esse teve muitas cantinas, três ou quatro.

A "Crise do Gabinete" do Malawi e a Frelimo

P - Podemos talvez falar agora um pouco do Malawi nesses anos de 1965, 1966. Havia outro assunto de que gostaríamos de falar. Houve uma altura, em 1965, logo nos princípios de 1965, em que aconteceu um problema no Gabinete lá. Houve ministros que se revoltaram: O ministro Henry Chipembere, Orton Chirwa (esse que está preso agora lá), Kenyama Chiume. Esse Chipembere chegou mesmo a organizar um exército para atacar Fort Johnston. Como é que a Frelimo estava em relação a isso? A Frelimo tinha relações com Chipembere ou não tinha?

CS - Não tinha, por acaso, ligação com ele. Até porque se aconteceu aquilo sem dúvida que foi mesmo iniciativa deles. Porque nessa altura os nossos camaradas, os nossos guerrilheiros, tinham ainda aquela preocupação de infiltrar material quando houve essa guerra deles. A preocupação da Frelimo era ainda de infiltrar material. Pode ser que houvesse uma ligação entre a Frelimo e Chipembere, mas penso que não estávamos a par porque o Governo do Malawi não teve uma reacção contra a Frelimo por estar a colaborar com aquele movimento. Mas não deixou realmente de haver uma reacção quando veio a ser encontrado o nosso material. Foi apanhado mesmo no Malawi e foi também quase na mesma altura que esse Kenyama Chiume, o Chipembere e o grupo estavam, portanto, naquela situação de se revoltarem. É claro, não resta dúvida que houve suspeita de nós termos colaborado. Quando foram apanhados os nossos primeiros combatentes com o material, até disseram: "Oh pá, são esses os soldados do Chipembere, e tal". Enfim, tentaram-se vingar mas os responsáveis parecem que tiveram calma, concretizando que nós não estávamos ligados ao grupo de Chipembere; sem dúvida que era iniciativa dele, não estava ligada à Frelimo. Por isso pode ser que estivesse ligado, mas nesse caso seria uma iniciativa muito particular. Nós não soubemos de nada¹⁰.

P - Não havia, portanto, uma ligação...

CS - Não.

P - Mesmo depois (não sei se foi em 1966 ou já em 1967), já o Chipembere tinha acabado tudo, houve uma tentativa do Yatuta Chisiza, que entrou nesta parte do Zóbuè e foi apanhado. Esse Yatuta Chisiza tinha ligação com a Frelimo ou estava sózinho?

CS - Eu penso que estava sózinho porque nessa altura nós não tínhamos nenhuma força da Frelimo aqui. Não tínhamos guerrilheiros. Por isso não houve ligação. Não sei, pode ser que... mas é a mesma coisa que para o Chipembere.

O Primeiro Ataque

P - Nessa altura, entre 1964 e 1967, falou-se muito naquela serra de Salambídua, perto de Caldas Xavier (hoje Cambulatsitsi) e do Zóbuè. Houve uma idéia, no princípio, de concentrar material, de começar a guerra, para além do trabalho de mobilização. De concentrar guerrilheiros e iniciar uns ataques. Chegou a haver?

CS - Foi precisamente nessa zona que começou a guerra aqui em Tete. Foi mesmo na zona de Cambulatsitsi, para os lados de Charre, Mutarara.

P - Como começou a guerra aí? Como foi?

CS - Quando começou eu estava no Malawi. Iniciou-se aquilo. Quem era o comandante era o Casal Ribeiro. O comandante que iniciou a guerra naquela parte.

P - E isso quando?

CS - Em Janeiro de 1965. No princípio era para começar em 1964. Mas houve um atraso e começou em 1965¹¹. Até eu tinha sido convidado para ir a esse combate mas, enfim, não sei o que aconteceu. Não fui. Quem foi, foi um sujeito que está aqui ainda, o Pedro Amos, administrador do hospital. Esse é que esteve mesmo em Charre. Não sei se aquilo foi má organização nossa (aquilo não estava devidamente organizado, a população não estava

mobilizada muito bem), mas quando se deram os primeiros tiros e aquela coisa toda as pessoas tiveram que voltar para o Malawi. É claro, aquilo veio a cair por ter acabado o material. O material que tinham levado não era suficiente para durar um mês, dois ou três. Quando se começou aquilo pensava-se que o material havia de vir continuamente. Sem se saber que o Banda não havia de permitir isso porque aquele material entrara para aquela zona sem o conhecimento do governo do Malawi. Então, quando fizeram aquele trabalho, chegou às tantas e o material, concretamente as munições acabaram. As pessoas, os guerrilheiros, não podiam ficar lá.

P - Eram muitos?

CS - Eram cerca de 14 ou 15, já não sei concretamente. E então aqueles guerrilheiros começaram a entrar outra vez aqui no Malawi. E sem dúvida que o Malawi, como não quisesse mostrar o armamento que havia no país, e com aquela confusão do Chipembere, disse que "não, isto ainda deve vir a criar-nos confusão". Então aquela guerra abafou-se.

P - Só houve ataque aí? Em Ancuaze não houve?

CS - Ancuaze... não faço idéia. Portanto, depois daquele ataque, em toda a zona de Caldas Xavier para lá toda a gente ficou a saber que estávamos em guerra. Quando houve o ataque sem dúvida que a tropa portuguesa tinha que procurar mostrar que tinha força¹². Qualquer elemento de quem eles desconfiassem pagava caro. Por isso nessa altura houve muitos refugiados no Malawi. Foi devido a essa guerra. Se houve guerra em outras zonas não faço já idéia.

P - Podemos, portanto, concluir que se o Malawi tivesse deixado as armas passar a guerra havia de começar logo...

CS - Oh sim! Havia de começar e não parava mais.

P - Havia já apoio das populações...

CS - Havia sim¹³.

P - Tanto em Mutarara como no Zóbué?

CS - Em toda esta zona aqui, a província de Tete. Já havia apoio para a

guerra. E se o Malawi nos tivesse apoiado mesmo, com material, não teria levado estes dez anos. Seria muito mais rápido.

P - Nessa zona do Sinjal chegou a haver forte presença da Frelimo...

CS - Sim. Mas guerra, nessa altura, só o combate do Raul Casal Ribeiro.

P - E ele veio da Tanzânia para fazer esse combate?

CS - Veio sim. Com os guerrilheiros.

P - Não levava guerrilheiros do Comité Regional?

CS - Não. Esses não eram soldados, eram todos civis. Os guerrilheiros vinham todos da Tanzânia¹⁴.

O Desaparecimento do Chico Lourenço

P - Durante o ano de 1965 o Chico Lourenço desapareceu, lá no Malawi. Até no próprio Comité estavam preocupados. Depois o Domingos Dina, o Dique, também queriam sair, etc. Como é que foi essa restruturação do Comité, quando apareceu o sr. Bonifácio Gurveta? Aquilo mudou?

CS - Como o Chico Lourenço desapareceu eu não sei. Tanto eu como o Bonifácio estávamos na Tanzânia (não sei se o Nunes já tinha chegado nessa altura). Acompanhámos isso quando estávamos a regressar. Quando chegámos é que fizemos a comunicação a informar a sede: "O nosso membro antigo fulano de tal foi raptado". Ele era um alfaiate. Como lá no Malawi os alfaiates colocam a sua máquina numa varanda, numa loja qualquer assim, aquelas pessoas que querem coser a sua roupa entregam ao alfaiate que pensam que lhes pode fazer o trabalho e aquela coisa toda. Então ele estava numa das suas lojas com a sua máquina. Também tinha os seus ajudantes. Às tantas parece que apareceu um sujeito (eu conhecia o nome na altura mas agora já não faço idéia), um misto que estava lá também na altura, acompanhado por um outro sujeito. Então quando chegaram lá convidaram o Chico precisamente na hora em que ele estava a sair do serviço. Parece que eram cinco horas ou cinco e pouco. Foi convidado a entrar no carro. E ele entrou no carro porque conhecia um outro sujeito que acompanhava o grupo. Parece que eram uns dois ou três. Os ajudantes não

souberam exactamente quem eram mas viram que eles entraram para o carro. Quando nós perguntámos, disseram: "Veio aqui um senhor que trazia também os seus amigos". Então entraram no carro. Ninguém sabe para onde se dirigiram e assim ele acabou por desaparecer. É claro, desaparecer... Os companheiros pensavam que ele estava ainda no serviço: "Mas se está no serviço porque é que não volta?" Então, passados dois dias sem que ele aparecesse, procurou-se saber junto da segurança do Malawi. E esses disseram: "Eh pá, nós não sabemos nada. Nós sempre dissémos que vocês podiam ficar aqui mas que se acontecesse qualquer coisa nós não nos responsabilizávamos por isso. É capaz do homem ter sido raptado pelas autoridades portuguesas"¹⁵. E pronto, foi assim.

P - Nunca mais ouviram falar dele?

CS - Nunca mais ouvimos falar dele. Mas como a Frelimo já estava a organizar-se o trabalho não parou.

A Restruturação da Frelimo no Malawi

CS - Muita coisa mudou nessa altura. Mudou porque veio a ser criada uma representação constituída por membros directamente ligados à Tanzânia, à sede da Frelimo na Tanzânia.

P - Antes não era?

CS - Antes eram simplesmente aqueles moçambicanos trabalhadores que estavam lá no Malawi e tiveram aquele sentimento. E, é claro, mais tarde vieram a ser conhecidos também pela Frelimo na sede da Tanzânia, mas que não estavam a trabalhar tal e qual como passaram a trabalhar quando se ligaram directamente à sede da Frelimo na Tanzânia.

P - Em que altura é que se formou?

CS - Foi mesmo em 1965, quando desapareceu o Chico Lourenço. Eu fiquei a representar a parte da organização do interior. O Bonifácio ficou a representar a parte da defesa, porque em 1964 já tinha começado a guerra. Portanto, tínhamos que montar o nosso escritório.

P - O Bonifácio Gurveta veio nessa altura da Tanzânia?

CS - Sim, sim. Esse já era guerrilheiro mesmo! Era um combatente treinado. Então tivemos que ter o nosso escritório. Estábamos primeiramente lá no Bangwe, e verificámos que o trabalho não corria lá muito bem. Tivemos que ter uma casa que transformámos em escritório. Esse escritório estava directamente ligado à sede.

P - Só tinha as secções da organização e defesa?

CS - Só tinha essas duas.

P - E o responsável máximo quem era?

CS - Era o Bonifácio, que era o representante geral e da defesa. Aliás, a defesa sempre foi maior. Então o Bonifácio era o representante da Frelimo no Malawi. E nós fazímos os nossos trabalhos. Só se trabalhou convenientemente para a Frelimo quando se criou esse escritório. Porque já dependímos da sede na alimentação, alojamento e aquela coisa toda. Enquanto que no tempo do Chico Lourenço e do Dina era a desenrascar. Era assim que trabalhavam.

P - Depois da restruturação do Comité, quando passou a haver responsáveis da Defesa e da Organização, os Branches continuaram a existir?

CS - Continuaram a existir. Nós fomos fazer reuniões com eles¹⁶.

P - O trabalho nessa altura, em 1966, não era de armamento. Era ainda de mobilização...

CS - Era mais de mobilização, sim. Armamento... não podíamos falar de armamento porque o Malawi não deixava passar¹⁷.

P - Mas havia muitas ligações com o interior ou pararam?

CS - Havia sim. Houve sempre. Desde que se colocou a representação da Frelimo ali, connosco cada qual com a sua tarefa, o seu trabalho, houve sempre ligação com o interior na mobilização. Não parou mais.

P - Nessa altura em que começou a trabalhar era o sr. Mariano Matsinhe que dirigia o trabalho do interior...

CS - Não. O Mariano Matsinhe era o representante da Frelimo na Zâmbia. Mas estava também como adjunto da organização do interior. O chefe do departamento era o Jaime Rivaz Sigaúke, que veio a morrer. Então o Mariano Matsinhe ficou na Zâmbia a fazer serviço de representação e serviço de organização do interior. Também havia o Alberto Sithole que ainda não estava dentro da matéria.

P - Então foi nessa altura que o sr. Celestino ligou com ele?

CS - Sim, isso em 1964, no mês de Dezembro. E também com o Sithole. Quando o Mariano Matsinhe ia para Dar-es-Salaam o Sithole vinha para o Malawi dar-me missão, o serviço que eu devia fazer e aquela coisa toda, e voltava para a Zâmbia. Chegou uma altura em que eu fiquei como elemento de ligação. Malawi, Tanzânia Zâmbia. Zâmbia, Tanzânia, Malawi. Depois do desaparecimento do Jaime Rivaz Sigaúke o Mariano Matsinhe ficou chefe do Departamento do Interior, coadjuvado pelo Samuel Filipe Dlakhama (acho que é assim que se chama), que veio a ser secretário da saúde na altura da transição.

P - Antes da restruturação do Comité no Malawi, disse que eram civis com vontade de aderir à luta mas sem muitas ligações com a Tanzânia. Mas recebiam material de propaganda?

CS - Sim, panfletos.

P - Mas não "davam" muitos relatórios à Tanzânia?

CS - Não.

P - Nem à Zâmbia?

CS - Não. Mas é claro, o Chico Lourenço dava, mas não era frequente porque ele era um trabalhador. Não tinha tempo para se deslocar à Tanzânia.

P - Mas depois da restruturação havia subordinação da representação no Malawi em relação à representação da Frelimo na Zâmbia?

CS - A representação na Zâmbia era mais importante porque tinha embaixador.

P - Eles davam orientações para o Malawi ou as orientações vinham da Tanzânia?

CS - Vinham da Tanzânia. Mas nós, na organização, recebímos da Zâmbia também, porque o nosso chefe frequentava mais a Zâmbia, tanto o Mariano como o Sigaúke. E quanto fracassou, portanto, a luta aqui em Tete procurou-se fazer entrar o material através da Zâmbia e, por isso, a Organização do Interior teve que intensificar o trabalho naquele país onde o material devia entrar, e receber mesmo esse material. Lembro-me que quando entrou o primeiro material tive que sair daqui do Malawi (dado ser elemento da organização) para o ir receber na Zâmbia, e procurar sítios para o esconder. Arranjar aqueles "chairmen". No primeiro dia escondemos o material no território da Zâmbia porque não tínhamos confiança para entrar logo no interior com o material. Não sabímos se aquela população podia ou não ter coragem, e aquela coisa toda. Então nos primeiros dias escondemos mesmo o material dentro da Zâmbia. Mas duas semanas depois de fazer contactos com as populações transferimos aquele material para o interior de Moçambique. Portanto, as orientações que o Malawi recebia da Zâmbia eram apenas na parte da organização do interior. Enquanto que na Zâmbia não havia ainda representação da Defesa. Estava portanto em acumulação a representação da Defesa com a representação da Organização do Interior, com o Mariano Matsinhe. Como membro do Comité Central ele responsabilizava-se por aquilo. Por isso, na parte da Defesa as orientações vinham directamente de Nachingwea, na Tanzânia, para o Malawi. Enquanto que a Organização do Interior podia receber quer da Zâmbia quer da Tanzânia. Porque o chefe do Interior podia encontrar-se nesse momento quer na Zâmbia quer na Tanzânia.

P - Entretanto a luta intensificava-se no Niassa, em Mandimba, etc. E algum material passou para lá através do Malawi, para a base Catur, etc., com o comandante Mabote. Havia ligação do Comité Regional e, depois, da Representação no Malawi com Catur, ou era directo da Tanzânia para lá?

CS - Era directo. O elemento da Defesa, também, como estava no Malawi, tinha que acompanhar os problemas que havia lá. Ficava próximo. Era o Bonifácio que resolvia os problemas da defesa naquela zona. Porque é que a Organização do Interior não podia intervir lá? Porque podia criar conflitos. Eles tinham o seu representante que era o velho Kadawele, que tinha também os seus elementos. Nada tinham a ver connosco, os que

estávamos aqui na província de Tete. De outra maneira podia ter havido choque e aquela coisa toda. Só na parte da Defesa, portanto. Essa não tinha fronteira: Tinha que resolver os problemas que nascessem no Niassa, na Zambézia ou na província de Tete. Isso se se tratasse de problemas da Defesa. Agora, quando se tratasse de problemas da Organização do Interior cada zona tinha o seu representante. Por exemplo, a Zambézia tinha o seu representante, o Alexandre Magno, que olhava por aquela zona de Milange.

P - O sr. Celestino nada tinha a ver com a Zambézia?

CS - Não. É claro, entre nós podia haver contactos, troca de opiniões, idéias. Eu muitas vezes deslocava-me a M'lange, para contactar com o meu colega Alexandre Magno, nessa altura.

P - Mas afinal não era um branch...

CS - Era um branch da representação do Limbe. Mas ultimamente, quando se nomeou aquela coisa dos secretários provinciais da Organização do Interior, em 1966 ou 1967, então o Alexandre Magno ficou secretário daquela província, o Kadawele de Niassa...

P - E o sr. Celestino de Tete?

CS - Eu não fui nomeado secretário da província de Tete. Fui simplesmente um elemento zonal, da zona centro. Lá mais para cima eram esses Binton Phiri, etc.

P - Não havia um secretário provincial de Tete?

CS - Não, não havia porque quem respondia era directamente o chefe do Departamento, o próprio Mariano. Aliás, foi em 1967 que nomearam o Casal Ribeiro como Secretário da Província de Tete. Secretário Geral, que devia resolver os problemas da defesa, da organização, todos. Como um governador de província.

P - E o Bonifácio Gruveta?

CS - O Bonifácio Gruveta ficou sempre como representante da Defesa no Malawi. Se houvesse qualquer problema de defesa no Malawi ele tinha que

responder. Um guerrilheiro daqui entra no Malawi, ou um guerrilheiro do Niassa ou Zambézia entra no Malawi: A responsabilidade é do Bonifácio. Tem que saber porque é que esse guerrilheiro entrou, o que foi lá fazer.

P - Portanto o Comité passou a Representação, em 1967. E quando foi a nomeação dos Secretários os representantes zonais continuaram com essa responsabilidade de zona ou a responsabilidade ficou nos secretários?

CS - Continuaram. Exemplificando, actualmente vem a Província, o Distrito, a Localidade e a Célula. Então nessas localidades e distritos tem que haver responsáveis. Continuou a haver responsáveis, mas em 1968 eu já não estava lá.

P - Isso são modificações do Congresso?

CS - Sim. Mas é claro, há muitas passagens. Muitas estão esquecidas e outras podem ser lembradas de uma forma errada... Passou muito tempo.

NOTAS

1. Evidentemente que surge aqui uma certa confusão de datas, visto que o Malawi só se tornou independente em 4 de Julho de 1964. Ela justifica-se talvez pelo facto de o Dr. Banda e o Malawi Congress Party virem exercendo já um grande protagonismo político no Malawi desde 1960.

2. Baltazar da Costa foi raptado pelas autoridades portuguesas e trazido para Lourenço Marques no quadro de um plano destinado a "accionar" a UNAMI - que tinha uma perspectiva "pacifista" - e a tirar partido da grande popularidade do seu presidente na faixa oriental de Tete, pondo a organização a combater, pelo menos ao nível da propaganda, as organizações nacionalistas que se preparavam para lutar pela independência pela via armada. Arquivo Histórico de Moçambique [daqui em diante AHM], Fundo de Moatize [daqui em diante FM], Cx.102: Governo do Distrito de Tete [daqui em diante GDT], no.251, Proc.13/18, de 20 de Maio de 1966.

3. O elemento do COREMO (Comité Revolucionário de Moçambique) referido por Sousa terá sido o seu presidente na altura, Adelino Chitofo Gwambe, ou o seu secretário administrativo Amos Sumane. De facto, ambos são referidos como tendo visitado o Malawi em Dezembro de 1965, em busca de apoios para a organização e procurando estabelecer uma representação em Blantyre, apesar das reservas manifestadas pelo Dr. Banda (AHM, FM, Cx.100: Serviço de Centralização e Coordenação de Informações [daqui em diante SCCI], Boletim de Disusão

de Informações [daqui em diante BDI] no.109/66, de 9 de Fevereiro de 1966, in GDT, Sitrep Circunstaciado [daqui em diante SC] no.6/66 de 19 de Fevereiro de 1966; AHM, FM, Cx.100: SCCI, BDI no.296/66, de 21 de Abril de 1966, in GDT, SC no.17/66, de 6 de Maio de 1966). De qualquer forma a iniciativa de Gwambe permitiu-lhe, a partir do Malawi, exercer actividades exploratórias no sul da Zambézia (AHM, FM, Cx.102: SCCI, Relatórios nos.52 e 53, de 6 de Junho de 1966, e 116, de 26 de Agosto de 1966), abruptamente interrompidas pelo "golpe palaciano" ocorrido durante uma conferência do Comité Executivo do COREMO, realizada em Lusaka em Maio de 1966, no decorrer da qual Paulo Gumane foi eleito presidente e Amos Sumane vice-presidente, ficando Gwambe apenas como secretário do trabalho e assuntos sociais (AHM, FM, Cx.100: SCCI, BDI no.477/66, de 26 de Julho de 1966, in GDT, SC no.30/66, de 5 de Agosto de 1966). Gwambe abandonou em seguida o COREMO e criou o MOPEMO e, depois, o PAPOMO (Partido do Povo de Moçambique), com base em Lusaka mas, finalmente, com boas ligações com Blantyre, onde estabeleceu uma delegação (AHM, FM, Cx.100: GDT, SC no.47/66, de 2 de Dezembro de 1966; AHM, FM, Cx.104: SCCI no.292, de 15 de Março de 1967, transcrevendo PIDE, Relatório Imediato [daqui em diante RI] no.319/67-GAB, de 1 de Março de 1967, in GDT, SC no.11/67, de 24 de Março de 1967; AHM, FM, Cx.106: PIDE, RI no.422/68-GAB, de 21 de Março de 1968).

4. A UNAR (União Nacional Africana da Rumbézia), presidida por Amos Sumane, ex-dirigente do COREMO, viria a ser formada em finais de 1967 ou princípios de 1968. Reivindicava, no seu programa, a libertação da faixa territorial entre os rios Rovuma e Zambeze. Diversas evidências, nomeadamente as estreitas relações de subordinação às autoridades malawianas, permitem colocar a forte possibilidade da sua criação se ter enquadrado na estratégia malawiana de controlo de uma parte do movimento moçambicano de libertação (o PAPOMO de Gwambe já era manifestamente manipulado pelo Malawi, embora sem resultados práticos, ver nota 3), e para satisfazer as suas ambições expansionistas em direcção à costa moçambicana do Índico. Sobre este assunto ver João Paulo Borges Coelho, *A Primeira Frente de Tete e o Malawi* (mimeo), Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 1984, pp.73-76.

5. Os principais *branches* subordinados ao Comité Regional da Frelimo em Blantyre localizavam-se em M'lange, Chiromo, Nsange, Lilongwe, Dedza, Chikwawa e Mwanza.

6. O primeiro contacto de Celestino de Sousa no Zóbuè foi realizado em 28 de Fevereiro de 1965 (AHM, FM, Cx.102: Chefe do Posto do Zóbuè no.11/A/8, de 28 de Fevereiro de 1965; AHM, FM, Cx.102: Chefe do Posto do Zóbuè, Boletim de Informação [daqui em diante BI] no.5/65, de 3 de Março de 1965).

7. Embora não haja elementos que permitam fazer uma avaliação global, o mais natural é que as chamadas autoridades tradicionais tenham encarado o movimento nacionalista com grandes reservas, dado que ele punha em causa a sua própria posição de agentes do Estado colonial, à custa do qual colhiam, apesar de tudo, alguns benefícios importantes. Todavia, há indícios de casos pontuais de revolta de régulos e *fumos*, ou mesmo de adesão, motivadas por convicções pessoais ou, por exemplo, em resistência ao cultivo obrigatório do algodão. Em 1962 foram presos três importantes régulos de Moatize - Sipanela, Chacala e Chaleca - acusados de incitamento das populações a participarem em reuniões conduzidas por Baltazar Chagonga (AHM, FM, Cx.97: Administrador do Concelho de Moatize no.390/A/9-SDI, de

8 de Novembro de 1962). Para casos de resistência das autoridades tradicionais da zona à estratégia colonial de introdução da cultura do algodão ver, por exemplo, AHM, FM, Cx.101: Chefe do Posto de Caldas Xavier no.1/D/1, de 1 de Março de 1964; AHM, FM, Cx.101: Chefe do Posto de Caldas Xavier no.3/A/8, de 8 de Janeiro de 1964; AHM, FM, Cx.102: Chefe do Posto do Zóbuè no.4/66, de 8 de Fevereiro de 1966.

8. De facto, o Chefe do Posto do Zóbuè, Virgílio Martins de Oliveira, conseguiu infiltrar a rede local da Frelimo praticamente desde que ela começou a operar, por intermédio de um informador. Habilmente, foi recebendo informações sobre toda a actividade da rede, chegando mesmo a inscrever-se sob pelo menos 15 nomes falsos, sempre por intermédio do informador, recebendo os respectivos cartões de membro e pagando regularmente as cotas. Entre diversa documentação ver, por exemplo, a citada na nota 6 e AHM, FM, Cx.102: Chefe do Posto do Zóbuè, no.18/A/8, de 22 de Março de 1965; AHM, FM, Cx.102: Chefe do Posto do Zóbuè, BI no.6/65, de 8 de Abril de 1965; e AHM, FM, Cx.102: Chefe do Posto do Zóbuè, no.30/A/8, de 9 de Abril de 1965.

9. Fernando Lopes e Augusto Isaías do Vale foram presos pela PIDE em Novembro de 1965. AHM, FM, Cx.100: GDT, ISUM no.3/65, de 22 de Novembro de 1965.

10. A colaboração das autoridades portuguesas com o Malawi para o esmagamento quer da revolta de Chipembere em 1965, quer da revolta de Yatuta Chisiza em 1967, está profusamente documentada. No decorrer de ambos os processos a preocupação das autoridades portuguesas era enorme, pois não conseguiam destrinçar os movimentos dos dispositivos rebeldes malawianos dos da Frelimo, chegando mesmo a confundi-los (entre outros, AHM, FM, Cx.102: Chefe do Posto do Zóbuè, telegrama no.9/65, de 11 de Março de 1965; AHM, FM, Cx.102: GDT, BDI no.120/65, de 13 de Abril de 1965). Sobre a preocupação de Banda por não distinguir no terreno os movimentos da Frelimo dos de Chipembere e Chiume, ver a sua alocução ao país em 6 de Fevereiro de 1965, transcrita em AHM, FM, Cx.100: SCCI, BDI no.233/66, in GDT, SC no.13/66, de 8 de Abril de 1966. Para a colaboração das autoridades dos dois países no esmagamento da revolta de Chisiza ver João Paulo Borges Coelho, *op.cit.*, pp.65-67.

11. De facto o ataque foi levado a cabo em 23 de Dezembro de 1964. AHM, FM, Cx.100: GDT, BDI no.37/65, de 29 de Janeiro de 1965.

12. Para a série de operações de retaliação e "limpeza" que o exército e as autoridades administrativas portuguesas levaram a cabo em seguida, ver João Paulo Borges Coelho, *op.cit.*, pp.40-58.

13. Um relato sugestivo do apoio popular às acções da Frelimo na zona, em AHM, FM, Cx.102: Comando da Polícia dos Portos e Caminhos de Ferro, "Relatório sobre a segurança da população de Goma/Tete", 7 de Dezembro de 1964.

14. O contingente chefiado por Casal Ribeiro integrava, além de alguns guerrilheiros, o régulo Mândua, um seu cabo-de-terra e dez homens armados de catanas. Após ter disparado alguns tiros contra o edifício do Posto, o grupo retirou para o Malawi e os homens do régulo para as suas terras. Ver fonte da nota 11.

15. Chico Lourenço, secretário do Comité, terá sido raptado por elementos da PIDE. AHM, FM, Cx.104: SCCI, BDI no.7/67, de 31 de Janeiro de 1967, in GDT, SC no.6/67, de 11 de Fevereiro de 1967.

16. É reportada a realização de grandes encontros na sede da Frelimo em Blantyre, talvez no âmbito da restruturação referida, que nos permitem ter uma idéia dos *branches* que existiam. Com efeito, é referida a participação dos seguintes: Bangwe, Ndirande A, Ndirande B e Singwagwa (todos da região de Blantyre-Limbe), Makangira (Fort Johnston), Dedza, Lilongwe, Likoma, Nsange (Port Herald), Ncheu, Malosa (M'lange) e Chikwawa. AHM, FM, Cx.100: SCCI, BDI no.630/66, de 3 de Dezembro de 1966, in GDT, SC no.49/66, de 16 de Dezembro de 1966.

17. A mesma fonte da nota anterior refere que o trabalho do Departamento de Organização do Interior era sobretudo o de mentalizar os regulos para agirem junto das suas populações no sentido de as preparar para receber os guerrilheiros que viriam operar no interior, num futuro breve.



FORMAS DE COOPERAÇÃO E AJUDA-MÚTUA NAS COMUNIDADES NYUNGWE DE TETE

Albano Basílio Eliseu e Eduardo Medeiros

1. Caracterização Básica

a) A Implantação Territorial Nyungwe

A complexidade da organização territorial das populações Nyungwe deve ser vista sob dois aspectos:

- Por um lado, no vale do Zambeze, bem como nas áreas circundantes, que constituem zonas de dispersão Nyungwe, decorreram desde os tempos passados, movimentações frequentes de população com proveniências diversas, que provocaram um processo de intensa interpenetração étnica e cultural;
- Por outro lado, a própria formação do grupo populacional Nyungwe ter-se-á efectuado a partir de ajuntamentos de indivíduos oriundos de grupos étnicos diferentes.

Com efeito, para além do fenómeno de bilinguismo elevado entre as populações do vale do Zambeze, o observador atento notará um outro fenómeno caracterizado pela assimilação, por certos grupos étnicos, de valores e manifestações culturais, sobretudo da língua, de outros grupos relativamente mais influentes. Nos últimos anos, por exemplo, tem-se notado este fenómeno entre os Tawara, os Dema e os Nyanja do Sul da Macanga, que assimilaram a língua ciChewa (ciNyanja da Angónia) e o ciSena, nas regiões limítrofes com estas línguas.

Se o que caracteriza e distingue um grupo étnico ou populacional são todas as suas actividades e manifestações culturais, então não haveria uma grande distância a separar os Nyungwe dos Tawara, dos Sena, dos Nsenga, etc.

Se se aceitar que o principal distintivo dos Nyungwe, aquele fenómeno que os torna um grupo populacional característico, é a língua, então notar-se-á a existência de grupos e aglomerados geograficamente dispersos, e até separados, mas a falarem uma língua mais ou menos semelhante, com ligeiras distinções na entoação ou diferentes sotaques na

dicção de algumas palavras. Tal é o caso dos Gowa (ou aGova) que se confinam às regiões de Chicoa e um pouco mais além, dos Tonga do Bárue, que cobrem vasta área de Changara (Tete), Guro e Bárue (em Manica), enfim, dos chamados Achikunda que se espalham pelo Zumbo, Macanga, Mágóè e pequena parte da Angónia.

Parece então provável que, sendo a língua um vesculo de comunicação influente na aproximação entre os homens, haja maior compreensão entre estas populações de língua comum, apesar de geograficamente separadas. Cada agrupamento Nyungwe, parecendo provir directamente do grupo étnico regionalmente mais antigo, é natural que nas várias manifestações culturais mantenha reminiscências e influência do grupo regional (os Tonga do Bárue teriam influência Shona/Tawara, ou Gowa influência Pimbe ou Nsenga, etc.).

Entre as populações Nyungwe houve sempre um grupo que polarizava e servia de núcleo central: O grupo que há mais tempo esteve em contacto e convívio com os mercadores estrangeiros, sobretudo com os senhores dos prazos. Estes grupos populacionais apresentavam uma miscelânea de vida de camponeses (camadas de que eram originários) com as obrigações de cativos armados para a defesa dos prazeiros - daí a designação de "Chicunda" ou Achikunda (vencedores, invasores).

Os Nyungwe davam grande importância à descendência nas suas relações, que determinava a atitude quanto ao casamento ou ao trato preferencial. Assim, no primeiro encontro os indivíduos interrogavam-se sobre o nome do clã da sua origem (mtupo, pl. mitupo). A variedade dos mitupo entre os Nyungwe vai desde os nomes clássicos de origem Shona (como os Tembo, os Changamire, etc.), passando pelos de origem Chewa/Nyanja (como os Phiri, os Banda, etc.), até aos chamados neutrais ou de origem externa (como os Malunga, cujo símbolo é a pomba voadora, sendo incluídos neste clã os Azungo, caminheiros ou brancos).

Os Nyungwe vivem dispersos no vale do Zambeze em zonas mais ou menos fixas, em muitos casos com tendência expansiva e em outros (poucos) com adaptação e integração nas comunidades locais. O seu denominador comum é a língua ciNyungwe.

b) Organização

A vida dos Nyungwe era geralmente caracterizada pelo ajuntamento de muitas casas em volta da casa do homem mais afamado da zona (que tinha normalmente o poder representativo das autoridades). Este homem era considerado o transmissor das orientações oficiais, *kabandazi*. Nesses aglomerados populacionais as refeições entre casas vizinhas eram servidas

pelo sistema de *nthondwe* (junção de vários pratos preparados por diversas famílias), constituindo os homens um grupo e as mulheres outro.

Em épocas de seca as populações organizavam-se em trabalho colectivo obrigatório para abrir um ou mais poços no rio mais próximo, a fim de minimizar ou combater os efeitos da falta de água. Se por motivo não justificado alguém faltar a este tipo de trabalho, fica-lhe interdita a utilização do poço.

c) *Economia*

A primeira e principal actividade das populações Nyungwe, aquela que constitui a sua base vital, é a produção agrícola. E esta, por sua vez, é secundada por uma série de outras actividades produtivas complementares, tais como o artesanato (sobretudo para a construção de utensílios domésticos e fabricação de instrumentos de produção), a caça, a pesca, e ainda pela construção de casas e celeiros.

Devido ao fraco nível de desenvolvimento tecnológico, os instrumentos de produção utilizados são geralmente muito rudimentares, sendo constituídos por: enxada (sobretudo de cabo curto, *phaza*, pl. *mapaza*); machado (*mbadzo*, pl. *mbadzo zizinji*), cujo tamanho é relativamente menor que a enxada, sendo muito mais resistente e afiado que aquela; escavador (*chilaya* ou *bziraya*, ou *mtcokolo* ou *mitcokolo*), que é constituído por um pau com uma lâmina de ferro aguçada para abrir buracos nas construções; uma lâmina afiada (*nsemo*) feita em forma de enxada e que serve para polir troncos no fabrico de pilões, canoas e outros utensílios. Além disso, alguns especialistas já possuem ferramentas e instrumentos apropriados à sua arte, como é o caso dos ferreiros, carpinteiros, oleiros e outros.

A produção agrícola, com base nas queimadas, é sustentada pelo facto de haver fraca densidade populacional, o que permite que, periodicamente, se abandonem terrenos considerados "cansados" (*tsala*, pl. *matsala*, em ciDema; *thuku*, pl. *mathuku*, em ciNyungwe), em busca de novas terras por desbravar, para o que são derrubadas e queimadas várias árvores. Às machambas limpas por esse processo chamam-se *thema*, pl. *mathema*.

Como mais adiante se verá, os Nyungwe, sendo populações originárias de povos diversos, encontram-se igualmente dispersos por várias regiões dominadas por hábitos alimentares relativamente diversificados, apesar da base da sua dieta serem os cereais. Assim, os cereais mais conhecidos e usados entre os Nyungwe são a mexoeira (*mcewere*), a mapira (*macena* e, a mais grossa, *kangolongondo*), e o milho, sobretudo para os que vivem nas bacias dos vales. Isto quer dizer que em algumas regiões há

preferência por um dos três tipos de cereais, sendo os restantes considerados e utilizados como subsidiários. Por exemplo, nas regiões de Changara, Boroma e Marara cultiva-se mais mexoeira e mapira dado que os terrenos e o clima tropical seco se prestam melhor para tal, enquanto que em Maroeira, Songo e Estima se dá maior peso à produção de milho devido, por um lado, ao favorecimento dos terrenos e do clima, e por outro devido à invasão periódica de bandos de passarinhos (*udjiri*) que, reproduzindo-se nas terras baixas ou nas margens dos rios, alcançam facilmente as machambas daquelas áreas no tempo do amadurecimento da mapira e mexoeira.

Além dos cereais os Nyungwe cultivam ainda o amendoim (*manduwi*), feijões vários (*cimbamba*, *nyemba*, *ciriri*, *kamphodza*), melancias (*bvembe*, pl. *mabvembe*), pepinos (*khaka*, pl. *makhaka*), feijão jugo (*Nzama*), batata doce (*bambaíra* o tubérculo, *sisito* as folhas e o caule da batateira), para além de hortícolas. Estas últimas, cultivadas geralmente nas margens dos rios e sobretudo na época fresca (de Maio a princípios de Agosto ou "no tempo frio", *pa mphepo*), com culturas de milho e abóbora (*cabenjere*), com a finalidade de satisfazer o hábito do consumo de frescos (*dowe*, pl. *madowe*, quer dizer produção de rega ou das zonas húmidas fora da época principal).

A agricultura dos Nyungwe é complementada pela criação animal, sobretudo galináceos, caprinos e ovinos, havendo casos de criação de bovinos pelas famílias mais prestigiadas e poderosas.

Porém, apesar da criação, a carne habitualmente mais consumida é a da caça. As galinhas reservam-se para as festas ou recepção de hóspedes, e as cabras são mais usadas em cerimónias, actividades colectivas, ou para troca por produtos ou prestação de serviços. Nos tempos modernos as vacas só raramente são abatidas, para as cerimónias aos mortos da família (*bona*), ou em caso de extrema necessidade alimentar.

Nas famílias sem filhos em idade para pastorear, a criação de gado obedece a alguns princípios de cooperação. Segundo um desses princípios, a família interessada contrata um ou mais rapazes, conforme as necessidades a satisfazer. Assim, o trabalho é executado pelos contratados e é compensado anualmente com uma cabeça da espécie de gado guardado (este tipo de cooperação chama-se *kuusira*). Outra prática consiste em duas famílias entrarem em acordo para a família necessitada guardar o seu gado no curral da outra, muitas vezes por tempo indeterminado. Nos tempos recuados esta prática não tinha outro tipo de compensação senão o da família necessitada contribuir de vez em quando com alguns géneros alimentícios e de vestuário para o pastor. Mas nas últimas décadas inventou-

se uma forma de compensação anual a que se deu o nome de *chathanga*, consistindo em oferecer uma cabeça de gado ao dono do curral. A palavra *chathanga* significa "do curral" (*cha*=do, *thanga*=curral).

A caçada pode ser feita individualmente, por meio de laços, armadilhas ou buracos escavados no chão (*mbuma*), ou por um colectivo de homens com redes (*ukonde*). As armadilhas são colocadas nas machambas ou no mato, nos trilhos por onde passam habitualmente os animais, ou ainda nos acessos aos pontos de água e bebedouros. A caça com rede é feita nas matas bastante fechadas, onde geralmente os animais pastam e descansam.

Uma vez que qualquer destes tipos de caça constitui um empreendimento mais ou menos complexo, exigindo certas técnicas e instrumentos que nem sempre estão ao alcance de todos, a maioria recorre, para o consumo corrente, à captura de pequenos répteis, roedores ou, até, insectos. Entre os répteis podem citar-se a salamandra ou o lagarto gigante, tanto terrestre (*gondwa*, pl.*agondwa*) como anfíbio (*mwanzi*, pl.*amwanzi*), o lagarto médio (*khawawa*, pl.*akhawawa*), a tartaruga aquática (*ghási*) e o cágado (*kamba*, pl.*akamba*). Dos roedores realçam-se a toupeira (*mfuku*) e o rato silvestre (*mbewa*), sendo este de diversas variedades (*phanya*, pl.*maphanya*, de tamanho grande e pelo amarelo-claro; *mponi*, de tamanho médio, muito veloz e ágil, e de pelo dourado escuro; *nsana*; *chatute*, pl.*achatute*, de tamanho médio e pelo cinzento, tão desprezada quanto o rato doméstico, *khoso*, pl.*makhoso*, devido não só ao seu mau cheiro como aos seus hábitos alimentares que se assemelham aos dos homens). Entre outros bichos e insectos contam-se o sapo gigante (*tsesi*, pl.*matsesi*, com mancha amarela no papo), outros sapos (*mphombo*, pequeno e muito verde; *dzomba*, pl.*madzomba*, médio e verde; *ciwala*, pl.*bziwala*, grande e multicolor), distintas larvas (*cikonye*, pl.*bzikonye*, que se alimentam nas árvores; *nthowa*, que se alimentam nas plantas; e *cisenda*, pl.*bzisenda*, que perfuram os caules de árvores como o canhueiro ou *mfula*).

A pesca é outra actividade complementar importante, sobretudo para os Nyungwe que vivem próximo dos rios e dos lagos. Ela pode ser feita com rede de arrasto (*bwázi*); com rede fixa (*kombe*, pl.*akhombe*); por arrasto com panos compridos, relativamente transparentes e premeáveis (*tcira*, pl.*matcira*), modalidade esta geralmente praticada por mulheres ou por jovens; por captura directa através do manejo individual de pequenas redes em forma de peneira (*ciwansa*, pl.*bziwansa*); por meio de uma armadilha em forma de cesto fechado tendo apenas uma abertura de fácil entrada e saída difícil (*khonga*, pl.*makhonga*); ou ainda pela interrupção dos pequenos cursos de água com areia (*mtsito*, pl.*mitsito*, do verbo *ku tsita*, tapar), deixando baixar o nível da água a jusante para apanhar facilmente o

peixe posto assim a descoberto. Pelas suas características e em termos de eficiência, a pesca à rede é aquela que consegue facultar a captura de maiores quantidades de peixe, seguindo-se a pesca de arrasto com panos. Conclui-se assim que quanto maior colectivizada for a actividade maior se torna a sua eficácia em termos de quantidade. As restantes formas são geralmente caseiras ou individuais. Entre as formas de pesca individuais inclui-se também a pesca ao anzol (*kumedza*, que se refere ao anzol mas também significa pescar).

Além dos produtos agrícolas, os Nyungwe conhecem ainda uma grande variedade de folhas, frutos, rafzes e tubérculos de árvores e plantas silvestres que utilizam para enriquecer a sua dieta alimentar ou como simples recurso nos anos de penúria. Das folhas fazem hortaliça (*muliwo*) ou uma variante pegajosa (*therere*). Os frutos mais utilizados são os do embondeiro (*dambe*, pl. *malambe*), de que se utiliza o pó da polpa (*uzu*, *bozo*) para consumo e para condimento na fermentação de bebidas, e as pevides (*mbuyu*) como alternativa ao amendoim; as maçanicas, ou maçãs anãs silvestres (*tsau*, pl. *masau*), que podem ser consumidas frescas ou secas, sendo ainda matéria-prima para a destilação de uma aguardente muito forte (*kachasu*) ou para o fabrico de doces (*chikodogwa*); das nozes de canho (*mpfula*) extrai-se um condimento com sabor de amendoim; na época das chuvas apanham-se muitos outros frutos de tamanhos e sabores diversos, tais como a massala miúda (*mtheme*), e ainda a *nthalala* (pequeno fruto amarelo com casca, polpa e pevides), *nthatcha* (espécie de pequenas uvas amarelas com pevide dura de que se come a casca), *nthudza*, *nholongo*, *nthengeni*, *mbziru*, etc. Os tubérculos mais usados são geralmente de plantas rasteiras ou trepadeiras (*kasioli*, *kangale*, *nangwa*, *kansengwa*). Nas épocas secas cíclicas inter-tropicais são estes frutos, folhas e tubérculos silvestres que servem de recurso às populações Nyungwe. Em cada ocasião crítica cada geração experimenta mais um ou outro produto silvestre que, quando não nocivo, passa a faver parte ao rol dos já "descobertos" pelas gerações anteriores. Daí o ditado Nyungwe que diz que *cinilamba mkulu*, *cidapha mkulu mwanzace*, o que significa, literalmente: "aquilo que um velho recusa causou já a morte a um outro velho".

Dos frutos que mais se consomem em épocas críticas destaca-se o *usika* (fruto comprido e parecido com a fava), cujo sabor é muito azedo. Descascado, mistura-se com as cinzas de uma árvore chamada *mulangani*, acrescenta-se água e mexe-se até desfazer a polpa. Depois de se retirarem as sementes fica uma papa pronta a ser comida, que tem o nome de *chinkhande*. Uma outra forma de aproveitar este fruto consiste em misturá-lo com farelo (de milho, mapira ou mexoeira) e água. Depois de mexido e

extraídas as sementes deixa-se ficar em repouso durante pelo menos oito horas. A solução obtida é uma bebida quase alcoólica denominada *mwata*, que serve de estimulante em trabalhos prolongados, em viagens ou no intervalo entre duas refeições. Também se chama *mwata* à solução obtida da maçanica pilada com água.

Voltando à dieta alimentar dos Nyungwe, existem pelo menos cinco variedades de mel, sendo o mais vulgar o das abelhas clássicas (*nhuchi*), seguindo-se o de *odza* (insectos escuros relativamente mais pequenos, também conhecidos por *phasi*), o de *mwande* (outros insectos, menores que os *odza*), e de *mphumbondza* (insectos ainda mais pequenos que os anteriores). Todos estes fabricam o mel nas árvores. Outro tipo de mel é o de *monga* (insecto parecido com o *mwande* mas menor), fabricado no subsolo, a uma profundidade que varia entre os 15 e os 50 centímetros.

Estes hábitos alimentares ocorrem nas zonas orientais da cidade de Tete, até às zonas fronteiriças com o Zimbabwe. Nestas últimas a língua falada é o ciTawara.

d) Unidades de Produção

A célula produtiva básica, entre os Nyungwe, é a família (*banja*, pl.*mabanja*), que integra não só o pai, a mãe e os filhos menores, mas também os avós fora da idade produtiva (*mbuyakhulu*, pl.*ambuyakhulu*), os rapazes (*mulumbwana*, pl.*alumbwana*) e raparigas (*mtsikana*, pl.*atsikana*) adultos antes do casamento, e ainda os esposos recém-casados durante a fase do casamento uxorivirilocal ou no ínicio do casamento virilocal. Nestas circunstâncias, a família possui um vasto terreno para a produção colectiva (*munda*, pl.*minda*), podendo cada indivíduo ou grupos de indivíduos membros da família, abrir, segundo a sua capacidade, várias áreas complementares, relativamente pequenas, para a produção de géneros da sua preferência. Estas áreas, ou machambas, são designadas por *cibese-bese*, que literalmente quer dizer "actividades matutinas", talvez porque os trabalhos nestas machambas são realizados fora das horas comuns. Esta produção pode ser consumida (dada, vendida, destruída) pelo seu produtor sem qualquer objecção do chefe da *banja*.

Pouco a pouco, a forma primitiva da produção da família alargada foi dando lugar à produção familiar relativamente mais restrita (devido às calamidades, intromissão da influência estrangeira, etc.), de tal maneira que, onde houvesse poligamia cada mulher constituía um núcleo independente de produção e, consequentemente, de consumo.

Outrora, quando a produção familiar era colectivizada, a encarregada da distribuição (*nyakuwanza*) dos géneros do celeiro

(*m'gwangwa*) era geralmente a mulher mais velha (ou primeira mulher, *matsano*), que muitas vezes era assistida nesta tarefa por uma sobrinha ou neta (da linhagem do marido, *mzukulu*), a que fosse mais amiga, sensata, esperta e "boa gestora económica".

2. Descrição das Principais Formas Tradicionais de Cooperação e Ajuda-Mútua

a) *Trabalho Contra Trabalho (Cikuti ou Ccibatsirano em ciNyungwe, ou Cingwirizano em ciDema e ciNyanja, ou Chakuti em ciTawara)*

Quando numa comunidade reina o entendimento, a compreensão mútua é sempre grande e existe grande coesão. Neste caso desenvolvem-se formas de ajuda mútua de trabalho contra trabalho, sobretudo entre parentes, vizinhos ou amigos, num número máximo de cinco.

Uma vez que a compensação deste tipo de trabalho não é "material" e entre um trabalho e o contra-trabalho medeia um período relativamente longo (alguns dias em certos casos), tal situação poderia prestar-se a abusos oportunistas. Daí que esta ajuda-mútua seja geralmente praticada por círculos de comunidades não muito alargados.

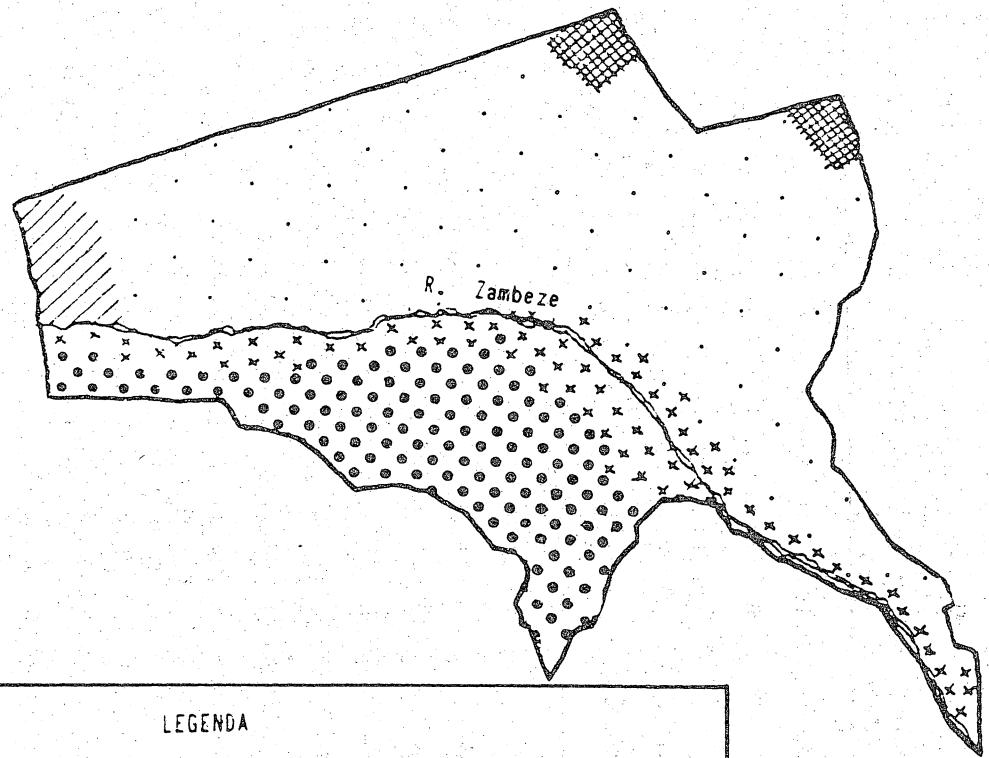
Os principais motivos que originam a ajuda-mútua de trabalho contra trabalho são geralmente as sachas (*kulima*), porque a invasão do capim nas machambas exige um trabalho do tipo "campanha".

Assim, em função de uma combinação, algumas famílias dum mesmo aldeia ou povoação trabalham rotativamente na mesma machamba, uma delas em cada dia ou durante um certo prazo, multiplicando assim o poder de realização. O acordo constitui uma obrigação moral, que só termina após terminar a rodagem pelas machambas de todos os que participam no acordo.

Este tipo de ajuda-mútua pode ser feito em relação a outros trabalhos, mas é necessário que todos os envolvidos tenham as mesmas necessidades (colheita, debulha, etc.). São muito raros os casos de ajuda-mútua do tipo trabalho contra trabalho quando se trata de actividades diferentes. Acontecem entre famílias amigas ou entre parentes (próximos ou alargados).

A designação *cibatsirano* ou *cingwirizano* significa mesmo ajuda-mútua e constituiu um bom incentivo para a introdução, pela Frelimo, das "machambas colectivas" ou "pré-cooperativas", nos primeiros anos da independência.

TETE: Povoamento Etnico 1980



LEGENDA

POVOS MATRILINEARES

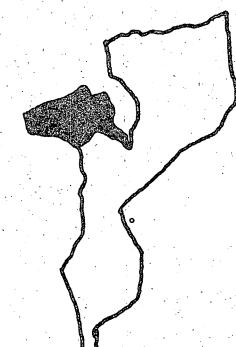
- Chewa-Nyanja
- Do Zambeze superior (Nsenga, Pimbwé,...)

POVOS PATRILINEARES

- Shona
- Nguni

POVOS DE SIMBIOSE DAS DUAS INFLUÊNCIAS

- ××× Povos do vale do Zambeze (Chuabo, Sena, Nyungwe)



Segundo o tipo de trabalho, a ajuda-mútua de trabalho contra trabalho pode ser desenvolvida por homens e mulheres, só por homens ou só por mulheres.

b) Trabalho Contra Bebida (*Ndomba*)

Na vida das populações campesinas há certas tarefas cujo volume e urgência de realização são tais que não podem ser feitas apenas por uma pessoa ou família isolada. Para este tipo de actividades aceita-se comumente ser imprescindível a ajuda-mútua. Ela é não só necessária a quem dela carece como até, de certo modo, obrigatoria do ponto de vista sócio-moral para os vizinhos.

A solicitação de ajuda aos vizinhos é feita a troco de uma compensação. Uma dessas formas de compensação é a prestação de trabalho contra bebida, forma designada por *ndomba* em ciNyungwe, ciTawara e ciDema.

O *ndomba* é realizado da seguinte maneira: A pessoa interessada programa o tipo de trabalho, prevendo os meios materiais, os instrumentos a utilizar e a estimativa dos resultados a alcançar (isto mais sob a forma de anseio e desejo do que de planeamento propriamente dito). Prepara uma quantidade de bebida socialmente aceitável como compensadora do trabalho pretendido. Geralmente a bebida utilizada é a cerveja de mapira, de milho ou de mexoeira fermentados, chamada *bwadwa* (em ciNyungwe), *mowa* (em ciDema ou ciNyanja) ou *hwahwa* (em ciTawara). Em certos casos também se usa aguardente destilada de fruta (maçanica, banana, etc.) ou de qualquer produto fermentado (farelo açucarado, cana sacarina, etc.). A aguardente chama-se *kacasu*.

Com certa antecedência, o chefe da família interessada dá a conhecer a sua intenção ao chefe da povoação, o *kabandazi*, representante local do *mpfumu*, de quem normalmente recebe o consentimento ou autorização.

Na ante-véspera ou na véspera o chefe da família envia mensageiros para avisar os vizinhos. Tais mensageiros, que podem ser filhos, parentes ou pessoas chegadas à família, são designados por *m'tumi* (pl. *mitumi*). De facto, o termo *m'tumi* designa "mensagem", qualquer que seja o assunto a tratar. Esta "convocatória" tem o nome de *kugonesa ndomba*.

No dia aprazado, muito cedo, é enviada ao chefe da povoação uma bilha ritual (*tacu*) de pombe em sinal de reconhecimento.

O dono da casa, ou um seu representante directo, deve participar na actividade. Antes do início desta, o dono da casa escolhe uma pessoa da sua confiança como coordenador de tudo, a quem faz a apresentação da

quantidade total de bebida a disponibilizar para o *ndomba*. O coordenador, ou "capitão", controla o trabalho, a distribuição da bebida, e serve de animador geral, pelo que deve ser exemplar no trabalho. Ele recebe também um *tacu*.

Ainda antes do trabalho, o dono da casa, através do "capitão", oferece uma bilha de bebida para todos provarem, a *mulawidzo*, que só serve mesmo para cada participante provar, não sendo portanto forçoso que contenha grandes quantidades de bebida.

Convém salientar ainda alguns aspectos: As vasilhas utilizadas para bebidas distinguem-se pela confecção e aspecto exterior (formato, desenhos, etc.), embora o volume e capacidade variem. Assim, o *tacu* que se dá ao chefe da povoação, o *kabandazi*, pode ter entre 7 e 15 litros. O importante é que as vasilhas tenham os desenhos, incisões e formatos específicos para cada utilização. O *tacu* destina-se só a cerimónias especiais.

O mesmo se pode dizer do tamanho das bilhas convencionadas para a bebida compensatória do trabalho. Mas não podem faltar a primeira bilha, a *mulawidzo*, e a bilha principal ou *thawale*, que é a última e a maior de todas. Enquanto esta não for apresentada oficialmente pelo "capitão" aos participantes no trabalho, a festa prolonga-se sem que ninguém abandone o local. Entre estas duas bilhas, a primeira e a última, servem-se outras.

A cada participante no trabalho corresponde igual medida na divisão da bebida, independentemente da sua idade ou sexo. Cada um é livre de utilizar imediatamente a sua parte, bebendo com os presentes, ou de a levar para sua casa. Assim, um convidado pode mandar um subordinado executar o trabalho em sua substituição, e receber a sua parte da bebida, que aquele lhe traz a casa.

Geralmente, a libação fornece motivo para várias manifestações festivas, havendo sempre danças (*nkhatakata*, *mafwe*, *tcipisi*, *njole*, etc.), sobretudo as que não necessitam de instrumentos musicais, mas também muita conversa, contos, anedotas, etc.

Os trabalhos que mais vezes são alvo de ajuda-mútua são os da sacha (*kulima*), abertura de machamba nova (*thema* ou *themwa*, em ciTawara), colheita (*kubvuna*), construção da casa, celeiro ou curral, maticagem de casas (*kudjeda nyumba*), transporte de material de construção ou de produtos da machamba para a povoação, entre outros.

Consideram-se verdadeiros apoiantes os vizinhos e todos os participantes que não vivem directamente na casa da família ajudada. Porém, há casos em que os filhos mais velhos, quando já independentes dos pais, podem ser considerados como convocados.

Independentemente da hora de chegada ao trabalho, o participante é considerado como tendo direitos iguais aos que chegaram mais cedo. Mas existe um controlo moral para os casos de abuso de confiança, pelo que um indivíduo que chegue habitualmente tarde aos trabalhos pode ter a sua participação interdita pelos restantes participantes.

Uma mesma família pode organizar vários *ndombas* (ou "cerveja de trabalho") num ano. O padrão de medida é os vizinhos estarem de acordo com essas realizações, consensualmente. Essa tolerância depende de muitos factores: Reconhecimento das necessidades reais da pessoa ou família, o seu comportamento e influência social, etc. Qualquer exagero é criticado e a cooperação recusada.

Este tipo de ajuda-mútua é, portanto, rotativo entre os membros da comunidade e determinado pela necessidade de uma família e compreensão dos seus vizinhos.

Se, por qualquer motivo, a cerveja estiver azeda ou imprópria para consumo, os convidados realizam o trabalho marcado e o dono da casa fica obrigado a fabricar nova cerveja para se beber posteriormente, em geral uma semana depois. Em contrapartida, se houver mau tempo e não for possível realizar-se o trabalho as pessoas, devidamente controladas pelo "capitão", bebem a cerveja e comprometem-se a comparecer em dia marcado para realizar o trabalho.

Quase sempre a decisão depende do dono da bebida pelo que ele pode, por vezes, oferecer-lá gratuitamente aos presentes, tornando a confeccionar outra para o fim inicialmente pretendido. Tradicionalmente a cerveja não se vendia mas hoje entra no comércio.

*c) Trabalho Contra Produtos e Géneros (Prestação de Serviços Chamada *Pheresero*)*

Em qualquer comunidade existem sempre diferenças em relação à propriedade. Umas famílias possuem criação animal, outras têm machambas localizadas em solos que dão melhor certo tipo de produtos e em maior quantidade que as demais, etc.

A necessidade de realizar com rapidez um certo trabalho que exige esforços conjugados, por um lado, e a vontade das outras famílias em obter o que não possuem, por outro, dá origem à cooperação do tipo de trabalho contra produtos, ou "Ganho-Ganho".

Há casos em que o reconhecimento, por parte dos vizinhos, da necessidade real de ajuda por quem a solicita, os leva a aderirem ao trabalho mais por solidariedade que pelo produto a receber em troca. Deve-se ainda referir que o espírito de "querer ter mais", aliado a um certo desnível

económico entre os que têm meios e os que nada possuem, leva os primeiros a utilizar os outros como empregados a quem pagam em produtos, sobretudo em épocas de calamidades ou grande penúria.

Na sua forma genuína e tradicional, a prestação de serviços do tipo aqui referido consiste no seguinte: Havendo uma tarefa concreta (a exemplo das mencionadas nos pontos anteriores ou, também, por exemplo, a limpeza e preparação da machamba para a sementeira), o interessado põe à disposição dos vizinhos certos produtos, em troca do seu trabalho. Por exemplo, mata uma vaca ou outro animal, ou disponibiliza amendoim, fruta, etc. Os vizinhos acorrem ao apelo, mas a tarefa pode ser realizada por partes, uma vez que cada um pode levantar a quantidade para a qual se acha capaz de compensar em trabalho (para meio-dia, para um dia inteiro ou mais dias de trabalho).

Daí que a ajuda não se faça ao mesmo tempo, podendo mobilizar três a dez participantes por dia. Assim sendo, os consumidores de grandes quantidades de produto ficam na qualidade de devedores, podendo ser convocados para o trabalho compensatório no dia em que convier ao proprietário. A convocatória é feita na véspera e só não é cumprida em casos de impossibilidade comprovada (doença, falecimento de um familiar ou vizinho, ou outros casos de força maior socialmente aceitáveis).

Em alguns casos, quando o trabalho se torna imperativamente inadiável, esta forma de ajuda-mútua, sobretudo em géneros, pode tomar a modalidade de *ndomba*, em que todos os convocados vão ao mesmo tempo e realizam todo o trabalho, distribuindo-se no final o produto ou os géneros.

Neste tipo de ajuda-mútua participam, como é óbvio, pessoas não pertencentes à família restrita, uma vez que todos os membros de uma mesma família são co-proprietários dos pertences da mesma.

O valor a pagar no *pheresero* é sempre combinado previamente.

3. Algumas Transformações Registadas nos Últimos Decénios na Economia e nas Formas de Cooperação e Ajuda-Mútua

a) A Reestruturação da Célula Produtiva

No vale do Zambeze, a interpenetração entre populações e tribus de etnias diferentes e a predominância da influência crescente das relações de produção mercantil, aliada à obrigatoriedade das novas famílias fixarem residência não em função dos seus consanguíneos mas sobretudo das suas ocupações profissionais sujeitas à mobilidade e transferências, são alguns dos factores que aceleram a desintegração do regime de famílias muito

alargadas como células produtivas básicas, passando os lares (esposa, marido e filhos) a substituir aquelas como células produtivas. Com esta mudança, cada esposa, nas famílias polígenas, constitui ponto de referência do "lar" (apesar do papel predominante ser jogado socialmente pelo varão) e, por isso, possui a sua própria machamba e palhota.

Com esta sedimentação, as células produtivas reais passaram paulatinamente a ser constituídas por cada vez menor número de membros por família, aumentando por isso a quantidade de tarefas variadas a executar e, consequentemente, o tempo de trabalho.

Antigamente, devido à concentração de maior número de membros por família, o trabalho produtivo principal levava menos tempo, sobrando um fundo de tempo de lazer ao longo do ano que era ocupado em actividades complementares tais como longas festas espirituais e culturais, danças folclóricas fora das cerimónias específicas, caçadas colectivas constantes, sobretudo na época seca (*cirimo*), etc. Nos últimos anos, com a redução do número de membros da família, existe uma tendência para o decréscimo de tais actividades complementares, que se restringem às manifestações e realizações consideradas estritamente "indispensáveis".

Para além disso, em muitas zonas o problema da guerra contra o movimento de libertação provocou a deslocação de populações das suas regiões habituais para outras zonas, à mistura com grupos de outras etnias e tribus, em áreas relativamente apertadas onde os terrenos agrícolas passaram a ser distribuídos pelas autoridades coloniais em quantidades insuficientes. Este facto, aliado aos problemas decorrentes do trabalho migratório, provocou profundas alterações na vida das populações, que tiveram que se adaptar às novas condições nos chamados aldeamentos.

Com o fim da guerra de libertação houve tendência para o reaparecimento, ou até "ressurreição" de muitas das manifestações anteriores, mas quase sempre com características de adaptação ou aculturação, embora em umas zonas mais do que em outras.

b) As Tendências de Modificação das Formas de Cooperação e Ajuda-Mútua nos Últimos Decénios

Com a implantação e a expansão da administração colonial portuguesa, tanto através da montagem das suas estruturas de governo directo (os chefes de posto e os administradores de concelho e circunscrição, servidos por equipas de sipaios, guardas auxiliares e polícias), como pela utilização de algumas formas tradicionais de organização tribal (cabos de terra, chefes de grupo de povoações ou *nkakwewe*, os chefes de povoação ou *fumu*, e chefes de família ou *mwenefumu*, etc.), e a consequente introdução de certas

obrigatoriedades económicas até então desconhecidas (o pagamento do imposto, o recrutamento forçado para trabalhos ou "contrato", sobretudo na construção das vias férreas e nas plantações de Manica e Sofala, Zambézia, etc.), provocaram, na organização interna das populações Nyungwe, muitas alterações profundas, o que se repercutiu na sua vida sócio-económica.

A partir de certa altura começou a fazer parte da vida do camponês varão a preocupação de emigrar para terras estrangeiras à procura de ocupações remuneradas, cujos proveitos serviriam para a liquidação da "dívida" anual do imposto. De entre as terras vizinhas escolhidas para este efeito era a ex-Rodésia do Sul quem mais favorecia esta procura, pela concentração da indústria e sobretudo de农meiros, cujas plantações absorviam grandes quantidades de trabalho braçal. Neste ramo de actividade económica havia vantagens mútuas porque os camponeses migrantes preferiam sobretudo empregos de curta duração, que lhes permitiam o dinheiro mínimo necessário. Por outro lado, o trabalho nas plantações requeria apenas maiores quantidades de trabalhadores em certas épocas do ciclo agrário (sementeira, sacha e, sobretudo, colheita).

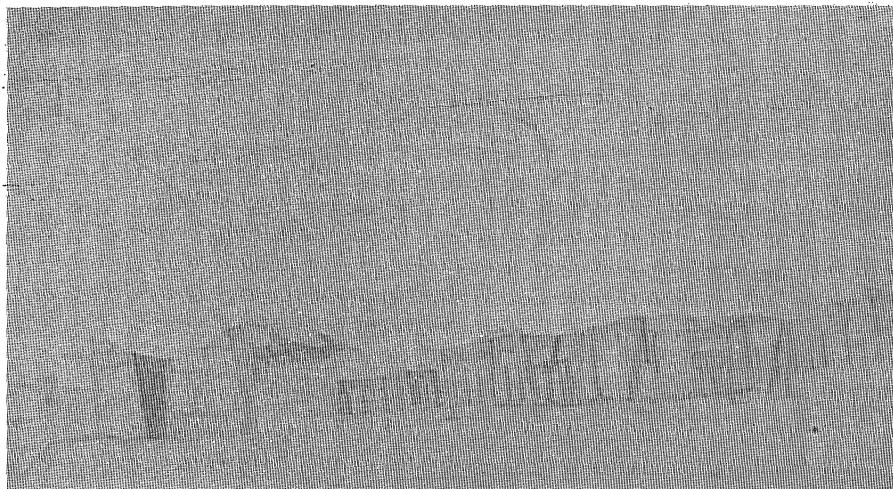
A ausência quase constante de varões em períodos relativamente prolongados trouxe à estrutura do trabalho rural novas exigências de organização social: A comunidade rural deixou a pouco e pouco de estar fechada sobre si mesma, de ser uma comunidade só para si, e passou a assimilar novos tipos de consumo (certa mercadoria até aí desconhecida nos seus hábitos, como panelas, pratos, canecas e outros utensílios de esmalte ou alumínio "importados" pelas viagens).

Entre as populações Nyungwe que se não deslocam para o estrangeiro, nota-se maior predomínio de mulheres, crianças e velhos, o que faz acumular grande número de "tarefas paradas" que a população não está preparada para resolver por si. A acumulação excessiva de trabalhos que exigem a ajuda-mútua na sua solução faz com que haja maior oferta de mão-de-obra. Isto estimula naturalmente uma certa concorrência entre os necessitados. Esta situação, aliada ao facto dos regressados do trabalho assalariado (tanto dos contratados coloniais como, sobretudo, dos regressados da Rodésia do Sul) trazerem consigo objectos de uso e consumo e, até, dinheiro, levou a que os trabalhos que eram apenas realizados pela cooperação e ajuda-mútua comumente aceites passassem a realizar-se em troca de bens materiais de valor e, por isso, começassem a ganhar forma de trabalho remunerado.

As normas consuetudinárias, cuja força dava grande coesão aos membros da comunidade, deixaram de exercer a sua pressão, assistindo-se a uma grande desagregação do sistema.

Nos últimos decénios a ajuda-mútua começou a ganhar a forma de negócio, havendo casos de litígio por falta de cumprimento das obrigações da parte dos intervenientes. Deste modo, é normal agora as pessoas fazerem trabalhos tanto ligados directamente à produção agrícola (sacha, colheita, abertura de novas machambas, etc.) como complementares (construção de casas ou currais, etc.), em troca de remuneração, sob a forma de salário por jornal, por tarefa ou trabalho de tipo sazonal. Trata-se do "Ganho-Ganho", na sua forma moderna.

Por outro lado, os produtos que outrora constituiam apenas bens de consumo da comunidade começam, com a desintegração desta em pequenas famílias nucleares, a ser utilizados para a troca por outras mercadorias ou, até, a ser vendidos. É o caso das bebidas resultantes da fermentação de cereais, dos produtos agrícolas, etc.



GUERRA, FOME, SECA E DESENVOLVIMENTO: LIÇÕES DE CHANGARA, MOÇAMBIQUE

Yussuf Adam

1. Introdução

Changara, com uma área de 12.000 km², é um distrito situado no Sul da Província de Tete, a cerca de 70 km da capital provincial¹. Segundo o censo da população de 1980, os seus habitantes totalizavam 86.500. Em 1985, a população do distrito estava reduzida a cerca de metade, pois os restantes haviam emigrado para o Zimbabwe ou morreram devido à seca².

O estudo da história recente do desenvolvimento do distrito de Changara mostra que o aldeamento das populações acabou por destruir a lógica interna de organização das comunidades camponesas, que tiravam o melhor benefício possível e aproveitavam de uma forma racional os recursos existentes.

A ocupação do território fazia-se segundo a "lei natural de fixação da população", isto é, estava directamente dependente da ocorrência de água e de bons solos para a agricultura. Este sistema entrou em crise na década de 1970, devido ao reordenamento forçado da população pelas autoridades coloniais. Depois da independência vários factores agravaram a situação. Romperam-se os circuitos do trabalho migratório para o Zimbabwe e para a Beira. A agricultura foi afectada pela guerra e pela seca. A seca não permitiu a reposição de *stocks* de sementes durante épocas agrícolas consecutivas a partir de 1981, sobretudo dos camponeses que não possuíam terras irrigadas. A quebra dos circuitos de comercialização e a paralisação dos transportes ampliaram a crise da região. As políticas de desenvolvimento implementadas depois da independência não permitiram o surgimento de uma alternativa à situação herdada. As tentativas de reformulação dessas mesmas políticas foram impedidas pela destabilização. As acções de reordenamento do *habitat* implementadas, que passamos a analisar, aumentaram ainda mais a vulnerabilidade da população camponesa à fome, e criaram espaços para a entrada da Renamo, cuja actuação no terreno era única e exclusivamente militar³.

O texto que se segue apresenta a situação do distrito de Changara em três momentos. Num primeiro, os camponeses viviam em aldeias criadas

por si próprios. Num segundo, a administração colonial criou aldeamentos. E num terceiro, o governo que surgiu com a independência instalou as aldeias comunais.

2. As Aldeias Camponesas

Antes do reordenamento de 1972, a população do distrito de Changara, cerca de 11.642 habitantes, estava incluída em 9 regulados e 28 aldeias⁴. A população distinguia-se a si própria como Tauara em 6 aldeias, e Tonga em 3 aldeias. A população Tauara falava Nhungué, e a Tonga falava Shona.

O número médio de habitantes por aldeia era de 215. A maior delas, Chaveca, tinha 315 pessoas, enquanto que a menor, Saize, tinha 131.

Nos anos 70, ao longo das estradas e vias de comunicação, sobretudo da estrada alcatroada que ligava Tete à Rodésia, começou a verificar-se uma certa concentração da população. Mas a maioria da população vivia nos "pequenos aldeamentos indígenas (...) concentrados nas zonas baixas dos vales dos rios que caracterizam hidrograficamente a zona de Changara" (Braga 1972:16).

Este padrão de povoamento constituiu uma resposta da população às condições naturais existentes. O clima é semi-árido, com chuvas anuais na ordem dos 650mm⁵. A falta de água faz-se sentir em todo o distrito, exceptuando as regiões situadas perto dos cursos de água permanentes como o Mazoe e o Luenha. Nas zonas altas do distrito, ou nas de transição entre as margens dos rios e as zonas altas, só é possível o abastecimento de água através de poços. Os bons solos ocorrem em bolsas espalhadas por toda a região, concentrando-se as terras de melhor aptidão agrícola nas margens dos rios.

De forma nenhuma esta "distribuição natural da população" assegurava uma situação idílica no que respeita à alimentação dos camponeses. Mas tratava-se de uma resposta lógica e racional face às condições ecológicas existentes.

A agricultura praticada era itinerante e baseada na queimada. Cada parcela era cultivada durante 4 anos, entrando depois num período de pousio de 12 anos ao fim dos quais voltava a ser cultivada. Normalmente, cada agricultor possuía, além de uma área de regadio, uma de sequeiro. A manutenção de um sistema deste tipo garantia a continuidade da produção na época seca do ano e em períodos de seca. Nem todas as famílias tinham acesso a terrenos facilmente irrigáveis. Aqueles que não tinham terra irrigável podiam obtê-la por empréstimo, sendo no entanto necessário pagar

em géneros ou em dinheiro a sua utilização. Este facto reflecte a existência de um padrão de propriedade da terra que concentra o controlo das terras, sobretudo das melhores e mais produtivas, nas mãos de um determinado grupo da população, ou seja, aqueles que são originários de uma determinada zona onde abriram as primeiras machambas. O instrumento de trabalho comum era a enxada. Um pequeno grupo de camponeses utilizava a charrua, que permite um aumento das áreas trabalhadas. Um camponês da localidade de Caomba conseguia, com charrua puxada por burros, trabalhar 3,5 hectares, contra os 1,5 ou 2 que cada família conseguia, em média, arrotear à enxada (Braga 1972:14). As produções eram relativamente baixas.

Para além das pequenas áreas semeadas e da produtividade média baixa, a produção agrícola era afectada por pragas (ratos, gafanhotos, insectos e pássaros), secas e cheias, e pela falta de instrumentos agrícolas. Uma parte do pouco que se conseguia produzir era também destruído devido a um sistema de armazenagem de cereais deficiente. As sementes eram guardadas em casa, em potes de barro. Cada família tinha um celeiro.

QUADRO 1 - PRODUÇÕES MÉDIAS POR HECTARE

	MIA	DPSP
Mexoeira	575,9	565
Mapira	336,3	consociada
Milho	448,8	617
Amendoim	214,6	563
Algodão	113,8	800

Fonte: Dados do DSPP retirados do SREP-Divisão de Promoção Social e Povoamento. Inquérito por amostragem no Mazoe, 1971.

*Com tratamento fitossanitário.

O calendário agrícola, que em Changara se inicia em Setembro, com a limpeza das machambas, tem duas épocas. No período de sequeiro, ou primeira época, de Novembro a Fevereiro, cultivam-se mapira, mexoeira, melancia, pepino, feijão-nhemba e abóboras, consociados. Na segunda época, ou período de regadio, de Fevereiro/Março a Julho/Agosto, cultivam-se hortaliças (cenoura, tomate, cebola, beringela). Em consociação produz-se milho, abóbora e feijão-nhemba. Cultivam-se também batata-doce, quiabo, piri-piri e pepino.

Os cereais mais cultivados em Changara são a mexoeira e a mapira.

O gado bovino e caprino é também um indicador da diferenciação social. Os maiores proprietários possuam manadas de 200/300 cabritos, enquanto que um pequeno proprietário possuía manadas de 10 a 15. As manadas de cabritos eram, também, um indicador de acumulação de riqueza, pois serviam como forma de acumulação e, na altura das secas, eram utilizadas para comprar comida. No inicio da década de 1980 foram trocados milhares de cabritos por comida, no Zimbabwe.

A sobrevivência económica das famílias camponesas assentava em dois pilares: A agricultura familiar e o trabalho migratório. A produção agrícola fornecia a alimentação de subsistência e um excedente comercializável. Os rendimentos provenientes da venda da produção agrícola eram mínimos e tinham que ser complementados pelas receitas do trabalho assalariado sobretudo fora de Changara, porque o emprego na zona, para além de algum trabalho nas cantinas ou do emprego doméstico, era praticamente nulo. Dois fluxos importantes de trabalho migratório saíram de Changara: Um para a Rodésia e outro para a Beira. Em 1972, estimava-se que cerca de 17% da população masculina em idade de trabalhar se encontrava fora do distrito. Os rendimentos monetários eram essenciais para a reprodução das famílias pois permitiam a compra de bens de consumo como roupa, sabão, petróleo, meios de produção melhorados (charruas), a construção de casas e a compra de comida nos momentos de crise⁶.

Na zona não havia concessões definitivas de terrenos, mas apenas autorizações para duas demarcações provisórias, num total de 200 hectares. A maior parte da população dedicava-se à agricultura, havendo no distrito cerca de 11 cantinas que viviam da compra de produtos agrícolas e venda de bens de consumo⁷. Existia uma fraca população colona e um débil desenvolvimento das infraestruturas económicas e sociais⁸. As infraestruturas mais importantes existentes no distrito são as duas estradas alcatreadas, construídas na década de 1970. Uma, na direcção Norte-Sul, liga Tete à Beira. A outra, no sentido Este-Oeste, liga o Zimbabwe ao Malawi através de Tete. Se bem que sejam infraestruturas importantes, elas não foram criadas para servir a economia do distrito, surgindo antes pelas necessidades de desenvolvimento global da colónia. Existe uma rede de estradas secundárias de terra no interior do distrito, dificilmente transitáveis durante todo o ano.

Diferenciações internas no seio da população camponesa eram verificáveis quanto à posse da terra, meios de produção e domínio do poder político. A diferenciação social existente na zona foi ampliada pela crise. Era possível distinguir três grupos entre as famílias camponesas do distrito

de Changara:

- Uma camada muito reduzida de camponeses com uma grande quantidade de cabritos, muito pouco gado bovino ou muar, pois a maior parte das manadas desaparecera. As famlias eram numerosas e as reservas alimentares suficientes para um ano ou mais. Conseguiam produzir para o mercado;
- Um segundo grupo de camponeses com força de trabalho suficiente, pouco gado e sem acesso a terras irrigáveis em quantidade. Este grupo dependia bastante do trabalho assalariado para as suas necessidades de dinheiro;
- Um terceiro grupo sem força de trabalho. Cultivava fundamentalmente machambas de sequeiro, altamente dependentes da chuva. Não tinha gado caprino nem suíno.

Este tipo de diferenciação social não difere daquele que encontramos em outros distritos de reserva de força de trabalho onde não havia grandes latifundiários colonos. O acesso à terra era controlado por normas em que a propriedade da terra era assegurada ao indivíduo que abria a primeira machamba na zona. Qualquer talhão que tivesse sido alguma vez trabalhado pertencia àquele que o desmatara primeiro. As terras virgens eram acessíveis a qualquer um, desde que pedisse autorização ao fumo ou régulo da zona.

A economia política do distrito de Changara na altura, apresenta simultaneamente três características: Exportação de trabalho migratório, produção agrícola camponesa para o mercado e uma diferenciação social no seio do campesinato.

Estes traços estruturais derivam da forma como a região de Changara foi integrada na economia colonial.

O padrão de ocupação do território referido anteriormente foi afectado por planos de reordenamento da população. Duas acções de reordenamento podem ser distinguidas - uma de formação de aldeamentos, no período colonial, e outra de aldeias comunais, no período após a independência.

3. Os Aldeamentos Coloniais: 1972-1974

O primeiro aldeamento a ser criado em Changara localizava-se onde está actualmente a aldeia de Kapimbi. Um outro foi formado na actual aldeia Gola/Caomba. Foram incorporados nos aldeamentos os habitantes dos regulados Temangau e Nachinanga, do Posto Administrativo de Temangau, e os de Simoco, Bonga e Cutambura, do posto de Chioco. O processo foi

rápido, violento e repressivo. Em menos de 24 horas os 4.904 camponeses tiveram que sair das suas povoações, desmontar as casas para aproveitar o máximo dos materiais de construção, e foram levados sob escolta para os novos locais.

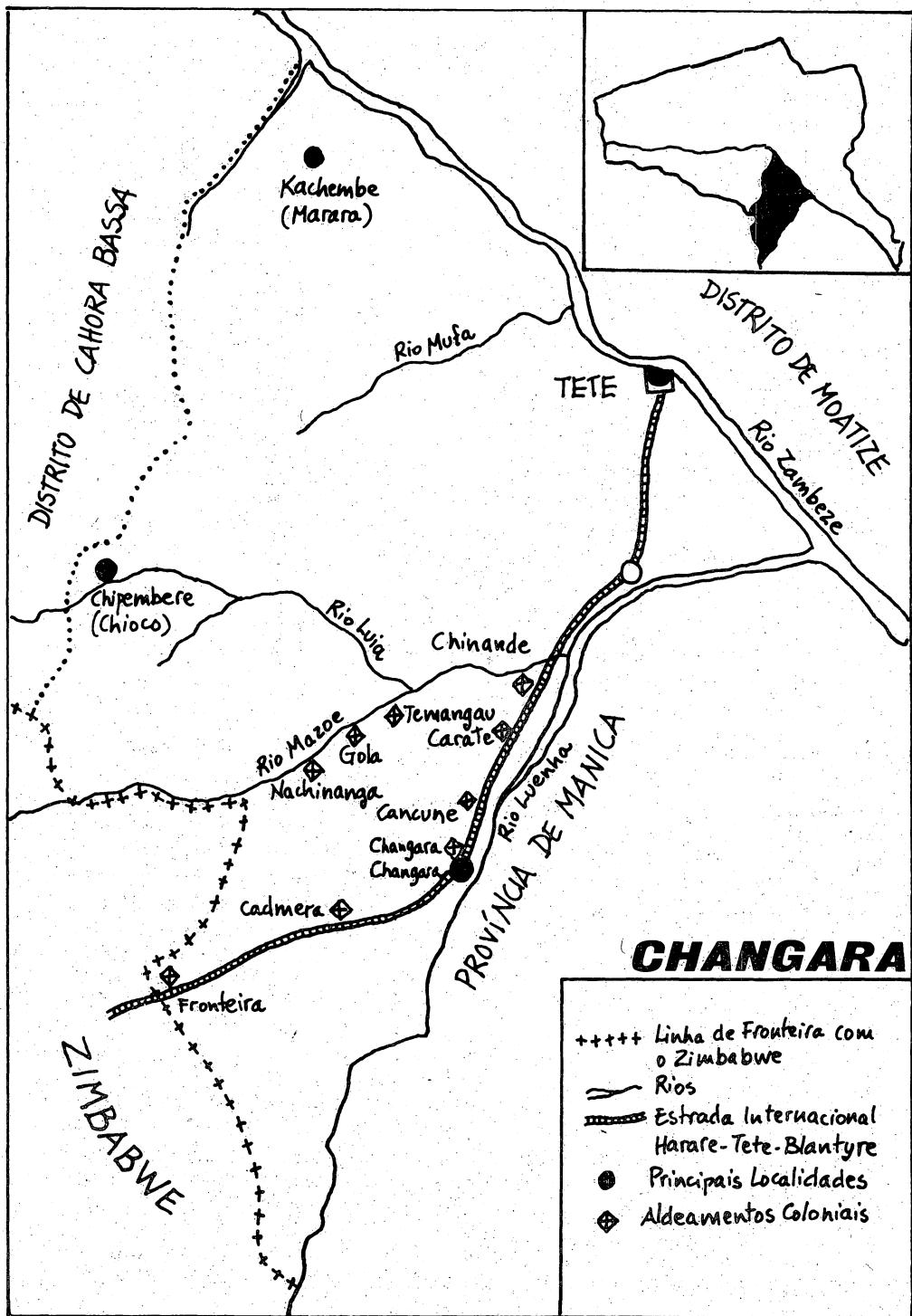
Iniciava-se assim, em 1972, o primeiro reordenamento da população de Changara. O Estado colonial, para fazer face à guerra de libertação que alastrava na região, criou os aldeamentos. Pretendia-se aglomerar a população que vivia em aldeias localizadas perto das suas machambas, em outras maiores, com um sistema de protecção militar.

O projecto de formação de aldeamentos em Changara estava planeado para se iniciar de Norte para Sul do distrito, de forma a constituir-se uma zona tampão ao avanço da guerrilha, que controlava zonas de Chioco, a Norte do Mazoe (Braga 1972:32). O programa de aldeamentos iniciar-se-ia nas margens do Mazoe, perto do posto-base do GPZ em Temangau. Seguir-se-iam Nachinanda e Chinsoro, no bloco Mazoe, e Carate, Chinande e Changara, no bloco Luenha. Os regulados de Magasso, Chiguidene e Zevedo, no Sul do Distrito, junto à fronteira com a Rodésia, seriam aldeados mais tarde.

Qual a razão deste padrão de formação de aldeamentos de Norte para Sul? Segundo os planeadores coloniais teria que assim ser porque não estavam ainda disponíveis estudos de solos do Sul de Changara. A forma como os aldeamentos foram implementados revela a lógica que estava por detrás da sua criação, e que os planos do GPZ tentavam mascarar alegando que os aldeamentos iriam iniciar um processo de desenvolvimento económico. A formação dos aldeamentos foi, portanto, uma acção única e exclusivamente militar. Pretendia-se conter a FRELIMO ao Norte do rio Mazoe. O aldeamento das populações permitia um controlo e um acompanhamento muito maiores dos contactos mantidos por elas com os guerrilheiros. Possibilitava também a organização de um sistema de auto-defesa, através da formação de milícias e distribuição controlada de armas (Braga 1972:1).

Em 1972, a administração portuguesa realizou uma campanha de mentalização e auscultação das populações. A mentalização visava dois objectivos principais:

- a) A preparação psicológica para elas viverem em aldeias;
- b) A adesão da população aos programas de "desenvolvimento comunitário", o que permitiria, pelo incremento da ajuda mútua entre os camponeses no processo da sua reinstalação, uma redução dos custos das construções a realizar pelo Estado, permitindo uma rápida reconstrução das casas e o desbravamento e plantio das machambas nos novos locais.



Foi também feita uma avaliação da receptividade das populações ao projecto do Estado. Dos nove regulados investigados a receptividade foi má em dois, indefinida em um, razoável em um e boa em cinco.

Os resultados desta pesquisa de opinião são questionáveis por causa da repressão. Segundo a população, não era possível qualquer oposição porque quem se opusesse enfrentaria as autoridades (Akesson 1984:7).

A oposição maior surgiu nas povoações cujos habitantes iriam ser instalados em aldeamentos situados fora do regulado de origem, caso de Chinsoro, que seria transferido para Nachinanga, e de Chinanda, que iria para Temangau. Qual a base desta recusa? Três razões principais podem ser apontadas. A distância das machambas - os novos aldeamentos ficavam bastante longe, a cerca de 20 km dos locais onde a população tinha as suas terras. A qualidade dos solos - os solos não eram tão bons como os das machambas que deveriam abandonar. A propriedade da terra - as terras em volta das novas aldeias já estavam ocupadas e tinham donos que só as cederiam em regime de partilha de colheitas.

Não havia diferenças entre o tratamento dispensado à população nos aldeamentos de Changara e o ministrado em outras regiões do país, no período colonial. O controlo dentro do aldeamento era muito rigoroso. Não era possível ir tomar banho ao rio sem guardas, ou sem se estar integrado em grupos separados de homens e mulheres (Akesson 1984:6).

A vida nos aldeamentos (designados pelos camponeses como *mictórios de cabras*) era diferente do futuro "cor-de-rosa" prometido pela administração colonial. O projecto previra a criação de 12 aldeamentos, agrupando as populações residentes nas duas margens do Mazoe e no resto do distrito de Changara. Cada um deles deveria albergar um máximo de 1000 pessoas, cerca de 220 famílias. Prometiam-se programas de educação e saúde. Em cada aldeamento seria construído equipamento social indispensável: Uma escola com duas salas de aula, um posto de socorros, um centro social, uma casa para o régulo e um armazém-celeiro. Para além desse equipamento considerado indispensável, estava previsto outro, considerado na perspectiva colonial como de segunda prioridade, se bem que fosse fundamental para aumentar a produtividade agrícola e manter o gado num meio em situação de seca crónica: Um poço com fontenário, lavadouros, bebedouro para o gado, balneários, eira, moagem mecânica, descarolador metálico para milho, tarara metálica para seleção e limpeza do milho, descascador metálico para amendoim, estabelecimento comercial e clube local (Braga 1972:33).

O plano elaborado para Changara prometia uma rápida melhoria das condições sócio-económicas das populações dessas áreas (Braga 1972:25).

O aumento do rendimento monetário das famílias seria conseguido através do fomento de uma cultura de mercado, pela assistência técnica ao agricultor para aumento da quantidade e qualidade das produções. Um programa de promoção social seria desenvolvido, incidindo especialmente nos sectores de educação, saúde e valorização da mulher.

Em 10 anos as modificações das formas de produção agrícola conduziriam "ao abandono da agricultura sobre queimada. As explorações seriam estabilizadas pela introdução de um sistema racional de rotação dentro dos respectivos afolhamentos" (Braga 1972:25). Este plano de desenvolvimento visava também criar uma reserva de força de trabalho. Consumidoras potenciais desta força de trabalho liberta da agricultura familiar seriam as actividades económicas a criar beneficiando da energia eléctrica de Cabo Bassa, e as empresas mineiras para a exploração de jazigos de fluorites e manganês, cuja ocorrência já tinha sido registada no distrito. Os novos postos de trabalho permitiriam em 10 anos a duplicação dos rendimentos *per capita* (Braga 1972:26). Estas acções nunca chegaram a ser realizadas (Akesson 1984:4).

O Estado colonial não estava interessado em modificar as suas relações com o campesinato, nem em conceder-lhe um espaço económico e político. A sua resposta ao avanço da luta armada foi a formação de aldeamentos estratégicos para um maior controlo dos camponeses. A justificação dada pelo governo português era de que estes eram um instrumento para a promoção de um processo de desenvolvimento económico. Os planos não previam uma restruturação da vida económica e das relações políticas do Estado com o campesinato, mas sim a consolidação da relação já existente, através de uma racionalização dos métodos de repressão do Estado (Adam 1986).

A produção agrícola era fraca. A terra dos talhões distribuídos era pobre. Esta característica, aliada ao facto das transferências dos antigos locais de residência para os novos terem sido feitas em Novembro, em pleno período das sementeiras, resultou numa fraca produção agrícola e na consequente crise alimentar. Alguns habitantes conseguiram emprego no GPZ, utilizando o salário para comprar comida.

A formação de aldeamentos acabou por alterar os padrões de produção e de habitação da população, reduzindo os níveis de produção e aumentando a vulnerabilidade à fome. O reordenamento resumiu-se a uma transferência administrativa e forçada da população para locais de concentração defendidos militarmente. Não houve uma transformação nem das condições técnicas nem das relações políticas ou de produção. Apesar da fraseologia, os planos portugueses destinavam-se a manter a situação

colonial tal qual ela existia.

O Estado colonial não era capaz de alterar a sua própria natureza, de fazer alianças com a população colonizada e dar poder real aos seus aliados.

O aldeamento das populações de Changara, em 1972, é um indicador da crise em que o Estado colonial estava mergulhado face ao avanço da FRELIMO. O colonialismo em Moçambique não tinha capacidade para dar uma resposta política e económica ao movimento de libertação, tendo recorrido às soluções repressivas.

4. As Aldeias Comunais

Depois da assinatura dos Acordos de Lusaka, em 1974, os camponeses que viviam nos aldeamentos de Changara receberam ordens para abandonar os *mictórios de cabras* e regressar aos seus antigos locais de residência. Esta orientação é diferente da que receberam os habitantes dos aldeamentos ou das antigas zonas libertadas de Cabo Delgado: Estes foram instruídos para se manterem nos locais onde tinham sido colocados pelos portugueses, ou para as sedes dos círculos da luta armada onde se haviam concentrado (Adam 1983).

A reacção das populações aldeadas de Changara a esta ordem foi desigual. Todos aqueles que tinham sido colocados em aldeamentos que ficavam longe das suas antigas áreas de produção e residência regressaram aos seus locais de origem. Aqueles cujas terras ficavam perto dos aldeamentos mantiveram-se neles. Do aldeamento que se situava no local da actual aldeia de Kapimbi saíram todos aqueles que não viviam na região, no período colonial. Um destes grupos, que anteriormente vivia em Gola, regressou à sua antiga aldeia, que passou a chamar-se Caomba. As razões do abandono dos aldeamentos por uma parte da sua população estão ligadas ao acesso à terra para a produção.

A situação do campesinato já era difícil em 1975. Indícios de fome surgiram, no distrito, logo depois da independência. Situações de fome ocorreram também na região devido às cheias do Luenha e do Mazoe. Changara-Sede, Temangau, Mazoe e Ntchanga foram afectadas (Relatório Anual do Distrito de Changara, 6 de Janeiro de 1982).

As políticas de desenvolvimento rural que começaram a ser implementadas depois da independência baseavam-se na criação de aldeias comunais e no estabelecimento de cooperativas. Em Changara a ênfase foi colocada na cooperativização. Na evolução do movimento cooperativo

podem distinguir-se dois períodos: Um de 1975 a 1981, e outro de 1981 até ao momento actual. No primeiro, a produção e a produtividade eram baixas, tendo a maior parte das unidades colectivas acumulado grandes dívidas à banca. De 1981 até hoje houve uma restruturação do movimento cooperativo, caracterizada por um maior apoio técnico e um controlo mais rigoroso da economia das cooperativas. O número de membros constitui apenas uma parcela da população. Um inquérito realizado em 1985 mostrava que, de um total de 208 famílias inquiridas em Temangau, 17% dos agregados não tinham ninguém nas cooperativas, 27,4% tinham um membro, 50,5% tinham dois membros, 3,8% tinham três e 0,5% tinham 5. Em 1980, de um total de 37.829 trabalhadores, havia somente 97 cooperativistas (0,25%). Deste total, 93 eram sócios de cooperativas agrícolas e quatro de cooperativas de artesanato.

Apesar dos esforços feitos, o movimento cooperativo continuava fraco, esperando-se uma média de 40kg de cereais produzidos por camponês por campanha, o que ronda os 0,5% do total de cereais produzidos por uma família camponesa por campanha (ver quadro 2).

QUADRO 2 - MOVIMENTO COOPERATIVO

	1982	1983
Cooperativas Agrícolas	9	9
Membros Existentes	614	715
Produção a Realizar	26.075kg	31.015kg
Produção por Pessoa	42,5kg	43,5kg

Fonte: Dados para a elaboração do Plano Territorial de 1983 e Trienal de 1983/85 (10 de Julho de 1983). CPP de Tete.

As formas colectivas de produção não se desenvolveram a ponto de se tornarem uma alternativa às formas de produção existentes. O campesinato, que já tinha uma fraca base produtiva agrícola, foi afectado pelas sanções contra a Rodésia. Estas impediram o fluxo de trabalhadores migrantes, e as remessas dos emigrantes, essenciais para o inicio das novas explorações (*lobolo*, casa, bens de consumo e instrumentos de produção), ou para os momentos de crise (comida). Os ataques do exército rodesiano acabaram por desorganizar o que restava dos circuitos de transporte e de comercialização, e impossibilitar a segurança e estabilidade necessárias ao desenvolvimento da região.

Em 1981, a administração iniciou um processo de aldeamento das populações que viviam dispersas. Todos aqueles que haviam saído dos *mictórios de cabras* foram forçados a regressar aos mesmos locais. Os aldeamentos foram reconstruídos através de um processo de colectivização apressada. Várias aldeias comunais surgiram no distrito em Capimbi, Gola, Chicompende, Cancune, Mitete, Cangololo, Chipembere, Nhacaomba e Nhapende (Relatório Anual do Distrito de Changara, 1981). Neste processo surgiram problemas com a população por incorrecta actuação dos elementos das forças de defesa e segurança. Na sede do distrito, entre 24 e 27 de Setembro de 1981, foram destruídas palhotas, encerrado um bar e registadas lutas entre soldados. Casos de espancamento da população foram também assinalados.

As populações que viviam ao longo da fronteira começaram a fugir para o Zimbabwe (Relatório da Administração do Distrito de Changara, Agosto e Setembro de 1981).

A acção dos bandidos, iniciada na fronteira do Luenha com Manica no segundo semestre de 1981, provocou mau funcionamento dos grupos dinamizadores devido à instalação do medo. Os secretários das células do partido e deputados eram ameaçados. Algumas aldeias foram abandonadas porque os bandidos queimaram as casas. Os milicianos não podiam realizar as suas tarefas por lhes faltarem armas e munições (Relatório da Administração de Changara, Primeiro Trimestre de 1982).

Em 1982 é estabelecida no distrito uma frente de trabalho do Projecto CO1, financiado pelo Programa MONAP (Mozambique Nordic Agricultural Program). Ela visava criar uma base produtiva melhorada para a agricultura camponesa e modificar as relações de produção nas aldeias. Pretendia-se criar uma agricultura colectiva que servisse de base à vida colectiva. Projectava-se a restruturação das intervenções anteriores de forma a fortalecer a base económica das aldeias e das famílias camponesas. Os erros das intervenções anteriores seriam corrigidos.

Em 1982 os bandidos armados atacaram e saquearam as instalações de um centro de desenvolvimento rural (CADECO 3), que esteve paralizado de Outubro de 1982 até Janeiro de 1983. Os camponeses não fizeram, na altura, qualquer tentativa para defender o projecto, que não sentiam como seu. Na opinião dos técnicos que trabalhavam no projecto tal resultava da estratégia que havia sido seguida por ele, mais preocupado consigo próprio do que com os camponeses. Na sua maior parte, o esforço tinha sido orientado para a construção de instalações, e não para o trabalho com os camponeses.

O centro de desenvolvimento rural foi reaberto em Janeiro de 1983, integrado num Programa de Desenvolvimento Rural dirigido a partir da Província de Tete. Tratava-se de uma medida de restruturação e coordenação das acções de desenvolvimento rural, tornando-as mais adaptadas às condições existentes no terreno.

Os esforços feitos a partir da reabertura do Centro de Desenvolvimento Rural de Temangau, em 1983, permitiram um relançamento da actividade de extensão rural. Esforços foram feitos para introduzir variedades de sementes melhoradas e resistentes à seca, com vista a permitir um aumento da produção alimentar. Foi introduzida a "cegonha" para irrigação. Estas acções começaram a dar alguns resultados positivos quer na produção agrícola quer na ligação entre os funcionários da agricultura e os camponeses. O CDR intervinha também nos circuitos de aprovisionamento (factores de produção), abastecimento (alimentação e bens de consumo), escoamento dos excedentes e transporte. O lema era "Comida para a Guerra e para quem Produz Comida". O CDR contribuiu também para a organização do trabalho de gestão das cooperativas, melhorando o seu funcionamento e a formação e alfabetização dos associados. Para melhorar a coordenação das actividades de cooperativização foi iniciada a organização da União Geral das Cooperativas de Changara.

As cooperativas agrícolas da região de Temangau organizaram-se em 1983 para comprar milho ao distrito da Angónia. Uma parte do milho foi transportada em camiões alugados pelos cooperativistas. Estes esforços acabaram por ser paralizados pela guerra e pela intervenção de algumas entidades governamentais, que desviaram parte do milho comprado pelos camponeses para acções de emergência.

Em 1984, um grande número de refugiados no Zimbabwe começou a regressar. Para dar continuidade às actividades que já estavam a ser realizadas, o Governo de Tete solicitou o apoio do UNICEF com vista a iniciar um projecto de desenvolvimento rural em Changara.

Uma investigação levada a cabo em 1985 para iniciar o projecto no Posto Administrativo de Temangau revelava uma grande vulnerabilidade das aldeias. As novas aldeias tinham uma produção agrícola colectiva fraca, e a produção familiar não chegava para satisfazer as necessidades de auto-subsistência e reprodução das famílias. As machambas ficavam situadas longe das casas, por vezes a mais de 15 km.

A agricultura familiar continuava a ser a actividade económica mais importante do distrito. Em 1985, somente 15% dos chefes de agregados familiares, numa amostragem de 208 casos em Temangau, não trabalhavam numa actividade ligada à agricultura. No Recenseamento Geral da População

de 1980 apurou-se que dos 37.829 indivíduos que trabalhavam no distrito, 35.316, ou seja 93%, se dedicavam à agricultura.

Duas "inovações" importantes foram introduzidas no sistema de produção agrícola. A utilização de técnicas simples de regadio - cegonhas - fez com que numerosos produtores podessem garantir a sua subsistência e uma certa comercialização. A cebola comercializada foi produzida com recurso à rega manual ou artesanal. A introdução da mapira anã permitiu uma maior segurança alimentar pela rapidez do seu crescimento (90 dias, contra 120 das variedades locais), e também pelos melhores rendimentos (cerca de 3.000kg por hectare, contra os 600kg tradicionais).

Em 1984, de uma amostra de 208 famílias na localidade de Temangau, 12% nada produziu, 56% trabalhou terras de sequeiro, 2% terras de regadio, e 30% de sequeiro e regadio.

A cultura de rendimento local mais produzida é o tabaco, que é vendido em tranças no Zimbabwe a 25 dólares zimbabweanos cada uma. Uma outra cultura comercializada é a da cebola. A produção de hortícolas para o mercado enfrenta grandes problemas devido à exiguidade do mercado local e às dificuldades de transporte para se efectuar a sua colocação na cidade de Tete. Naquele ano apoderaram em Changara cerca de 300 toneladas de cebola.

A luta pela terra, sobretudo pelas terras irrigadas, agravou-se. As cooperativas agrícolas de Temangau viram-se obrigadas a pedir terras de empréstimo para a realização de culturas de segunda época. Em 1984 o CDR de Temangau planificava a aplicação da Lei de Terras para disciplinar o uso e distribuição de terra na localidade.

O excedente agrícola comercializado em Changara é reduzido. Em 1979 e 1980 não houve comercialização agrícola devido à seca. As compras feitas pela Agricom, único interveniente em 1984, foram insignificantes (ver quadro 3).

As reduzidas quantidades comercializadas deveram-se à erosão provocada pela seca dos últimos anos, à fraca capacidade produtiva das famílias e a uma quebra do sistema de comercialização agrícola, quer devido à falta de bens de consumo quer à guerra.

A seca acabou, também, por afectar o padrão da propriedade do gado. O estudo realizado em 208 agregados de Temangau mostrou que cerca de 17% das famílias não tinham qualquer tipo de gado. O Recenseamento Geral da População de 1980 dá uma idéia da posse do diverso tipo de gado para todo o distrito de Changara. De um total de 18.638 agregados familiares, 20% possuíam bovinos, 20% caprinos e 40% suínos. 20% não possuíam nenhum tipo de gado. Na localidade de Temangau, cinco famílias

da aldeia de Kapimbi tinham gado bovino. Cada uma possuía, em média, 10 cabeças. Na aldeia de Caomba nenhuma família tinha bovinos (Akesson 1984:21).

QUADRO 3 - COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA (EM TONELADAS)

Produtos	1981/82	1983	1984
Mapira-Anã			31
Mapira-Mexoeira	55	51	36
Milho	63	46	845
Cebola		109	108
Alho			437
Algodão		7	
Girassol		540	360

Fonte: Relatório Distrital da Agricom (14 de Janeiro de 1985).

O panorama que traçámos da agricultura mostra o alcance limitado das transformações verificadas. O trabalho migratório continuava a ser importante. A oferta local de emprego assalariado é bastante limitada. Dos 208 inquéritos familiares realizados em 1985, 70% dos chefes de família não dispunham de nenhum trabalho assalariado. Somente 13% dos chefes de família tinham emprego assalariado permanente, e 2% emprego sazonal local. 15% dos chefes dos agregados trabalhavam fora do distrito. A existência de um forte fluxo migratório é assinalada pelas taxas de masculinidade (número de homens por 100 mulheres) da população presente residente no distrito no Censo de 1980. Esta taxa, para toda a população, é de 80, e de 99 para a faixa etária compreendida entre os 0 e os 14 anos de idade. Para a faixa etária dos 15 aos 24 é de 69. Para as faixas etárias dos 25 aos 34 e dos 35 aos 44 ronda os 50. A disparidade na relação entre o número de mulheres e o número de homens é maior nas faixas etárias que fornecem os maiores contingentes para o trabalho migratório.

As actividades do CDR foram de novo interrompidas por um ataque dos bandidos armados em 5 de Abril de 1985. As instalações foram saqueadas e o equipamento destruído, o director foi assassinado e a sua mulher gravemente ferida. Este ataque também interrompeu a investigação sócio-económica que estava a ser realizada. Os bandidos armados foram desalojados depois por um contra-ataque levado a cabo pelas milícias da

aldeia de Kapimbi.

A situação militar acabou por paralizar totalmente a intervenção tal como havia sido programada de início. A partir de 1985 o apoio de emergência continuou a chegar, as análises da vulnerabilidade da população à fome continuaram a ser feitas, mas o enquadramento técnico e organizacional das actividades de desenvolvimento paralizou.

Para além de impedir o projecto de desenvolvimento rural, a guerra afectou o desenvolvimento do ensino e da saúde. Depois da independência, a rede escolar fora ampliada, passando de um total de 10 escolas e 700 alunos em 1972 (20% do total de 3.473 indivíduos em idade escolar) para 67 escolas e 12.570 alunos em 1980 (50% do total de indivíduos em idade escolar). No pós-independência foi também iniciado um processo de educação e alfabetização de adultos. A taxa de analfabetismo, que em 1974 atingia os 99%, baixou, em 1980, para 79%. Os dados existentes indicam que ele continuou a baixar. Em 1985, o inquérito realizado a 208 agregados familiares em Changara revelou que somente 35% dos 208 inquiridos eram analfabetos. O sistema de educação, apesar da certa prioridade que lhe foi conferida pelos planos e declarações políticas do Estado, tem sido afectado por vários problemas (baixo nível técnico dos professores, fome, guerra, falta de material didáctico), cuja consequência imediata tem sido a baixa nas taxas de aproveitamento escolar. Somente 54% do total dos alunos inscritos no início do ano escolar de 1983 completaram um grau.

A cobertura sanitária de Changara foi reforçada depois da independência. O número de unidades sanitárias passou de 4, em 1972, para 8 em 1984. O quadro de pessoal de saúde compreende 22 pessoas, das quais 18 têm algum tipo de formação. Não existe no distrito qualquer médico ou quadro de saúde com formação superior. O responsável distrital dos serviços de saúde é um técnico de medicina preventiva. Apesar da ampliação da rede sanitária, da implementação de programas destinados a melhorar o estado de saúde como o SMI (Programa de Saúde Materno-Infantil) e o PAV (Programa Alargado de Vacinação), o estado de saúde da população não é muito bom, nem a rede sanitária cobre o distrito de forma satisfatória (Mahumane 1984). As campanhas de vacinação permitiram uma cobertura parcial da população devido aos seguintes factores que afectaram a actuação das brigadas: Falta de combustíveis, lubrificantes e acessórios para os meios circulantes; movimentação descontrolada da população devido à fome; dificuldade de acesso às zonas de concentração das vacinações devido à desestabilização provocada pelos bandidos armados. O estudo realizado para a implementação do projecto do UNICEF revelou, em 1985, que das 208 crianças inquiridas somente 6,3% não tinham sido inoculadas com a vacina

BCG, 5,8% com a Triple, 6,8% com a da Polio, e 12,2% com a do Sarampo.

Em 1989 o projecto de desenvolvimento de Changara financiado pelo UNICEF chegou ao fim. Entre 1985 e 1989 o projecto funcionou em situação de guerra. Em 1989, era impossível a deslocação a Temangau, e a viagem para Changara-sede só podia ser feita em coluna militar. Era impossível realizar trabalho de campo. Em 1991 a situação continuava a mesma. Algumas ONGs como a World Vision operam na zona. O seu pessoal desloca-se de avião, regressando a Tete diariamente.

Desde 1975 até ao presente, as políticas de colectivização da produção não contribuíram nem para aumentar os níveis de produção nem para implantar novas formas de produção. As opções de desenvolvimento foram implementadas de uma forma apressada, sem ter em conta a realidade social existente. No entanto, as medidas tomadas pelo governo para modificar a sua própria actuação foram impedidas pelas acções de desestabilização.

5. Conclusões

Um processo de formação de aldeias comunais que inclui a remoção dos campões das suas áreas tradicionais de cultivo para outras zonas, sem as necessárias condições de solos e água, pode ser correlacionado com a falta de estabilidade das aldeias e com o fraco funcionamento das estruturas administrativas e políticas.

Numa região de chuvas fracas como Changara, o tipo de ocupação do território desenvolvido pelos campões tenta responder aos principais problemas que a produção alimentar tem que enfrentar. Uma mudança desses padrões deve resolver, através da introdução de novas tecnologias (motobombas, barragens, diques, cegonhas), o problema da irrigação.

O sucesso de qualquer projecto de desenvolvimento depende da forma como os problemas políticos existentes (solução administrativa de problemas políticos, colectivização forçada ou apressada, fraqueza das estruturas do poder popular, padrões de propriedade que permitem que um pequeno grupo monopolize a sua utilização impedindo o desenvolvimento de outros sectores, concentração da actividade de apoio do Estado numa determinada zona geográfica) forem tratados. Só uma resposta aos problemas anteriores permitirá o desenvolvimento da região e impedirá a reprodução contínua das contradições constatadas.

O reordenamento nos moldes em que foi executado em Changara entre 1972 e 1981, fez com que uma parte dos camponeses, sobretudo os que viviam longe das suas áreas de residência actuais, vissem reduzida a sua capacidade de auto-subsistência porque tiveram que iniciar machambas novas fora da época apropriada e não dispunham de terras tão boas como as que possuíam no seu local de residência original. Transferidos para áreas novas, ficaram numa situação desfavorável relativamente ao acesso à terra. Nos seus locais de origem eram proprietários de terra. Nas novas regiões passaram a depender dos camponeses que já antes controlavam a terra. Em Temangau, por exemplo, existia um certo mal-estar pelo facto de se ter instalado o curral de gado debaixo da árvore do M'pondoro.

A seca e a fome não atingiram todos os camponeses da mesma forma. Os mais ricos tiveram maiores possibilidades de se defenderem. Os camponeses que têm acesso a terras perto dos rios podem utilizar a cegonha, o que confere à produção agrícola uma certa segurança.

Os *Matsangalzas* têm centrado a sua actividade na destruição de projectos tais como o de Changara, tendo impedido qualquer esforço de reformulação de políticas de desenvolvimento. A intervenção de apoio à agricultura na região foi interrompida por duas vezes, com ataques dos bandidos armados. Entre Outubro de 1982 e Janeiro de 1983 o trabalho do CDR esteve interrompido devido a um ataque dos bandidos armados que destruiu instalações e equipamento. Em Fevereiro de 1983 o Centro foi reconstruído e reiniciou as suas actividades. Em Abril de 1985, quando o projecto já estava a funcionar, foi de novo atacado.

Uma análise das actividades desenvolvidas pelo CDR mostra que o projecto se assemelha a um projecto de desenvolvimento rural integrado. No entanto nota-se uma falta de recursos materiais e técnicos para poder apoiar tantas actividades numa área tão extensa. A actuação do CDK mostrou que o apoio técnico específico e preciso pode trazer grandes mudanças ao nível da produção: A introdução e multiplicação da semente de mapira anã fez aumentar a produção de cereais. A introdução da cegonha permitiu a produção de cebola, que passou a ser produto de comercialização. A introdução de técnicas simples de irrigação como a cegonha, e as variedades de cereais resistentes à seca foram as actividades de maior sucesso do projecto e mantêm-se até hoje. Em Changara existiam, em 1985, cerca de 500 cegonhas em funcionamento.

A esfera de actuação dos projectos de desenvolvimento tende a circunscrever-se a questões técnicas ou que se apresentem como tal (abastecimento, irrigação, técnicas de cultivo, sementes). Problemas considerados políticos são pura e simplesmente ignorados. As dificuldades

de actuação dos técnicos do CDR na aldeia Gola/Caomba não foram discutidas: Os camponeses recusavam-se a cooperar com o Projecto, acusando o CDR de discriminar a aldeia na distribuição de bens de consumo. As aldeias "descontentes" por terem sido marginalizadas, como Gola/Caomba, deram apoio aos bandidos armados. Camponeses da zona, alegando que a sua família havia sido raptada, guiaram - segundo parece - os bandidos armados no ataque a Temangau.

O problema da propriedade da terra na região, que influencia o desenvolvimento das cooperativas, pois estas têm que pedir terras irrigáveis de empréstimo, só passou a ser encarado quando atingiu proporções alarmantes. As cooperativas agrícolas dependeram, durante todo o período da sua existência, de terras emprestadas para as culturas de segunda época. Mas só em 1984 se iniciou a aplicação sistemática da Lei de Terras.

Os efeitos negativos da concentração da ajuda em Kapimbi, Temangau ou Changara, nunca foram considerados ou modificados. Na localidade de Temangau, as aldeias menos desenvolvidas (maior percentagem de analfabetos, menor apoio de emergência, maior percentagem de famílias sem capacidade de auto-subsistência) são as que estão mais afastadas das sedes administrativas. O apoio ao desenvolvimento e à situação de emergência é distribuído de tal forma que as aldeias que estão numa situação privilegiada continuam a manter os privilégios. A canalização do apoio reproduz as desigualdades existentes. As aldeias que tradicionalmente tiveram maior apoio são as que continuam a recebê-lo.

A desestabilização tem impedido o desenvolvimento normal do distrito e do programa do CDR, que através de uma avaliação contínua dos resultados e dos métodos de trabalho, vinha encontrando soluções para tornar cada vez mais efectiva a sua intervenção no desenvolvimento regional.

Changara demonstra como o processo de formação de aldeias aumentou a vulnerabilidade da população camponesa à fome, distanciando-a das terras férteis e da sua própria propriedade. A relação entre *villagization* e destabilização não é uma simples correlação que pode ser estabelecida entre o número de aldeias e a ação dos bandidos armados, como pretendem alguns. Essa relação tem que ser estabelecida entre extensão da destabilização, ruptura dos padrões de posse e de distância entre habitação e propriedade agrícola.

A localização das aldeias comunais subalternizou alguns grupos de camponeses em relação a outros, que passaram a ser dominantes, monopolizando além da terra o apoio do Estado.

Em Changara, os camponeses que reagiram negativamente às aldeias comunais foram aqueles que foram colocados em aldeias situadas fora dos limites dos regulados em que viviam. A estabilidade de uma aldeia comunal e a aceitação dela dependiam da relação com o regulado. Quando os habitantes de uma determinada aldeia eram do mesmo regulado não surgiam problemas. Esta mesma constatação foi feita por outros autores⁹.

NOTAS

1. Este trabalho foi realizado no quadro da preparação de um projecto de investigação da Oficina de História do Centro de Estudos Africanos, sobre as "Transformações Verificadas no Desenvolvimento das Zonas Libertadas de Tete", em 1984. O projecto não chegou a iniciar-se devido a vários problemas colocados pela guerra. Tenho continuado a seguir os desenvolvimentos na região. Changara constitui um dos estudos de caso da minha tese *Trick or Treat: The relationship between destabilization, external aid and government policies*. Uma versão preliminar deste texto foi apresentada oralmente, em inglês, no seminário sobre Moçambique realizado em Maio de 1991 no Queen Elisabeth House, Oxford University, Reino Unido.

2. Agradeço a Marco Teixeira a possibilidade de utilização das informações por ele recolhidas em Changara, em 1984. O Departamento de Nutrição do Ministério da Saúde forneceu uma assistência valiosa, disponibilizando material sobre inquéritos nutricionais sem o qual este trabalho teria ficado mais pobre. O Dr. Omawale, consultor do UNICEF, colocado no Departamento de Nutrição, introduziu-me nos debates mais importantes sobre a problemática da fome. Bonifácio Mahumane, do Ministério da Saúde, facilitou-me amavelmente a consulta dos inquéritos por ele realizados. João Paulo Borges Coelho editou o texto na sua versão final e elaborou o mapa. Agradeço os seus comentários.

3. Georgui Derluguian afirma que em Changara operava um comandante da Renamo, Raimundo (Raimundo Delega?) que fora comandante da Frelimo. Segundo ele era este o único caso que conhecia de alguém usando técnicas de mobilização política: Os bens saqueados eram entregues à população, que também era usada como uma espécie de escudo. Ver Georgui Derluguian, "Social Decomposition and Armed Violence in Post Colonial Mozambique", in *Review*, Vol. XIII, No. 4, Fall 1990, pp.439-462.

4. Estas aldeias não eram designadas pela administração colonial como aldeias mas sim como povoações, pois não tinham uma arrumação concentrada. Ver Braga 1972:25.

5. Na classificação de Thornwaite corresponde ao tipo climático A'D da'. A pluviosidade média anual varia entre os 550-650mm. A temperatura média anual é de 25-26 graus. As chuvas começam em Novembro/Dezembro e estendem-se até Março/Abril (ver Braga 1972:17).

6.O distrito de Tete, do qual Changara fazia parte em 1960, foi incluído num plano de desenvolvimento comunitário. Este plano destinava-se a promover um desenvolvimento económico nas áreas marginais, de forma a combater a miséria para esvaziá-las de qualquer possibilidade de recrutamento por parte das forças nacionalistas (Rita-Ferreira 1960). Este plano de emergência nunca chegou a ser implementado devido a contradições internas dentro do Estado colonial, que não conseguia (nem podia, sob o risco de se "desintegrar" como Estado colonial) conceder direitos políticos aos colonizados. Nos inícios da década de 1970, um outro plano - desta feita chamado de reordenamento - é iniciado para tentar conter o avanço da guerrilha para Sul do Zambeze. Esta iniciativa, apresentada sob a forma de desenvolvimento, acabou por ser uma acção de subdesenvolvimento, reduzindo ainda mais a fraca capacidade produtiva das famílias.

7.O desenvolvimento da rede comercial, constituída na sua maior parte por "cantinas do mato", ilustra o aspecto essencial da economia da região: Os campesinos produziam produtos agrícolas (mapira, mexoeira e milho) que eram comprados pelos cantineiros a preços baixos, e que também revendiam bens essenciais de consumo (sal, óleo, açúcar, sabão). A rede comercial, no período colonial, era constituída por dois botequins, oito "cantinas do mato" e três "lojas em centros comerciais". O centro comercial era Changara, onde para além das três lojas havia um botequim. O outro estava situado na fronteira com o Zimbabwe. As cantinas situavam-se em Temangau, Nachinanga, Chinande, Magaço e Carate. Em cada uma destas zonas havia um estabelecimento comercial à excepção de Magaço, onde existiam quatro. No pós-independência a rede comercial sofreu grandes transformações. O número de estabelecimentos comerciais passou de 11, em 1973, para 23 em 1984 (6 em Changara, 16 na Marara e 1 no Chioco), e 21 cooperativas de consumo. Mudanças também se registaram na forma de propriedade desses estabelecimentos com o desenvolvimento das cooperativas de consumo. Apesar destas mudanças, a rede comercial existente não comercializa mercadorias suficientes para atender às necessidades da população.

8.As actividades económicas não agrícolas sempre tiveram um desenvolvimento limitado. Em 1972 foram recenseadas três moagens: Uma em Changara, de um privado, uma em Temangau, do Gabinete do Plano do Zambeze (GPZ), e ainda outra em Carate, de uma missão católica. Existia também uma padaria em Changara, e duas hospedagens, uma em Changara e outra na fronteira com a Rodésia. Uma pequena indústria artesanal de extração de cal funcionava em Magaço e, ao contrário de todos os empreendimentos anteriores, que eram propriedade de colonos, pertencia a "indígenas", designação utilizada pelas autoridades coloniais para a população colonizada, que não tinha direitos políticos, jurídicos ou de cidadania, reservados aos europeus.

9.Ivette Jeichande, "As Mulheres Deslocadas em Maputo, Zambézia e Inhambane", in *A Mulher em Situação Difícil*, Maputo, Março de 1990 (UNICEF). Campesinas de Marracuene disseram que "na aldeia não há problemas: somos todos do mesmo regulado".

BIBLIOGRAFIA

Adam, Yussuf, et al., 1983: *A Situação nas Zonas Libertadas de Cabo Delgado*. Maputo, Centro de Estudos Africanos.

Adam, Yussuf, et al., 1986: *Poder Popular e Desagregação nas Aldeias Comunais do Planalto de Mueda*. Maputo, Centro de Estudos Africanos.

Adam, Yussuf, 1986: *Cooperativização Agrícola e Modificação das Relações de Produção no Período Colonial em Moçambique*. Maputo, Centro de Estudos Africanos.

Administração do Distrito de Changara, Vários Anos: Relatórios Mensais.

Akesson, Gunilla, 1985: *Relatório de Investigação nas Aldeias Comunais de N'Temangau no Distrito de Changara, Província de Tete*. Maputo, Gabinete de Comunicação Social.

Araújo, Manuel G.M., 1988: *O Sistema das Aldeias Comunais em Moçambique - Transformações na Organização do Espaço Residencial e Produtivo*. Lisboa, Universidade de Lisboa (Faculdade de Letras).

Braga, Alexandre, 1972: *Plano para o Ordenamento Rural das Populações de Changara e Chioco, anos de 1971 e 1972*. Tete, Gabinete do Plano do Zambeze.

Brigada de Estudos Económicos e Sociais, 1960: *Elementos Económico-Sociais, Relatório Geral (1959/1960)*. Lisboa, Relatórios da Missão de Fomento e Povoamento do Zambeze.

Carvalho, Mário de, 1969: *A Agricultura Tradicional em Moçambique*. Lourenço Marques.

Casal, Adolfo Yañez, 1988: "A Crise da Produção Familiar e as Aldeias Comunais em Moçambique", in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Nos. 8 e 9, Janeiro-Dezembro, pp.157-191. Lisboa.

Coelho, João Paulo Borges, 1984: *A Primeira Frente de Tete e o Malaei*. Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique.

Coelho, João Paulo Borges, 1986: *O Início da Luta Armada em Tete, 1968-1969: A Primeira Fase da Guerra e a Reacção Colonial*. Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique.

Hidrotécnica Portuguesa, 1958: *Relatório Preliminar. Características Gerais*. Lisboa.

Hidrotécnica Portuguesa, 1958: *Elementos Agronómicos e Silvícolas. Relatório de Agronomia*. Lisboa.

Hidrotécnica Portuguesa, 1965: *Aproveitamento Hidrográfico do Luenha*. Lisboa.

Madinger, E., 1984: *Summary Assessment of the Food Crisis in Tete Province: Opportunities for Intervention*. Maputo, UNICEF.

Mahumane, Bonifácio, 1985: *Relatório Sobre o Projecto de Reabilitação Acelerada dos Sistemas Alimentares e Programa de Apoio à Nutrição no Distrito de Changara - Apoio à Emergência na Província de Tete*. Maputo, M.da Saúde (Central de Educação Sanitária).

Matos, Maria Leonor Correia de, 1965: "Notas sobre o Direito de Propriedade da Terra dos Povos Angoni, Acheua e Ajaua da Província de Moçambique", in *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, Série C (Ciências Humanas), Vol.7. Lourenço Marques.

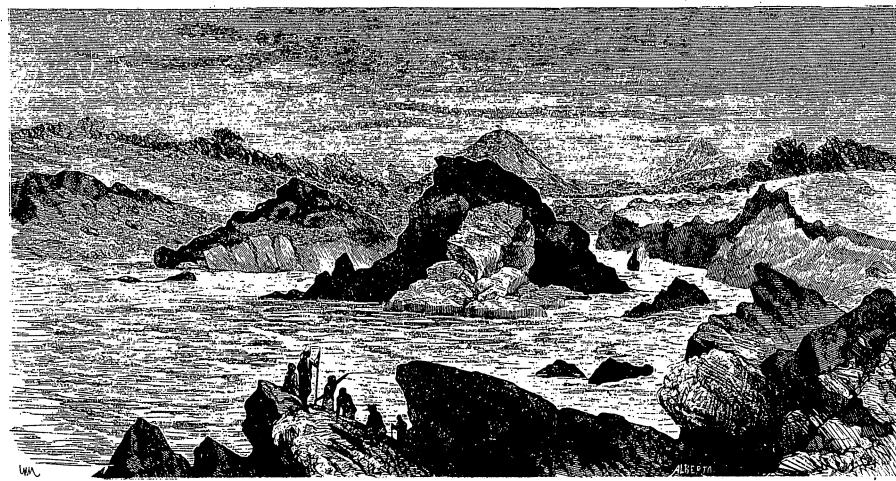
Midlemass, Keith, 1975: *Cahora Bassa: Engineering and Politics in Southern Africa*. London, Weidenfeld and Nicholson.

More, Mick, et al., 1990: *Mozambique-Nordic Agricultural Programme (MONAP) 1977-1990: Report of the Final Evaluation Mission to SIDA*. Brighton.

Negrão, José Guilherme, 1986: *A Política Económica Portuguesa e a Luta de Libertação em Tete: A Circunscrição de Bene, 1968-1974*. Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique.

Secção de Nutrição, 1985: *Inquérito Nutricional em Changara*. Tete, Direcção Provincial de Saúde.

Teixeira, Marco, 1985: *Accelerated Rehabilitation of the Food Supply System and Nutrition Aid Programme to the Changara District - Emergency Aid to the Tete Province. Consultants Report of the Socio-Economic Investigation*. Maputo, UNICEF.



BREVE APONTAMENTO SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL NA PROVÍNCIA DE TETE

A.Carvalho Neves

Introdução

A Província de Tete, com capital na cidade do mesmo nome, tem uma superfície de 100.724 km² e uma população ajustada de 831.000 (780.081 recenseados) segundo o censo de 1980. Está subdividida em doze distritos, nomeadamente Angónia, Cahora Bassa, Changara, Chifunde, Chiúta, Macanga, Mágóè, Marávia, Moatize, Mutarara, Tsangano e Zumbo.

O antigo distrito da Angónia foi subdividido nos actuais distritos de Angónia e Tsangano, para que fosse dada expressão ao peso económico representado pela empresa estatal do Caia, junto da qual se pretendia uma representação institucional do Estado mais adequada, apesar das dificuldades inerentes à falta de infraestruturas estatais em Tsangano.

A padrão de distribuição da população no território está profundamente distorcido devido à situação geral de segurança vivida pela província. Assim, a população concentra-se nas capitais distritais, nas imediações da albufeira de Cahora Bassa e junto às fronteiras. Alguns distritos, como o de Mágóè, são referidos pela organização dos Médicos Sem Fronteiras como despovoados.

O presente (des)ordenamento populacional está a criar pressão sobre os escassos recursos e sobre infraestruturas de carácter sócio-económico não dimensionadas para tal. Pode por isso afirmar-se que para além das carências alimentares a população se defronta com falta de recursos de terra, água, lenha. No domínio sócio-económico não tem acesso à escola, à saúde e a uma rede comercial mínima. A habitação tem-se transformado num padrão mínimo, com um carácter cada vez mais provisório.

Os distritos de Angónia e Tsangano possuem uma população muito flutuante e instável, sobretudo na zona da fronteira, que aquela atravessa nos dois sentidos, constantemente.

O Zumbo atravessa uma situação muito difícil, com a maioria da população refugiada no Zimbabwe. O acesso ao distrito faz-se por via do Zimbabwe, Zâmbia ou, dificilmente, através da albufeira de Cahora Bassa.

O distrito da Marávia está também muito afectado pela guerra. Grande parte da sua população está na Zâmbia, alguma na sede do distrito e outra ainda refugiada junto à albufeira de Cahora Bassa. Chifunde e Chiúta só são acessíveis por meio de colunas militares. O acesso à

Machanga só se faz por via aérea. Changara, onde se envolveram a UNICEF e a World Vision, para além da guerra sofre os efeitos/das calamidades naturais devido ao seu clima. Mutarara só é acessível através do Malawi.

Agricultura

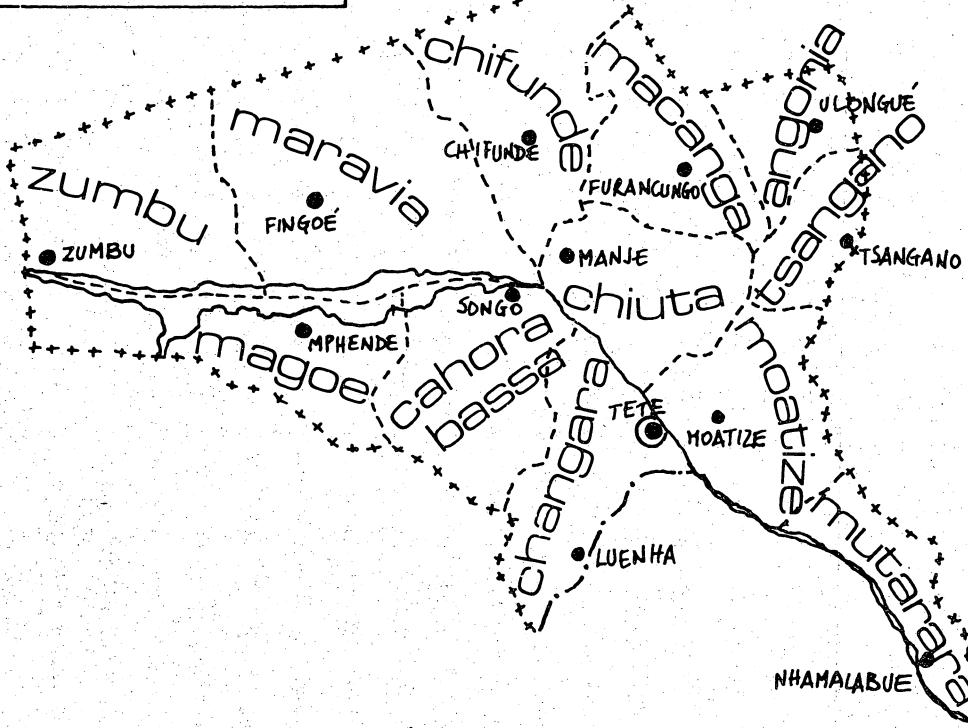
De uma forma geral, os distritos a norte do Zambeze são os de mais elevado potencial agrícola. Angónia e Tsangano são talvez os dois distritos com condições agro-climáticas mais favoráveis, e as suas relativamente boas produções estão na base da designação de "celeiro da província" que lhes é atribuída. A Marávia é um distrito muito favorável do ponto de vista de solos e clima, e ainda com recursos minerais importantes. A Macanga e a Chiúta têm igualmente elevado potencial agrícola.

Quadro 1: Produção Agrícola em 1990

PRODUTO	PLANO	COMERCIALIZADO
Milho	7.000	3.768,1
Feijão	143	521,5
Mapira	210	85,1
Arroz	0	2,0
Peixe seco	0	58,0
Cebola	14	32,0
Alho	8	34,8
Girassol	3	1,4
Trigo	3	1,1
Tabaco	6	5,9

Os distritos a sul do Zambeze são comparativamente muito mais pobres. Changara será talvez o menos provido de recursos e também não é grande o potencial agrícola de Cahora Bassa. O distrito de Mágooé é, essencialmente, uma reserva natural de animais selvagens. Praticamente desabitado, parece ser visitado regularmente por caçadores furtivos oriundos do Zimbabwe.

PROVINCIA DE TETE



+ + + + LIMITE DE FRONTEIRA
 - - - LIMITE DE PROVÍNCIA
 - - - LIMITE DE DISTRITO
 ● CAPITAL PROVINCIAL
 • SEDE DE DISTRITO

0 72

Apesar da saída das tropas zimbabweanas do corredor de Tete, a situação da agricultura parece melhor relativamente a anos anteriores. Em 1986, por exemplo, o governo só tinha acesso a quatro dos doze distritos da província. Hoje, apesar das imensas dificuldades, ele pode chegar mais ou menos a toda a província.

Entre os problemas principais contam-se a dificuldade de percorrer as vias de comunicação devido à guerra, e as insuficiências orçamentais que afectam o curso dos programas e o pagamento aos funcionários (extensionistas, enquadradores, etc.).

O sector privado procura adaptar-se à situação mas está descapitalizado e o banco não tem fundos para emprestar. A sua presença mais significativa localiza-se na Angónia, onde existem mais infraestruturas não só do tempo colonial como do período pós-independência. O antigo Caia, em Tsangano, continua paralizado, com muitas infraestruturas sem aproveitamento e árvores de fruto abandonadas.

Comércio

A rede comercial está profundamente afectada pela guerra, calculando-se que mais de 70% das suas infraestruturas tenham sido destruídas. No tempo colonial chegaram a existir 751 estabelecimentos comerciais dos quais foram destruídos 507, encontrando-se em funcionamento apenas 240, na sua maioria concentrados na cidade de Tete. As consequências inevitáveis da situação de guerra, que afecta as vias de circulação e destrói as lojas, são uma circulação escassa e deficiente de mercadorias e a falta de estímulos para o aumento da produção camponesa. Sem os circuitos de comércio funcionais e face à situação geral de insegurança, é difícil acreditar numa inversão favorável da presente realidade sócio-económica.

A rede comercial depende evidentemente do funcionamento da rede de estradas e, fundamentalmente, da melhoria das condições de segurança, o que não parece existir neste momento. A assinatura do Acordo de Roma, que estabeleceu a saída das tropas zimbabweanas do território nacional, teve um impacto negativo muito sério para a província de Tete e, mesmo, para os países vizinhos do Zimbabwe e Malawi. A retirada das tropas zimbabweanas do chamado corredor de Tete não foi imediatamente seguida pela instalação de uma força local com o mesmo nível de eficiência. As consequências deste facto traduziram-se, para além de perda de vidas humanas, na situação de completa ausência de reservas alimentares básicas (sobretudo milho). Para os países vizinhos tal impacto representou a interrupção de um movimento da ordem das 200 viaturas diárias.

É difícil garantir as colunas de abastecimento aos distritos com a necessária segurança. Na coluna do corredor, para a Angónia, por exemplo, tem acontecido 30 a 40 viaturas carregadas de abastecimentos serem escoltadas por apenas dois blindados e alguns soldados em camiões privados ou militares. Nestas condições, os ataques têm sido muito frequentes, causando muitos mortos e interrompendo a coluna por largos períodos.

As colunas Cuchamango-Tete e Tete-Cahora Bassa não têm problemas tão graves. Esta última é protegida por uma força própria da HCB.

Recentemente foi constituída uma comissão para as colunas, que envolve representantes do comércio privado.

Naturalmente, o comércio local muito fica a dever à audácia dos camionistas, que continuam a circular pelas estradas muitas vezes sem qualquer tipo de protecção, correndo grandes riscos.

A Aricom é a entidade responsável pela comercialização dos excedentes agrícolas.

A direcção provincial está a afastar-se do controlo e interferência no comércio geral, remetendo-se mais para a fiscalização da aplicação das leis e controlo dos preços dos produtos de primeira necessidade.

O comércio privado cada vez investe menos fora da capital provincial. Os riscos são elevados. Mas tem vindo a beneficiar de certas facilidades advinientes do comércio fronteiriço, exportando sal e produtos agrícolas em troca de bens essenciais. Neste sentido, a aplicação do novo decreto sobre a legalização ou registo dos importadores poderá criar dificuldades adicionais à já de si difícil situação sócio-económica da província.

A actividade comercial está, assim, a concentrar-se num número cada vez menor de pessoas. Existe apenas um comerciante armazenista por distrito e, como a situação de segurança é má, a sua cota acaba normalmente sendo comercializada na cidade de Tete.

O comércio privado tem sido objecto de algum incentivo, pelo menos em matéria de venda de viaturas. Todavia, a distribuição destas segue o padrão geral, concentrando-se na cidade de Tete.

Apesar de nem toda a produção comercializada ser objecto de registo, o distrito da Angónia sobressai entre aqueles que produzem excedentes alimentares, que aliás são bem escassos.

A rede comercial na Angónia e, em geral, em toda a província, obriga a que todo o comércio fronteiriço se faça com o Malawi, separando a estrada a imagem de destruição de um lado, e à normalidade da vida do outro. O distrito da Angónia apresenta o maior número de lojas destruídas,

com mais de 120 (cerca de 90% da sua rede comercial). Aqui existem lojas apenas na sede do distrito.

É seguro afirmar que ao longo da fronteira com o Malawi a província não dispõe de quaisquer facilidades comerciais em funcionamento. O aumento da produção alimentar naquelas zonas poderá significar apenas uma maior produção comercializada para o Malawi. Assim, os excedentes agrícolas existentes, drenados para o Malawi, são posteriormente recomercializados e regressam sob a forma de auxílio de emergência.

O contrabando com o Malawi é por isso significativo, dado que não existe praticamente qualquer controlo fronteiriço. Internamente quem se beneficia disso é o comércio privado de Tete, que se abastece de tudo em troca particularmente de sal e produtos manufacturados de origem nacional.

Quadro 2: Rede Comercial em finais de 1990

LOCAL	EM FUNCIONAMENTO	DESTRUÍDAS OU ENCERRADAS
Cidade de Tete	113	22
Angónia	9	127
Cahora Bassa	19	23
Zumbo	1	8
Changara	21	103
Chiúta	3	18
Moatize	66	32
Mágoè	3	5
Macanga	5	35
Marávia	2	13
Mulaia	0	70
Tsangano	2	39
Chifunde	0	12
TOTAL	244	507

A direcção provincial do comércio sente graves insuficiências relativamente ao funcionamento da sua rede de fiscais. Estes não podem, aliás, controlar a situação em que os custos de transporte são por vezes, efectivamente, exorbitantes. O Zimbabwe cobra em moeda forte para deixar

circular as viaturas pelo seu território e estas percorrem grandes distâncias e correm muitos riscos para chegar à capital.

A pressão sobre o comércio privado poderia ser, assim, contraprodutiva, e a repressão do comércio ilegal poderia levar à paralização daquilo que já hoje funciona deficientemente.

O governo está cauteloso relativamente à alienação das lojas destruídas e abandonadas porque grande parte dos seus donos podem estar no Malawi devido à guerra, não se tratando portanto de uma situação de abandono voluntário. Alienar tais estabelecimentos poderia pois significar um agravamento da situação de injustiça junto daqueles que já são vítimas da guerra.

O volume de comercialização de milho, da ordem das 3.018 toneladas na campanha de 1990, pouco mais é do que suficiente para o consumo de quatro meses da cidade de Tete. Os outros cereais comercializados não completam o déficit alimentar, que é grave. A província subsiste assim à custa de alimentos obtidos no âmbito da emergência, caso do milho proveniente do Zimbabwe.

Por outro lado, estão eminentes problemas com o preço do milho, que irá subir para 235 meticais ao produtor. Isso poderá levar a preços ao consumidor na ordem dos 500 meticais, com graves consequências face ao fraco poder de compra local. Note-se que o preço actual é de 190 meticais o quilo.

O plano de comercialização para a presente campanha não tem grande significado, estando previstos os seguintes números: Milho, 5.500 ton.; mapira, 200; feijão, 600; girassol, 20. Estes números revelam também o declínio do controlo estatal da comercialização, ou seja, da intervenção da Agricom nesta matéria.

Por outro lado, o ministério do comércio não consegue cumprir muitas vezes com as entregas de produtos no âmbito da emergência e destinados à comercialização, criando uma permanente situação de ruptura de stocks.

Continua a verificar-se uma predominância da produção comercializada oriunda do sector familiar: Das 5.500 toneladas de milho que se pretende comercializar, 4.000 são oriundas do sector familiar. A mapira que se irá comercializar é integralmente proveniente do sector familiar, que contribuirá também com cerca de 520 das 600 toneladas de feijão.

As principais organizações internacionais envolvidas no comércio a nível da província são a World Vision e a Federação Luterana. O PMA está apenas envolvido no apoio aos centros internatos da direcção provincial de educação.

Saúde

A rede hospitalar da província está destruída em cerca de 46%. De um total de 94 unidades sanitárias de primeiro grau, apenas 49 funcionam, estando as restantes 45 encerradas. De entre as unidades sanitárias em funcionamento, 15 foram objecto de alguma reabilitação enquanto que 34 funcionam com grandes dificuldades.

Os serviços de saúde debatem-se com a falta de orçamento de funcionamento para as suas necessidades em salários, equipamentos e outros beneficiamentos na sua capacidade de prestação de serviços.

Analizando o orçamento estatal em medicamentos, fica-se com a impressão que as unidades sanitárias em geral não devem ter qualquer stock de medicamentos. De facto, em toda a província foram dispensados pelo Estado cerca de 196 mil contos em medicamentos, durante o ano de 1990. Deste valor, mais de 50% foram consumidos na cidade de Tete, cabendo à maior parte dos distritos 3% ou menos do valor total de medicamentos disponibilizados. São excepções a isto os distritos de Cahora Bassa (9%), Moatize (8,7%), e Angónia (5%).

Várias organizações de assistência dão a sua contribuição a este sector, mas as necessidades reais estão longe de ser satisfeitas. Organizações como os Médicos Sem Fronteiras da Bélgica, fazem uma ligação regular e de assistência aos distritos da província. Nesse sistema, abastecem-nos em medicamentos e trazem os doentes mais graves, além de monitorarem a situação nutricional dos locais visitados. A DANIDA elaborou um programa de 10 anos de assistência na área de saúde, aguardando o comentário final do governo.

Educação

A rede escolar está destruída em cerca de 80%, devido à situação de guerra. Os distritos do sul da província são os que apresentam maiores dificuldades, dado que eram os que, mesmo em situação de paz, tinham a rede escolar mais fraca.

A cidade de Tete enfrenta sérios problemas neste domínio dado que a sua rede escolar não consegue responder à pressão causada pelo afluxo de crianças fugidas à guerra. A situação actual, na cidade, é pois de escolas sobrecarregadas, turmas grandes, três turnos de funcionamento e, mesmo assim, grande número de crianças sem colocação.

A província tem apenas duas escolas secundárias em funcionamento, uma das quais na capital. Em média existe apenas uma escola primária por distrito. Os anos lectivos têm-se iniciado sistematicamente sem que haja

livros. O presente ano não constitui exceção. A falta de material escolar, de orçamento, e a necessidade de refazer parte da rede escolar destruída e, mesmo, a que funciona, toda ela em condições deficientes, colocam assim necessidades reais. A reabilitação da rede escolar mínima, na província, foi estimada em 1989 em cerca de 7 milhões de dólares americanos.

No geral, a situação nutricional das crianças é grave, com elevadas taxas de falta de crescimento, pelo menos nos casos em que se procede a estudos e alguma monitorização.

Construção e Águas

A maior parte da rede de estradas precisa de manutenção urgente. Porém, as dificuldades originadas pela situação de segurança faz com que a utilização das mesmas se faça apenas a título excepcional e esporádico. De facto, fora das capitais distritais só se circula em colunas militares, e mesmo assim sem qualquer regularidade.

As ligações através do Malawi parecem ter-se convertido num facto consumado. As ligações internas vitais, como a que liga a cidade de Tete ao distrito da Angónia, deixaram de funcionar desde 1984. A empresa CETA, que na altura fazia os trabalhos de conclusão da asfaltagem da estrada, teve que abandonar os seus acampamentos. Tal ligação era vital para a cidade de Tete na medida em que dela dependia o escoamento da produção do distrito da Angónia. Sem ela, os excedentes são, como se disse, transferidos para o Malawi.

O abastecimento de água às zonas rurais conta com o apoio da World Lutheran Federation e tem-se manifestado no alargamento da capacidade de construção de poços. Estes programas concentram-se no sul da província, onde a falta de água se faz mais sentir.

Indústria

Em Tete, o sector industrial é de pequena dimensão. No tocante à energia, sobressai naturalmente a barragem de Cahora Bassa. São de referir a fábrica de refrigerantes Sogere, uma empresa de cortumes, uma empresa de beneficiamento de cimento, unidades de produção de tijolos, uma empresa metalomecânica, uma empresa de fabricação de mobiliário e uma unidade de produção de pedra.

O sector industrial debate-se com problemas de matérias-primas e sobressalentes, de mercado para a sua produção e de organização administrativa e de gestão.

Plano

Os investimentos totais na província realizados através do Orçamento Geral do Estado, não têm tido durante os dois últimos anos qualquer significado face às carências existentes em todos os sectores, tanto para manutenção como para construção de novas infraestruturas.

Em 1990 o orçamento de investimentos pouco ultrapassou os 450 mil contos, e o de 1991 ronda os 510 mil contos. Este valor dilui-se quando distribuído por todos os sectores, sem satisfazer nenhum. Na realidade, as realizações da província dependem de doações dos organismos de assistência locais e estrangeiros.

Apesar da gravidade da situação, o governo provincial está empenhado na busca de uma estratégia para transformar a situação. É importante referir que face à gravidade da situação actual da província esta deveria merecer uma assistência diferente e maior por parte dos órgãos estatais centrais.

Actividade das Organizações Internacionais

Na província actuam, com ou sem representação permanente, cerca de 25 organizações de auxílio e assistência, nomeadamente: Terre des Hommes, Cidac, Ajuda Popular da Noruega, Red Barna (Noruega), Care, Caritas, Conselho cristão de Moçambique, Fundação Eduardo Mondlane (Holanda), Fundação Fredrich Ebert (Alemanha), Federação Luterana Mundial, Médicos sem Fronteiras (Bélgica), Cruz Vermelha de Moçambique, Oxfam (Estados Unidos da América), Visão Mundial Internacional, Helvetas, Iscos (Itália), Save de Children Fund (Save), World Food Programme, Operation Handicap International (OHI), FOS (Bélgica), Danida, ACNUR, PNUD, UNICEF e UNSERO. A mais significativa é a DANIDA, com programas na área agrícola, de abastecimento de água, industrial, de formação e saúde.

Pode afirmar-se que enquanto uma pequena minoria destes organismos está a fazer alguma coisa com interesse, a actividade de outros não tem qualquer significado. Alguns deles chegam já com idéias pré-concebidas sobre o que pretendem fazer e como fazer.

Organizações como a World Vision e a Lutheran Federation são importantes na perspectiva das autoridades locais pelo facto de trazerem comida, medicamentos e reabilitação de infraestruturas sanitárias, e apoiarem o abastecimento de água nas zonas rurais no âmbito dos programas de emergência.

A Helvetas, da Suíça, trabalha na cooperativização, enquanto que outras apoiam a reabilitação das escolas ao nível da cidade de Tete.

A organização mais importante, do ponto de vista do desenvolvimento, é a DANIDA. Para esta organização a província de Tete passou a constituir uma prioridade após a visita, há alguns anos atrás, de um parlamentar dinamarquês que, favoravelmente impressionado, passou a interessar o governo da Dinamarca num programa de assistência à província. O seu programa anual é da ordem dos 2 milhões de dólares americanos. Parte desses fundos são canalizados para a aquisição de adubos e outros insumos agrícolas, que depois são revendidos aos agricultores. Segundo algumas fontes parte substancial desses insumos regressam no entanto ao Malawi, onde os preços são favoráveis a este tipo de operação.

A DANIDA tem um programa de dez anos para a reabilitação da rede sanitária da província, como atrás se referiu, e que está neste momento em apreciação pelas autoridades provinciais. Esta organização formula também uma actividade no âmbito do ensino primário, onde a situação é desastrosa em matéria de infraestruturas e equipamentos.

A organização dos Médicos Sem Fronteiras, da Bélgica, é aquela que mais contactos parece ter com os distritos. Os seus programas de abastecimento de medicamentos têm sido duramente afectados pelo facto de não conseguirem colocar equipamento e medicamentos, que aguardam transporte meses a fio nos países vizinhos, devido à situação das estradas. Têm assegurado visitas mensais às capitais distritais, onde prestam assistência e de onde evacuam doentes graves.

Tete: Uma Província em Estado de Emergência

Dado este panorama geral, Tete pode pois ser classificada como uma província em estado de emergência. Metade da sua população está refugiada nos países vizinhos e o abastecimento em bens de primeira necessidade não se faz com a regularidade mínima necessária.

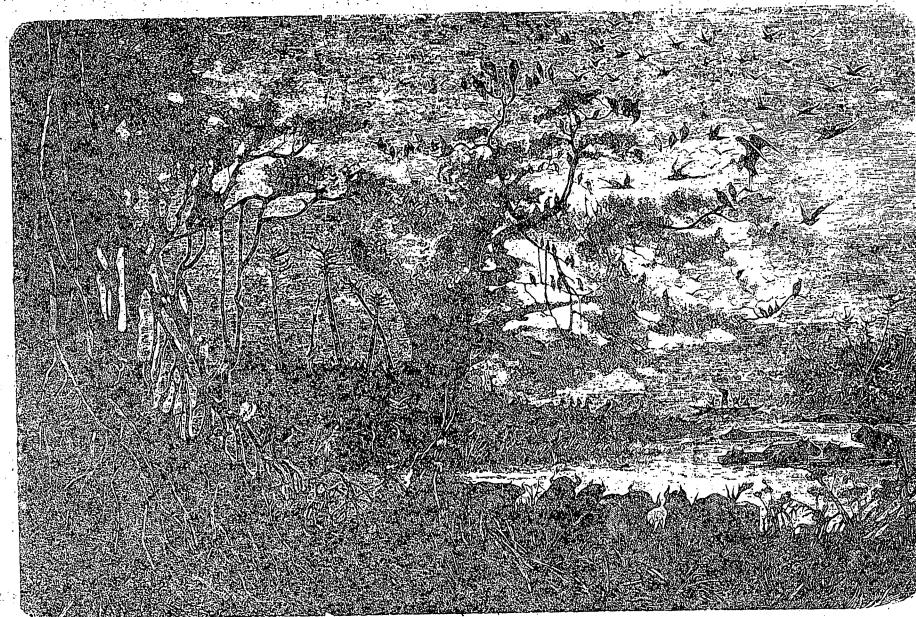
Dados da Comissão Provincial de Emergência indicam que 219.000 pessoas estão afectadas pela guerra, das quais 89.000 deslocadas e 26.000 regressadas. De referir que são também afectados pela guerra os refugiados nos países vizinhos, não considerados na estatística mencionada.

É assim mais correcto afirmar que, de facto, toda a população da província está afectada pela guerra, uns residindo em território nacional e outros no exterior.

A interrupção da coluna para o Zimbabwe quebrou as fontes de abastecimento de emergência para socorro às populações afectadas. Os índices de subnutrição da cidade capital, apurados em 1990 pelos serviços de saúde, permitem concluir que ela atravessa problemas graves.

A cidade de Tete, se esta situação não se alterar, vai atravessar uma crise alimentar de consequências imprevisíveis.

Por outro lado, as dificuldades da província tendem a agravar-se com a perspectiva do regresso dos mais de 800.000 refugiados que se calcula estarem no Malawi. Esta perspectiva, embora possa não se materializar de imediato, tem que ser encarada como de curto prazo visto que a evolução política malawiana pode determinar a saída repentina de toda a gente para território moçambicano, com as terríveis consequências de um aumento intolerável de pressão sobre as infraestruturas já de si quase inexistentes.



**Impresso na Divisão Gráfica
da Universidade Eduardo Mondlane
1991**

